

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE**

**LEANDRO ANTUNES**

**COMPREENSÃO DE DOCENTES DE NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL COMO SUBSÍDIOS A PROJETOS DE FORMAÇÃO  
CONTINUADA**

**FLORIANÓPOLIS**

**2023**

**LEANDRO ANTUNES**

**COMPREENSÃO DE DOCENTES DE NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL COMO SUBSÍDIOS A PROJETOS DE FORMAÇÃO  
CONTINUADA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação — PPGE/FAED/UDESC — Linha de Pesquisa Políticas Educacionais, Ensino e Formação, sob orientação da Professora Dra. Sonia Maria Martins de Melo.

**FLORIANÓPOLIS**

**2023**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da  
Biblioteca Universitária Udesc,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Antunes, Leandro

COMPREENSÃO DE DOCENTES DE NÚCLEOS DE  
EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL COMO  
SUBSÍDIOS A PROJETOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA /

Leandro Antunes. -- 2023.

193 p.

Orientador: Sonia Maria Martins de Melo

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa  
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de  
Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2023.

1. educação sexual. 2. educação sexual emancipatória. 3.  
educação infantil. 4. formação continuada. I. Melo, Sonia Maria  
Martins de. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de  
Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em  
Educação. III. Título.

**Leandro Antunes**

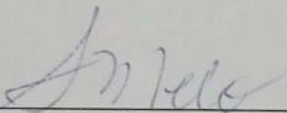
**Compreensão de Docentes de Núcleos da Educação Infantil Sobre Educação Sexual como Subsídios e a Projetos de Formação Continuada**

Dissertação julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Educação junto ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

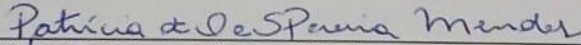
Florianópolis, 28 de julho de 2023.

**Banca Examinadora:**

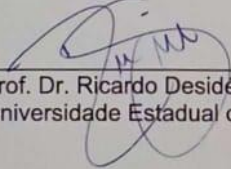
Presidente/a:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr.ª Sonia Maria Martins de Melo  
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

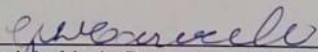
Membro:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr.ª Patrícia de Oliveira e Silva Pereira Mendes  
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

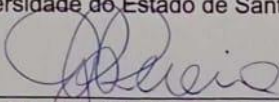
Membro:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Ricardo Desidério da Silva  
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR

Membro:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr.ª Gabriela Maria Dutra de Carvalho  
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr.ª Graziela Raupp Pereira  
Instituto de Consultoria Educacional e Pós-Graduação – ICEP/SC

Dedico este trabalho a minha mãe Karla, mãe-avó Nilza (*in memoriam*), tia Marli, tia Daniela e para todas/os aqueles que caminharam comigo até aqui, inclusive as crianças que passaram e passarão por mim e todas/os professoras/es que acreditam e lutam incansavelmente por uma Educação Sexual Emancipatória.

## AGRADECIMENTOS

Hoje eu só vim agradecer por tudo que Deus me fez  
Quem me conhece sabe o que vivi e o que passei  
O tanto que ralei pra chegar até aqui  
E cheguei, cheguei [...]  
Ô, mãe, ô, mãe do céu  
Abençoei, abençoei, abençoei a correria  
E o nosso pão de cada dia (oh, uô, uô, uô)  
Ô, mãe, ô, mãe do céu  
Abençoei, abençoei, abençoei a correria  
É minha fé que me guia (ah, ah) (IZA, 2022).

Agradeço primeiramente a Deus, Oxalá, ao Universo e a minha avó Nilza (*in memoriam*), por terem me guiado e dado forças para a conclusão de mais esta etapa em minha vida. Pois, parafraseando Iza (2022), quem me conhece sabe o quanto ralei e me dediquei para chegar até onde eu cheguei - e CHEGUEI!

À professora Dra. Sonia Maria Martins de Melo, minha Orientadora que não me deu o peixe, mas me ensinou a pescar; aquela que me deu todo apoio e teve paciência ao longo deste trabalho. Sua dedicação em compartilhar conhecimentos e suas orientações valiosas foram fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação. Agradeço por investir seu tempo e esforço em me ajudar a aprimorar minhas habilidades acadêmicas e por acreditar no meu potencial, e eu sou grato, pois aprendi a pescar.

À banca da qualificação: Dra. Yalin Yared e Dra. Alba Regina, pelas ricas contribuições e reflexões.

À banca final: Dra. Patrícia Mendes, Dra. Graziela Raupp, Dr. Ricardo Desidério, Dra. Gabriela de Carvalho e Dra. Alba Regina, por aceitarem o convite para compor a avaliação final deste trabalho e tecer suas contribuições, que serão de grande valia neste momento.

À Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), universidade pública responsável pela minha caminhada acadêmica na pós-graduação.

A todas/os as/os colegas, docentes e técnicos do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/UDESC, pelo convívio e aprendizado.

A todas/os minhas/meus professoras/es do Centro Universitário Municipal de São José, por todos os ensinamentos - USJ VIVE!

As/os amigas/os do Curso de Pedagogia que conheci em 2016.1 e seguimos firmes e fortes até 2019.2 e que sempre me acompanharam e acreditaram no meu potencial.

As/os amigas/os do Grupo EDUSEX, Aline Machado, Karine, Moira e Eduardo, pelas tardes de conversas, reflexões e cafezinhos.

As/os amigas/os que fui conquistando neste período de estudos nas disciplinas, que sempre me apoiaram e que fortaleceram esse meu trilhar. Deixo aqui meu muito obrigado para elas/es Clarice, Danielle, Fernanda, Priscila, Liliane e André Furlan.

Ao curso gratuito oferecido em 2020, de forma remota, no Pré-pós-UFPR, juntamente com a professora Doutoranda Antoniele Luciano, que, junto com outras/os mestrandas/os, doutorandas/os e professoras/es Doutoradas/es, fez um lindo trabalho orientando alunas/os de todo Brasil para ensinar como elaborar um projeto de pesquisa de qualidade.

A minha mãe Karla, por sempre compreender minhas ausências em diversas datas por estar me dedicando aos estudos e sempre, mesmo de longe, me dando apoio e torcendo por mim.

A minha tia Marli e tia Daniela, por acreditarem no meu potencial e sempre torcendo para o meu melhor e por compreenderem minhas ausências nesses últimos dois anos.

Ao meu querido companheiro Lucas, que conheci durante esse percurso de estudos do Mestrado, e que me auxiliou e me deu forças para sempre continuar e pela sua compreensão em diversos momentos em que não lhe pude dar a atenção necessária.

À Prefeitura Municipal de Florianópolis, junto com a Secretaria Municipal de Educação, Diretoria de Educação Infantil e a Gerência de Formação Continuada, pelo espaço cedido para a pesquisa e por confiar em suas/seus docentes pesquisadoras/es que estão em busca, sempre, de melhorias e qualidade para a nossa Educação.

A todas/os as/os docentes e Equipe Diretiva do NEIM do Futuro Professor Sérgio Grando, onde atuo, pela força e reconhecimento neste momento tão delicado da pesquisa.

À diretora Ana Lucia, por me apoiar e elogiar minha coragem em abraçar o Pós e continuar desenvolvendo um rico trabalho docente no NEIM, por suas palavras e por me ouvir quando precisava.

À minha supervisora Lucy Milena, por compreender minhas especificidades nesses momentos de angústias e me acalantar com suas fraternas palavras, me encorajando e dando forças.

Às amigas do NEIM que sempre me apoiaram, pela coragem e perseverança em me dedicar nos estudos mesmo trabalhando 40 horas semanais. Por me ouvirem nos momentos mais exaustivos em que pensei em desistir. Obrigado, meninas/os: Michele, Sabrina, Tatiane, Sheila, Keyla, Laura, Karine, Jaqueline, Camila, Laine, Ruan e Bianca.

A toda/os as/os docentes e Núcleos de Educação Infantil Municipal de Florianópolis que cederam espaços e por terem participado da pesquisa realizada.

Por fim, a todas/os as/os aquelas/es que passaram pela minha vida e que de alguma forma contribuíram para minha evolução. Meus mais belos agradecimentos a todas/os que compreenderam minhas ausências, inclusive aos meus afilhados, Murilo e Davi, pelos momentos em que não foi possível estarmos juntos.

Como disse Snoop Dog:

Eu quero me agradecer por acreditar em mim mesmo, quero me agradecer por todo esse trabalho duro. Quero me agradecer por não tirar folgas. Quero me agradecer por nunca desistir. Quero me agradecer por ser generoso e sempre dar mais do que recebo. Quero me agradecer por tentar sempre fazer mais o certo do que o errado. Quero me agradecer por ser eu mesmo o tempo inteiro.



“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre” (FREIRE, 1989, p. 31).

## RESUMO

Há tempos, profissionais da área educacional, inclusive da Educação Infantil, têm sido alvo de críticas por parte de grupos conservadores, especialmente quando o foco das discussões recai sobre a Educação Sexual. Esta dissertação teve como objetivo geral desvelar a compreensão sobre a categoria Educação Sexual de docentes de núcleos de Educação Infantil da região continental em Florianópolis, como subsídio a projetos de formação continuada numa perspectiva emancipatória. Isso será feito por meio dos seguintes objetivos específicos: 1. aprofundar estudos de fundamentos teóricos-metodológicos das categorias-base do projeto (educação sexual; educação sexual emancipatória; educação infantil e formação continuada); 2. realizar pesquisa de campo junto a docentes de Educação Infantil de NEIM do Continente da Prefeitura/Secretaria Municipal de Florianópolis; 3. realizar análise de conteúdo do material coletado para elaborar relatório final. A pesquisa pautou-se no paradigma do materialismo histórico-dialético, com o método dialético como diretriz, com a seleção das seguintes metodologias para serem vivenciadas nesse processo de desvelamento: um estudo exploratório, mediante uma revisão de literatura para dialogar teoricamente com cúmplices teóricos sobre as categorias-base preferenciais, seguido de análises de levantamento bibliográfico e documental, acompanhado de uma pesquisa de campo. Na pesquisa de campo, a coleta de material junto à amostra intencional realizada junto às professoras pesquisadas foi realizada por meio da aplicação de um questionário semiestruturado. Nos dados cotejados utilizou-se da metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), com apoio de Triviños (1987), para o desvelamento das vertentes pedagógicas de educação sexual existentes e preponderantes na educação brasileira, expressas nas respostas das pesquisadas, com indicadores calcados na classificação de Nunes (1996), que as divide em (4) quatro vertentes repressoras e uma emancipatória. Os resultados desvelaram que as docentes registraram corajosamente, com fraterna transparência, suas respostas, sabendo da importância da pesquisa para que suas vozes fossem ouvidas, mesmo que afluíssem fortemente muitas vezes, nos seus registros, a vertente repressora biológico-reprodutivista como ainda majoritária em muitos de seus momentos de reflexão sobre seus saberes e fazeres, em vários dos espaços de suas vidas que lhes foram solicitados pelas questões. Mas com o avançar dos blocos da estrutura do instrumento de coleta que as desafiavam sobre o que fazer e o que esperavam/esperam das formações continuadas, por exemplo, desvelaram avanços teórico-críticos que evidenciam expressivos movimentos que resultaram em quadros com a prevalência unânime de indicadores de uma vertente emancipatória de Educação Sexual. Assim, ficou evidenciada a relevância deste estudo sobre a compreensão das professoras dos (12) doze NEIMs sobre a temática, seus interesses, medos e apontamentos, sobre as possibilidades de ampliação de estudos em suas formações continuadas que ampliem seus saberes e suas práticas pedagógicas numa perspectiva emancipatória, também na Educação Sexual, que já reconhecem como sempre existente em seu cotidiano. A partir dos resultados, as respostas indicam o desejo de transformar as marcas de repressão, demonstrando compromisso com um futuro mais aberto e livre, começando no ambiente escolar. Mesmo parecendo pequenas mudanças, elas buscam um amanhã diferente, alinhado com os direitos sexuais, que são reconhecidos como direitos humanos na Declaração de Direitos Sexuais (2014).

**Palavras-chave:** educação sexual; educação sexual emancipatória; educação infantil; formação continuada.

## ABSTRACT

For some time now, professionals in the field of education, including early childhood education, have been targets of criticism from conservative groups, especially when the focus of discussions falls on sexual education. The general aim of this dissertation is to unveil the understanding of the category of Sexual Education among teachers in Early Childhood Education centers in the continental region of Florianópolis, as a subsidy for continuing education projects from an emancipatory perspective. This will be done through the following specific objectives: 1. deepening studies of the theoretical-methodological foundations of the project's basic categories (sexual education; emancipatory sexual education; early childhood education and continuing education); 2. carrying out field research with Early Childhood Education teachers from the continental NEIM of the Florianópolis City Hall/Municipal Secretariat; 3. carrying out content analysis of the material collected in order to prepare a final report. The research was based on the paradigm of historical-dialectical materialism, with the dialectical method as a guideline, with the selection of the following methodologies to be used in this process of unveiling: an exploratory study, through a literature review to engage in theoretical dialog with theoretical accomplices on the preferred base categories, followed by analysis of the bibliographic and documentary survey, accompanied by field research. In the field research, material was collected from an intentional sample of the teachers surveyed by means of a semi-structured questionnaire. The data collated used the Content Analysis methodology proposed by Bardin (1977), with the support of Triviños (1987), to uncover the pedagogical approaches to sexual education that exist and are prevalent in Brazilian education, expressed in the responses of those surveyed, with indicators based on the classification of Nunes (1996), who divides them into (4) four repressive approaches and one emancipatory approach. The results revealed that the teachers courageously submitted their answers with fraternal transparency, knowing the importance of the research so that their voices could be heard, even though the repressive biological-reproductive aspect often emerged as the majority in many of their moments of reflection on their knowledge and work, in many of the areas of their lives that were prompted by the questions. But as the sections of the collection instrument progressed and challenged them on what to do and what they expected/expect from continuing education, for example, they unveiled theoretical-critical advances that showed significant movements that resulted in tables with the unanimous prevalence of indicators of an emancipatory approach to Sexual Education. Thus, the relevance of this study on the understanding of the teachers of the (12) twelve NEIMs on the subject, their interests, fears and notes, on the possibilities of expanding studies in their continuing education that broaden their knowledge and their pedagogical practices from an emancipatory perspective, also in Sexual Education, which they already recognize as always existing in their daily lives, became evident. Based on the results, the answers indicate a desire to transform the marks of repression, demonstrating a commitment to a more open and free future, starting in the school environment. Even if it may seem like small changes, they are looking for a different tomorrow, in line with sexual rights, which are recognized as human rights in the Declaration of Sexual Rights (2014).

**Keywords:** sexual education; emancipatory sexual education; early childhood education; continuing education.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa dos Núcleos de Educação Infantil Municipais - NEIMs .....	81
Figura 2 – As cem praias de Florianópolis .....	89

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo .....	91
Gráfico 2 – Faixa etária.....	92
Gráfico 3 – Religião.....	93
Gráfico 4 – Cor/raça segundo o IBGE.....	94
Gráfico 5 – Estado civil.....	95
Gráfico 6 – Orientação sexual .....	97
Gráfico 7 – Escolaridade .....	98
Gráfico 8 – Experiência em anos de docência.....	99
Gráfico 9 – Atualmente você é: efetiva/o ou ACT? .....	100
Gráfico 10 – Você é professor/a ou professora auxiliar de Educação Infantil? .....	101
Gráfico 11 – Qual seu grupo ou grupos de atuação? .....	102
Gráfico 12 – Em qual NEIM você atua?.....	103
Gráfico 13 – Você se sente capacitada para trabalhar projetos de Educação Sexual intencionais com suas crianças? .....	140
Gráfico 14 – Exercício de compreensão .....	145
Gráfico 15 – Você se sente preparada e à vontade para lidar cotidianamente em sua sala/NEIM com questões iguais a essas? .....	149
Gráfico 16 – Já participou de formação continuada sobre essa temática?.....	154

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias e cúmplices teóricos preferenciais <i>a priori</i> .....	38
Quadro 2 – Vertentes pedagógicas de educação sexual e seus indicadores, com base em Nunes (1996), Kornatzki (2013) e DDSDH (2014) .....	51
Quadro 3 – Blocos de perguntas analisadas .....	86
Quadro 4 – Pseudônimos docentes/praias da ilha de Florianópolis.....	90
Quadro 5 – Composição familiar descrita pelas docentes .....	95
Quadro 6 – O que as docentes compreendem por sexo .....	104
Quadro 7 – O que as docentes compreendem como sexualidade.....	105
Quadro 8 – O que as docentes compreendem por Educação Sexual.....	108
Quadro 9 – Educação Sexual na sua família de origem.....	112
Quadro 10 – Desta época, registre algum fato acontecido sobre a temática e sobre como foi encaminhado.....	115
Quadro 11 – Educação Sexual na família que estruturou .....	119
Quadro 12 – Fato acontecido atual sobre a temática neste seu espaço familiar.....	121
Quadro 13 – Educação Sexual nas escolas onde estudou .....	125
Quadro 14 – Registre algum fato acontecido sobre a temática naqueles espaços escolares e sobre como foi encaminhado.....	127
Quadro 15 – Educação Sexual no seu NEIM.....	129
Quadro 16 – Registre algum fato acontecido sobre a temática neste seu espaço profissional.....	131
Quadro 17 – Educação Sexual na sua sala referência/cotidiano .....	135
Quadro 18 – Fato acontecido sobre a temática no cotidiano de sua sala referência e como você lidou com a questão .....	137
Quadro 19 – Caso a resposta seja SIM, dê exemplos de algumas práticas pedagógicas que você já utilizou.....	141
Quadro 20 – Se a resposta for NÃO, explique o porquê.....	143
Quadro 21 – Justificando a resposta/exercício da compreensão .....	146
Quadro 22 – Se a resposta for SIM, com qual abordagem você trabalha?.....	150
Quadro 23 – Se a resposta for NÃO, descreva os entraves que atrapalham suas práticas nesse sentido .....	152
Quadro 24 – Quais foram e quem ofereceu formação que teve sobre Educação Sexual.....	155
Quadro 25 – Avaliação sobre o curso ofertado .....	155

Quadro 26 – Cursos que as docentes gostariam que fossem ofertados na área da Educação

Sexual..... 157

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT	Admitido em Caráter Temporário
AMORJA	Associação dos Moradores do Jardim Amodelar
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DDSDH	Declaração dos Direitos Sexuais como Direitos Humanos
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EaD	Educação a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EDUSEX	Formação de educadores e educação sexual
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FARESE	Faculdade da Região Serrana
FAVENI	Faculdade Venda Nova do Imigrante
H.A.	Hora-Atividade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LDB	Leis de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério de Educação
MHD	Materialismo Histórico-Dialético
NEIM	Núcleo de Educação Infantil Municipal
OMS	Organização Mundial da Saúde
PEEF	Políticas Educacionais, Ensino e Formação
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGE	Programa de Pós-graduação em Educação
PPP	Projeto Político-Pedagógico
RMEF	Rede Municipal de Ensino de Florianópolis
SME	Secretaria Municipal de Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina



UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
USJ	Centro Universitário Municipal de São José

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>DE ONDE VIM, PARA ONDE VOU: EDUCAÇÃO SEXUAL PARA O AUTOCONHECIMENTO NUMA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA ..</b>	<b>20</b>
<b>2</b>	<b>JUSTIFICANDO A PESQUISA À LUZ DA TEMÁTICA .....</b>	<b>31</b>
<b>3</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA: O APOIO DOS CÚMPLICES TEÓRICOS PREFERENCIAIS.....</b>	<b>38</b>
3.1	REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL: AFINAL, COMO TEM SIDO E COMO PODE SER .....	39
3.1.1	Vertente pedagógica biológica-reprodutivista e seus indicadores.....	42
3.1.2	Vertente pedagógica normativo-institucional e seus indicadores .....	44
3.1.3	Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva e seus indicadores.....	46
3.1.4	Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna e seus indicadores.....	47
3.1.5	Vertente pedagógica emancipatória e seus indicadores .....	48
3.2	REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA: BASE DA VERTENTE PEDAGÓGICA EMANCIPATÓRIA.....	52
3.3	REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL: SUAS INTERFACES COM A EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA .....	57
3.4	REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA INTENCIONAL DE PROFESSORAS/ES EM EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA: ADIAR NÃO É MAIS POSSÍVEL .....	63
<b>4</b>	<b>MOVIMENTOS METODOLÓGICOS: CAMINHOS PRESCRITOS E VIVIDOS.....</b>	<b>73</b>
4.1	NARRANDO O MOVIMENTO VIVIDO DA PESQUISA .....	79
4.2	O VIVIDO NA ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA: CAMINHOS TEÓRICOS-REFLEXIVOS PARA DESVELAR CATEGORIAS À LUZ DOS INDICADORES .....	82
<b>5</b>	<b>MERGULHANDO NO QUESTIONÁRIO: ANALISANDO OS BLOCOS TEMÁTICOS EM BUSCA DA COMPREENSÃO DOCENTE.....</b>	<b>86</b>
5.1	BLOCO TRAÇANDO OS PERFIS DOCENTES .....	88
5.2	BLOCO BUSCANDO A COMPREENSÃO DOS CONCEITOS BÁSICOS ...	103
5.3	BLOCO EDUCAÇÃO SEXUAL NA FAMÍLIA DE ORIGEM.....	111

5.4	BLOCO EDUCAÇÃO SEXUAL NA FAMÍLIA QUE VOCÊ ESTRUTUROU.....	119
5.5	BLOCO EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA ONDE ESTUDOU.....	124
5.6	BLOCO EDUCAÇÃO SEXUAL NO SEU NEIM.....	129
5.7	BLOCO EDUCAÇÃO SEXUAL NA SALA REFERÊNCIA.....	135
5.8	BLOCO FORMAÇÃO DOCENTE E A EDUCAÇÃO SEXUAL.....	139
5.9	BLOCO EXERCÍCIO DE COMPREENSÃO/ LEVANTAMENTO DE POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO.....	145
5.10	BLOCO FORMAÇÃO CONTINUADA: A REALIZADA E A DESEJADA...	154
<b>6</b>	<b>FINALIZANDO A CAMINHADA, ACREDITANDO NO FUTURO, DESVELANDO A CATEGORIA ESPERANÇA.....</b>	<b>160</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>167</b>
	<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>180</b>
	<b>APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO.....</b>	<b>183</b>
	<b>ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....</b>	<b>188</b>
	<b>ANEXO B – DECLARAÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS.....</b>	<b>189</b>

## 1 DE ONDE VIM, PARA ONDE VOU: EDUCAÇÃO SEXUAL PARA O AUTOCONHECIMENTO NUMA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA

“Sou negro, pobre e gay e tenho potência também (LINIKER)”.

Para iniciar a tecer o diálogo<sup>1</sup> de onde vim e onde cheguei, tornando os estudos sobre Educação Sexual e Sexualidade parte de meu processo de autoconhecimento, é preciso destacar que, mesmo como professor negro, pobre e *gay* que sou, venho mostrar que é nosso direito ocupar todo e qualquer espaço no mundo. Infelizmente, esses espaços são frequentemente negados para nós, LGBTQIAP+<sup>2</sup>, “bichas” pretas, periféricas e educadoras/es. Portanto, nos meus espaços de vida, continuarei resistente e lutando por mim e por todas/os aquelas/es que são excluídas/os dessa sociedade que se diz democrática.

Nesse processo de escrita, vale ressaltar o que diz minha colega Márcia Freitas, doutora do Grupo de Pesquisa Formação de educadores e educação sexual (EDUSEX) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), quando disserta sobre a prática das escritas de nossas vidas: “O exercício de revisitar nossa história de vida nos permite conhecer melhor e entender algumas inquietações, estranhamento, conformismo e posicionamentos que temos diante de alguns assuntos” (FREITAS, 2016, p. 25).

Narro em primeira pessoa para dar potência à minha escrevivência<sup>3</sup> nesse diálogo em que proponho desvelar como a Educação Sexual veio a fazer parte da minha vida de forma crítica e consciente. Ainda assim, permito a mim mesmo o meu reconhecimento como sujeito, na tentativa insurgente de sair da opressão dessa sociedade que julga que o certo seria, por exemplo, a existência apenas de casais heterossexuais, isto é, que não fujam das matrizes

---

<sup>1</sup> Ao me referir ao termo diálogo/dialogicidade em minha escrita, pauto-me no pensamento de Paulo Freire em uma perspectiva existencial. Nesse sentido, como explica Zitkoski (2010, p. 151), “a proposta de uma educação humanista-libertadora em Freire tem no diálogo/dialogicidade uma das categorias centrais de um projeto pedagógico crítico, mas propositivo e esperançoso em relação a nosso futuro”. Além disso, proporcionar que a pessoa possa pensar de uma maneira crítica-amorosa-problematizadora a realidade de vida e o modo de perceber o mundo.

<sup>2</sup> LGBTQIAP+ busca representar pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, transgêneros e transsexuais, *queers*, intersexuais, assexuais, pansexuais e demais pessoas que não se identifiquem numa normativa da matriz heterossexual.

<sup>3</sup> Quando citada a palavra “escrevivência”, a qual foi concebida por Conceição Evaristo, é para dar potências para as nossas narrativas históricas a partir de nossas perspectivas de vida, ou seja, uma escrita com nossas vivências, sejam elas particulares ou coletivas, cujo objetivo é acordar o pessoal da Casa Grande. (EVARISTO, 2017).

heteronormativas hegemônicas em nossa sociedade capitalista. Nesse sentido, Santos (2018, p. 03) pontua que

a matriz heteronormativa envolve a significação do corpo. Ela subentende um sistema específico de coerência e continuidade entre sexo, gênero, desejo e prática sexual. Sendo assim, para ser inteligível, eu, que nasci (bio)mulher, devo necessariamente me ajustar às formas de comportamento entendidas como femininas pela expectativa social hegemônica, bem como desejar e praticar sexo com ‘homens’ (grifo da autora).

Ainda, mesmo sendo um homem cis e *gay*, o qual se relaciona com pessoas do mesmo sexo, enfrentei diversos preconceitos relativos ao meu jeito de SER e ESTAR no mundo em plenitude. Cheguei até aqui com muita luta, suor e determinação. Portanto, parafraseio e concordo com a cantora *drag queen* Pablo Vittar, em seu videoclipe Indestrutível, quando diz: “São milhares de adolescentes que, assim como eu, sofreram esse tipo de agressão. Está na hora de transformar o preconceito em respeito. De aceitar as pessoas como elas são e querem ser. De olhar na cara da homofobia e dizer: ‘Eu sou assim, e daí?’” (2018).

Sou cria de família preta e pobre, com mais 2 (dois) irmãos, Lucas e Luan, sendo eu o do meio. Nascido em São José, Santa Catarina, em abril de 1995, filho de Karla, uma jovem de 16 (dezesseis) anos que engravidou precocemente e não teve condições de criar os filhos<sup>4</sup> naquela época e por ser mãe solo, pois, como afirmam Jorge *et al.* (2014, p. 306), “[...] a gestação em adolescentes também causa impacto relevante na área social, fazendo com que muitas delas adiem sua frequência à escola, quando não abandonam os estudos, além de um retardo de sua entrada no mercado de trabalho”. E assim foi o que aconteceu com minha mãe. Ela interrompeu seus estudos e buscou emprego para auxiliar no sustento de seus filhos, mesmo que ela não morasse com eles e nem os criasse. Tudo isso é reflexo da falta de uma Educação Sexual emancipatória, melhor dizendo, foi educada sexualmente sob um modelo repressor, no qual a possibilidade de emancipação era silenciada. Consequentemente, não lhe chegavam todas as informações necessárias para um bem viver, devido aos preconceitos, mitos e tabus que a sociedade colocava e ainda coloca em cima da temática Educação Sexual, principalmente ao tratar a injustiça da desigualdade social, advinda de um modelo desumanizador e explorador, como natural.

Fui então criado pela minha avó, a quem eu sempre chamei de mãe. Ela teve que criar e educar suas/seus 8 (oito) filhas/os sozinha, pois ficou viúva cedo. Além de criar seus próprios filhos, auxiliou na criação de outros netos/as. Por fim, criou mais 3 (três) netos (Leandro - eu - , Nycolas e Victor) até seu último dia de vida, 28 de novembro de 2012. Sou, portanto, neto da

---

<sup>4</sup> Somos 3 (três), Lucas o mais velho, eu (Leandro) e o caçula Luan.

Dona Nilza (*in memoriam*), que sempre acreditou no meu potencial, me dando tudo do bom e do melhor que estava ao seu alcance. Minha avó, analfabeta no que se convencionou de chamar de leitura de palavras, passou por muitas dificuldades e trabalhou em casas de diversas famílias brancas, mas nunca deixou de me incentivar a estudar e lutar pelos meus sonhos. Não é à toa que sou o primeiro da família Antunes a chegar até aqui, com uma graduação e a pós-graduação em nível de mestrado, sempre em universidades públicas, mesmo tendo passado por diversas lutas e entraves ao longo do nosso/meu caminhar. Assim, dedico todos os meus esforços a ela.

Registro a seguir um pouco da minha vida na escola, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, onde poucas das vezes me eram apresentados temas que abordassem explicitamente, numa perspectiva emancipatória, as temáticas voltadas para a sexualidade. Mas sempre vivenciando a Educação Sexual e Sexualidade num processo intencional ou oculto no dia a dia bastante repressivo. Isto porque entendo que falar pouco de uma determinada maneira repressiva e/ou não falar sobre a temática Educação Sexual, silenciá-la, na verdade, dá suporte a no mínimo um modelo de estranhamento das crianças e jovens sobre a dimensão sexualidade. Ademais, “outro ponto a ser salientado é a ausência de discussões sistematizadas no ambiente escolar. A falta de informações e diálogos sobre a temática é uma forma de educar sexualmente ainda não reconhecida ou até mesmo não percebida por muitos educadores” (OLIVEIRA, 2022, p. 860), isto é, a ausência gera um silêncio, o qual também é uma forma de Educação Sexual silenciada e repressora.

Na Educação Infantil não tenho muitas recordações sobre trabalhos que fossem voltados para uma Educação Sexual intencional numa abordagem emancipatória. Porém, sempre, até mesmo nos anos iniciais, eram fortes os marcadores de diferenças, tais como os estigmas de gênero, personificados nos brinquedos, muitas vezes nas cores azul e rosa, dividindo as cores em específicas para meninos (azul) e meninas (rosa), assim reforçando o sexismo.<sup>5</sup>

Já nos anos finais do Ensino Fundamental, nas disciplinas de Ciências e no Ensino Médio em Biologia eram onde, muitas das vezes, ouvíamos algo retratado sobre gravidez precoce na adolescência, órgãos reprodutores genitais e sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs)<sup>6</sup>, na época, tratadas como doenças, sendo assim, nomeadas como Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs). Nessas conversas/palestras também contavam as/os professoras/es com o auxílio de enfermeiros e médicos para falar sobre o tema. As aulas

---

<sup>5</sup> Sexismo é um termo utilizado para distinção de papéis sociais por gênero masculino e feminino.

<sup>6</sup> O Ministério da Saúde, por meio do Decreto n.º 8.901/2016, estabelece que “a terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) passou a ser adotada em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas” (BRASIL, [S.d.]).

e palestras eram retratadas de maneira voltada apenas para o aspecto dos cuidados relacionados à gravidez precoce ou não planejada, com viés até assustador. Os tópicos incluíam instruções sobre o uso do preservativo masculino e feminino e demais cuidados com as ISTs, sendo, na maioria das vezes, num enfoque biológico redutor e aterrador, estratégia de mundo. E é essa falta de diálogos e (in)formações que parece preponderar ainda nas escolas e que fortalece minha decisão de pesquisar e dissertar sobre a temática.

Nesse viés, posso perceber a necessidade de formações regulares e continuadas para as/os docentes não apenas da área da educação, mas entre demais áreas. Nesse sentido, concordo plenamente com Ribeiro (2013) ao ressaltar a importância da formação dos profissionais tanto da saúde quanto da educação. Essa formação é fundamental para enfrentar os tabus relacionados ao sexo, à sexualidade e à orientação sexual, que são resultado das dificuldades impostas pela visão hegemônica na sociedade. Essa visão repressora é fruto da predominância do modo de produção capitalista que perdura até hoje.

Cito minha vida como exemplo: sempre me via como uma pessoa fora das normas heteronormativas, sentindo atrações por pessoas do mesmo sexo, ou seja, afirmando desde sempre dentro de mim a minha homossexualidade. Mas na adolescência não havia um diálogo emancipador, crítico-reflexivo por parte de familiares e nem na escola, apenas eram feitos reforços dos padrões heterossexuais dados como os únicos ditos “normais”, o que me fez pensar muitas vezes que eu era um SER estranho habitando o meu corpo.

Após finalizar meu Ensino Médio e com o falecimento da minha avó, fui morar sozinho aos 18 anos, porque após me assumir homossexual não fui “aceito”, saí da casa dos meus padrinhos, lugar onde fiquei aproximadamente um ano. Saí de cabeça erguida e pronto para encarar o mundo e seus preconceitos. Minha mãe Karla, que também não concluiu seus estudos, interrompendo-os no Fundamental II, hoje denominado de anos finais do Ensino Fundamental, mesmo não tendo me criado, sempre que possível estava ali, ajudando-me nem que fosse com conselhos ou uma palavra de conforto, já que, para ela: quem era ela para me julgar? Apenas queria que eu fosse feliz. Além do acolhimento de minha mãe Karla, tive também o apoio total das minhas tias Marli e Daniela, que não mediram esforços para me acolher e me tranquilizar. Também, recebi acolhimentos de amigas/os como Matheus Rosa, Rafaela Campos e minha prima Nicolly Antunes, que cresceram e conviveram comigo, sendo os primeiros a saber da minha orientação sexual. Mesmo elas/es sendo heterossexuais, nunca me desrespeitaram ou criticaram e sempre foram um alicerce para que eu pudesse me abrir com elas/es e desabafar.

Nesse episódio acontecido na minha vida, percebo a importância dos diálogos emancipatórios sobre a dimensão da sexualidade enquanto parte inseparável do existir humano.

O respeito à diversidade sexual é um direito das pessoas, e é importante que essas discussões estejam presentes nos ambientes formais e não formais, especialmente nas famílias. Nessa mesma linha de pensamento, Nascimento e Scorsolini-Comin (2018, p. 1533) registram:

Um ponto relevante é de que a família se preocupa com os preconceitos que o(a) filho(a) poderá sofrer, o que não garante que o preconceito não acontecerá dentro da própria casa. Há preconceitos velados, como, por exemplo, dizer que não discrimina o filho, mas que é bom que esta informação permaneça apenas entre eles, reforçando a tese da manutenção do segredo relacionado à intimidade dentro do ambiente privado, como se os afetos não pudessem ser visíveis na esfera pública.

Assim, quando saí de casa após a morte da minha avó, optei por não morar com minha mãe. Isso porque ela morava e ainda mora em Imbituba, uma cidade pequena, na qual eu não via perspectivas de vida para mim, pois eu queria estudar e seguir a vida acadêmica.

Trabalhei dia e noite em uma rodoviária para conseguir me manter, até que passei em um curso técnico de logística em 2015 na Escola Técnica Geração, instituição privada, com a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mas não o finalizei, pois não me identifiquei com o curso. Logo, passei com a nota do ENEM em Direito em uma instituição privada: Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), para período integral, mas não pude cursar, não teria como me manter financeiramente, até que em 2016 passei em Pedagogia, em uma instituição pública no período noturno, no Centro Universitário Municipal de São José (USJ). Ali iniciou-se a realização de meu sonho de ser pedagogo, uma vez que, desde criança, sempre quis ser professor, mesmo ouvindo sobre a desvalorização dessa profissão tão linda que decidi seguir.

Hoje compreendo que a profissão de pedagogo vem me possibilitando dialogar com a abordagem emancipatória do ser humano, nela incluída a Educação Sexual, por ser inseparável do processo. Isso me leva inclusive a aprofundar meu processo como educador, na busca de aperfeiçoar-me como professor-pesquisador com um olhar humanizado, crítico-reflexivo.

Após adentrar ao USJ como um homem *gay*, negro, que fala intencionalmente e emancipatoriamente sobre Educação Sexual, vi que era por essa temática que queria transitar em meus estudos, porque o assunto me fazia e faz refletir sobre quem eu sou. Esse fator, para mim, foi um divisor de águas, pois pude me reconhecer como um sujeito de direitos, visto que ser homossexual, fugir dos padrões heteronormativos e quebrar as barreiras de uma sociedade ainda patriarcal em pleno século XXI não era e não é uma tarefa fácil.

Conheci então, nesse meu trilhar acadêmico, na terceira fase de Pedagogia, na disciplina de Educação Inclusiva, uma professora na universidade. Essa professora foi quem me falou sobre seu Doutorado na área da Sexualidade e Educação Sexual em Portugal. Foi



quando percebi que ali existia um caminho e um futuro profissional qualificado para mim na área. Tudo fruto dos diálogos críticos-reflexivos tecidos com a professora Dra. Graziela Raupp Pereira, uma grande incentivadora, que sempre acreditou em mim e esteve do meu lado sem medir esforços para me ajudar e apoiar nessa jornada.

Dentro desse meu percurso no USJ, iniciado em 2016 e finalizado em 2019, sempre que possível fiz o exercício de transversalizar intencionalmente as temáticas de gênero e sexualidade em meus trabalhos sistemáticos em Educação Sexual. Assim, foi crescendo meu interesse pela temática, o que me permitiu ampliar minha compreensão do contexto político-pedagógico de onde surgem todas as resistências, em vários ambientes sociais atuais, em debater criticamente o assunto.

Chegando à quarta fase do curso de Pedagogia, já estava decidido a fazer o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) voltado para a área da sexualidade e gênero, e tinha muito segura a decisão de que lidamos com seres humanos diariamente e somos seres sexuados desde o nascimento. Vi ali a possibilidade de plantar uma semente visando a contribuir, por mínimo que fosse, com um futuro melhor para todas as pessoas, ressignificando e superando preconceitos e tabus a partir do meu papel como professor-crítico em processo de construção.

Não consigo deixar de ressaltar aqui os desafios diários que foram esses 4 (quatro) anos de graduação (2016 a 2019) em Pedagogia, em que buscava diversas tentativas para adentrar como estagiário junto às crianças em instituições privadas, dado que, para concurso como efetivo, geralmente é preciso estar formado. Porém, na maioria desses recintos privados, sempre me foi dito que esse espaço como educador era apenas para mulheres<sup>7</sup>, por questão de serem compreendidas como figuras representativas de mães e de mulheres e que só elas poderiam cuidar e educar essas crianças. Pude perceber então que “este fato é em decorrência da construção histórica da identidade profissional, onde durante um longo período esses espaços tiveram um viés fortemente assistencialista, privilegiando o cuidado das crianças, onde socialmente era encarado como tarefa destinada às mulheres” (SOUZA, 2016, p. 9), sem um olhar pedagógico para o desenvolvimento da criança, como prevê a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 1996).

---

<sup>7</sup> Nesse viés, concordo com Silva (2014), o qual, em seu livro “Docência Masculina na Educação Infantil: impressões de um iniciante, Gênero e raça em discussão”, diz que espera, também, das futuras professoras que “rompam com o sexismo e a feminização, organizando nos espaços docentes e nas relações com os educandos pequenos, uma ação e um clima antissexista, antirracista e antipreconceituoso no sentido amplo do termo” (SILVA, 2014, p. 20). Assim, com todo o respeito às lutas das mulheres para conseguirem adentrar em um campo de atuação e conquistarem seus espaços na área da Educação, essas conquistas das mulheres não devem excluir outras aspirações que vão além do papel de gênero que a sociedade impõe, ou seja, elas podem adentrar quaisquer outros espaços que almejem.

Esse foi um reforço no meu ponto de partida para querer ser um professor-educador na Educação Infantil, pois, como discente de Pedagogia naquela época, não me sentia ali representado, e ainda não me sinto na maioria desses espaços. Mas acredito na possibilidade de mudança, mesmo que pequena, uma vez que, no meu período de estágio obrigatório na Educação Infantil, não havia homens atuantes, apenas eu naquela unidade e um colega em outra unidade. É necessário acabar a divisão de trabalho que muitas vezes limita a Educação Infantil a uma perspectiva feminina, focada apenas em cuidados, assistencialismo e na ideia de que somente mulheres são capazes de educar e cuidar das crianças (FONSECA, 2010; SILVA, 2014).

Hoje, formado em Pedagogia, com especialização na área de Sexualidade e Gênero pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI) (2020) e na área de Supervisão pela Faculdade da Região Serrana (FARESE) (2021), relembro sempre que estou exercendo a docência como professor e educador, atuando na Educação Infantil e sempre buscando participar de pautas e formações emancipatórias, também, sobre Educação Sexual e Sexualidade, porque vejo a importância da representatividade masculina nessa docência. Haja vista que, ainda, “[...] na sociedade consideram o professor homem na educação infantil como um homossexual ou até mesmo um fracassado em busca de um emprego mais ‘fácil’, mas que é um ator sobre suspeitas e perigo” (SILVA, 2014, p. 45, grifo do autor), o que de fato não é.

Essa reflexão me permite observar que o homem atuante na Educação Infantil não é tão bem-visto pela sociedade ao trabalhar no educar pedagógico e cuidar da criança. Mas não devemos deixar que esse pensamento se perpetue. Nesse sentido, percebo que vem aumentando o nível das pesquisas críticas nessas discussões, o que tem colaborado para uma reflexão mais positiva sobre a figura masculina na docência e, conseqüentemente, sobre as possibilidades de diversidade de orientação sexual desse professor. Isso nos possibilita uma abordagem positiva de respeito ao direito de cada pessoa ser plena no seu existir.

Ainda, sobre a trajetória acadêmica como um docente do gênero masculino em busca de oportunidades de se inserir nos espaços educativos, foi apenas nos últimos semestres que consegui dois estágios remunerados. Fiquei apenas um mês, mas sou grato até hoje pelo pessoal do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos da Associação dos Moradores do Jardim Amodelar (AMORJA), em especial as responsáveis por esse local, Cláudia e Eliane, onde atuei como docente estagiário em 2018 e confiaram no meu potencial. Em seguida, atuei como estagiário na Secretaria Municipal de Educação (SME) em Florianópolis por meio do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). Pude atuar na secretaria de uma unidade educativa municipal, tornando ali crescente o meu desejo de ser docente na Educação Infantil. Lá

participei dos processos de desenvolvimento das crianças, tudo isso graças à minha diretora na época (2018-2019), Daniela Cristina, inclusive é minha tia, que me acolheu e deu suporte quando mais precisei.

Continuando sobre o meu trilhar acadêmico, ao finalizar meu TCC, intitulado “Sexualidade e Gênero: os olhares docentes da educação infantil”, orientado pelo professor Dr. Roberto Antônio Capiotti da Silva, percebi que precisamos focar mais a inclusão intencional dessa temática numa perspectiva emancipatória na formação inicial e continuada dessas/es professoras/es. Isso fez com que buscasse cada vez mais formações e realizasse trabalhos que me dessem mais embasamentos teórico-metodológicos para compreender melhor esse universo da Educação Infantil, onde as crianças vão iniciar os primeiros momentos de interações, já que são oriundas de diversos contextos familiares, sejam eles com vários tipos de composição familiar, tais como as de origem tradicional/nuclear, as reconstituídas, as homoafetivas, as monoparentais, as adotivas, dentre outras.

Essas minhas “escrevivências” de vida, estudos e de práticas de estágios foram fortalecendo o meu desejo de aprofundar o tema sexualidade frente aos processos educativos vividos na infância, buscando sempre caminhos para auxiliar na sensibilização sobre as possibilidades de vivenciar no cotidiano escolar uma abordagem emancipatória de Educação Sexual. Essas crianças estarão assim mais protegidas inclusive contra várias violências existentes no mundo se tiverem essa abordagem intencional sobre Educação Sexual emancipatória nas suas famílias e nas escolas. Precisamos dialogar sobre Educação Sexual e sua importância na sociedade e dizer que isso não é falar só de sexo, relações sexuais etc, mas falar de sentimentos, afetos, ou seja, conversar sobre todas as nuances da dimensão humana do SER.

Retomando os conhecimentos marcantes que tive no decorrer da trajetória acadêmica na universidade, nela conheci uma colega, Aline Warken, egressa do USJ na Semana da Pedagogia em 2019, que fez uma fala sobre sua dissertação “Estudo exploratório sobre meio ambiente, sexualidade e suas interfaces à luz do pensamento paulofreireano” (WARKEN, 2018). Ao final da palestra fui ao encontro dela para falar do meu tema de TCC e ela me contou do seu mestrado, um pouco mais da sua dissertação defendida em 2018 e do Grupo de Pesquisa EDUSEX/UEDESC/CNPq. Logo me fez um convite para participar de um colóquio de Grupos de Pesquisa sobre Educação Sexual a ser realizado naquele ano, organizado pelo grupo citado. Nesse evento foi onde conheci várias/os pesquisadoras/es da Educação Sexual numa perspectiva emancipatória. Foram várias/os palestrantes que me trouxeram diversas nuances do processo vivido em espaços educativos formais e não formais. Por conseguinte, comecei a

ampliar meus caminhos investigativos pelo mundo da Educação Sexual. Passei a estudar ainda mais sobre a importância desses diálogos nos espaços educacionais, formais ou não formais, na busca de sensibilizar as pessoas sobre as possibilidades de cada vez mais vivenciar processos emancipatórios de educação, nela incluída a dimensão da sexualidade inseparável do existir humano.

Iniciei então, em 2019, minha primeira especialização via Educação a Distância (EaD) na área. Porém, após finalizá-la, vi que não era o suficiente para suprir minhas necessidades de conhecimentos. Foi aí que comecei a planejar meu projeto de mestrado. Consegui fazer um curso de extensão universitária em Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós, da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 2020, que me auxiliou a montar um projeto para mestrado e doutorado. Logo, foi nesse momento que me dediquei ao meu projeto para concorrer ao ingresso, em 2021, na UDESC, na linha de pesquisa: Políticas Educacionais, Ensino e Formação (PEEF). Concorri à vaga do Grupo EDUSEX, junto à orientadora Profa. Dra. Sonia Maria Martins de Melo.

Minhas escritas neste projeto/dissertação foram decisivamente na direção da realização de uma pesquisa visando a contribuir com aprofundamentos de temas derivados de uma abordagem intencional de Educação Sexual emancipatória na formação de professoras/es, em especial da Educação Infantil. Acredito que ao falarmos sobre esta temática, nesta abordagem com as/os docentes que educam e educarão nossas crianças, podemos contribuir com a diminuição dos índices de violências contra elas. Assim, ampliando também a compreensão das famílias sobre a riqueza dessa dimensão humana da sexualidade e seus desdobramentos positivos em nossos modos de educação.

Dissertar sobre Educação Sexual e Sexualidade na formação continuada foi um objetivo que aprofundi no recorte estabelecido. Utilizei informações científicas e humanistas em diálogos com profissionais da educação, saúde e famílias, a fim de contribuir com processos de sensibilização sobre a importância de promover diálogos contínuos nessa área, com uma perspectiva emancipatória. Nesta abordagem, sempre há que agregar mais conhecimentos científicos, desmistificando os mitos e tabus que a grande maioria da sociedade coloca ao falar sobre Educação Sexual e Sexualidade.

Aponto, também sobre a importância do desenvolvimento desse trabalho na Educação Infantil, pelo fato de ser nela que as crianças têm seus primeiros contatos com o mundo, via sua socialização, onde se pode desvelar a elas a riqueza da diversidade humana e a pluralidade de tipos de famílias, em diversos contextos. Há que falar sobre Educação Sexual e Sexualidade sem tabus e preconceitos, visando à formação integral, essa “[...] orientada para as diferentes

dimensões humanas (linguística, intelectual, expressiva, emocional, corporal, social e cultural), realizando-se através de uma ação intencional orientada de forma a contemplar cada uma destas dimensões como núcleos de ação pedagógica” (ROCHA, 2010, p. 12). Priorizando a temática Educação Sexual nessa perspectiva na formação de professoras/es e sua importância para o crescimento pessoal e profissional pedagógico da/o docente, como aponta Figueiró (2014).

Após todo esse apanhado de conhecimentos até agora em minha caminhada, relato aqui um pouco da minha trajetória enquanto docente. Assim que adentrei profissionalmente na primeira unidade educativa no início de 2020, como professor regente de sala, atuante no município de Florianópolis em cargo de Admissão em Caráter Temporário (ACT) na Educação Infantil, sempre tive em vista apontar para a comunidade escolar meus interesses em dialogar com educadoras/es sobre o tema Educação Sexual e Sexualidade. Quando iniciei e tive meu primeiro contato com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) daquela unidade, observei que não havia nenhuma fala explícita intencionalmente sobre Educação Sexual, apesar de muitas/os de nós já termos ciência de que um currículo oculto está entrelaçado a cada PPP. Logo em seguida entramos para o momento de isolamento devido à pandemia da Covid-19.<sup>8</sup> E foi ali que finalmente tive a oportunidade de fazer uma miniformação, com carga horária de 30 horas, com o grupo docente daquela unidade, dialogando com as/os docentes sobre a importância da Educação Sexual na infância.

Como já registrou Sayão (1997, p. 101) há 25 anos, “são os professores que terão que contribuir para que seus alunos tenham uma visão positiva e responsável da sexualidade, isto devido à proximidade entre professor e aluno no contexto escolar”. Foi nessa formação que percebi que estava iniciando mais um caminho na área da formação docente, sempre como educador. Ali, pude obter uma conquista significativa ao implementar o tema da Educação Sexual e Sexualidade na infância no PPP. Acredito na importância da formação continuada para as/os professoras/es, pois isso os aproxima desse tema e contribui para uma educação emancipatória, verdadeiramente democrática e inclusiva, beneficiando suas crianças.

No ano de 2021, retomamos o ano letivo para 50% presencial e os outros 50% foram remotamente, ou seja, *online*. Na unidade educativa em que trabalhei 40 horas, dei início imediatamente a um planejamento para meu grupo da época, de crianças de 5 (cinco) e 6 (seis) anos, que contemplasse trabalhar intencionalmente a Educação Sexual numa abordagem

---

<sup>8</sup> Em 2019, a “[...] Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos” (OPAS, 2023). Após esse alerta, em 2020 o coronavírus, ficou popularmente conhecido como SARS-CoV-2, que causava e ainda causa uma síndrome respiratória aguda grave. (OPAS, 2023).

emancipatória tanto no presencial quanto no remoto, visto que “desde que nascemos somos seres sexualizados e não podemos continuar numa concepção de infantilismo, encarando as crianças como assexuadas e ignorando o nível de tensão e interesse que lhes diz respeito” (NUNES, 1987, p. 19). E foi a partir de um projeto de identidade, que visava a trabalhar a criança-sujeito em todas as suas dimensões e totalidades, que abordei o tema. Foi enriquecedor, pois muitas famílias ainda não sabiam como falar com suas crianças sobre o tema cuidado com o corpo, inclusive sobre como nomear cientificamente os órgãos genitais.

Esse trabalho tomou uma grande proporção na forma remota, porque precisava do auxílio-participação das famílias nesse processo. Porém, confesso que, de início, tive meus medos: o que as famílias daquela comunidade iriam pensar? Mas foi gratificante ouvir as devolutivas, tanto das famílias, como das crianças e das professoras que participaram do projeto, quanto da direção. Foi ali que me senti cada vez mais seguro nessa nova perspectiva de atuação. É possível concordar com Campos (2019), quando afirma que uma Educação Sexual precisa ser ofertada com qualidade para poder conceder à criança um crescimento mais humano, equilibrado, tendo conhecimentos sobre sua identidade, corpos, seus direitos e deveres para com sua intimidade e sua cultura.

Portanto, concluo esta introdução em forma de memorial, ressaltando a importância de uma abordagem de Educação Sexual sob essa perspectiva. Essa abordagem tem me proporcionado um resgate pessoal, uma ampliação crítico-reflexiva e sensibilizadora, além de contribuir para meu autoconhecimento diante de todos os preconceitos que sofri devido à falta de diálogos sobre orientação sexual, gênero e sexualidade. Ao refletir sobre meu processo de Educação Sexual repressora vivido, reconheço a necessidade de promover uma educação mais inclusiva e aberta a essas discussões.

Acredito em uma Educação Sexual emancipatória que possa libertar, humanizar, transformar e (in)formar seres e sujeitos sem preconceitos e tabus desde a primeira infância até o final de suas vidas. E para contribuir com essa abordagem é que apresento meu projeto de dissertação expresso a partir da justificativa e problema de pesquisa.

## 2 JUSTIFICANDO A PESQUISA À LUZ DA TEMÁTICA

O Brasil vem, nos últimos anos, sofrendo ataques em diversas áreas, inclusive na educação do país. Não é de hoje que profissionais da Educação são atacados pelas bancadas conservadoras quando os diálogos versam sobre Educação Sexual, Sexualidade e Gênero. Ainda, esses ataques têm se intensificado após as mobilizações ligadas aos movimentos chamados “Escola sem Partido”<sup>9</sup> e os discursos ilusórios das tal falácias “Ideologia de Gênero”<sup>10</sup> (MELO *et al.*, 2021), além das perseguições e criminalização de educadoras/es<sup>11</sup> que abordam intencionalmente a sexualidade e toda a sua diversidade e dimensão humana.

Não só, mas também Melo *et al.* (2021, p. 213) discorrem que:

Nos últimos anos pesquisadores e pesquisadoras que atuam no campo da produção de conhecimentos, em Grupos de Pesquisa nas universidades brasileiras, mais especificamente aqueles que trabalham numa abordagem emancipatória nas várias interfaces entre a categoria Educação Sexual e os Direitos Sexuais, entendidos como parte inseparável dos Direitos Humanos, têm sido desafiados por movimentos repressores oriundos de organizações políticas governamentais, em todos os seus níveis, bem como por organizações não governamentais ligadas a grupos extremistas religiosos.

Dentre esses que lutam pelo enfrentamento desse retrocesso de uma abordagem humanista de educação, vejo-me incluído hoje, desafiado pela escrita desta dissertação, pois pretendo que ela sirva de subsídios para formações continuadas no fortalecimento de práticas pedagógicas emancipatórias, especialmente no que se refere à Educação Sexual intencional das pessoas. Como pedagogo e docente de Educação Infantil da rede pública de Florianópolis desde 2020 até o momento atual, tenho percebido poucos diálogos intencionais sobre Educação Sexual e Sexualidade numa perspectiva emancipatória nos espaços de Educação Infantil onde atuo e nas nossas formações continuadas.

Isso tudo se agrava ainda mais devido às críticas e ataques levantados pelo ex-presidente eleito em 2018. Em seus discursos sobre o tema, na maioria das vezes, criticou o livro “Aparelho Sexual & cia — um guia inusitado para crianças descoladas”. No entanto, essas críticas eram ações muito bem pensadas por ele e totalmente intencionais para desestabilizar e amedrontar quem não conhecesse o livro. Por meio de suas falácias e *fake news*, apontou, de forma intencional e sem ser verdade, que esse material estava usado nas escolas obrigatoriamente e

---

<sup>9</sup> Projeto de Lei nº 246/2019, que institui o “Programa Escola sem Partido”. (BRASIL, 2019)

<sup>10</sup> “Invenção católica que emergiu sob os desígnios do Conselho Pontifício para a Família, da Congregação para a Doutrina da Fé, entre meados da década de 1990 e no início de 2000” (NUNES, 2018, p. 58).

<sup>11</sup> Aponto aqui um dos casos que mais geraram repercussão no Brasil, ressaltando que há vários em Santa Catarina e um exemplo está na própria instituição de ensino UDESC, a profa. Dra. Marlene de Fáveri. (PORTAL CATARINAS, 2017).

seria voltado para uma doutrinação de crianças sobre práticas sexuais. Além disso, ele mencionou que esse material fazia parte de um suposto “kit gay<sup>12</sup>” criado por Fernando Haddad quando ocupou o cargo de Ministro da Educação entre os anos de 2005 e 2012 (RODRIGUES, 2020). O livro existe e aborda, de forma crítica e humanizadora, explicações sobre sexo, puberdade, namoro, como se proteger na hora do sexo, como se cuidar e fazer a higienização das partes íntimas para jovens a partir dos 12 anos. Mas esse livro “Aparelho Sexual & cia — um guia inusitado para crianças descoladas” nunca fez parte de materiais disponibilizados pelo Ministério de Educação (MEC) nas escolas.

Neste contexto, todas essas angústias e preocupações foram sendo cada vez mais solidificadas junto ao meu processo de autoconhecimento como acadêmico de Pedagogia (2016-2019) e professor de Educação Infantil, negro e *gay*, enfim, de todos os meus momentos vividos até chegar aqui. Há que, portanto, continuar a luta por mudanças nessa perspectiva repressiva sobre a dimensão da sexualidade inseparável do existir humano.

Seguindo a filosofia de Paulo Freire (2015, p. 92), que diz: “Me movo como educador, porque, primeiro, me movo como gente”, isto é, com um olhar de “professor-crítico-humanizado” para esta dissertação, **registro como o problema** que lhe dá origem: **qual a compreensão atual de docentes da Educação Infantil da região continental<sup>13</sup> de Florianópolis sobre a abordagem de Educação Sexual subjacente às suas práticas pedagógicas?** Assim, à luz do meu memorial, como eixos teóricos do projeto defino como categorias as palavras-chave: **educação sexual; educação sexual emancipatória; educação infantil; formação continuada.**

Faz-se necessário desvelar essa compreensão como base para trabalhar na sensibilização da comunidade escolar nas unidades educativas de Educação Infantil sobre as possibilidades de vivenciarem processos concretos de formação continuada na abordagem emancipatória intencional de Educação Sexual.

Após essas reflexões, marco, portanto, como **objetivo geral** desta dissertação: **desvelar a compreensão sobre a categoria Educação Sexual de docentes de núcleos de educação infantil da região continental em Florianópolis como subsídio a projetos de formação continuada numa perspectiva emancipatória.**

---

<sup>12</sup> O termo “kit gay” foi um apelido dado pelos políticos conservadores após o “[...] programa Brasil Sem Homofobia, criado em 2004, coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos [...]” (ROMANCINI, 2018, p. 95).

<sup>13</sup> Descrevo aqui que a região selecionada se deu pelo fato de ser uma das regiões da grande Florianópolis em que se concentra maior número de comunidades carentes, que ao nosso ver, certas informações nem chegam para essas crianças e famílias; outro ponto a ser destacado quanto à escolha é o fato de o pesquisador não atuar como docente na mesma região.



Também, como **objetivos específicos**, registro:

- a) aprofundar estudos de fundamentos teóricos-metodológicos das categorias-base do projeto: educação sexual; educação sexual emancipatória; educação infantil; formação continuada;
- b) realizar pesquisa de campo junto a docentes de Educação Infantil - Continente da Prefeitura/Secretaria Municipal de Florianópolis;
- c) realizar análise de conteúdo do material coletado para elaborar relatório final.

Em síntese, pude perceber em meus estudos que me baseio no mesmo viés de Carvalho *et al.* (2012). Acredito que ao elaborarmos projetos voltados para uma Educação Sexual intencional, fundamentada na perspectiva emancipatória, tanto em unidades educativas formais como não formais, podemos observar o quanto isso contribuirá para a compreensão dessa dimensão humana, já que se deve “considerar que há sempre um processo de Educação Sexual nas práticas pedagógicas e esse deve ser explicitado no Projeto Político Pedagógico das instituições educativas” (CARVALHO *et al.*, 2012, p. 47). Nesse sentido, é necessário buscar oportunidades para as/os docentes, principalmente aqueles que atuam na Educação Infantil na região continental de Florianópolis. Na minha dissertação, o foco será em profissionais que estão responsáveis/regentes pelas salas de referência de 16 (dezesseis) Núcleos de Educação Infantil Municipal (NEIMs) para refletirem acerca de suas compreensões da temática e como ela se reflete em suas práticas pedagógicas.

Essas (in)formações buscadas se baseiam no diagnóstico do que estão pensando nossas/os docentes, podendo auxiliar no processo educativo em andamento ao oferecer conteúdo e propostas crítico-reflexivas que as/os fortaleçam na direção de uma prática emancipatória na compreensão de ser a Educação Sexual intencional que, nessa perspectiva, é parte inseparável dos direitos humanos. Ainda, é possível refletir, diante da proposta da pesquisa da dissertação, e observar que perante os ataques infligidos pelas bancadas conservadoras, o “[...] recrudescimento da tríade *conservadorismos - fundamentalismo religioso - repressão* estimula ataques, em especial a ações pró-questões Sexualidade e Gênero; dificulta discussões centrais na luta pela democracia e garantia de direitos iguais a todos no Brasil [...]” (MONTEIRO; RIBEIRO, 2020, p. 03, grifos dos autores), tentando, por meio de todas as vias, atacar o modo de pensar e falar sobre Educação Sexual em uma perspectiva emancipatória. Nesse sentido, pode-se afirmar que mesmo

[...] os setores conservadores da população brasileira dificultam a educação sexual dentro do ambiente escolar, criticando o seu ensino e defendendo que a responsabilidade seja transferida aos familiares do indivíduo. Tal processo é extremamente danoso às crianças e adolescentes, já que a educação sexual, além de

trabalhar sobre métodos contraceptivos e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, também trabalha sobre a educação do próprio corpo, evitando que abusos sejam cometidos (ARAÚJO; LARA, 2019, p. 151-152).

Por esse motivo, recorremos à importância desta dissertação para subsidiar emancipatoriamente a formação continuada em Educação Sexual e Sexualidade de todas as profissões, mas, no que tange ao recorte, especialmente aos profissionais da área da Educação Infantil. E para isso é fundamental partir da compreensão que as/os professoras/es têm sobre a temática para que não caiam nas falácias do senso comum.

Dessa forma, concordo com Ribeiro (2013, p. 13) ao afirmar que:

Formar profissionais conscientes da importância do desenvolvimento de ações efetivas no campo da sexualidade e da educação sexual, capacitados para trabalhar com educação sexual na escola e nos diferentes ambientes de saúde, é imprescindível se quisermos contribuir na formação e informação das pessoas em sua globalidade e totalidade.

É por meio de uma formação continuada, científica e qualificada, numa abordagem emancipatória, que as/os professoras/es podem se atualizar, formar e levar essas informações para suas vidas, práticas e planejamentos no dia a dia numa perspectiva de emancipação do ser humano. A questão dos diálogos sobre Educação Sexual se agravou quando ocorreu a retirada dos marcadores sociais de diferenças<sup>14</sup>: raça, gênero, sexualidade e orientação sexual do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024 por meio de aprovações das críticas levantadas a partir do senso comum e tabus da bancada conservadora fundamentalista religiosa, que fizeram valer suas crenças, valores e moralismo dentro dessa cultura hegemônica. Essas retiradas também aconteceram na introdução da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil, aprovada em 2017 e publicada em 2018. Termos como “orientação sexual” foram excluídos, inclusive nas competências da BNCC, mesmo naquelas partes que abordam a diversidade e os direitos humanos, fazendo que esses assuntos aparecessem apenas nos anos finais do Ensino Fundamental. Ainda assim, reduziu a sexualidade apenas ao seu aspecto de anatomia e fisiologia da reprodução humana, apresentando uma perspectiva médica higienista (MONTEIRO; RIBEIRO, 2020). Por isso cabe apontar que nos documentos das políticas da educação brasileira “[...] houve um mecanismo de interdição e silenciamento para controlar e regular a temática sexualidade na escola, refutando o direito à informação” (BARBOSA; VIÇOSA; FOLMER, 2019, p. 01).

---

<sup>14</sup> Para uma compreensão melhor do porquê utilizar marcadores sociais de diferenças, sugiro a leitura da tese **Compondo a cena de dissenso na retirada dos termos “igualdade de gênero e orientação sexual” do PNE 2014/2024**: uma crítica em torno do cenário em questão (MENDES, 2016). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/174707>.

Consequentemente, caminho na esteira do pensamento com o Grupo EDUSEX, relembrando o alerta de Melo *et al.* (2011), que há 12 anos afirmavam a necessidade de se continuar trabalhando na compreensão e reflexão de que “[...] a sexualidade é uma dimensão inseparável do existir humano. Portanto, a educação sexual, com todos seus componentes explícitos e implícitos, formais e não formais, não escapa a essa dimensão sociopolítica e cultural” (p. 39).

Nessa abordagem, meu intuito é continuar contribuindo para a construção de uma Educação Sexual emancipatória e intencional, tanto na formação continuada quanto na sensibilização das/os profissionais da Educação Infantil nos espaços educativos. Busco promover a conscientização sobre as possibilidades de vivenciar projetos intencionais que nos auxiliem a compreender o sujeito como um ser sexuado. O Grupo EDUSEX apoia-se em sua caminhada incisivamente na

[...] categoria educação sexual emancipatória, que norteia os objetivos do grupo e é compreendida como estimuladora da formação de uma capacidade crítica e reflexiva do ser humano, sempre sexuado, sobre si e sobre o outro, no mundo. Ela busca auxiliar na conscientização sobre a existência plena, sexuada, sobre sermos seres num mundo que é produto da história e da cultura, produzidas pelas pessoas nas relações sociais que estabelecem entre si e no embate com a natureza, expressando-se nas relações de produção da vida material e simbólica, na qual estão também presentes lutas de poder e dominação (MATTOS, 2019, p. 40).

Sendo assim, pude compreender que, mesmo com a ausência das terminologias mencionadas - marcadores sociais de diferenças nos documentos educacionais e oficiais -, ainda podemos abordar intencionalmente a Educação Sexual e Sexualidade nos espaços educativos, sejam eles formais ou não formais, com uma perspectiva emancipatória. É importante reconhecer que somos seres humanos sempre sexuados e em busca constante de conhecimentos. Falar de direitos humanos é falar também de direitos sexuais, que

[...] são baseados nos direitos humanos universais que já são reconhecidos em documentos de direitos humanos domésticos e internacionais, em Constituições Nacionais e leis, em padrões e princípios de direitos humanos, e em conhecimento científico relacionados à sexualidade humana e saúde sexual (WAS, 2014).

E é permitir falar sobre Educação Sexual de seres humanos com direitos a serem plenos no mundo, isto é, segundo o item 10 da Declaração dos Direitos Sexuais,

todos têm o direito à educação e a uma educação sexual esclarecedora. Educação sexual esclarecedora deve ser adequada à idade, cientificamente acurada, culturalmente idônea, baseada nos direitos humanos, na equidade de gêneros e ter uma abordagem positiva quanto à sexualidade e o prazer (WAS, 2014).

Os Direitos Sexuais são parte inseparável do existir humano, portanto, dos direitos humanos e estes não foram alterados. Assim como na BNCC, mesmo com a retirada dos marcadores sociais de diferença, pode-se observar a possibilidade de trabalhar intencionalmente a Educação Sexual emancipatória e sexualidade por meio das brechas legais deixadas nos documentos, “[...] quando alega[m] [que] a formação integral do sujeito se faz fundamental na construção de uma escola cidadã” (MATTOS, 2017, p. 56)<sup>15</sup> e nos campos de experiências: “O eu, o outro e o nós: corpo, gestos e movimentos” (BRASIL, 2018). Nesse sentido, é possível concordar com Mattos (2017, p. 56), quando diz considerar “[...] que a formação integral deste sujeito perpassa todas as dimensões do existir humano, logo, perpassa, também, a dimensão de sexualidade, pois esta é inerente ao existir humano”.

A perspectiva da dissertação me leva também ao encontro do pensamento de Carvalho *et al.* (2012, p. 48) quando destacam que “somos, portanto, queiramos ou não, saibamos ou não, educadores sexuais uns dos outros”. Há que buscar garantir os seus e nossos direitos humanos, nele incluídos os Direitos Sexuais como direitos humanos enquanto sujeitos plenos existentes no mundo com a dimensão sexualidade inerente ao ser, porque “[...] há sempre um processo de Educação Sexual nas práticas pedagógicas, que se refletem inclusive nas etapas de construção de projetos intencionais de Educação Sexual em organizações educativas formais e não formais” (CARVALHO *et al.*, 2012, p. 48).

Dessa maneira, compreendo que esta dissertação aborda um assunto de extrema relevância para os tempos atuais, com a intenção de ampliar o conhecimento dos docentes sobre si mesmos (suas práticas pedagógicas, particularidades, crenças, valores e convicções) e sobre a temática central da Educação Sexual. Essa abordagem pode contribuir para a redução de diversos problemas sociais decorrentes da vivência no ambiente escolar, como a violência sexual infantil, estereótipos de gênero e violência contra mulheres. Esses problemas muitas vezes estão enraizados em abordagens pedagógicas que reprimem a sexualidade, sendo frequentemente imperceptíveis para os profissionais que atuam nesse contexto, pois fazem parte de um poderoso currículo oculto.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Sugiro a leitura de Mattos (2017) - “Quem educa o educador: do vivido em cotidianos escolares a uma análise do prescrito em documentos legais como indicadores de direito dos educadores às vivências de processos de educação sexual emancipatória” - para compreender sobre as possibilidades de trabalhar a Educação Sexual intencional numa perspectiva emancipatória mesmo com as retiradas dos marcadores sociais de diferenças da BNCC.

<sup>16</sup> Pontuo aqui como conceito, pautando-me em Silva (2017, p. 78), quando diz que “[...] o currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes”.

Frente ao contexto atual da realidade brasileira já mencionada, essa temática demanda muitas pesquisas, dentre elas a que proponho: desvelar a compreensão dos docentes sobre a temática como ponto de partida para políticas de formação continuada. É necessário falar sobre Educação Sexual e nela da dimensão sexualidade do ser humano sem tabus e preconceitos, visando à formação integral dos sujeitos, valorizando cada vez mais a formação continuada de professoras/es. Nessa perspectiva, com sua evidente importância para o crescimento pessoal e profissional pedagógico da/o docente e seus reflexos em suas práticas pedagógicas. Como Figueiró (2001, p. 85) já nos conscientizava, que a

[...] formação continuada precisa ser concebida como um processo e deve dar-se num tempo não exíguo, com margem para que o professor possa pensar e repensar sua prática pedagógica e realimentá-la com as reflexões coletivas que realiza com todos que integram a equipe.

Torna-se necessário ir além de um caráter apenas informativo, aquele que não considera a compreensão dos envolvidos ao fomentarmos a formação docente continuada. Há que colocar em prática nesse processo intencional e sensibilizador-reflexivo problematizações de trabalhos concretos do cotidiano das/os professoras/es, dialogando com temas oriundos de sermos seres sempre sexuados no mundo. Estes temas são de suma importância para serem debatidos intencionalmente nos espaços educativos desde a Educação Infantil, numa abordagem emancipatória.

Portanto, este cenário de hoje torna imperativa a necessidade da/o professor/a se qualificar numa perspectiva que permita repensar suas práticas e esclarecer dúvidas e conceitos na Educação Infantil, inclusive sobre Educação Sexual. Com esse propósito, então, junto ao Grupo EDUSEX, ao qual estou ligado, caminharei no meu projeto visando a contribuir com a “[...] construção de novos movimentos dialéticos no Grupo EDUSEX, bem como, na percepção aprofundada do que já foi produzido e democraticamente disponibilizado” (MATTOS, 2019, p. 39) sobre a temática.

A seguir exponho meus cúmplices teóricos preferenciais *a priori*, tendo como ponto de partida cada categoria, ou seja, cada palavra-chave.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA: O APOIO DOS CÚMPLICES TEÓRICOS PREFERENCIAIS

A revisão de literatura tem a principal função de dialogar teoricamente com cúmplices teóricos preferenciais *a priori* que acompanham o pesquisador nesta caminhada inicial de construção da dissertação. A revisão é, nesta etapa, um levantamento de artigos, livros, teses e dissertações de autoras/es previamente selecionados, tendo como eixos as categorias baseadas nas palavras-chave deste estudo, a saber: “educação sexual; educação sexual emancipatória, educação infantil; e formação continuada”.

Sendo assim, a revisão de literatura parte da

fase da pesquisa em que se recolhem informações documentais sobre os conhecimentos já acumulados acerca do tema da pesquisa. Literatura significa, nesta expressão, o conjunto de obras científicas, filosóficas, etc. sobre determinado assunto, matéria ou questão. É o mesmo que Revisão Bibliográfica (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 101).

Compreende-se que parte da revisão de literatura foi ao encontro do pensamento de Gil (2002) sobre o que é uma pesquisa bibliográfica. Explanam-se abaixo alguns dos cúmplices teóricos preferenciais que acompanharão o pesquisador no decorrer da escrita fundamentada da dissertação.

Quadro 1 – Categorias e cúmplices teóricos preferenciais *a priori* (continua)

CATEGORIAS	CÚMPLICES TEÓRICOS
EDUCAÇÃO SEXUAL	Nunes (1996), Melo e Pocovi (2002), Brasil Dias (2009), Melo <i>et al.</i> (2011), Carvalho <i>et al.</i> (2012), Figueiró (2010), Kornatzki (2013), Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013), Pacheco (2014), Yared (2016), Bueno e Ribeiro (2018), Warken e Melo (2019), Malagi (2020), Melo <i>et al.</i> (2021), Antunes e Melo (2023), Silva e Pereira (2023) ...
EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA	Vasconcelos (1971), Nunes (1987, 1996), Silva (2001), Brasil Dias (2009), Figueiró (2010), Gagliotto e Lembeck (2011), Melo <i>et al.</i> (2011), Carvalho <i>et al.</i> (2012), Kornatzki (2013), Pacheco (2014), WAS (2014).
EDUCAÇÃO INFANTIL	Brasil (1988), Brasil (2021), Brasil (1996), Sarmiento e Pinto (1997), Brasil (2010), Finco (2010), Siqueira (2011), Brasil (2013), Frutuoso (2013), Medeiros e Rodrigues (2015), Buss-Simão e Rocha (2017), Guimarães (2017), Oliveira (2019), Almeida e Siqueira (2021), Carvalho (2021), Bortolozzi (2022), Gonçalves (2022) ...

(conclusão)

CATEGORIAS	CÚMPLICES TEÓRICOS
FORMAÇÃO CONTINUADA	Brasil (1996), Figueiró (2001, 2010, 2014, 2019), Nóvoa (2002), Chimentão (2009), Imbernón (2010), Pereira (2010), França e Calsa (2011), Brasil (2014), Pacheco (2014, 2020) Freire (2015), Yared, Melo e Vieira (2015, 2020), Carvalho e Pio (2017), Freitas <i>et al.</i> (2017), Warken e Melo (2019), Brasil (2020), Malagi (2020), Silva e Nunes (2020), Carvalho (2021), Ferreira e Mendes (2021), Antunes e Melo (2023) ...

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

### 3.1 REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL: AFINAL, COMO TEM SIDO E COMO PODE SER

“[...] somos todos seres sexuados no mundo, em permanente processo de Educação, inclusive de educação sexual” (MELO *et al.*, 2011, p. 17).

Para iniciar o diálogo da categoria Educação Sexual, é necessário compreender a visão de mundo a qual compõe, também, o paradigma do grupo EDUSEX. Conforme apontam Melo *et al.* (2011) e Carvalho *et al.* (2012), entende-se que os seres humanos são sujeitos sempre sexuados nessa dimensão humana. Além disso, o grupo trata a Educação Sexual em sua totalidade, buscando valorizar e reconhecer os direitos das pessoas enquanto seres humanos sexuados, visando à possibilidade de uma forma de emancipação dos sujeitos por meio das relações sociais e de conhecimentos mediados pelo mundo (WARKEN; MELO, 2019). Isso também é exercitar o pensamento crítico e reflexivo do ser humano diante da sexualidade. Não só, mas o grupo trabalha por meio de pesquisas e formações para auxiliar docentes a

[...] desvelar as vertentes repressoras que não compreendem a reflexão da sexualidade como uma construção sócio-histórica, buscando caminhos pedagógicos para subsidiar a sensibilização de professores e professoras via pensamento crítico sobre as possibilidades de construir projetos intencionais de educação sexual emancipatória (FREITAS, 2021, p. 28).

Também, o pensamento do grupo EDUSEX se firma em Melo *et al.* (2010, p. 2) quando os estudos na temática Educação Sexual “[...] tem como objetivo sensibilizar as comunidades educativas formais e não formais para reflexões e debates sobre a temática, numa perspectiva emancipatória, integrando ensino-pesquisa-extensão”. Portanto, como pauta Freire (2021c, p. 95), “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Finaliza-se a reflexão de Paulo Freire contextualizando-a com a

Educação Sexual emancipatória, a qual dá subsídios teóricos aos estudos e ao campo de pesquisa do grupo EDUSEX há mais de 30 anos, alicerçando seus aportes teóricos em Nunes (1987), Pacheco (2014, 2020), Yared (2016), Freitas (2016, 2021), entre outras/os que possam sustentar essa vertente da Educação Sexual em uma perspectiva emancipatória a qual vai apontar que os seres humanos são seres sexuados, ou seja, não existindo uma relação social assexuada (MELO *et al.*, 2011).

Resumindo, essas interfaces da categoria Educação Sexual têm em vista

[...] contribuir com seu reconhecimento como área científica, no enfrentamento da necessidade de superação de sua banalização, do empirismo e reprodução acrítica de mitos, crenças, tabus e do senso comum, individual e/ou coletivo, reproduzidos como verdades absolutas – tanto no trabalho docente como em outros âmbitos sociais. Atualmente evidencia-se ainda o entendimento de que o campo da Educação Sexual – aí incluídas as questões gerais da sexualidade, dentre elas a categoria gênero, por exemplo, – como um tema não-científico, inclusive não somente por parte significativa da população brasileira, impregnada por um pensamento repressor sobre ela, naturalizado acriticamente como hegemônico, mas também postulado como verdade absoluta por muitos profissionais da área de Educação e Saúde, que estão alinhados com essas ‘verdades absolutizadas’ (MELO *et al.*, 2021, p. 214).

Desse modo, é pertinente conhecer essa visão pela qual é compreendida a Educação Sexual, porque ainda se tem a interpretação que essa educação não constitui uma área que produz conhecimentos científicos pautados rigorosamente na ciência, como fomentam Yared (2016) e Melo *et al.* (2021).

Ainda, diante do cenário brasileiro que se vivenciou no período de 2018 a 2022, no qual não foi compreendido o modo de produzir conhecimento como ciência. E com as tentativas das políticas públicas advindas do Poder Executivo federal de ocultar os diálogos sobre Educação Sexual emancipatória, sabe-se, conforme Bueno e Ribeiro (2018), que os debates sobre a temática da Educação Sexual no Brasil vêm sendo construídos desde o século XX e vêm tentando ganhar espaços presentemente.

Acrescenta-se o que Warken e Melo (2019, p. 50) pontuam sobre os tempos atuais, em que

[...] imperam tabus, receios e preconceitos frente a um dialogar emancipatório sobre sexualidade, principalmente nas escolas e, frente ao sentimento de estarmos vivendo retrocessos sobre essa temática, perante leis que indicam as tentativas de seu silenciamento, desrespeitando esse direito como parte inseparável dos direitos humanos para formação do ser integral, mostram-nos que a atual estrutura dessa sociedade globalizada é desumana, capitalista, predadora e carece da esperança, da criticidade e da emancipação apontadas e sonhadas por Paulo Freire.

Apesar dessas tentativas de silenciamentos, os artigos, obras e produções bibliográficas sobre Educação Sexual e Sexualidade numa perspectiva de alguns avanços pedagógicos



significativos foram aumentando no período de 1940-1950 (BUENO; RIBEIRO, 2018). Em 1960, essas publicações ganharam forças, quando foram publicadas as primeiras ações efetivas com relação à Educação Sexual e Sexualidade numa abordagem mais humanista sobre o tema nas escolas. Cabe ressaltar que 1980 foi o período em que governos municipais e estadual de São Paulo desenvolveram projetos que contribuíram para diálogos internacionais sobre Educação Sexual (BUENO; RIBEIRO, 2018).

Como explicam Antunes e Melo (2023, p. 5), essa interpretação crítica-reflexiva e humanística

[...] é crucial e urgente nos tempos atuais para auxiliar na busca da transformação de uma sociedade que necessita de mudanças do que está posto como conhecimento padrão, normalizado e normatizado como hegemônico no modo de produção em que vivemos, conhecimento esse desumanizador que brota das relações entre as pessoas no modo de produção vigente, pois, em sua materialidade das relações sociais, é composto de duas categorias antagônicas — Capital e Trabalho.

Desse modo, escrever e compreender sobre a Educação Sexual nunca foi uma tarefa fácil nos vários segmentos sociais. O tema sempre foi permeado de repressões, mitos e tabus criados por uma sociedade patriarcal hegemônica que se fortalece e fortaleceu num modo de produção capitalista que normatiza um modelo de SER e ESTAR no mundo que é desumano e opressor para a maioria das pessoas, conforme afirmado pelas/os autoras/es supracitadas/os.

Apoia-se no pensamento de Melo *et al.* (2011, p. 24), quando dizem:

Ao longo da nossa existência, em todas as nossas relações sociais, fomos construindo e sendo construídos, elaborando histórica e culturalmente discursos, regras, modelos, posturas, exigências, cerimoniais, permissões e interdições, códigos em torno do sexo, tornando a sexualidade muitas vezes permeada de tabus, mitos e preconceitos que se perpetuam até nossos dias e que dizem respeito a determinados interesses das diferentes épocas, muitas vezes considerando as relações sexuais como sendo também relações sociais.

Consequentemente, quando se dialoga ainda hoje sobre a categoria Educação Sexual e Sexualidade como uma dimensão inseparável do existir humano, de antemão é preciso compreender seus contextos históricos, conceitos e vertentes pedagógicas daí advindos. Todavia, partindo dos princípios de que os seres humanos são todos seres sexuados, os educadoras/es sexuais são sempre educadoras/es uns dos outros, conforme explicam Melo *et al.* (2011). Figueiró (2010) destaca que a Educação Sexual deve ser voltada para uma ação de ensino-aprendizagem da sexualidade humana, que, quando acontece formalmente, pode levar para os sujeitos informações básicas, discussões e reflexões crítico-reflexivas sobre a temática, valores, sentimentos, emoções e atitudes, tudo pautado em conhecimentos científicos.

Nesse primeiro momento de reflexão, isso faz pensar o quanto a sociedade ainda vive com um pensamento ultrapassado diante da categoria Educação Sexual, pautada majoritariamente numa visão repressora, sobre a dimensão humana da sexualidade. Kornatzki (2013, p. 31) registra “[...] ainda hoje ser predominante na maioria das famílias e escolas, uma educação perpassada por vertentes repressoras e reguladoras de educação sexual, expressas em um currículo oculto e/ou repressor”, mesmo com a clareza de que muitas coisas já mudaram, tais como pensamentos, comportamentos e costumes. Mas, apesar disso, um segmento da sociedade ainda insiste em repassar “[...] versões repressoras, contribuindo para o não reconhecimento da sexualidade como aspecto ontológico do ser humano” (KORNATZKI, 2013, p. 64). Nesse sentido, Melo *et al.* já salientavam em 2011 que “[...] as transformações ocorrem muito rápido, mas, no que se refere à temática ‘sexualidade’ ainda não conseguimos falar dela com a naturalidade necessária” (p. 22, grifo das autoras).

Para o grupo de pesquisa EDUSEX, a sexualidade é inseparável do ser humano, SER este que está em processo constante de aprendizado nas relações entre o Eu e o Outro mediatizadas pelo mundo. Portanto, em outra visão, a sexualidade é vista como um aspecto ontológico do ser humano. Também, Nunes (1996, p. 224) trata “[...] de apresentar a sexualidade como energia vital da subjetividade e da cultura, pulsão da vida e da morte, expressão plena da condição de ser homem, real e histórico, na transformação da natureza para construir a sua própria história”.

Por isso, refletir sobre esse conteúdo Educação Sexual na formação de professoras/es torna-se imprescindível. As propostas pedagógicas nessa área devem ofertar o conhecimento básico desde as vertentes repressoras dominantes nas abordagens pedagógicas da Educação Sexual no Brasil esquematizadas por Nunes (1996), complementadas pelo desvelamento das possibilidades de construção de uma vertente emancipatória nos espaços escolares. A seguir, registros sintéticos das vertentes acima citadas e desveladas por Nunes (1996) com alguns indicadores sobre como se apresentam nos cotidianos educativos formais e não formais.

### **3.1.1 Vertente pedagógica biológica-reprodutivista e seus indicadores**

Ao falar sobre a vertente médica-biologista ou biológico-reprodutivista (denominação adotada nesta dissertação), destacam-se os apontamentos de Nunes (1996) em sua tese. Ele menciona que essa vertente enfatiza que os seres humanos apenas reproduzem a espécie, desconsiderando completamente a sexualidade como um aspecto intrínseco da cidadania, cultura e condição humana, quando então se pode “[...] dizer que a interpretação biológico-

reprodutivista é reducionista [...]” (NUNES, 1996, p. 140). Essa vertente geralmente se expressa nas escolas e instituições na perspectiva apenas da prevenção, contenção e higiene da sexualidade e genitália. Ainda, esse discurso “[...] reforça o mesmo discurso conservador e institucional presente na sociedade brasileira” (NUNES, 1996, p. 140).

Nesse sentido, a expressão cotidiana da vertente citada acaba sendo um discurso voltado apenas para a questão da reprodução humana, com condutas voltadas para um padrão dito “normal”. Quem se afasta, está enquadrado como “desvio” (MELO *et al.*, 2011). Brasil Dias (2009, p. 16-17) já apresentava essa análise, afirmando que “[...] essa abordagem da sexualidade a coloca como uma visão reducionista baseada nos preceitos das ciências naturais aplicadas às ciências humanas, com uma visão positivista que reduz a sexualidade a uma dimensão funcionalista [...]”. Assim fica fortalecida essa vertente com a condição humana desconsiderando as dimensões culturais, sociais e emocionais.

Essa vertente também desconsidera intencionalmente todos os elementos sócio-histórico-culturais que compõem a sexualidade humana. Ainda surge como uma das mais comuns de se perceber nos espaços educativos formais e não formais, pois ela gira apenas em volta das questões reprodutivas e higienistas masculina e feminina (NUNES, 1996). É muito comum vê-la preponderando em salas de aulas como preferencialmente autorizadas nos componentes curriculares de Ciências e Biologia, onde são tratadas de maneira geral muito redutoramente, na maioria das vezes trazendo rápidos apontamentos sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis, “[...] mas com efeitos de repressão” (PACHECO, 2014, p. 35). Nessa direção, corroboram uma educação sexista voltada à separação de papéis sociais definidos como determinados para meninos e meninas, homens e mulheres, determinações vistas como as “normais” (MELO; POCOVI, 2002).

Nesse sentido, essa vertente acaba reforçando certos estereótipos ditos como a única norma a ser seguida. Por exemplo, impondo padrões da heteronormatividade nas questões de condutas e comportamentos na sociedade, bem como trazendo normas para “[...] reforçar a desigualdade entre os sexos - estimulando, no cotidiano escolar, tarefas próprias para meninos, acirrando a competição; e tarefas para meninas, estimulando a submissão [...]” (MELO *et al.*, 2011, p. 42). Prevalecendo, então, um discurso voltado para uma interpretação biológico-reprodutivista, “[...] fazendo que a sexualidade seja vista como uma mera força propulsora de procriação” (NUNES, 1996, p. 140) ou relações sexuais, que não aborda uma proposta educacional ampla, emancipatória, somente requisitos biológicos e médicos numa perspectiva redutora da dimensão sexualidade.

Essa vertente acaba trazendo alguns indicadores de sua composição, sendo que deles destacam-se alguns para apoio na análise do material coletado: prevenção das ISTs, contenção e higiene da sexualidade e genitália; as questões de reforçar os papéis sociais entre homens e mulheres; educação sexista, como comportamentos esperados apenas nos padrões da matriz heteronormativos; a visão do corpo/sexo apenas como um aparelho reprodutor, com foco nos órgãos genitais entendidos apenas como reprodutores masculino e feminino e ato sexual; reforçam as informações sobre as ISTs, porém com um aspecto causador de medos e não numa linha de prevenção e o direito à saúde sexual, ou seja, sexo/sexualidade vistos como uma mera força propulsora de procriação ou relações sexuais.

### 3.1.2 Vertente pedagógica normativo-institucional e seus indicadores

De acordo com Melo *et al.* (2011), a vertente normativo-institucional é “[...] determinada por uma rigorosa moral repressiva institucional, misturando, ecleticamente, mecanismos de ordem científica e conceitos religiosos morais [...]” (p. 43). Uma vertente voltada para um cunho religioso, repleto de regras que acabam reforçando uma Educação Sexual que apoia o padrão da heteronormatividade, o modelo ocidental voltado para o cristianismo e centrada no monoteísmo, que apoia apenas o casamento heterossexual, patriarcal e monogâmico (PACHECO, 2014).

Nesse sentido, concorda-se com Kornatzki (2013, p. 86), quando diz que “nessa abordagem a sexualidade fundamenta-se nos preceitos da cultura patriarcal brasileira, sendo escola e igreja entendidas como as principais instituições responsáveis pela educação sexual das novas gerações”. Sendo, também, rigorosa com as condutas do paradigma da procriação, fazendo com que

esta vertente se apoie em um tripé social, constituído por família, igreja e escola, calcada em parte de mecanismos de ordem científica, somados a alguns conceitos religiosos, reforçando papéis sexuais tradicionais, baseados no modelo ocidental cristão e na propagação do casamento patriarcal monogâmico (PACHECO, 2014, p. 36).

Ainda, com algumas pistas já registradas em Melo e Pocovi (2002), as famílias encontradas em livros didáticos eram vistas como “[...] padrão, aquela que é constituída pelo pai, pela mãe e por filhos, na qual geralmente o menino é o mais velho” (p. 32).

Para muitas/os autoras/es, principalmente na sociedade ocidental, é possível afirmar que as/os primeiras/os educadoras/es sexuais dos sujeitos normativos são as famílias. Nunes (1996, p. 172) argumenta que:

A família trancada em seu papel normativo e, ao mesmo tempo despida de discursos, capitula frente a uma sociedade multifacetada pelos meios de comunicação contemporâneos. A família não fala de sexo às crianças; quase sempre seus discursos são indiretos, embora tenham papel fundamental na construção e organização dos papéis sexuais.

Ainda, Nunes (1996, p. 182), em sua tese, sustenta que:

As aulas de 'educação sexual' neste modelo não conseguem superar ou, ao menos, propor a superação crítica entre a bipolarização machista homem e mulher. Assuntos como homossexualidade, liberação sexual, doenças sexualmente transmissíveis são tidas como anomalias ou perversões, não compreendendo a sexualidade fora do modelo patriarcal tradicional. É curioso notar que muitos destes discursos e formas estereotipadas de intervenções significativas alastram-se, da escola para outros fóruns sociais institucionais conservadores, formando uma rede de reconstrução e restauração consoladora, no dizer de Foucault, dos conceitos e normas tradicionais. (grifo do autor)

Nesse sentido, pode-se analisar que muitas vezes a Educação Sexual vivenciada pelo currículo oculto para as crianças, jovens e adultos, ainda hoje, é uma Educação Sexual constituída pelos pensamentos machistas, voltados para uma matriz heteronormativa, os quais são trazidos e propagados até hoje. Mesmo já existindo diversos estudos sobre a importância dos diálogos acerca da Educação Sexual com teor científico, muitos ainda acabam não refletindo suas visões de mundo e partindo apenas do senso comum, com mesclas de uma pretensa cientificidade intercalada com dogmas religiosos.

Portanto, é possível concordar com Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013, p. 251), quando afirmam que

[...] diferentes estudos demonstram que muitas famílias privam seus filhos da educação sexual emancipatória, pelo valor negativo atribuído à sexualidade, por acreditarem que os filhos são 'seres assexuados', por considerarem que o diálogo antecipa a prática sexual e por se sentirem despreparados e tímidos em tratar do assunto oriundo da deseducação sexual na qual foram vítimas (grifo do autor).

Assim, acaba a Educação Sexual sendo reduzida em seu significado, redução esta fortalecida pela vivência desta vertente normativa nas escolas, com vários indicadores de expressão. Dentre esses indicadores, destacam-se, para fins de pistas de sua existência nos espaços educativos formais e não formais a serem buscados nos dados coletados como indicadores, os reforços nos papéis sociais tradicionais institucionalizados, seguindo um modelo padrão de "ser homem e ser mulher"; a visualização e o conhecimento apenas da família nuclear como a única família "certa"; padrão de corpo e beleza; o casamento monogâmico heterossexual como único possível; a normatização de padrões de beleza a serem seguidos na sociedade para homens e mulheres. Desse modo, questiona-se: quem dessas normas se afasta é considerado um desajustado, um "marginal"?

### 3.1.3 Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva e seus indicadores

A vertente terapêutico-descompressiva parte de uma visão capitalista que, para se obter vivências e prazeres sexuais, sugere a existência de receitas "prontas" que possam potencializar as práticas na hora do sexo. Essa abordagem muitas vezes prevalece em modelos de aconselhamento em consultórios psicológicos e clínicos. Assim, percebe-se que essa vertente “[...] é baseada na concepção banalizada da psicanálise e dos referenciais da psicologia” (PACHECO, 2014, p. 37).

Nesse sentido, a Educação Sexual, quando é pautada por essa vertente, aponta também para vivências em vários tipos de consultórios onde muitas pessoas buscam ajudas para suas disfunções sexuais, sendo que em muitos casos, pacientes procuram psicólogos buscando terapias como se houvesse ali uma cartilha para melhorar seu desenvolvimento sexual. Além disso, é preciso refletir que a argumentação trazida não é para desqualificar os profissionais sérios e competentes que atuam com fundamentos sólidos, éticos e científicos de sua área, mas deve servir como alerta para uma reflexão que se sustenta quando a relação entre o profissional e o paciente está focada apenas em atender às imposições de modelos rígidos de comportamentos considerados padrões obrigatórios. Isso inclui tratar os padrões sexuais como produtos, como mercadorias, de forma alienante, “[...] contribuindo para a propagação de um discurso confessional e consumista sobre a sexualidade, fundamentado numa psicologia reducionista e no senso-comum” (KORNATZKI, 2013, p. 85).

Carvalho *et al.* (2012, p. 49) também apresentam essa vertente, tendo como uma prioridade o

[...] desejo, o prazer, a relação sexual, a gratificação do sexo pelo sexo, e as vivências sexuais são temas recorrentes em jornais, revistas, televisão, rodas científicas e conversas cotidianas, assim como refletem uma sexualidade técnica, mecânica, produtiva, desconsiderando um contexto sociohistórico-cultural.

Ainda mais, Pacheco (2014) aponta algumas sinalizações nessa vertente, tais como “[...] o sexo é ditado a partir de técnicas e metodologias; seres humanos são vistos como atletas sexuais; práticas e produtos para potencializar o sexo são incentivados; há uma aparente liberação sexual” (p. 37).

Quando reflete sobre a liberação sexual, Nunes (1996, p. 160) analisa que:

[...] é uma variante da crise da modernidade burguesa, a liberação sexual vista em si, é um motor estimulativo do capitalismo consumista que rapidamente percebe a força vital acumulada numa sociedade de repressão sexual, que transforma o corpo do

homem e o corpo da mulher em formas cabais de mercadotria, de corpolatria e de venda de todos os produtos capazes de compensar a frustração existencial e de tornar-se a compensação ontológica pela quantificação de práticas sexuais.

Essa vertente visa a um consumo imediato de material para melhorar o desempenho sexual. Esta é expressão de uma das ações próprias do capitalismo, que “[...] contribui para uma sexualidade consumista e quantitativa, dentro dos preceitos do sistema capitalista” (KORNATZKI, 2013, p. 86). Nunes (1987) afirma que essa etapa do capitalismo incorporou essa vertente como uma máquina para o consumo de materiais voltados ao sexo como mercadoria.

Portanto, os indicadores que se destacam para essa vertente são: aquela pessoa que trabalha nesse viés do prazer sexual, vista apenas como parte de uma mercadoria que é a sexualidade, pois nela são produzidas e vendidas cartilhas com métodos de “como viver melhor” sua vida ativa sexual com sua/seu parceira/o e a procura de “autoajuda” em consultórios televisivos; a autoajuda é vendida para “curar” e/ou melhorar a impotência sexual, a busca do ponto G para a mulher como única fonte de prazer.

### **3.1.4 Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna e seus indicadores**

Esta vertente foi denominada como consumista quantitativa pós-moderna devido às questões capitalistas “[...] que oportunizam a proliferação de práticas sexuais mecânicas, genitais e desprovidas de erotismo. Tal comportamento não leva o sujeito a viver sua sexualidade de forma plena, isto é, de forma emancipatória e com liberdade de escolha” (CARVALHO *et al.*, 2012, p. 49). Esse consumo acontece por uma realidade vivenciada mais de fora para dentro da escola por meio de músicas, conteúdos digitais, livros, redes sociais, como, por exemplo, *TikTok*, brinquedos e brincadeiras, dentre outros.

Kornatzki (2013, p. 88) enfatiza que:

As mídias utilizam o corpo como instrumento de e para o comércio, para venda de produtos de beleza, roupas, alimentos, bebidas, entre outros, associando o consumo à obtenção do prazer. Não é o corpo foco de erotismo, mas sim mercadoria de compra e venda a ser consumida, compensando a fragilidade e incapacidade humanas na gestão do desejo.

Nessa vertente a sexualidade está reduzida para a questão do sexo como uma mercadoria e, também, “[...] o corpo torna-se fetiche do consumo” (KORNATZKI, 2013, p. 89). Esses fetiches se enquadram, também, por meio das propagandas em que as mulheres com corpos considerados “ideais” são objetificadas, seja em anúncios de cerveja ou em vídeos que

vulgarizam e sensualizam a figura feminina, transformando-as em corpos erotizados para impulsionar vendas no mercado musical, de mídias, entre outros, sendo essa “[...] uma expressão da mídia na qual se reflete o intuito do mercado na obtenção de lucro, procurando as maneiras mais adequadas de vender produtos” (KORNATZKI, 2013, p. 89).

Nesse sentido, concorda-se com a mesma autora, quando diz que “[...] essa vertente eleva ao mais alto nível a alienação humana pelo consumo, descaracteriza o ser humano na sua essência como ser que tem sentimentos e emoções, que deseja afeto e amor” (KORNATZKI, 2013, p. 90). Sendo assim, o indicador levantado nessa vertente se dá diante dos corpos objetificados e erotizados de mulheres e homens para fins capitalistas da mídia social, associando-se com os indicadores da vertente terapêutico-descompressiva num viés pós-moderno.

Portanto, após expostas as 4 (quatro) vertentes da Educação Sexual cunhadas como repressoras por Nunes (1996), pode-se compreender que as reflexões críticas sobre a categoria Educação Sexual são necessárias.

Mas é importante destacar que Nunes (1996), em uma utopia possível, aponta para as oportunidades de se sensibilizar as pessoas acerca da existência de uma vertente emancipatória. Essa vertente compreende a dimensão humana como parte inseparável do existir humano e, portanto, como um componente fundamental da existência plena e feliz, como seres humanos sempre sexuadas/os.

### 3.1.5 Vertente pedagógica emancipatória e seus indicadores

Para Nunes (1996, p. 217, grifos nossos) essa vertente é “[...] uma concepção de educação sexual voltada para a **emancipação subjetiva da individualidade e do caráter histórico e acumulado através da cultura**”. Isto é, há que se propagar e vivenciar uma Educação Sexual que permita a libertação e emancipação do indivíduo das amarras do autoritarismo e de visões hegemônicas redutoras de humanidade, permitindo-lhe desenvolver autonomia, compreensão e consciência crítica sobre sua sexualidade numa corporeidade em plenitude. Mas ainda hoje frequentemente conceitos autoritários, enraizados na cultura histórica, afetam negativamente essa educação e a forma como o indivíduo encara seu corpo sexual. Conforme pontua Nunes (1996) sobre a “individualidade”, o autor se refere a uma identidade única do ser humano e sua expressão sexual, com sua sexualidade respeitada e reconhecida. Na abordagem da “emancipação subjetiva”, Nunes (1996) destaca os preconceitos e estereótipos que restringem a forma como as pessoas vivem e expressam sua sexualidade.



Além disso, o autor ressalta que a visão de que é a sociedade quem impõe as regras sobre como ser e se comportar no mundo, por meio das normas e valores difundidos coletivamente, é reflexo do histórico acumulado através da cultura.

A abordagem emancipatória visa, portanto, a permitir que o sujeito supere essa visão autoritária e busque subsidiar a promoção uma Educação Sexual emancipatória, crítica e reflexiva, que tenha como base a autonomia, humanização, diálogo, criticidade, relação saudável e positiva com a sexualidade sua e do outro. No entanto, essa categoria emancipatória “[...] possibilita meios para uma descoberta sadia e adequada do corpo, dos seus significados, bem como uma percepção consciente e crítica da própria existência” (KORNATZKI, 2013, p. 90).

Desse modo, Nunes (1996) traz essa abordagem em uma perspectiva “[...] ‘emancipatória e humanista’” (p. 227, grifo do autor), pois o autor compreende que o emancipatório

[...] supõe uma profunda reflexão sobre a sexualidade de modo a elucidar suas contradições históricas, discutir suas bases antropológicas, investigar suas matrizes sociológicas e identificar suas configurações políticas. Deste modo, a metodologia que adotamos é a de compreender, no campo da sexualidade, sua relação com a base material e econômica de diferentes sociedades, de modo a tornar claras suas com relações de poder vigentes (NUNES, 1996, p. 227).

Além disso, o autor explica que

a sexualidade emancipatória é aquela que nos dá condições de compreender a dinamicidade, complexidade, a riqueza única da sexualidade humana. Nesta direção o conceito emancipatório busca superar um conceito de alienação; entendemos que as abordagens delineadas anteriormente, presentes hoje em muitas propostas de educação sexual, poderiam todas ser circunscritas do conceito de alienação, próprio do pensamento marxista (NUNES, 1996, p. 227).

Nesse sentido, Nunes (1996) defende uma caminhada na direção de uma Educação Sexual que permita ao ser humano compreender a complexidade e a singularidade da sexualidade humana. Ainda, para o autor, essa abordagem emancipatória tem em vista romper com o paradigma da alienação que está presente no pensamento marxista e que pode ser encontrada em diversas propostas de Educação Sexual. Portanto, Nunes (1996) sugere que as abordagens que se limitam a normas, regras e estereótipos, que não levem em consideração as diversidades humanas e sua individualidade, são abordagens alienantes.

Consequentemente, para que essa alienação seja rompida, concorda-se com Konatzki (2013), ao lembrar que é de responsabilidade também da comunidade escolar promover a Educação Sexual de forma pedagógica, numa perspectiva emancipatória, fornecendo aos docentes e discentes informações adequadas sobre o corpo, cuidados e saúde. É importante

reconhecer que a sexualidade é uma dimensão humana construída, como os demais caminhos curriculares, social e historicamente, portanto deve ser abordada em sua plenitude nessa direção emancipatória. Mesmo porque “a escola, na sua função formativa e informativa, produtora de cidadania, desencadeia comportamentos e formas de vida social que marcam as identidades culturais existenciais de cada ser humano” (NUNES, 1996, p. 230).

Os e as profissionais das escolas, nesse papel de dialogar humanamente com a Educação Sexual, já trazem esse conteúdo, se não explícito, alienadamente pulsando fortemente no currículo oculto. Mas, como afirma Nunes (1996, p. 232), não basta apenas realizar uma “[...] mera introdução de um espaço na estrutura curricular, uma aula informativa institucional, mas que ela faça um projeto amplo, multidisciplinar [...]”. Além disso, é essencial incluir a Educação Sexual nas quais as/os docentes de todos os níveis escolares tenham “[...] uma ampla informação sobre a sexualidade historicamente construída, sobre a psico-sexualidade infantil, sobre as etapas dos desenvolvimentos sócio-emocionais [...]” (NUNES, 1996, p. 232).

Logo, se as/os profissionais nas escolas, assim como as/os gestoras/es dos sistemas educativos formais e não formais, introduzirem intencionalmente essa temática no currículo, sob uma perspectiva emancipatória, e oferecerem formações continuadas aos docentes em Educação Sexual, “[...] a compreensão da sexualidade sairá do nível de senso comum, para um nível científico, histórico e social, pois, sendo assim, os docentes terão todas as condições de realizar um trabalho de educação sexual mais compreensivo e com propriedades” (BRASIL DIAS, 2009, p. 22).

Em resumo, observa-se que as 4 (quatro) vertentes citadas anteriormente, a biológico-reprodutivista, a normativo-institucional, a terapêutico-descompressiva e a consumista quantitativa pós-moderna, partem de uma construção de discurso hegemônico de alienação, colocando como normal na sociedade atual uma manifestação “[...] quase sempre, [...] normatizante, num determinismo biologista, de controle social ou de uma fantástica onipotência da subjetividade e, em nenhum destes modelos, temos o ser humano em sua contraditória dimensão de ser livre, determinante e determinado [...]” (NUNES, 1996, p. 228). Portanto, a vertente emancipatória cunhada por Nunes (1996) considera importante o descobrimento e o “[...] conhecimento do corpo e da sua dimensão sexual, sempre presente nas relações humanas, envolvidas por sentimentos, desejos, afetos” (KORNATZKI, 2013, p. 90-91).

Sendo assim, os indicadores aqui apontados nessa vertente são: Educação Sexual crítica e reflexiva, que tenha como base a autonomia, humanização, diálogo, criticidade, relação saudável e positiva com a sexualidade sua e do outro; Educação Sexual que desenvolva a autonomia e a humanização dos saberes e fazeres pedagógicos no cotidiano escolar; uma

Educação Sexual que oportunize o reconhecimento do corpo do indivíduo e da sua dimensão sexual; uma Educação Sexual que liberta e emancipa o sujeito das presas do autoritarismo de uma visão hegemônica; uma visão para além da sexualidade do senso comum; e, como aponta Kornatzki (2013) em seus indicadores para o emancipatório, a “[...] Visão e linguagem positiva da sexualidade. Direito ao conhecimento e autoconhecimento sexual. Compreensão ontológica da sexualidade [...]” (p. 97).

Sendo assim, apresentam-se esses indicadores do quadro abaixo com base em Nunes (1996) e Kornatzki (2013). Também, é fundamental complementar, ressaltando a presença de indicadores e cotejar os dados coletados com o texto completo da Declaração de Direitos Sexuais como direitos humanos.

Quadro 2 – Vertentes Pedagógicas de Educação Sexual e seus indicadores, com base em Nunes (1996), Kornatzki (2013) e DDSDH/WAS (2014) (continua)

<b>Vertentes pedagógicas estudadas como categorias prévias</b>	<b>Indicadores prévios desvelados como marcas das categorias da Educação Sexual</b>
Vertente pedagógica biológico-reprodutivista	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prevenção das ISTs, contenção e higiene da sexualidade e genitália.</li> <li>• As questões de reforçar os papéis sociais entre homens e mulheres.</li> <li>• Educação sexista, como comportamentos esperados apenas nos padrões da matriz heteronormativos.</li> <li>• A visão do corpo/sexo apenas como um aparelho reprodutor, com foco nos órgãos genitais entendidos apenas como reprodutores masculino e feminino.</li> <li>• Reforçam as informações sobre as ISTs, porém com um aspecto causador de medos e não numa linha de prevenção e o direito à saúde sexual.</li> <li>• Sexo/Sexualidade vista como uma mera força propulsora de procriação ou relações sexuais.</li> <li>• Não aborda uma proposta educacional ampla, somente requisitos biológicos e médicos.</li> </ul>
Vertente pedagógica normativo-institucional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforços nos papéis sociais tradicionais institucionalizados seguindo um modelo padrão de “ser homem e ser mulher”.</li> <li>• Visualização e o conhecimento apenas da família nuclear como a única família “certa”.</li> <li>• Padrão de corpo e beleza.</li> <li>• Casamento monogâmico heterossexual como único possível.</li> <li>• Normatização de padrões de beleza a ser seguido na sociedade para homens e mulheres.</li> </ul>
Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prazer sexual visto apenas como parte de uma mercadoria.</li> <li>• Produção e vendas de cartilhas com métodos de “como viver melhor” sua vida sexual.</li> <li>• Terapias como autoajuda em consultórios televisivos.</li> <li>• A autoajuda é vendida para “curar” e/ou melhorar a impotência sexual; como chegar ao ponto “G” da mulher.</li> </ul>

(conclusão)

Vertentes pedagógicas estudadas como categorias prévias	Indicadores prévios desvelados como marcas das categorias da Educação Sexual
Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Corpos objetificados e erotizados de mulheres e homens para fins capitalistas da mídia social.</li> </ul>
Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDS DH/WAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação Sexual crítica e reflexiva, que tenha como base a autonomia, humanização, diálogo, criticidade, relação saudável e positiva com a sexualidade sua e do outro.</li> <li>• Educação Sexual que desenvolva a autonomia e a humanização dos saberes e fazeres pedagógicos no cotidiano escolar.</li> <li>• Que oportunize o reconhecimento do seu corpo e da sua dimensão sexual.</li> <li>• Que liberta e emancipa o sujeito das presas do autoritarismo e de uma visão hegemônica.</li> <li>• Visão para além da sexualidade do senso comum.</li> <li>• Visão e linguagem positiva da sexualidade.</li> <li>• Direito ao conhecimento e autoconhecimento sexual.</li> <li>• Compreensão ontológica da sexualidade.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>DDSDH/WAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1. O Direito à igualdade e a não discriminação.</li> <li>• 2. O Direito à vida, liberdade, e segurança pessoal.</li> <li>• 3. O direito à autonomia e integridade corporal.</li> <li>• 5. O direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção.</li> <li>• 6. O direito à privacidade.</li> <li>• 7. O direito ao mais alto padrão de saúde atingível, inclusive de saúde sexual; com a possibilidade de experiências sexuais prazerosas, satisfatórias e seguras.</li> <li>• 9. O direito à informação.</li> <li>• 10. O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora.</li> <li>• 11. O direito de constituir, formalizar e dissolver casamento ou outros relacionamentos similares baseados em igualdade, com consentimento livre e absoluto.</li> <li>• 13. O direito à liberdade de pensamento, opinião e expressão.</li> </ul>

Fonte: Quadro inspirado no modelo criado por Kornatzki (2013), adaptado por Antunes (2023).

Na sequência, será abordada a categoria Educação Sexual Emancipatória em suas interfaces, servindo de base para a vertente pedagógica emancipatória.

### 3.2 REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA: BASE DA VERTENTE PEDAGÓGICA EMANCIPATÓRIA

“[...] é aquela que nos dá condições de compreender a dinamicidade, a complexidade, a riqueza da sexualidade humana” (NUNES, 1996, p. 227).

Expostas as 4 (quatro) vertentes que estão pautadas num estigma repressor, deixa-se o questionamento: como se pode superar essas vertentes repressoras e desumanizadoras? Pesquisando e refletindo inclusive em cursos de formação continuada para profissionais da

educação, dentre eles os da Educação Infantil, sobre as possibilidades de construção de processos educativos numa perspectiva de uma vertente de Educação Sexual emancipatória, compreende-se que a Educação Sexual numa perspectiva emancipatória é aquela que busca auxiliar cada ser a se construir em sua inteireza como pessoa plena, crítica-reflexiva e sensibilizadora.

Nesse sentido, reafirma-se a definição de Nunes (1996, p. 227) sobre emancipação, que busca “[...] superar um conceito de alienação [...]”. Vasconcelos (1971), por sua vez, já apontava, no século XX, a importância da Educação Sexual nessa perspectiva emancipatória:

[...] é abrir possibilidades, dar informações sobre os aspectos fisiológicos da sexualidade, mas principalmente informar sobre suas interpretações culturais, e suas possibilidades significativas, permitindo uma tomada lúcida de consciência. É dar condições para o desenvolvimento contínuo de uma sensibilidade criativa em seu relacionamento pessoal. Uma aula de educação sexual deixaria de ser apenas um aglomerado de noções estabelecidas de biologia, de psicologia e moral, que não apanha a sexualidade naquilo que lhe pode dar significado e vivência autêntica: a procura mesmo da beleza interpessoal, a criação de um erotismo significativo do amor. (VASCONCELOS, 1971, p. 111).

A escolha de trilhar a vertente pedagógica da Educação Sexual emancipatória vai além das demais vertentes, denunciando-as e fazendo com que se reflita sobre o seu modo de produção. Quem se apoia na vertente pedagógica da Educação Sexual emancipatória, assim como o autor, pesquisador e o grupo EDUSEX, caminha como eixo de sua formação, compreendendo a sexualidade humana na totalidade, buscando superar o senso comum, sensibilizar seus pares sobre as possibilidades de mudanças no modo de viver, numa perspectiva fraterna, combatendo, por exemplo, a repressão que torna o sexo algo pecaminoso. Dessa forma, poderá abrir caminhos para um tempo que será de uma educação emancipatória na totalidade, contribuindo sobremaneira para a transformação social do que hoje está posto como modo de vida capitalista vigente, repressor e auxiliar na superação de todas as velhas culturas que ainda persistem. Trabalhando sob um novo conceito capaz de superar todos os preconceitos que assolam a sociedade sobre a sexualidade humana (GAGLIOTTO; LEMBECK, 2011).

Logo, é possível entender, assim como o Grupo EDUSEX, que a Educação Sexual emancipatória visa a um sentido para além das demais vertentes desumanizadas citadas anteriormente, estando ligada a uma educação livre de tabus e preconceitos, uma educação para a liberdade. Por isso, ancora-se em Melo *et al.* (2011), que apontam ser a perspectiva emancipatória uma visão ampla do mundo e do entendimento do que é sexualidade, essa dimensão humana existente em todas as relações sociais no mundo. Assim, a Educação Sexual emancipatória “[...] é visualizada como uma intervenção qualitativa, intencional, no processo

educacional que sempre está ocorrendo nas relações sociais” (MELO *et al.*, 2011, p. 49), sempre sexuadas.

Nesse sentido, na Educação Infantil, bem como nos demais anos do ensino regular, a Educação Sexual tem

[...] como possibilidade pedagógica e instrumento de reflexão e humanização de grandes massas de indivíduos que estejam vivendo hoje a dinâmica da saturação de apelos e informações sobre sexo, necessitando de fundamentos teóricos e metodológicos sólidos e determinados (SILVA, 2001, p. 262).

Sendo assim, na Educação Infantil, ao abordar temas como Educação Sexual e Sexualidade, é preciso ir além dos muros das escolas e unidades educativas. Vai além de falar apenas sobre o ato do sexo em si. O objetivo é que as pessoas envolvidas nesse processo contribuam para criar um mundo mais justo para se viver, vivenciando em seus cotidianos uma Educação Sexual intencional. Essa abordagem emancipatória tem em vista resgatar a integridade do ser humano em relação aos outros seres no mundo, desde o nascimento até a morte.

Isto poderá contribuir para uma Educação Sexual emancipatória, na qual cada ser humano vivencie a vida de uma maneira mais intensa, saudável, podendo expressar seus sentimentos, suas emoções, suas criticidades e reflexões. Ainda poderá ter como eixo pedagógico de suas práticas uma Educação Sexual direcionada para o respeito ao ser humano em exercício pleno de sua cidadania. Conforme sugerido por Nunes (1996), é necessário que se faça uma reflexão mais aprofundada sobre a sexualidade, e que ela tenha como objetivo esclarecer as “[...] contradições históricas, discutir suas bases antropológicas, investigar suas matrizes sociológicas e identificar suas configurações políticas” (NUNES, 1996, p. 227).

Então, dentro de toda essa complexidade rica que é a Educação Sexual emancipatória, pauta-se, assim como o Grupo EDUSEX, no documento pedagógico cujo objetivo é reconhecer os direitos sexuais para um maior nível de saúde sexual. Esse documento nomeado Declaração dos Direitos Sexuais como Direitos Humanos (DDSDH) (WAS, 2014). A DDSDH/WAS se torna um dos documentos mais importantes por trazer

[...] uma conquista em benefício da humanidade e visa uma melhor qualidade de vida para todos, ampliando o leque de direitos e deveres do/a cidadão/ã. Por isso a necessidade de torná-lo cada vez mais conhecido e respeitado, principalmente pelos educadores (MELO *et al.*, 2011, p. 55).

Ademais, a fim de complementar as contribuições de Melo *et al.* (2011), concorda-se com a autora Kornatzki (2013, p. 94), quando destaca que a DDSDH/WAS compreende os

[...] direitos sexuais como direitos humanos universais representa um avanço da sociedade na direção da luta do processo humanizador dos seres humanos e emancipados. É também um avanço no reconhecimento dos direitos e deveres (deveres esses de respeitar os direitos dos outros) na convivência com o outro, de seres humanos iguais nos mesmos direitos e deveres, mas diferentes pela característica própria da diversidade que dá forma a todas as pessoas, diversidade que é também construída por elas.

Para uma Educação Sexual emancipatória com base nas DDSDH/WAS, isto é, uma educação esclarecedora (WAS, 2014), vale ressaltar os 16 (dezesesseis) direitos que essa declaração traz diante de uma vertente pedagógica, tais como: 1. o direito à igualdade e não discriminação; 2. o direito à vida, liberdade e segurança pessoal; 3. o direito à autonomia e integridade corporal; 4. o direito de estar isento de tortura, tratamento ou punição cruel, desumana ou degradante; 5. o direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção; 6. o direito à privacidade; 7. o direito ao mais alto padrão de saúde atingível, inclusive de saúde sexual; com a possibilidade de experiências sexuais prazerosas, satisfatórias e seguras; 8. o direito de usufruir dos benefícios do progresso científico e suas aplicações; 9. o direito à informação; 10. o direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora; 11. o direito de constituir, formalizar e dissolver casamento ou outros relacionamentos similares baseados em igualdade, com consentimento livre e absoluto; 12. o direito a decidir sobre ter filhos, o número de filhos e o espaço de tempo entre eles, além de ter informações e meios para tal; 13. o direito à liberdade de pensamento, opinião e expressão; 14. o direito à liberdade de associação e reunião pacífica; 15. o direito de participação em vida pública e política; 16. o direito de acesso à justiça, reparação e indenização (WAS, 2014).

Conforme a autora Kornatzki (2013), todos esses direitos dispostos na DDSDH/WAS estão voltados para uma Educação Sexual pautada na emancipação do sujeito, considerando que a “[...] educação ocorre sempre nas relações entre os sujeitos com sua dimensão sexual inseparável, independentemente da existência ou não de intencionalidade de realizá-la” (p. 95). Diante da DDSDH/WAS, pautou-se primeiramente pelo critério de análise das falas das docentes sobre suas compreensões da Educação Sexual à luz dos direitos expostos abaixo. Vale notar que no decorrer das respostas podem surgir outros indicadores que abrangem outros itens da DDSDH/WAS, tais como:

1. O Direito à igualdade e à não discriminação. Todos têm o direito de usufruir dos direitos sexuais definidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer tipo, seja raça, etnia, cor, sexo, linguagem, religião, opinião política ou outra qualquer, origem social ou regional, local de residência, características, nascimento, deficiência, idade, nacionalidade, estado civil ou familiar, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, estado de saúde, situação econômica, social ou outra qualquer.
2. O Direito à vida, Liberdade, e segurança pessoal. Todos têm o direito à vida, liberdade e segurança, que não podem ser ameaçadas, limitadas ou removidas

arbitrariamente por motivos relacionados à sexualidade. Estes incluem: orientação sexual, comportamentos e práticas sexuais consensuais, identidade e expressões de gênero, bem como acessar ou ofertar serviços relacionados à saúde sexual e reprodutiva.

3. O direito à autonomia e integridade corporal. Todos têm o direito de controlar e decidir livremente sobre questões relativas à sua sexualidade e seus corpos. Isto inclui a escolha de comportamentos sexuais, práticas, parceiros e relacionamentos, desde que respeitados os direitos do próximo. A tomada de decisões livre e informada, requer consentimento livre e informado antes de quaisquer testes, intervenções, terapias, cirurgias ou pesquisas de natureza sexual.

5. O direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção. Todos deverão estar isentos de violência e coerção relacionadas à sexualidade, incluindo: Estupro, abuso ou, perseguição sexual, ‘bullying’, exploração sexual e escravidão, tráfico com propósito de exploração sexual, teste de virgindade ou violência cometida devido à prática sexual real ou presumida, orientação sexual, identidade e expressão de gênero ou qualquer característica física.

6. O direito à privacidade. Todos têm o direito à privacidade relacionada à sexualidade, vida sexual e escolhas inerentes ao seu próprio corpo, relações e práticas sexuais consensuais, sem interferência ou intrusão arbitrária. Isto inclui o direito de controlar a divulgação de informação relacionada à sua sexualidade pessoal a outrem.

7. O direito ao mais alto padrão de saúde atingível, inclusive de saúde sexual; com a possibilidade de experiências sexuais prazerosas, satisfatórias e seguras. Todos têm o direito ao mais alto padrão de saúde e bem-estar possíveis, relacionados à sexualidade, incluindo a possibilidade de experiências sexuais prazerosas, satisfatórias e seguras. Isto requer a disponibilidade, acessibilidade e aceitação de serviços de saúde qualificados, bem como o acesso a condições que influenciem e determinem a saúde, incluindo a saúde sexual.

9. O direito à informação. Todos devem ter acesso à informação cientificamente precisa e esclarecedora sobre sexualidade, saúde sexual, e direitos sexuais através de diversas fontes. Tal informação não deve ser arbitrariamente censurada, retida ou intencionalmente deturpada.

10. O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora. Todos têm o direito à educação e a uma educação sexual esclarecedora. Educação sexual esclarecedora deve ser adequada à idade, cientificamente acurada, culturalmente idônea, baseada nos direitos humanos, na equidade de gêneros e ter uma abordagem positiva quanto à sexualidade e o prazer.

11. O direito de constituir, formalizar e dissolver casamento ou outros relacionamentos similares baseados em igualdade, com consentimento livre e absoluto. Todos têm o direito de escolher casar-se ou não, bem como adentrar livre e consensualmente em casamento, parceria ou outros relacionamentos similares. Todas as pessoas são titulares de direitos iguais na formação, durante e na dissolução de tais relacionamentos sem discriminações de qualquer espécie. Este direito inclui igualdade absoluta de direitos frente a seguros sociais, previdenciários e outros benefícios, independente da forma do relacionamento.

13. O direito à Liberdade de pensamento, opinião e expressão. Todos têm o direito à Liberdade de pensamento, opinião e expressão relativos à sexualidade, bem como o direito à expressão plena de sua própria sexualidade, por exemplo, na aparência, comunicação e comportamento, desde que devidamente respeitados os direitos dos outros (WAS, 2014).

Portanto, estão expostos acima os 13 (treze) indicadores de análises para essa vertente pedagógica emancipatória pautada na DDSDH/WAS. Essa interpretação propõe que se ultrapasse o senso comum e que seja possibilitada sensibilização do olhar das/os educadoras/es sobre a sexualidade em sua dimensão ontológica. Por fim, como aponta Nunes (1996), a intenção é promover uma vertente emancipatória da sexualidade por meio de uma Educação Sexual positiva. Ainda, nessa abordagem que compreende os seres humanos sempre sexuados



em sua inteireza, trata-se a seguir sobre as interfaces da Educação Sexual na Educação Infantil, categorias fundamentais para se buscar a compreensão das docentes sobre suas interfaces.

### 3.3 REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL: SUAS INTERFACES COM A EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA

Para tecer o diálogo da e sobre a Educação Infantil, há de se ressaltar o que os sociólogos e estudiosos como Sarmiento e Pinto (1997) definem como infância. Eles afirmam que a infância é um processo contínuo de construções sociais e culturais. A infância é considerada uma categoria social que ocorre desde o nascimento da criança e se constitui por meio de relações, sejam elas materiais, culturais ou afetivas (SARMENTO; PINTO, 1997).

Nesse sentido, observa-se essa pluralidade de infâncias, pois, como ressaltam Sarmiento e Pinto (1997), o “[...] ‘ser criança’ varia entre sociedades, culturas e comunidades, pode variar no interior de uma mesma família e varia de acordo com a estratificação social. Do mesmo modo, varia com a duração histórica e com a definição institucional da infância dominante em cada época” (p. 17, grifo dos autores).

Então, reafirma-se a ideia de que a infância é construída permanentemente nos processos históricos, sociais e culturais dos indivíduos em sociedade. Assim, o conceito de infância, afeto e cuidado com a criança se constitui um processo de construção histórica e social, visto que a infância mostra esse percurso em que o sujeito se constitui e constrói a sua história (SIQUEIRA, 2011). Ainda, como reforça Siqueira (2011, p. 168),

a infância é, de fato, uma construção social que se dá num tempo marcado por singularidades e universalidades no plano natural-social e lógico histórico e a criança é, de fato, um sujeito cujas experiências de vida se dão na articulação entre suas especificidades naturais/biológicas de desenvolvimento e suas condições concretas de existência, social, cultural e historicamente determinada.

Assim, ao perceber e compreender a infância como uma categoria social em constante transformação nas diversas culturas e sociedades, pode-se observar que ela está presente na Educação Infantil, também conhecida há anos como "creche".

No Brasil, isso surgiu em meados de 1940, por meio das “[...] iniciativas governamentais na área da saúde, previdência e assistência, dando ênfase às creches como instituições de saúde, ou seja, mantinham a concepção de assistencialismo [...]” (MEDEIROS; RODRIGUES, 2015, p. 12). Isto é, antes das políticas educacionais, a Educação Infantil era vista com olhares assistenciais, na qual “o caráter do serviço oferecido era de cunho assistencialista, bem como

conservavam as tendências de atendimento médico e não se falava em educação das crianças de zero a seis anos” (GUIMARÃES, 2017, p. 104).

A Educação Infantil, em sua trajetória desde 1980, trouxe aos docentes daquela época um marco na forma de como era visualizada a infância. Como pontuam as autoras Buss-Simão e Rocha (2017, p. 84), este período de 1980 para Educação infantil estabeleceu

[...] uma marca profunda e orientou todo um percurso de pesquisa e formação de professores, num esforço de sistematização teórica em torno da identificação de que, historicamente, a pedagogia e a didática deram pouca atenção à infância ou tomaram as crianças em isolamento social, sem considerar sua condição e seu lugar na cultura.

Entendeu-se que naquela época as crianças eram negligenciadas devido a um modelo de infância, onde “[...] a educação das crianças era considerada de forma abstrata e individualizada” (BUSS-SIMÃO; ROCHA, 2017, p. 84). Mas com o passar do tempo, as concepções sobre essa invisibilidade da criança como sujeito de direito foi mudando positivamente até chegar às políticas educacionais da época, tais como: Constituição Federal (1988), em seus artigos 205 e 227, e o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) (1990), em seu artigo 54, apontando ser “[...] dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente” (BRASIL, 2021, p. 44), ressaltando-se, no entanto, que “nestes documentos, não há uma menção explícita sobre a criança como sujeito de direitos, porém há o reconhecimento de que ela é portadora de direitos” (ALMEIDA; SIQUEIRA, 2021, p. 12).

Todavia, com o passar dos anos, as visões de mundo sobre a infância e educação infantil

[...] foram sendo constituídas com base em situações sociais concretas, sendo que isto nos mostra como as visões sobre as crianças se modificaram ao longo do tempo. Ficou ressaltada então a importância de nos dedicarmos a reconhecer que as crianças pequenas necessitam de uma educação apropriada aos seus aspectos singulares (GONÇALVES, 2022, p. 16).

Sendo assim, tendo em vista que a criança precisa de uma educação que lhe garanta ir para além do aspecto assistencialista, é que a Constituição Federal define em seus artigos 205 e 227:

Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.  
Art. 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Nesse aspecto legal, “[...] é que se determinou a educação infantil como parte do sistema educacional e não mais de cunho assistencial. Após a Carta Magna, surgem outros diplomas legais, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação [...]” (MEDEIROS; RODRIGUES, 2015, p. 8). Desse modo, pode-se analisar que o direito da criança como um sujeito modificado ao longo dos anos começa a valer, visando a uma educação que valorize seus direitos e deveres, como sujeito que integra a sociedade, com “[...] a importância de nos dedicarmos a reconhecer que as crianças pequenas necessitam de uma educação apropriada aos seus aspectos singulares” (GONÇALVES, 2022, p. 16).

Preconiza esse atendimento a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases, em seu artigo 29: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996).

Conforme a LDB (1996), a Educação Infantil deve ser ofertada em creches para crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos e em pré-escola para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses. A Educação Infantil, segundo a LDB (1996), visa a propiciar o desenvolvimento integral das crianças (BRASIL, 1996), considerando, também, seus aspectos psicossocial, cognitivo, motor, afetivo e de sociabilidade. Nessa direção, esse objetivo apontado pela LDB (1996) abarca também a formação das crianças que contemple propostas intencionais incluídas em planejamentos ligados à Educação Sexual, como parte inseparável de uma educação que atenda todos os aspectos de seu desenvolvimento pleno.

Acrescenta-se, então, que a Educação Infantil

[...] é um direito humano e social de todas as crianças até seis anos de idade, sem distinção alguma decorrente de origem geográfica, caracteres do fenótipo (cor da pele, traços de rosto e cabelo), da etnia, nacionalidade, sexo, de deficiência física ou mental, nível socioeconômico ou classe social. Também não está atrelada à situação trabalhista dos pais, nem ao nível de instrução, religião, opinião política ou orientação sexual (BRASIL, 2013, p. 3).

Diante desse contexto, compreende-se que essa etapa de educação deve ser ofertada para todas/os sem nenhuma distinção. Mas ainda cabe à família querer ou não aproveitar esse acesso à Educação Infantil, ou qualquer outro espaço que eduque e ensine antes do período de obrigatoriedade escolar. Oliveira (2021, p. 74) evidencia que, mesmo

apesar dos notórios avanços quanto à perspectiva educacional, ainda persiste nos discursos do senso comum, a interpretação de que a Educação Infantil é um direito dos responsáveis pela criança para que possam trabalhar ou que essa etapa tem o intuito de, simplesmente, promover a socialização das crianças.

Mas, após a criança completar 4 (quatro) anos, torna-se obrigatória a matrícula e a frequência de todas as crianças na escola, como determina a Resolução n.º 5, de 17 de dezembro de 2009, assegurada por lei nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2010). Por meio dessa resolução, fica estabelecido que “é obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que houver a matrícula” (p. 15). Porém, essa obrigatoriedade ainda traz falhas, pois, como afirma Oliveira (2021, p. 76), “[...] embora prevista em lei, ainda é um desafio às políticas públicas educacionais que, não raro, esbarram em questões estruturais, políticas e financeiras e não garantem vagas para todas as crianças”.

Nesse momento inicial da garantia da criança na Educação Infantil, percebe-se que agora elas têm seus primeiros contatos com diversas pessoas, culturas diferentes. Assim, Finco (2010, p. 52) lembra que a Educação Infantil é um “período em que as crianças passam a conhecer e aprender sistemas de regras e valores, interagindo e participando de construções sociais”. No entanto, para Oliveira (2019, p. 11), a qualidade ainda é um fator de preocupação e define a Educação infantil como

[...] um processo muito importante na vida da criança, que se inicia com a administração de pessoas, conhecimento de novos ambientes, favorecendo um vínculo positivo e conseqüentemente terem uma aprendizagem escolar de sucesso. Infelizmente não podemos contar com uma qualidade na educação acessível para todos, ainda temos muitos entraves institucionais, curriculares, administrativos entre outros problemas.

Na Educação Infantil ainda existem diversos entraves quanto ao diálogo sobre o manifestar da sexualidade na criança. A sexualidade na Educação Infantil ainda é vista com preconceitos, mitos e polemizada por muitas pessoas, inclusive pelas/os educadoras/es. Bortolozzi (2022, p. 10) acredita que “[...] os/as educadores/as são bem intencionados/as ao tratar da sexualidade, mas ainda há lacunas na sua formação que dificultam seu envolvimento de modo adequado nessa tarefa”, pois ainda é possível observar que, dentro dessas lacunas, as possibilidades de “[...] posturas e as opiniões sobre a sexualidade envolvem dimensões morais, religiosas, históricas, etc., que todos/as nós, conscientemente ou não, carregamos a partir de nossa formação” (BORTOLOZZI, 2022, p. 09).

Para que as/os professoras/es possam refletir sobre a dimensão da sexualidade, partindo da compreensão de ser esta uma dimensão humana inseparável do SER, é importante compreender a sexualidade com base na definição da OMS de 1975, que reconhece:

A sexualidade forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado dos outros aspectos da vida. Ela não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não de orgasmo.

Sexualidade é muito mais do que isso, é a energia que motiva a encontrar o amor, o contato e a intimidade e se expressa na forma de sentir, na forma de as pessoas tocarem e serem tocadas. Influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e tanto a saúde física como a mental. Se a saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada como um direito humano básico. (OMS, 1975 *apud* EGYPTO, 2003, p. 15-16).

A sexualidade em si se constitui no SER desde o nascimento. Como explicam Nunes e Silva (1997, p. 8), “a sexualidade é uma das mais profundas expressões da condição humana”. Ela surge nessa abordagem “no século XIX, ampliando o conceito de sexo, incorporando a reflexão e o discurso sobre o seu sentido e a sua intencionalidade” (MELO *et al.*, 2011, p. 28), que vai além do sexo, que é “a marca biológica, a caracterização genital e natural, constituída a partir da aquisição evolutiva da espécie humana enquanto animal” (NUNES; SILVA, 1997, p. 66).

Desse modo, Werebe (1998) também trata a sexualidade como um conceito mais amplo, que envolve todo o comportamento, não somente o ato sexual das genitais, mas a sexualidade vista também com suas singularidades, envolvendo os sentimentos, desejos, aspirações e necessidades.

Diante desse resumo apanhado sobre Educação Infantil, criança, educação e sexualidade, pode-se perceber que a sexualidade é construída na criança desde bem pequenina:

A sexualidade é construída, basicamente, a partir das primeiras experiências afetivas do bebê com a mãe e com o pai ou quem cuida dele. Seguem-se a relações com a família, amigos, e as influências do meio social. A capacidade da mãe de tocar o filho, aconchegá-lo, acolhê-lo psicologicamente, será a base para o desenvolvimento da resposta erótica e da capacidade de construir vínculos amorosos e do desejo de aprender (OLIVEIRA, 2016, p. 4)

Nessa perspectiva, também Nunes e Silva (2006, p. 52) destacam que

a sexualidade infantil é muito mais autêntica porque as crianças em geral não precisam provar nada a ninguém e não estão preocupadas com os padrões de ‘normalidade’ que a sociedade impõe aos adultos. Reprimir a sexualidade da criança é reprimir seu corpo, que se constitui na base real de seu próprio ser, sua relação consigo mesma e sua personalidade. Porque, afinal, não existe uma separação entre a sexualidade infantil e a sexualidade adulta. Existe sim uma ligação única e uma continuidade entre elas, ou seja, são inseparáveis e consequentes.

Portanto, a Educação Sexual, intencional ou não, sempre fez parte da Educação Infantil desde o início da infância, permeando-a em todos os momentos. Isso ocorre por meio de conversas e interações com amigos e outros adultos, na realização de tarefas, na brincadeira e no uso de computadores e outras ferramentas tecnológicas, ao assistir a filmes e desenhos animados, jogar jogos *online*, entre outros (VARELA, 2014).

Ciente então de que a Educação Sexual e a Sexualidade sempre fizeram parte do desenvolvimento integral da criança, Frutuoso (2013, p. 16) aponta 4 (quatro) fases da manifestação da sexualidade na infância, a qual demonstra os estudos de “[...] Sigmund Freud em uma de suas obras intitulada: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade [...]”:

**A fase oral (0 a 2 anos):** quando o bebê focaliza seu desejo e o prazer nos seios maternos e na ingestão dos alimentos, nesta a fonte de satisfação é a boca o centro da libido.

**A fase anal (2 a 3 anos):** quando o prazer e desejos são focalizados nas fezes, ou melhor, dizendo, na retenção e expulsão das fezes.

**E a fase fálica (3 a 6 anos):** quando o desejo e o prazer são focalizados nos órgãos genitais, nesta fase a criança começa a descobrir seu corpo e manipular seu genital. Esta também é a fase que surge o complexo de Édipo, que segundo concepções freudianas trata-se de uma ligação afetiva muito forte entre as pessoas que mais confia (os pais/mães), geralmente acontece de as meninas focalizarem seus desejos e prazeres nos pais e ao contrário acontece com os meninos que focalizam seus desejos e prazeres nas mães. Nesta fase, também ocorre o descobrimento das diferenças entre os sexos masculino e feminino. É nela também que as crianças começam a querer saber mais sobre os assuntos relacionados à sexualidade, como: de onde vêm os bebês?

**E por último, temos a fase da latência (7 a 11),** que geralmente é marcada pela puberdade, quando o indivíduo passa a focalizar seus desejos e prazeres fora da família, passando então a desenvolver interesse sexual erótico (FRUTUOSO, 2013, p. 34-35, grifos nossos).

Pode-se perceber que, para essa linha de estudos freudianos citada por Frutuoso (2013), a manifestação da sexualidade nasce sim com o sujeito/criança, seguindo faixas etárias, dando sequência na adolescência e na vida adulta. Essas fases vão sendo observadas as diferentes fases de manifestações no indivíduo, demonstrando a existência da dimensão sexualidade humana, mas focando o desenvolvimento social, emocional do SER, não apenas se voltando para uma expressão com ênfase apenas na prática do sexo.

Como se pode verificar, os diálogos sobre sexualidade e Educação Infantil, ou seja, que envolvam a Educação Sexual nessa dimensão, ainda são grandes desafios na sociedade, seja no âmbito familiar ou escolar, pois debater sobre o tema gera inquietações para muitas pessoas e em diversas ocasiões.

Campos (2019) ressalta os desconfortos que é, por vezes, dialogar sobre esse tema: “A educação sexual no ambiente escolar sempre foi objeto de polêmica na tradição educacional brasileira. Os estudos referentes à educação sexual e a sexualidade da criança são considerados hoje um dos mais exigentes temas pedagógicos” (CAMPOS, 2019, p. 63).

Consequentemente, os diálogos sobre sexualidade e Educação Sexual precisam “[...] qualificar essas concepções, numa abordagem emancipatória” (PACHECO; MELO, 2015, p. 662) e precisamente se fazem necessários nos âmbitos educacionais, principalmente na Educação Infantil, visto que ainda há muito desconforto e diversas inquietações para tal debate,

com muitas/os professoras/es que ainda não se sentem seguras/os para desenvolver trabalhos e conversas sobre o assunto (CARVALHO, 2021), ainda sem saber que já trabalham tais temas no cotidiano, como parte de um currículo oculto.

Nessa perspectiva, “o educador e a educadora devem sempre estar atentos a esse entorno, mas também devem atentar para além dele e olhar criticamente do micro de seu cotidiano, ao macro da sociedade atual, retornando ao seu dia a dia” (PACHECO; MELO, 2015, p. 662), pois compreender as “[...] crianças como sexuadas, ou seja, capazes de apresentar esta dimensão sexualidade das formas mais diversas, é um grande passo em direção a uma educação sexual saudável e consciente” (LARA *et al.*, 2021, p. 17).

Aponta-se como indicador da categoria Educação Infantil o reconhecimento desse direito fundamental da criança, proporcionando um ambiente seguro e protegido. Considerando a criança como um sujeito social em constante transformação na sociedade, esse período da Educação Infantil é fundamental para o seu desenvolvimento em todos os aspectos, sem qualquer forma de discriminação ou distinção. E, por fim, não menos importante, compreende-se a Educação Sexual emancipatória na Educação Infantil como uma potência de transformação social na vida do SER. Essa dimensão humana está presente desde que cada pessoa existe, sendo ela desde criança um SER consciente em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, psicossocial, social, crítico-reflexivo com suas ideias, atitudes e valores.

#### 3.4 REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA INTENCIONAL DE PROFESSORAS/ES EM EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA: ADIAR NÃO É MAIS POSSÍVEL

A formação continuada se faz imprescindível no caminhar de cada docente, por significar “[...] antes de tudo, uma releitura das experiências que ocorrem na vida profissional, significando uma atenção prioritária às práticas, no caso da educação e dos professores” (FERREIRA; MENDES, 2021, p. 07). Por isso, concorda-se com Nóvoa (2002, p. 38), quando já alertava, há 20 anos, que “a formação contínua deve contribuir para a mudança educacional e para a redefinição da profissão”.

É nesse espaço de aprendizagem que as educadoras e educadores têm a oportunidade de refletir, levando em consideração o contexto atual, sobre as mudanças nas políticas públicas e seus impactos na educação contemporânea, assim como em suas práticas pedagógicas. Conforme o pensamento do autor Imbernón (2010), compreender o contexto em que se está inserido é fundamental para promover formações significativas. Além disso, Imbernón (2010)

também registra que é por meio da formação continuada de professoras/es que vão se criando e se “[...] assumindo uma identidade docente, o que supõe a assunção de fato de serem sujeitos de formação, e não objeto dela, como meros instrumentos maleáveis e manipuláveis nas mãos de outros” (p. 11). Há ainda que analisar o tempo destinado para a formação e sua organização, atrelando-as com as necessidades da/o docente no que está colocado como uma prioridade diante da sociedade na qual as transformações acontecem a todo momento (FERREIRA; MENDES, 2021).

Neste sentido, para uma abordagem legal sobre a formação continuada de professoras/es, é necessária uma análise sintética das legislações educacionais brasileiras. Dentre essas legislações, as mais significativas são a LDB de 1996 e o atual PNE, expresso na Lei nº 13.005/2014, mais especialmente sua meta 16 e Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020. As legislações citadas ressaltam a necessidade e a importância da formação continuada, pois ela está regulamentada na LDB (1996) em seu artigo 62, inciso § 1º, que aponta que “a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério” (BRASIL, 1996) e em seu artigo 62, que complementa no seu parágrafo único:

Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (BRASIL, 1996).

Além de formação continuada assegurada na LDB (1996), as/os docentes também são contemplados com o respaldo na meta 16 do PNE e a estratégia 16.2 (BRASIL, 2014), que apontam as seguintes finalidades:

**META 16:** Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e **garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.**

**16.2: Consolidar política nacional de formação de professores e professoras da educação básica, definindo diretrizes nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas** (BRASIL, 2014, grifos nossos).

A Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020, também dispõe, no seu capítulo II, artigo 4º, acerca da política da formação continuada de professores:

Art. 4º A Formação Continuada de Professores da Educação Básica é entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando ao complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho (BRASIL, 2020).



Pode-se analisar, a partir desses pontos citados, que a formação continuada está prevista na legislação brasileira, o que mostra a dimensão da importância e do direito de cada docente aperfeiçoar permanentemente os seus conhecimentos pessoais e profissionais em processos formativos, com objetivo de melhoria da qualidade do ensino via seu aperfeiçoamento tanto profissional quanto intelectual. Além disso, a formação continuada lhes possibilita o direito ao pensamento crítico que venha para somar “[...] no enfrentamento às complexidades da vida, no cotidiano e no futuro” (YARED; MELO; VIEIRA, 2020, p. 06). Nos documentos legais a formação continuada é prioridade, devendo acontecer nos âmbitos educacionais ofertados tanto pelos estados, Distrito Federal e municípios, apontando todas as normativas para serem oferecidos conhecimentos que apontem as possibilidades de mudanças emancipatórias nas práticas pedagógicas.

Chimentão (2009, p. 03) contribui com essa reflexão, registrando que

[...] a formação continuada passa a ser um dos pré-requisitos básicos para a transformação do professor, pois é através do estudo, da pesquisa, da reflexão, do constante contato com novas concepções, proporcionado pelos programas de formação continuada, que é possível a mudança. Fica mais difícil de o professor mudar seu modo de pensar o fazer pedagógico se ele não tiver a oportunidade de vivenciar novas experiências, novas pesquisas, novas formas de ver e pensar a escola.

Desse modo, o/a professor/a que está em seu processo contínuo de formação, que preza pela qualidade de ensino e visa a aprender-ensinar numa abordagem emancipatória e humanística, pode constituir-se cada vez mais como um ser crítico-reflexivo diante suas práxis educativas. Nessa busca é possível refletir com Freire (2015, p. 40), quando diz que “[...] na formação permanente dos professores o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”, permitindo que as/os docentes sejam sujeitos históricos e sociais passíveis de colaborar com as transformações na vida dos sujeitos-alunas/os.

O ensinar, nessa abordagem humanística e emancipatória, exige pesquisa e formação: assim, “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino” (FREIRE, 2015, p. 30). Isto é, há que se ir atrás de formações continuadas, de novos conhecimentos, culturas, saberes, na busca da liberdade através dos aprimoramentos, em busca de uma educação que transforma e liberta, pois assim “a formação deve ser mais dinâmica no seu processo e na sua metodologia [...]” (IMBERNÓN, 2010, p. 12).

Sustenta-se a compreensão de que a formação continuada de professoras/es, para ser humanística, emancipatória e que vise a um pensamento crítico-reflexivo, parta nesta perspectiva paulofreireana, por precisar estar interligada às práxis, sendo assim “[...] à ideia de

um conjunto de práticas visando à transformação da produção da história” (CARVALHO; PIO, 2017, p. 428). Essas formações continuadas são algo crucial para uma sociedade que busca mudanças do que está posto como

[...] hegemônico no modo de produção em que vivemos, conhecimento esse desumanizador que brota das relações entre as pessoas no modo de produção vigente, pois, em sua materialidade das relações sociais, é composto de duas categorias antagônicas — Capital e Trabalho (ANTUNES; MELO, 2023, p. 05).

Não só isso, mas também na busca por sensibilizar o corpo docente sobre as possibilidades de ampliação de seus conhecimentos em prol de uma formação emancipatória. Isso envolve criar espaços dialógicos e resgatar a capacidade do professor de ser um sujeito crítico-reflexivo. Nesse sentido, “[...] será possível promover, conscientemente, o desenvolvimento de habilidades e disposições de pensamento crítico e a abordagem emancipatória em sexualidade” (YARED; MELO, VIEIRA, 2020, p. 24), impregnados de possibilidades de mudanças. Desse modo, pode-se observar que

[...] a realidade difere do ideal paulofreireano nas capacitações oferecidas aos profissionais de núcleos de Educação Infantil no que se refere à categoria Educação Sexual. Isso é perceptível quando os materiais sobre o tema da Educação Sexual ainda são de difícil reflexão crítica para as pessoas envolvidas no processo educacional. Além do mais, são frágeis as possibilidades de espaços dialógicos nessas formações oferecidas para docentes que atuam nesse nível de ensino, devido a muitos mitos, tabus e preconceito que ainda impactam o cotidiano da Educação Infantil, fruto de muitas vertentes pedagógicas repressoras sobre a dimensão sexualidade que perpassaram e perpassam o ambiente escolar (ANTUNES; MELO, p. 06).

A partir dessa observação do cotidiano, optou-se por tratar, nesta dissertação, sobre as possibilidades de existirem projetos de formação continuada com docentes da Educação Infantil construídos e calcados na abordagem de uma Educação Sexual intencional na perspectiva emancipatória de sexualidade. Formações que as/os desafiem a repensar e a “questionar sua prática pedagógica em busca da resolução das suas dificuldades” (PEREIRA, 2010, p. 57), como também levar “[...] em consideração a experiência, a história de vida, a prática pedagógica vivida e o saber construído pelos professores, além do exercício constante de reflexão em grupo” (PACHECO, 2014, p. 41).

Sendo assim, essas formações continuadas tendem a desafiar as/os educadoras/es a repensar suas práticas pedagógicas, trazendo algumas reflexões sobre suas bagagens enquanto seres humanos sempre sexuados. Dentro dessas reflexões, apresentam-se algumas questões para serem (re)pensadas:

**[...] afinal, por que ficamos ainda inibidos diante do tema sexualidade? [...] Será que simplesmente continuamos a repetir costumes acriticamente, repassando preconceitos, tabus, medos, sem nos questionarmos se eles servem ainda para a**

**realidade em que vivemos?** [...] Precisamos procurar conhecer melhor ‘qual é a nossa’, como diria um adolescente, em relação à sexualidade. Temos que buscar reconstruir as nossas verdades provisórias até que outras venham a ser elaboradas pelas gerações que nos sucederem. Tudo isso sempre visando a uma vida plena, feliz e digna para todos (MELO *et al.*, 2011, p. 20-22, grifos nossos).

Reafirma-se a verdade provisória de que a Educação Sexual é sempre existente, presente nos cotidianos e nos corpos dos sujeitos, mesmo que na maioria das vezes num perverso currículo oculto (YARED, 2016; MELO *et al.*, 2011), principalmente aquela vivenciada no cotidiano escolar. Esta educação está necessariamente ligada à formação que as/os docentes trazem consigo de suas vidas na sociedade, em suas famílias, somadas às que adquiriram e adquirem em suas formações em seus cursos regulares e na formação continuada que lhes são ofertadas em seus espaços profissionais. Muitas vezes essa abordagem de Educação Sexual emancipatória vem sendo desconsiderada nesses processos formativos diante da falta de conhecimentos e da existência de mitos e tabus. Por isso, apontando para uma sexualidade repressora, que ao olhar da autora Pacheco (2014, p. 116), em suas abordagens, “[...] são apresentadas e parecem não compreender o ser humano na sua totalidade e nem auxiliar na mudança para a melhora do sujeito e da sua relação com o meio”.

No enfrentamento dessas vertentes repressoras contaminando o cotidiano escolar, cursos de formação continuada que busquem concretamente contribuir com a emancipação humana têm possibilidades de apresentarem propostas de projetos de Educação Sexual. A busca de uma compreensão plena de que a sexualidade, ao ser abordada tanto em espaços formais como informais de educação, pressupõe compreender seus “[...] fundamentos biológicos, epistemológicos, psicológicos, educacionais e didático-pedagógicos, de modo a potencializar a ação pedagógica em favor do desenvolvimento humano integral, desde as primeiras idades, com vistas a uma educação cidadã” (MALAGI, 2020, p. 24).

Esses diálogos sobre Educação Sexual em uma perspectiva emancipatória se tornam cada vez mais necessários nos espaços educacionais, principalmente nos espaços da Educação Infantil, visto que neles ainda se nota muito desconforto e inquietações para tal debate crítico-reflexivo, debate este intensamente reprimido ou distorcido atualmente, o que colabora com vertentes reducionistas do Ser Humano. Essa afirmação está exposta em uma pesquisa de mestrado por Carvalho (2021), que traz evidências de que professoras/es da Educação Infantil e Fundamental “[...] **disseram ter medo de ou receio de falar sobre educação sexual com os alunos, associando tal medo à má interpretação da família, à represália dos pais e ao conservadorismo da sociedade no geral**” (CARVALHO, 2021, p. 57, grifos nossos).

Isso tudo mostra, então, que professoras/es ainda não se sentem seguras/os para desenvolver trabalhos intencionais, nem mesmo sobre realizar conversas cotidianas sobre o assunto nessa abordagem diante do medo<sup>17</sup> que lhes foi repassado. Para mudar isso, como aponta a estratégia 16.2 do PNE (2014), é preciso consolidar junto às políticas nacionais de formação de professoras/es uma garantia de competências e habilidades necessárias para as/os docentes atuarem de forma efetiva e, assim, possuírem conhecimentos vastos, neles incluso a temática Educação Sexual.

Isto é, autorizar a promoção de ações de formação continuada que atendam especificidades de cada grupo, ofertando alternativas de possíveis mudanças para as/os docentes (IMBERNÓN, 2010). Percebe-se que a formação se faz necessária não só no Instituto de Ensino Superior (IES), nos cursos regulares de formação inicial, como também é imprescindível após o término da graduação como professor/a, pois essa/e profissional da educação precisa se aperfeiçoar constantemente. Conforme pontua Freire (2015), é na formação continuada do/a professor/a, à luz de suas vivências na escola, o momento ideal para a reflexão sobre sua prática educativa, refletindo sobre sua prática de hoje ou de ontem, para que possa melhorar a próxima prática.

Nessa perspectiva, a formação continuada do/a professor/a torna-se um aprimoramento e um direito para sua vida profissional, seja essa formação em qualquer área e assunto, permitindo-lhe que reveja continuamente suas práticas pedagógicas no âmbito educacional, inclusive à luz da categoria Educação Sexual emancipatória, se esta for sua abordagem. A formação continuada, pautada na categoria de uma educação emancipatória, visa a compreender uma educação humanizada, que transforma, liberta e conscientiza, ou seja, uma “[...] educação considerada emancipatória/libertadora por Paulo Freire, que entende como dialógica, problematizadora, crítica e voltada para a relação reflexão e ação, ou seja, para a práxis (reflexão-teoria-prática)” (WARKEN; MELO, 2019, p. 39).

Portanto, quando se fala sobre a formação continuada em Educação Sexual e Sexualidade, entende-se “[...] ser esse mais um meio possibilitador de momentos em que profissionais da educação e demais pessoas interessadas possam refletir sobre os paradigmas construídos em relação à sexualidade e seus reflexos em nossas vidas” (FREITAS *et al.*, 2017, p. 1133). Só para ilustrar a necessidade de que essas formações aconteçam, França e Calsa

---

<sup>17</sup> Esse medo citado se dá pelo Projeto de Lei nº 246/2019, que institui o “Programa Escola sem Partido”. Um projeto pensado pela bancada conservadora que visa a estabelecer regras sobre o que o/a professor/a pensa e fala com o intuito de intimidar. Vale ressaltar que esse movimento se deu no início de 2004, por Miguel Nagib, mas só veio tomar essa proporção após 2014 até os dias atuais. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1707037](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037). Acesso em: 20 mar 2023.

(2011) destacam que, por meio do ensino-aprendizagem escolar, as/os professoras/es, mesmo discutindo cientificamente, acabam trazendo seus pré-conceitos enraizados para as salas de aula, ou seja, para suas práticas pedagógicas, a reprodução de crença, valores, ideias e interesses. E trabalhar esses pré-conceitos dialogicamente é fundamental para desvelá-los como possíveis de mudanças.

Diante da complexidade da temática da pesquisa, tem-se como eixo da dissertação que, por meio de formações docentes continuadas, poderão ser apresentadas/os autoras/es com perspectivas crítico-reflexivas em relação à categoria Educação Sexual numa perspectiva emancipatória para as/os professoras/es. É preciso ter em vista o objetivo de sensibilizar o coletivo para as possíveis mudanças, auxiliando estas/es profissionais: professoras/es nas possibilidades concretas de trabalhar a Educação Sexual intencionalmente no âmbito educacional, ao reconhecerem suas crianças como sujeitos históricos de direitos — inclusive os Direitos Sexuais como Direitos Humanos (WAS, 2014).

Vale ressaltar que em várias “brechas”, as pautas sobre formações continuadas estão presentes nos documentos oficiais, do PNE (2014), BNCC (2018), dentre outros documentos federais, estaduais e municipais de educação, garantindo legalmente que as/os docentes estejam em constante aprendizado. Assim, proporcionando ao “[...] professor o exercício da reflexão crítica sobre sua prática e o conduza à compreensão do conteúdo do seu trabalho e da consequência para o enfrentamento das mudanças na direção da superação das práticas de teorias descontextualizadas e disciplinares” (SILVA; NUNES, 2020, p. 08), visando a uma transformação em suas práticas pedagógicas e, possivelmente, à busca da sensibilização e emancipação da sua visão de mundo. E esse amparo contém, mesmo que difuso nos documentos, o direito do/a professor/a educar integralmente as crianças e jovens.

Ainda assim, o conhecimento sobre os direitos humanos e neles, os direitos sexuais, torna possível aos profissionais da educação vivenciar essas brechas legais, pautadas nas possibilidades e deveres de uma educação para a cidadania (cidadania esta sempre sexuada). No entanto, é notável que as vertentes pedagógicas repressoras sobre Educação Sexual têm se mostrado resistentes nas falas e práticas das/dos docentes.

Assim, ficam muitas vezes fortalecidas as dificuldades trazidas em tratar intencionalmente o tema Educação Sexual nas escolas por professoras/es. Dificuldades essas relatadas por Figueiró (2001), Melo *et al.* (2011) e, ainda na atualidade, por professoras/es, como Carvalho (2021). Todavia, para enfrentar essas dificuldades, é urgente e necessário que sejam ampliadas discussões sobre esse tema nas formações regulares e continuadas de professoras/es para subsidiar as possibilidades de vivenciar intencionalmente a Educação

Sexual emancipatória. Sobre essa evolução, pode-se ver, nos estudos de Rizza (2015), que as temáticas Educação Sexual e Sexualidade até já estão presentes nas grades curriculares nas universidades brasileiras, sendo oferecidas como disciplinas sensibilizadoras sobre Educação Sexual em diversos cursos de graduação. A UDESC, no seu curso de Pedagogia presencial, desde as décadas finais do século XX, oferece esse espaço em seus currículos. Anos mais tarde a disciplina Educação Sexual foi inserida também na sua Pedagogia EaD. Além disso, Pacheco (2020) aponta que as produções bibliográficas a respeito do tema também continuam crescendo. Essa autora, em sua tese, fez um mapeamento das dissertações e teses defendidas nos programas de pós-graduação em educação no Brasil sobre a temática até o ano de 2019. É a constatação de que são muitos os estudos científicos que visam à melhoria dos diálogos na temática, desmistificando mitos e tabus.

Mas Figueiró (2014), em seu livro, fruto da sua tese<sup>18</sup> de doutorado em 2001 em versão ampliada, aponta que a formação intencional em Educação Sexual precisa apresentar alternativas e cuidados para assegurar que seja efetiva e competente. Atualmente, a mesma autora Figueiró (2019, p. 73) já considera ter tido alguns avanços sobre as/os professoras/es terem “[...] o crescimento em sua visão pessoal a respeito da sexualidade, crescimento esse que pode refletir positivamente em sua vida sexual e a conquista de maior proximidade e amizade com seus alunos”, mas que ainda há alguns desafios pela frente diante da “[...] forte onda de conservadorismo” (FIGUEIRÓ, 2019, p. 73).

Entretanto, torna-se imprescindível dialogar previamente com docentes a respeito do tema, assim como diz o título da obra “Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível” (2014). Concorda-se com essa obra de Figueiró (2014), que dá à luz ao título deste capítulo da dissertação. Ou seja, não se pode mais adiar os diálogos emancipatórios intencionais e sensibilizadores na formação regular e continuada de profissionais da educação em Educação Sexual, sejam as/os docentes atuantes na Educação Infantil, nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, bem como os que atuam no Ensino Médio e no ensino superior. Cabe enfatizar que essas/es profissionais já tiveram formação informal e/ou formal em suas vidas, trazendo sempre em sua visão de mundo alguma bagagem a respeito da temática, seja ela numa perspectiva repressora quanto emancipatória, pois são educadas/os e se educam sexualmente uns aos outros no mundo desde o nascimento.

---

<sup>18</sup> FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **A formação de educadores sexuais: possibilidades e limites**. 2001. 316 f. Tese (doutorado) — Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/190864>.

Neste sentido, é necessário “[...] ‘rever’ os currículos de cursos de licenciatura, deve-se também investir em políticas públicas de formação continuada que tratem do tema, pois, embora negada, a sexualidade se faz presente na escola e na Educação Infantil” (OLIVEIRA; PRADO, 2020, p. 05, grifo dos autores). Figueiró (2014, p. 83) aponta ser “[...] fundamental conhecer o que pensam os professores sobre educação sexual, para trabalhar a partir daí, ou seja, levando em consideração suas ideias, opiniões, conhecimentos, necessidades e experiência a respeito”. Concorde-se, também, com esse pensamento das/os autora/es citadas/os de que seja necessário realizar um diagnóstico prévio da compreensão sobre a temática das/os docentes que estão se dispondo a se (in)formar intencionalmente em Educação Sexual. Isso é importante para identificar suas visões de mundo e, a partir de diálogos concretos, fazer uma análise, buscando entender o que compreendem, para só então estruturar os currículos e planejamentos de formações com vistas a conhecer suas crenças e convicções, seu senso comum, que necessariamente se refletem em seu fazer pedagógico em suas salas de referência<sup>19</sup> e de aula.

Todavia, Figueiró (2014) explica que muitos/as professores/as vão para as formações continuadas em busca de uma receita pronta de como trabalhar as questões de Educação Sexual nos espaços escolares, visto que para esse trabalho não há uma “técnica”. Para fazer o enfrentamento deste equívoco, foram adaptadas, à luz de eixos teórico-práticos do Grupo EDUSEX, questões que a autora apresenta para refletir sobre a condução prévia desses espaços formativos iniciais em cursos para professoras/es, questionando, como base inicial do trabalho: qual é a concepção de educação e a de ser humano que está norteando seu trabalho e com que tipo de Educação e de Educação Sexual estão comprometidas/os; a quem está servindo o trabalho de Educação Sexual que já desenvolvem, mesmo que não saibam disso e qual poderá desenvolver a partir de uma reflexão crítica na formação continuada; qual o papel intencional de um/a professor/a que se descubra sempre educador/a sexual, pois a dimensão sexualidade é inseparável do ser humano, assim como todas as relações sociais sempre sexuadas são; e por último, “por que e para que colocar em prática programas de Educação sexual” (FIGUEIRÓ, 2014, p. 92).

Pode-se perceber a necessidade dessa tarefa hoje agudizada pelos retrocessos repressores sobre Educação Sexual que perpassam vários níveis de ensino no Brasil. Além disso, com base nesses indicadores mencionados, foi possível mapear as/os docentes e compreender suas diferentes perspectivas em relação à Educação Sexual. Esse diagnóstico é um ponto de partida válido para criar espaços de sensibilização, promovendo um diálogo

---

<sup>19</sup> Na Educação Infantil, utiliza-se o termo Sala Referência e não sala de aula.

amoroso e crítico-reflexivo com as/os docentes, dentro de uma perspectiva emancipatória. Contudo, pode-se trazer com a pesquisa subsídios para formações continuadas em Educação Sexual emancipatória intencional, estimulando o caminho do resgate do “[...] pensamento crítico considerados necessárias em processos de educação sexual emancipatória” (YARED; MELO; VIEIRA, 2015, p. 237).

Esses pontos trazidos aqui por Yared, Melo e Vieira (2015, p. 237) são aportes para planejar as formações num viés do pensamento crítico, sendo eles:

- Autoconhecimento: conhecer a si próprio e ao mundo;
- Coragem intelectual: refletir sobre si mesmo;
- Interrogação exaustiva: posicionamento questionador profundo e frequente;
- Pensar por si próprio: evitar manipulação;
- Pensamento racional e responsável: não pensar de forma mecânica e inconsciente;
- Reelaborar o que aprende;
- Identificar e resolver problemas: tomada de decisões;
- Desenvolver questionamentos;
- Analisar e avaliar informações e argumentos;
- Capacidade individual de fazer escolhas;
- Disposição para o diálogo;
- Humildade intelectual: aprendizagem gradual.

É importante lembrar que a formação continuada proposta por Figueiró (2014) e os pontos apontados por Yared, Melo e Vieira (2015) são compreendidos, também, pelo grupo EDUSEX ao qual este pesquisador pertence, como um reforço significativo ao entendimento de que já se está sempre em processo de formação intencional numa abordagem emancipatória. Portanto, como destaca Figueiró (2014, p. 98), é preciso considerar que todos esses apontamentos trazidos como “[...] estratégias de ensino não podem esgotar-se no início do estudo, mas devem estar presentes ao longo de todo o período de formação, planejada e direcionada, do educador sexual” na perspectiva emancipatória. Há a necessidade de garantir uma formação que ofereça segurança ao docente para desenvolver ações e projetos voltados para uma Educação Sexual intencional e emancipatória, baseada em seu pensamento crítico. Essa formação continuada é um direito fundamental do ser humano, e é por meio desse aprendizado crítico-reflexivo que a/o docente será sensibilizada/o para compreender a dimensão da sexualidade como inseparável do ser humano, também fundamentada nos direitos sexuais nessa mesma perspectiva.



#### 4 MOVIMENTOS METODOLÓGICOS: CAMINHOS PRESCRITOS E VIVIDOS

“Determinar e trilhar o caminho de embasamento epistemológico e seus respectivos princípios e procedimentos metodológicos de um estudo científico é, talvez, a missão mais complexa de qualquer trabalho acadêmico” (YARED, 2016, p. 187).

Pensar na escrita, no trilhar nos movimentos metodológicos, é, sem sombra de dúvidas, a base da estruturação desta pesquisa. Assim, neste momento, são apontados a seguir os movimentos metodológicos prescritos que sustentaram o caminhar investigativo. Registra-se que “do ponto de vista metodológico o estudo ancorou-se no materialismo histórico-dialético, opção epistemológica que possibilitou conceber a sexualidade como uma das dimensões humanas mais complexas, por se constituir de aspectos subjetivos” (MALAGI, 2020, p. 29). Os caminhos escolhidos a partir dessa opção foram aqueles que são os mais adequados e coerentes com o paradigma<sup>20</sup> epistemológico que embasa há mais de 30 anos o trabalho do Grupo EDUSEX. Nessa direção, com o intuito de responder ao objetivo geral da pesquisa, o de desvelar a compreensão da categoria Educação Sexual de docentes de Núcleos de Educação Infantil sediados na parte continental do município de Florianópolis, componentes da rede de pública de ensino da Prefeitura Municipal de Florianópolis, como subsídio a projetos de formação continuada numa perspectiva emancipatória.

Ao trilhar os caminhos metodológicos para esta pesquisa, entende-se “[...] a Filosofia como uma concepção do mundo” (TRIVIÑOS, 1987, p. 17) que se expressa nas Ciências Humanas. Entende-se também que a pesquisa produziu um conhecimento científico calcado em determinada visão de mundo, visto que a ciência é fruto dos seres humanos ao se relacionarem entre si, no mundo, na produção de suas vidas. Teixeira (2012, p. 85) diz que o teor da pesquisa científica “[...] exige a utilização de métodos, processos e técnicas especiais para análise, compreensão e intervenção na realidade”.

Teixeira (2012, p. 90) acrescenta ainda que é possível considerar que

etimologicamente, ciência significa saber, conhecer e como conhecimento é racional, sistemática, verificável e comunicável. Epistemologicamente, preocupa-se em analisar e revisar princípios, conceitos, teorias e métodos pertinentes à investigação científica.

---

<sup>20</sup> Apoia-se em Azibeiro (2001), destacado por Melo *et al.* (2011), ao conceituar paradigmas “[...] às estruturas de pensamento que, de modo quase que inconsciente, comandam nosso modo de ser, de olhar, de viver, de fazer, de falar sobre as coisas e sobre nós mesmos. São os nossos sistemas mentais, que filtram toda a informação que recebemos: ignoramos, censuramos, rejeitamos, desintegramos o que não queremos saber. Não os entendemos como modelos, rígidos e acabados, mas como horizontes, que se ampliam e se modificam a cada passo dado, ou teias de significados, sempre se re-tecendo e rearticulando” (p. 2).

Entende-se ser o Ser humano, nas suas relações sociais com os demais, ao produzirem seus modos de vida, num determinado tempo histórico e num determinado espaço geográfico, como constituinte e constituído pela ciência e, portanto, produtor de conhecimentos. Como aponta Pacheco (2014, p. 70), pode-se afirmar que a ciência parte dos “[...] seres humanos no embate humano-humano-mundo, portanto o conhecimento é produzido pelas pessoas, para pessoas, nas práticas sociais. Essa ciência/conhecimento se expressa por meio de paradigmas”, com a finalidade de se compreender a vida e nela a ciência como produção de conhecimento e sua importância em diversas áreas, desmistificando por vezes saberes já existentes, enraizados, ampliando saberes, concepções e a necessidade de novas ideias e estudos.

Assim, compreende-se ser a ciência construída pelo ser humano nas suas relações sociais e mesmo no seu “[...] embate humano-humano-mundo [...]” (PACHECO, 2014, p. 70), relações também sempre sexuadas, com outro ser humano, na materialidade do mundo. Tem-se como cúmplice preferencial na definição do paradigma do Materialismo Histórico-Dialético (MHD) o autor Triviños (1987, p. 23), quando aponta que “[...] o materialismo dialético reconhece como essência do mundo a matéria que, de acordo com as leis do movimento, se transforma, que a matéria é anterior à consciência e que a realidade objetiva e suas leis são cognoscentes”. O mesmo autor explica que as pesquisas voltadas para as Ciências Sociais podem ter como base os paradigmas positivistas, ou o fenomenológico ou o materialista histórico-dialético.

Outro ponto ressaltado pelo autor é que o MHD é composto por “[...] uma vertente do pensamento marxista que entende o ser humano – assim como o conhecimento científico e o mundo onde estamos inseridos – como seres inconclusos, em movimento, com possibilidades de mudança, portanto, em constante processo de transformação” (YARED, 2016, p. 32). Portanto, com a opção pelo MHD, segue-se o pensamento de Triviños (1987, p. 52), que diz:

O materialismo histórico esclarece conceitos como ser social (relações materiais dos homens com a natureza e entre si que existem em forma objetiva, isto é, independentemente da consciência); ‘consciência social’ (são as ideias políticas, jurídicas, filosóficas, estéticas, religiosas, etc.), assim como a psicologia social das classes, etc. que se têm constituído através da história; meios de produção: tudo o que os homens empregam para originar bens materiais (máquinas, ferramentas, energia, matérias-químicas etc.); forças produtivas: são os meios de produção, os homens, sua experiência de produção, seus hábitos de trabalho. Não obstante, sem considerar a importância única do homem, a força de produção depende fundamentalmente dos instrumentos da tecnologia. As relações de produção não podem ser separadas das forças de produção. [...] O materialismo histórico define outra série de conceitos fundamentais para compreender suas cabais dimensões como: sociedade, formações socioeconômicas, estrutura social, organização política da sociedade, vida espiritual, a cultura, concepção de homem, a personalidade, progresso social, etc. (grifo do autor).

É perceptível que o MHD se fundamenta na filosofia de Marx e é considerado a ciência filosófica do marxismo. Assim sendo, o conhecimento é sustentado por uma teoria que considera a prática social como critério da verdade, que estuda as leis voltadas para a vida da sociedade, isto é, leis sociológicas que visam a desvelar o contexto das relações sociais de homens e mulheres em suas existências como seres humanos no mundo.

Desse modo, concorda-se também com Freire (2021a), na sua compreensão de que o sujeito, ao compreender sua total realidade, poderá levantar possibilidades sobre o contratempo e procurar resolvê-las, podendo criar o seu mundo próprio e suas circunstâncias, possibilitando-lhe ampliar seus olhares no mundo para o mundo. Entende-se, portanto, que “o conhecimento é relativo a cada momento histórico e que os seres humanos são capazes de apreender a realidade” (YARED, 2016, p. 191).

Por conseguinte, ao compreender nele o que é vida e nela a ciência, decidiu-se que o trilhar da dissertação acontecesse tendo como base o paradigma MHD. Sendo assim, caminhou-se fundamentado em todos esses conhecimentos adquiridos no caminhar, apoiado “[...] na ciência para configurar sua concepção do mundo” (TRIVIÑOS, 1987, p. 23) que desvela a natureza do materialismo que busca a compreensão da realidade concreta.

Após desvelar, justificando que esta pesquisa se sustentou no paradigma do MHD, registra-se que o método adotado foi o dialético<sup>21</sup>, sendo que nele a dialética se define como “a ciência da interconexão universal” (TRIVIÑOS, 1987, p. 53 grifos do autor). Essa categoria metodológica marxista engloba um movimento que tem como ponto de partida a ciência do ser humano, tendo como base a realidade e as dialéticas tecidas entre os seres na conjuntura de suas relações na sociedade, “[...] em que o ser social produz suas próprias condições objetivas e subjetivas de existência e, por isso, teoria, método e concreto social constituem uma unidade metodológica” (SILVA, 2019, p. 34).

Triviños (1987, p. 125) discorre:

[...] o método dialético, é capaz de assinalar as causas e as conseqüências dos problemas, suas contradições, suas relações, suas qualidades, suas dimensões quantitativas, se existem, e realizar através da ação um processo de transformação da realidade que interessa.

Da mesma forma, Diniz e Silva (2008, p. 4-5) sustentam que:

---

<sup>21</sup> Segundo o pensamento de Yared (2016, p. 225-226), esse método se propõe a “[...] uma análise de mundo a partir do método dialético decorre pela busca do movimento real do objeto de estudo e da contradição dos seres humanos e suas práticas. Assim, a partir da análise dialética da realidade também brotam as lacunas, ou seja, as contradições do todo. Essas, porém, não são encaradas como marcas negativas, mas como positivas e com riqueza no processo de vida. Sob essa ótica, as análises se realizaram”.

O método dialético reconhece a dificuldade de se apreender o real, em sua determinação objetiva, por isso a realidade se constrói diante do pesquisador por meio das noções de totalidade, mudança e contradição. A noção de totalidade refere-se ao entendimento de que a realidade está totalmente interdependente, interrelacionada entre os fatos e fenômenos que a constitui. Já a noção de mudança compreende que a natureza e a sociedade estão em constante mudança e que elas tanto são quantitativas quanto qualitativas. Enquanto isso a noção de contradição torna-se o motor da mudança. As contradições são constantes e intrínsecas à realidade. As relações entre os fenômenos ocorrem num processo de conflitos que geram novas situações na sociedade (DINIZ; SILVA, 2008, p. 4-5).

O método dialético contribuiu para a análise da compreensão de docentes da Educação Infantil sobre Educação Sexual como subsídio para a construção de processos intencionais de Educação Sexual emancipatória, tendo em vista que nas falas das/os docentes puderam ser desveladas certezas e/ou contradições em suas várias formas, o que “[...] decorre pela busca do movimento real do objeto de estudo e da contradição dos seres humanos e suas práticas” (YARED, 2016, p. 225), resultando no desvelamento da compreensão pelas/os docentes do que é a vida para cada um/a na sociedade que se vive e como nelas ocorrem as relações educativas, incluindo a sexualidade por ser dimensão inseparável do ser humano em sua plenitude, podendo desvelar em suas respostas, suas teses, antíteses, enfim, cada visão de mundo.

Por meio do método dialético é que podem ser procuradas as causas da mudança da humanidade, isso em âmbito social, espiritual, econômico, todos eles estando ligados a uma determinada forma de observar o mundo, concreta, empírica e reflexivamente. Assim, concorda-se com Yared (2016, p. 199) que “[...] o método dialético contribui no aprofundamento da compreensão dos docentes sobre a dimensão humana da sexualidade e os possíveis processos de educação sexual vividos [...] que propõe mudanças paradigmáticas na formação [...]” humana e pedagógica.

Diante das razões tecidas na caminhada de decisão sobre os caminhos metodológicos, que definem os movimentos a serem realizados, esta dissertação esteve e está imersa no MHD, trazendo uma abordagem de cunho qualitativo, que, segundo Tozoni-Reis (2010, p. 5), “[...] defende a ideia de que, na produção de conhecimento sobre os fenômenos humanos e sociais, interessa-nos mais compreender e interpretar os conteúdos de que descrevê-los, explicá-los”.

Ainda, nesse movimento metodológico, como também aponta Creswell (2010), a pesquisa de caráter qualitativo envolve processos que afloram os procedimentos e as questões pesquisadas e levantadas na geração de dados no ambiente participante, pois essas análises de dados, indutivamente construídas por meio das particularidades respondidas, ajudam as/os pesquisadoras/es, após as respostas levantadas, a fazer análises de interpretação de dados para a construção do significado buscado pelo estudo, no caso do presente texto, por meio de questionário aplicado.

Pautada ainda pelos pensamentos de Triviños (1987), esta pesquisa também se caracterizou como um estudo exploratório, apoiado inicialmente em técnicas de levantamento bibliográfico e documental, seguidas de pesquisa de campo com o uso de um questionário como instrumento principal de coleta de dados. Os questionários são semiestruturados, disponíveis de forma *online* via *Google forms* ou impressos que seriam entregues a todas/os as/os docentes regentes e docentes auxiliares das 16 (dezesesseis) unidades continentais de NEIM da Rede Municipal de Educação de Florianópolis. Foram eles: NEIM Abraão; NEIM Celso Pamplona; NEIM Chico Mendes; NEIM Dona Cota; NEIM Ilha Continente; NEIM Jardim Atlântico; NEIM Joel Rogério de Freitas; NEIM Coqueiros; NEIM Júlia Maria Rodrigues; NEIM Paulo Michels; NEIM Machado de Assis; NEIM Mateus de Barros; NEIM Maria Barreiros; NEIM Nagib Jabor; NEIM Professora Antonieta de Barros; NEIM Otília Cruz. A amostra definitiva da pesquisa se constituiu com as/os docentes que devolveram os questionários respondidos (*online* ou impressos) ao pesquisador na data aprazada, assim como assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ao processo.

Com base no pensamento de Triviños (1987), é possível destacar sim que o estudo foi exploratório por permitir “[...] ao investigador aumentar suas experiências em torno de um determinado problema” (p. 111). Ainda, de acordo com Triviños (1987, p. 109-110):

Pensa-se que a realização de um estudo exploratório, pode ser aparentemente simples, elimina o cuidadoso tratamento científico que todo investigador tem presente nos trabalhos de pesquisa. Esse tipo de investigação, por exemplo, não exige a revisão de literatura, entrevistas, o emprego de questionários etc... tudo dentro de um esquema elaborado com a severidade característica de um trabalho científico.

Registra-se, também, que a técnica da revisão bibliográfica utilizada no decorrer do trabalho em busca de um constante apoio teórico sobre as categorias base do projeto foi a “[...] que é elaborada com o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema” (GIL, 2017, p. 34).

Já as técnicas de análise documental, usadas também como suporte das categorias, trataram de rever os documentos legais brasileiros que nelas se entrelaçam, especialmente a que aborda os direitos dos profissionais da educação à “Formação Continuada de Professoras/es”. Com o avançar da pesquisa, na etapa propriamente dita da análise documental, ela transcorreu apoiada preferencialmente em Bardin (1977, p. 41): “a análise documental faz-se principalmente por classificação-indexação”, visando ao objetivo de trabalhar a “a representação condensada da informação para consulta e armazenagem”. Além disso, complementou-se o apoio com o pensamento de Moreira (2009), ao discorrer o que compreende sobre essa técnica:

A análise documental compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim. No caso da pesquisa científica, é, ao mesmo tempo, métodos e técnica. Método porque pressupõe o ângulo escolhido como base de uma investigação. Técnica porque é um recurso que complementa outras formas de obtenção de dados, como a entrevista e o questionário (p. 271-272).

Portanto, no caminhar metodológico, a análise documental somou-se à revisão bibliográfica, por utilizar dados que não foram destacados cientificamente ou analiticamente na bibliografia.

Seguindo os caminhos metodológicos percorridos, registrados até aqui, neles destacam-se, a seguir, as etapas percorridas na elaboração e utilização de um questionário como uma técnica da coleta de uma pesquisa de campo para a investigação do objeto central da pesquisa, tornando esse momento técnico a base principal para a procura das respostas a serem analisadas.

Gonsalves (2001, p. 67) caracteriza a pesquisa de campo como

[...]o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. A pesquisa de campo é aquela que exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre - ou ocorreu - e reunir um conjunto de informações a serem documentadas.

Sobre o instrumento questionário, definido como técnica de geração de dados na pesquisa junto aos docentes, concorda-se com Gil (2017, p. 77), que define o questionário como “[...] um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado”, diferente dos formulários onde o entrevistador fica a frente com o entrevistado de maneira que possa perguntar e anotar as respostas, pois o questionário é respondido pelos participantes sem presença do pesquisador.

Sendo assim, o questionário foi elaborado e aplicado/testado em pré-teste em 3 (três) docentes da Educação Infantil selecionados da rede municipal de Florianópolis, porém de outras regiões que não a da amostra. Assim que respondidos por esses/as docentes, eles/elas trouxeram sugestões plausíveis e aceitas para a melhoria do questionário que seria aplicado aos docentes da região continental.

O questionário foi entregue conforme a quantidade de docentes que inicialmente aceitaram responder à pesquisa, visto que, para isso, foi realizada uma breve reunião com as/os docentes que estavam presentes no momento que o pesquisador compareceu ao NEIM, nos turnos matutino ou vespertino, explicando o objetivo da pesquisa, deixando aberto para quem quisesse ou não participar. Isso foi realizado nos 15 (quinze) NEIMs da região continental da grande Florianópolis, dentre os 16 mapeados inicialmente como *locus* da investigação, sendo que um deles não pôde receber o pesquisador para a aplicação do questionário devido à demanda de trabalho na direção, por estar sem auxílio de uma supervisão, quando

argumentaram, portanto, que não estavam podendo receber estagiárias/os e nem pesquisadoras/es.

Após a coleta de dados, a análise foi feita pela proposta de Bardin (1977) da chamada Técnica da Análise de Conteúdo, com apoio em Triviños (1987), que se dá, segundo a autora, em

um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (TRIVIÑOS, 1987, p. 31)

Foram seguidas as 3 (três) fases de análise pautadas em Bardin (1977) e Triviños (1987), a saber: pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados por meio de inferência e interpretação. É importante lembrar que a caminhada de coleta foi feita com apoio de um questionário composto em sua estrutura de perguntas fechadas para definir o perfil das/os respondentes, seguido pelas abertas para as/os docentes responderem mais livremente sobre a sua compreensão da temática.

#### 4.1 NARRANDO O MOVIMENTO VIVIDO DA PESQUISA

Para iniciar os diálogos sobre esse movimento, vale dizer que se compreende nele inseridos todos os movimentos vividos pelo pesquisador desde o início da pesquisa, que se deu em agosto de 2021, quando do seu ingresso no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) na UDESC. Pois abarcam todas as orientações que aconteceram a partir daquele instante até hoje, porque ali este autor já se pôde ver como um pesquisador e cientista adentrando ao mundo vivido da pesquisa em uma universidade pública, mais uma vez.

Relatando a seguir mais minuciosamente o concretamente vivido na pesquisa de campo, à luz do que anteriormente foi dito e chamado de prescrito para a caminhada. Submetido o projeto ao Comitê de Ética da UDESC, tendo ele sido aprovado sob o número 5.722.160, em 25 de outubro de 2022, percorreu-se todo o devido caminho de solicitação de aprovação junto aos setores devidos na Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis para realizar a pesquisa nos NEIMs selecionados. Aprovada a entrada nos núcleos pela Diretoria de Educação Infantil, tendo em vista os 16 (dezesesseis) previstos, utilizando para isso todos os períodos de hora-atividade (H.A.), nas quartas-feiras pela manhã ou à tarde, em novembro de 2022. Foram traçadas rotas de moto para realizar essas visitas em 3 (três) manhãs nos NEIMs, para conseguir

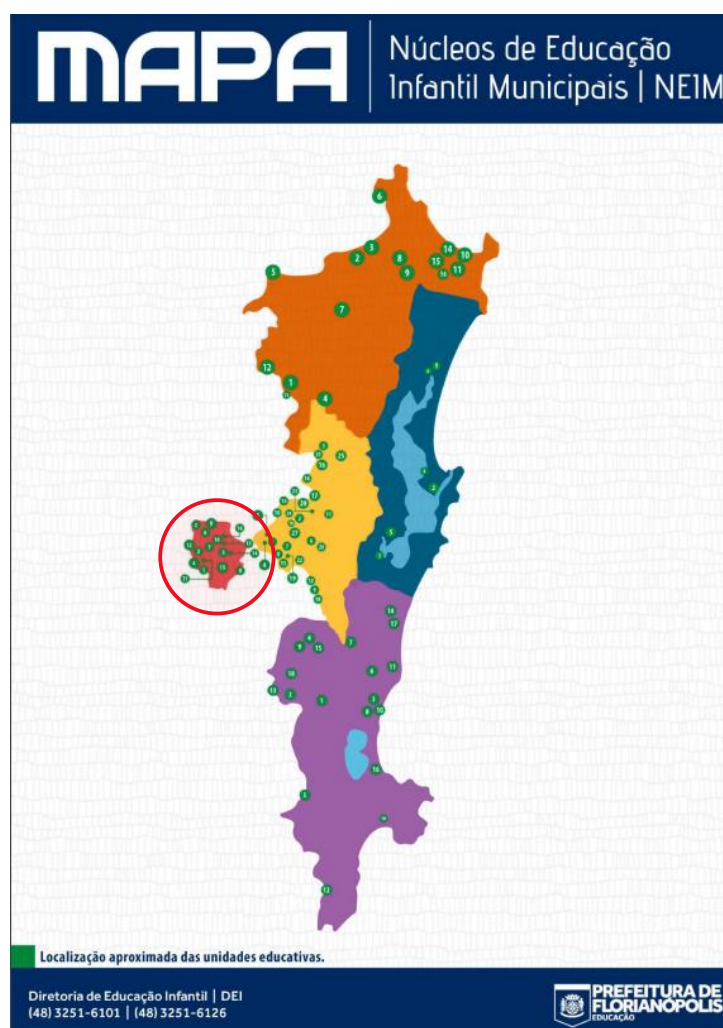
visitar 5 (cinco) NEIMs por período, visto que, como já registrado, em 1 (um) NEIM previsto a equipe local, contatada por telefone, não autorizou a coleta de dados para a pesquisa. Essas visitas foram breves e rápidas, e serviram para a apresentação do pesquisador para a direção de cada NEIM. Em seguida, dirigiu-se para a sala das/os professoras/es ou outros espaços, para falar com aquelas/es que ali estavam disponíveis para ouvir e que possivelmente teriam interesse em participar da pesquisa por meio de questionário *online* ou impresso.

Naqueles momentos de encontros com as docentes, pois todas as com quem se teve contato eram mulheres, sempre apresentavam angústias e interesses pelo tema que era o foco da investigação. Elas comentavam sobre a relevância do tema, suas curiosidades, dúvidas e suas vontades de aprofundar seus conhecimentos.

A seguir, uma imagem do mapa da Grande Florianópolis onde está situado um total de 84 (oitenta e quatro) NEIMs, sendo eles: Região Norte (laranja) com 16 (dezesesseis) NEIMs; Região Central (amarelo) com 28 (vinte e oito) NEIMs; Região Leste (azul-escuro) com 5 (cinco) NEIMs; Região Sul (roxo) com 19 (dezenove) NEIMs; e na Região Continental circulada (rosa) com 16 (dezesesseis) NEIMs. Dentro do círculo vermelho estão os 16 (dezesesseis) NEIMs previstos e, portanto, os 15 (quinze) envolvidos na pesquisa como *locus* da amostra definitiva que assinaram o TCLE, propondo-se a participar da pesquisa. Cabe enfatizar que, como amostra final, foram recebidos questionários respondidos de 12 (doze) NEIMs.



Figura 1 – Mapa dos Núcleos de Educação Infantil Municipais



Fonte: Florianópolis, 2022. Adaptada por Antunes, 2023.

Nesses encontros de idas nos NEIMs, não foi possível encontrar as/os docentes dos contraturnos. No entanto, a direção tinha em mãos o TCLE, com uma apresentação e objetivo da pesquisa, pois, caso quisessem participar, poderiam assinar o termo, e a diretora repassava-lhes o *link* do questionário para responder de forma *online* e/ou fornecia o questionário impresso. Vale ressaltar que 113 (cento e treze) docentes (de 15 NEIMs) responderam afirmativamente ao TCLE. Os questionários respondidos recebidos foram totalmente de forma *online*, resultando em 29 (vinte e nove) questionários oriundos de 12 (doze) NEIMs, sendo que este número representou a amostra final.

Outros pontos, também a serem pensados sobre as docentes que assinaram o TCLE e acabaram não respondendo ao questionário, foram: o cansaço físico, a falta de tempo, a demanda de trabalho (parecer descritivo, planejamento, elaborar recursos pedagógicos entre outros), visto que quando foi apresentada a pesquisa era o final do semestre de 2022. Portanto,

esses pontos apresentados fazem refletir sobre a razão pela qual somente 29 (vinte e nove) professoras responderam ao questionário, apesar de 113 (cento e treze) terem assinado o termo de consentimento como forma de se comprometer a responder (mesmo sabendo da não obrigatoriedade). Outro dado que pode ter impedido as professoras a não responder é o fato de muitas estavam entusiasmadas em participar — isso já mostra que a quantidade de termos assinados reflete a sobrecarga de trabalho no final de semestre.

Nos encontros presenciais com as docentes<sup>22</sup>, nos períodos em que foi possível comparecer, muitas relataram suas angústias e medos, mas também sobre a importância da pesquisa. As professoras ainda revelaram ter grandes dificuldades em abordar o tema Educação Sexual com crianças, visto que problematizam o contexto em que trabalhavam, onde acontecem situações ligadas à temática, especificamente com as quais muitas vezes não sabiam como lidar. Isso aparece nitidamente na análise a seguir.

#### 4.2 O VIVIDO NA ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA: CAMINHOS TEÓRICO-REFLEXIVOS PARA DESVELAR CATEGORIAS À LUZ DOS INDICADORES

A seguir, entre os mergulhos das análises de dados e a imersão nas falas das professoras por meio da técnica aplicada, a de um questionário, fica evidenciado que esse processo foi acontecendo com o apoio da metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), juntamente com o auxílio de Triviños (1987). A partir desse momento, buscou-se o desvelamento das categorias.

Esse desvelamento acontece por meio desta análise que Triviños (1987, p. 160) explica:

[...] ser um meio para estudar as ‘comunicações’ entre os homens, colocando ênfase no conteúdo ‘das mensagens’. Isto limita o âmbito do método, privilegiando, mas não excluindo outros meios de comunicação, as formas de linguagem escrita e oral. Verdadeiramente, nossa intenção é usar o método de análise de conteúdo nas mensagens escritas, porque estas são mais estáveis e constituem um material objetivo ao qual podemos voltar todas as vezes que desejarmos (grifos do autor).

Neste sentido, quando o autor aponta sobre a forma da linguagem escrita, que no caso da pesquisa em tela foi a utilizada para responder ao questionário, pode-se concordar então que as respostas escritas possibilitaram voltar, sempre que necessário, para ler as respostas.

Sendo assim, vale lembrar que foi organizado um questionário *online* no *Google Forms*, pois ninguém que respondeu ao impresso. A partir das respostas, para aprofundar ainda mais a

---

<sup>22</sup> Agora, na análise das respostas, trabalhar-se-á com o feminino, visto que todas as docentes que participaram da entrevista eram professoras mulheres.

imersão do solicitado, foram impressos todos os questionários e montado um grande painel em formato de pergaminho, com o modelo de uma tabuada de Pitágoras. Isso permitiu analisar as respostas tanto horizontalmente, para cada professora, quanto verticalmente, para analisar as respostas das questões de todas elas.

Desse modo, buscou-se facilitar a compreensão de todo o quadro de respostas por pessoa e pelo coletivo de respondentes, num grande quadro visual, na sequência da pré-análise, para facilitar depois o analisar das respostas e adentrar-se na perspectiva de Bardin (1977) no tratamento dos resultados, chegando até a inferência e a interpretação.

É importante salientar que essa pré-análise já se iniciou quando estava sendo organizado o material para coletar os dados, o qual, nesta pesquisa, consistiu na organização e elaboração do questionário anexado na página 182.

A segunda fase da análise, realizada via exploração do material, buscando o tratamento dos resultados, “[...] também como descrição analítica, começa ainda entrelaçada na primeira fase. É quando o material é aprofundado pelo pesquisador [...]” (PACHECO, 2014, p. 79). Esse movimento se dá por meio dos aprofundamentos nos arcabouços teóricos e metodológicos da pesquisa, significando, conseqüentemente, trabalhar as respostas à luz dos indicadores das categorias, no caso desta pesquisa, as vertentes pedagógicas da categoria Educação Sexual como base da exploração do material.

Nessa etapa o pesquisador se debruça para analisar e explorar profundamente os dados coletados, com movimentos de ida e volta entre as etapas, do pré-teste até a análise final do questionário. Portanto, Bardin (1977) considera esse processo um tanto quanto delicado, que pressupõe uma leitura exaustiva das respostas do material coletado por ser nestes movimentos que o pesquisador buscará compreender todo o conteúdo, identificar as vertentes indicadoras de determinada visão de mundo referentes a uma determinada palavra-chave, com possibilidades de desvelar novas categorias.

Enfatiza-se que, para elucidar os critérios de análise, eles foram compostos pelo estudo aprofundado de indicadores extraídos das vertentes pedagógicas da categoria Educação Sexual no Brasil cunhadas por Nunes (1996), sendo 5 (cinco) vertentes pedagógicas: 4 (quatro) repressoras e 1 (uma) emancipatória. Alguns de seus indicadores destacados pelo pesquisador, movimento este já descrito no Quadro 2.

Pacheco (2014, p. 79, grifo da autora) situa esse “[...] o momento de apreensão do sentido do todo, onde se explora o material com a finalidade de ficar impregnada do sentido do ‘texto’”. Por fim, esse momento, como explica Yared (2016, p. 206), é o tempo em que o pesquisador se dedica ao “[...] estudo aprofundado, com descrição detalhada sobre suas partes

sempre numa relação dialética com o todo, submetendo seu corpus a classificações, desvelando indicadores e dimensões de categorização”.

Por fim, não menos importante, vem a fase de inferência e a interpretação que se ampara “[...] nos processos iniciados ainda na primeira etapa, a pré-análise que se apoia nos materiais de informação e ganha agora maior intensidade” (PACHECO, 2014, p. 79). Essa interpretação referencial, conforme ressaltado por Triviños (1987, p. 162), é uma etapa que já se iniciou na pré-análise, mas que agora, neste momento, ganha maior nível de intensidade, com a “a reflexão, a intuição, com embasamento nos materiais empíricos [...]”, sendo esse o momento em que o pesquisador se debruçou nos materiais e respostas coletadas, criando relações entre a pesquisa e a realidade trazida pelas docentes ao responder ao questionário. Respostas essas que essencialmente adquirem embasamento nos materiais empíricos, criando suas relações com o pesquisador, via movimento dialético, com o brotar das contradições inerentes ao desenvolvimento social dos seres humanos, em seus movimentos de tese, antítese e síntese.

Na segunda fase, a partir do painel criado, que foi analisado e marcado em suas respostas ali todas registradas, sobre todas as questões com as cores definidas como legenda marcando cada vertente (e seus indicadores) ali expressada, foi um momento da profunda interação e aprofundamento com cada docente e com todas elas ao mesmo tempo. Desta exploração do material foi efetuada mais uma organização das respostas, extraíndo o que foi utilizado para a definição do perfil docente em gráficos e, a partir das demais questões abertas, foram definidos e compostos blocos de respostas a serem analisadas e refletidos nesta dissertação mais ampla das respostas e de quem as respondeu. Essa organização foi primordial para o pesquisador poder, de maneira rápida e segura, ler inúmeras vezes o que cada docente respondeu e analisar “[...] seguindo as regras previamente formuladas com a discriminação das unidades, ou seja, os conteúdos, seus significados, os indicadores e as categorias que foram surgindo” (ANDRADE, 2011, p. 103).

Na terceira e última fase, foi possível vivenciar mais intensamente a pesquisa ao fazer o tratamento dos resultados. Para aperfeiçoar o processo, utilizou-se o recurso de ampliar o uso do fundo dos quadros, marcando-o com as cores de cada vertente, o que visualmente já apontava qual delas preponderava nas respostas.

Há que relembrar, para apoiar a leitura dos quadros, que os indicadores citados foram anteriormente apresentados no capítulo “Reflexões sobre a categoria Educação Sexual: afinal, como tem sido?”, onde se estudou a Educação Sexual e suas vertentes pedagógicas no Brasil, cunhadas e pautadas em Nunes (1996) e, de cada uma, extraíram-se indicadores para iluminar a análise das respostas às questões abertas do questionário. Cabe lembrar aqui também suas

denominações: biológico-reprodutivista; normativo-institucional; terapêutico-descompressiva; consumista quantitativa pós-moderna, repressoras, todas pulsantes ainda na sociedade atual e uma em construção, a emancipatória, nela incluídos, pelo pesquisador, alguns indicadores extraídos da DDSDH/WAS.

Há, portanto, que dirigir a leitura a seguir para um mergulho no universo das pesquisadas, com suas respostas ao questionário, expressas em gráficos e blocos cheios de vida e significados.

## 5 MERGULHANDO NO QUESTIONÁRIO: ANALISANDO OS BLOCOS TEMÁTICOS EM BUSCA DA COMPREENSÃO DOCENTE

“Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos de herança crítica, como o peixe precisa da água despoluída” (FREIRE, 1997, p. 5).

Como diz Freire (1997), a esperança vem do verbo “esperançar”, um verbo que se torna cada vez mais necessário para todas as pessoas que, frente a certos avanços de forças conservadoras no modo de vida atual, incluindo este pesquisador, buscam fazer desta comunicação dos resultados que aqui serão apresentados, uma parte da luta pela transformação do que na educação é desumano e em prol da emancipação do Ser.

Paulo Freire aponta a esperança como uma ferramenta fundamental para lutar e buscar a mudança, mas para que isso aconteça, é preciso da práxis da esperança com uma visão crítica da realidade e a ação transformadora. Assim, a esperança irá promover a luta, mas é por meio da consciência crítica junto da ação coletiva que poderão acontecer mudanças significativas.

A luta deste pesquisador, que esteve e está imersa na análise da beleza das respostas, com admiração e respeito pela confiança depositada, pela coragem das docentes na partilha fraterna e transparente dos seus saberes e fazeres, foi encaminhada na seguinte metodologia, pautadas em Bardin (1977) e Triviños (1987). Apresentar-se-ão, a seguir, as perguntas do questionário juntos com as respostas extraídas e selecionadas, as mais pertinentes a partir das leituras minuciosas, organizadas para compor os gráficos e os quadros, divididos em 10 (dez) blocos, respondidos pelas 29 (vinte e nove) professoras.

Quadro 3 – Blocos de perguntas analisadas (continua)

Blocos	Questões/Perguntas
5.1 Bloco Traçando os perfis docentes	Pseudônimo, sexo, faixa etária, religião, cor/raça-IBGE, estado civil, orientação sexual, composição familiar, escolaridade, experiência docente, NEIM de atuação, cargo de atuação e grupo de atuação.
5.2 Bloco Buscando a compreensão dos conceitos básicos	8- Para início de conversa, convido que você responda o que compreende por: sexo, sexualidade e Educação Sexual.
5.3 Bloco Educação Sexual na família de origem	16- Como você compreende que foi sua Educação Sexual na sua família de origem (pai, mãe, avós etc.)? Descreva-a.  16.1- Desta época, registre algum fato acontecido sobre a temática e como foi encaminhado.
5.4 Bloco Educação Sexual na família que você estruturou	17- Como você compreende estar acontecendo a Educação Sexual na família que você estruturou atualmente? Descreva-a.  17.1- Registre algum fato acontecido atual sobre a temática neste seu espaço familiar e como foi encaminhado.

(conclusão)

Blocos	Questões/Perguntas
5.5 Bloco Educação Sexual na escola onde estudou	<p>18- Como você compreende que foi a Educação Sexual nas escolas onde estudou? Descreva-a.</p> <p>18.1- Registre algum fato acontecido sobre a temática naqueles espaços escolares e como foi encaminhado.</p>
5.6 Bloco Educação Sexual no seu NEIM	<p>19- Como você compreende que é a Educação Sexual no seu NEIM? Descreva-a.</p> <p>19.1- Registre algum fato acontecido sobre a temática neste seu espaço profissional (unidade educativa) e como foi encaminhado.</p>
5.7 Bloco Educação Sexual na sala referência	<p>20- Como você compreende que é a Educação Sexual na sua sala referência/cotidiano? Descreva-a.</p> <p>20.1- Registre algum fato acontecido sobre a temática no cotidiano de sua sala referência e como você lidou com a questão.</p>
5.8 Bloco Formação Docente X Educação Sexual	<p>21- Você se sente capacitada para trabalhar projetos de Educação Sexual intencionais com suas crianças?  <input type="checkbox"/> Sim</p> <p>Dê exemplos de algumas práticas pedagógicas que você já utilizou.  <input type="checkbox"/> Não  Explique o porquê.</p>
5.9 Bloco Exercício de compreensão/ levantamento de possibilidades de atuação	<p>22- Vamos refletir sobre esta situação: numa sala de aula da Educação Infantil, com crianças de idade entre 3 e 4 anos, uma professora encontra dois meninos no banheiro da escola, um deles mexendo no pênis do coleguinha. Buscando contribuir para a construção de um processo de Educação Sexual intencional na escola num paradigma emancipatório, essa professora deverá:</p> <p><input type="checkbox"/> conversar com os pais do menino que estava mexendo no pênis do coleguinha, sugerindo punições em casa, contribuindo assim para que ele não venha a ser futuramente um homossexual;</p> <p><input type="checkbox"/> conversar com os pais dos dois meninos sobre o fato ocorrido prevenindo assim, nos dois meninos, uma possibilidade futura de homossexualidade;</p> <p><input type="checkbox"/> conversar apenas com os dois alunos, repreendendo-os firmemente e orientando-os para que não tenham mais esse tipo de comportamento inadequado entre meninos por ser atitude própria de quem será chamado de “bichinha”;</p> <p><input type="checkbox"/> tratar a situação com serenidade, convidando os meninos a retornarem ao grupo e inserir no seu planejamento o tema do conhecimento do corpo humano com metodologias adequadas à idade.</p> <p>Justifique a sua resposta:</p> <p>23- Você se sente preparada e à vontade para lidar cotidianamente em sua sala/NEIM com questões iguais a essas?  <input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.  Com qual abordagem você trabalha?  Descreva os entraves que atrapalham suas práticas nesse sentido.</p>
5.10 Bloco Formação continuada: a realizada e a desejada	<p>24- Você já participou de formações continuadas sobre essa temática?  <input type="checkbox"/> Sim.  <input type="checkbox"/> Não.  Registre quais foram, quem as ofereceu, bem como as temáticas tratadas.</p> <p>24.1. Registre também qual sua avaliação sobre os cursos oferecidos: pontos positivos e pontos negativos e como poderiam ser melhores.</p> <p>25- Quais conteúdos sobre o tema Educação Sexual e como gostaria que fossem estruturados os cursos que você gostaria de estudar em mais uma etapa de formação continuada?</p>

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

## 5.1 BLOCO TRAÇANDO OS PERFIS DOCENTES

Para iniciar as análises do questionário aplicado às docentes da Educação Infantil, dos 12 (doze) NEIMs respondentes, faz-se necessário saber um pouco mais sobre elas. Sendo assim, serão trazidos aqui gráficos inspirados em Ribeiro (2020) e quadros, contendo algumas informações relevantes para traçar os perfis docentes pesquisados.

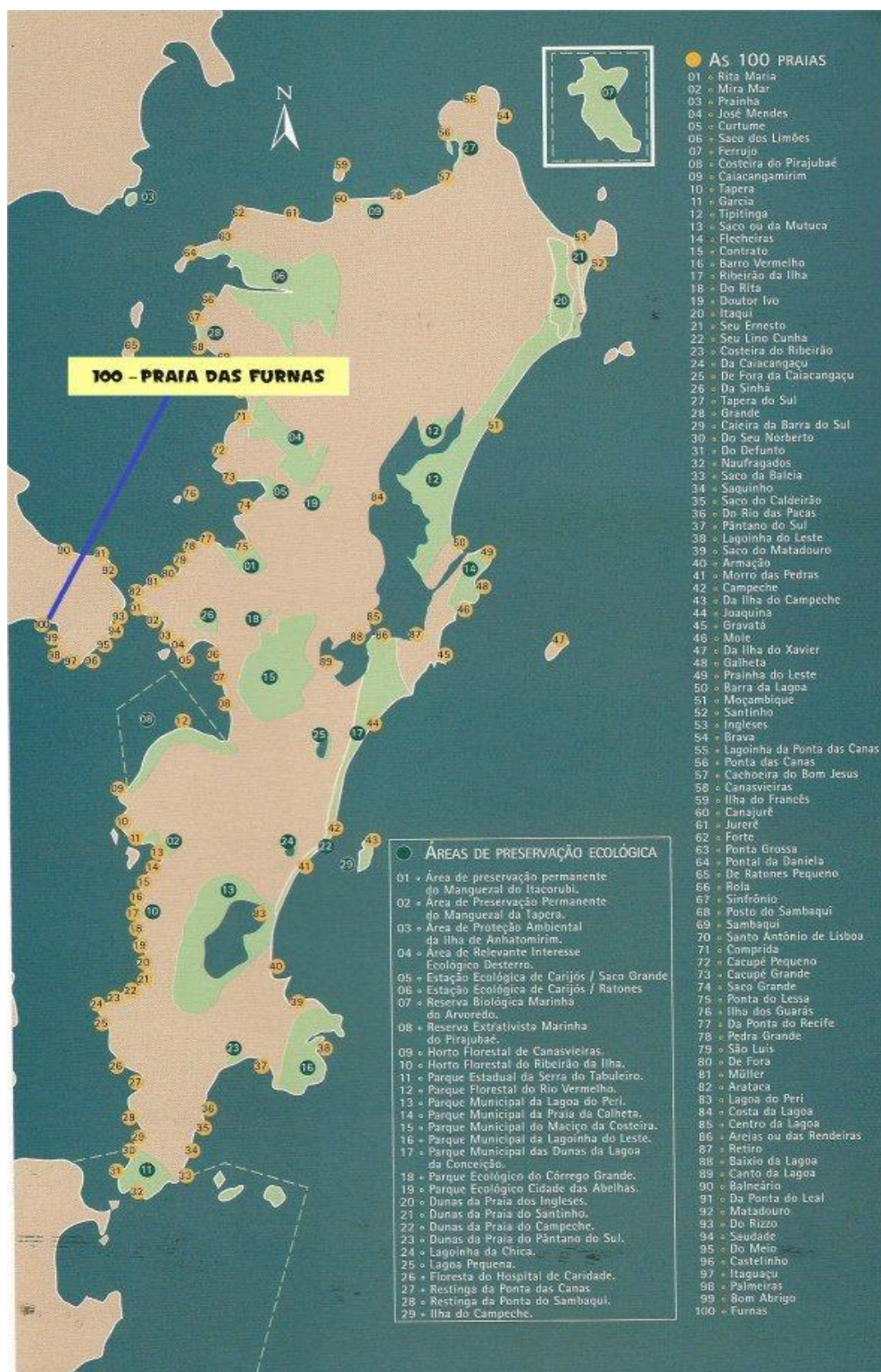
Neste momento, foram pontuados os pseudônimos dados ao analisar o questionário. Tendo em vista que muitas docentes acabaram colocando seus próprios nomes e para manter, com mais segurança, seu anonimato, adotou-se para cada uma o nome de uma das praias do município de Florianópolis, tanto algumas da ilha de Santa Catarina como de sua parte continental. Sendo assim, apresentam-se, a seguir, os 29 (vinte e nove) pseudônimos com nome de praias que foram oficializados na Lei nº 5.847/01<sup>23</sup>, que cria a denominação das praias do município de Florianópolis em 04 de junho de 2001, assinada pela prefeita da época Angela Regina Heinzen Amin Helou.

---

<sup>23</sup> Link para acesso à Lei nº 5847/01 na íntegra. Disponível em: <https://cm.jusbrasil.com.br/legislacao/993744/lei-5847-01#:~:text=CRIA%20A%20DENOMINA%C3%87%C3%83O%20OFICIAL%20DAS,FLORIAN%C3%93POLIS%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%8ANCIAS>. Acesso em: 22 abr. 2023.



Figura 2 – As cem praias de Florianópolis



Fonte: <https://www.facebook.com/praiasdefloripa/>

Após a imagem onde estão descritos os nomes e a localização das cem praias, o quadro abaixo apresenta os pseudônimos escolhidos para as docentes.

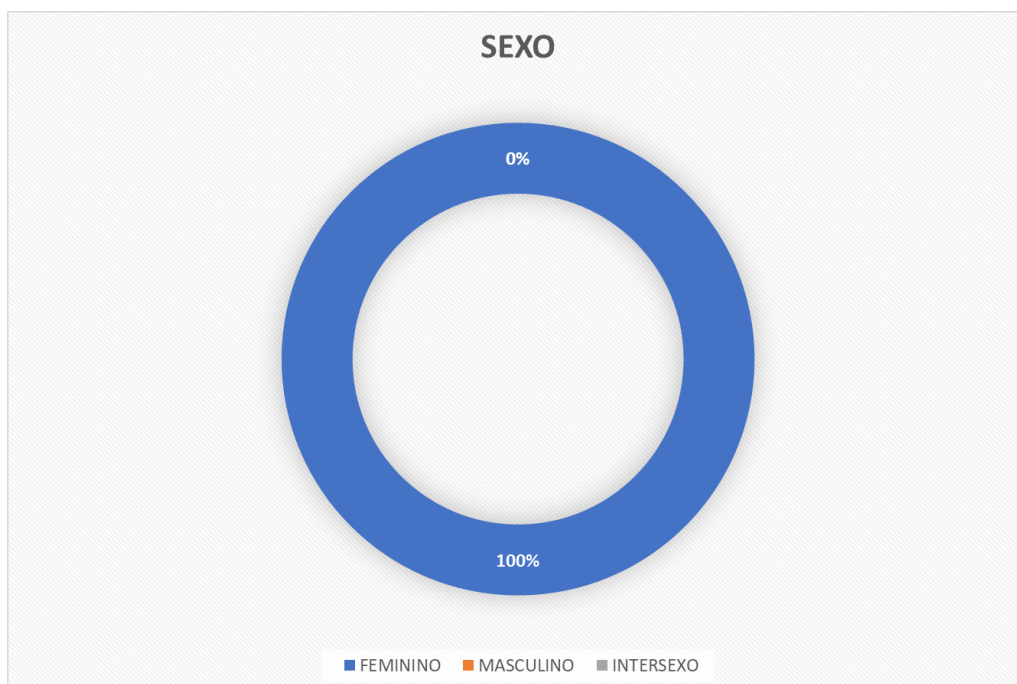
Quadro 4 – Pseudônimos docentes/praias da ilha de Florianópolis

<b>PSEUDÔNIMOS DOCENTES/PRAIAS DA ILHA DE FLORIANÓPOLIS</b>		
PRAIA RITA MARIA	PRAIA DO FORTE	PRAIA DO MÜLLER
PRAIA DO GARCIA	PRAIA DA ARMAÇÃO	PRAIA DO ARATACA
PRAIA DA JOAQUINA	PRAIA DA SINHÁ	PRAIA DOS INGLESES
PRAIA DO GRAVATÁ	PRAIA CATACANGA MIRIM	PRAIA DO SANTINHO
PRAIA DE ITAQUI	PRAIA DA TIPITINGA	PRAIA DO SINFRÔNIO
PRAIA DAS FLECHEIRAS	PRAIA DE CANASVIEIRAS	PRAIA DO CAMPECHE
PRAINHA	PRAIA DE CANAJURÊ	PRAIA DA TAPERÁ
PRAIA MOLE	PRAIA DE JURERÊ	PRAIA BRAVA
PRAIA DA GALHETA	PRAIA DO SAMBAQUI	PRAIA DA SAUDADE
PRAIA DO MOÇAMBIQUE	PRAIA DA DANIELA	TOTALIZANDO VINTE E NOVE (29) DOCENTES

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Em seguida, pontuou-se o sexo da/o participante, para ter uma breve noção de quem está participando (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Sexo

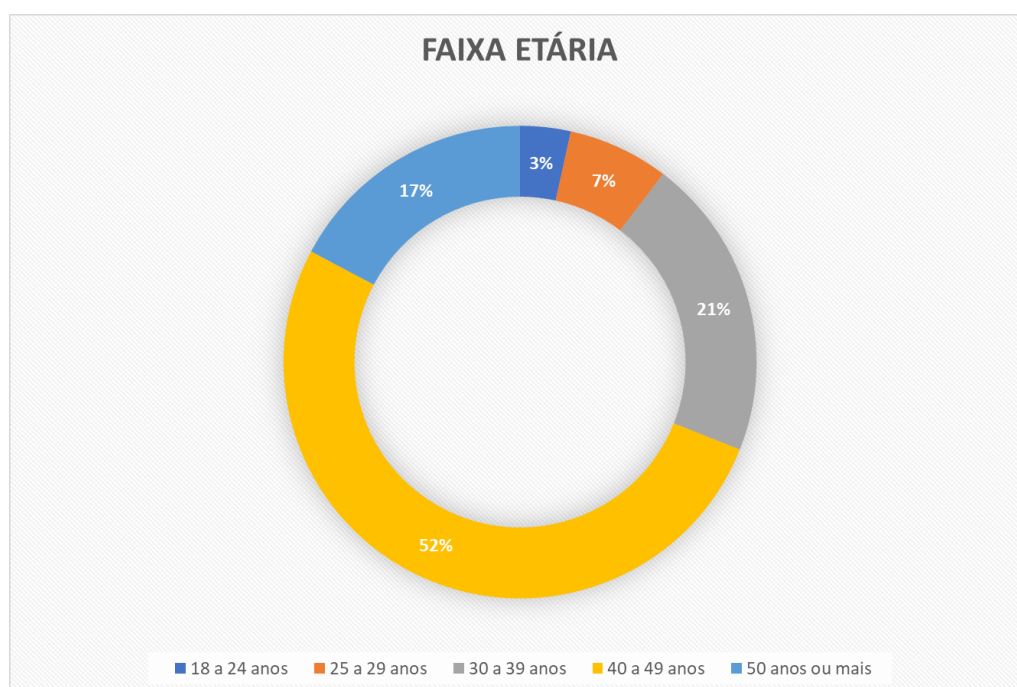


Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Este gráfico resulta em 29 respostas, apontando 100% serem professoras do sexo feminino. Isso possibilita uma visão sobre a Educação Infantil, na qual se “[...] comprova uma tendência de que são as mulheres a grande maioria dos docentes, que trabalham com crianças [...]” (RIBEIRO, 2020, p. 85). E isso permite refletir sobre o exercício da/na educação, tanto no Infantil como no Fundamental, que por anos foi praticado por professores do sexo masculino, mas com o passar do tempo, no século XX a Educação Infantil e Fundamental vem sendo marcada pelo exercício majoritariamente por mulheres (ABREU; GONÇALVES, 2023), o que não desqualifica o papel delas exercerem a função com muita garra, determinação, amor e cuidado, mas é importante compreender melhor que homens também podem atuar na Educação Infantil e assim diminuir a questão da “[...] desigualdade de gênero permeada na educação de crianças pequenas” (ABREU; GONÇALVES, 2023, p. 350).

A seguir, pode-se conferir, no Gráfico 2, a faixa etária das profissionais.

Gráfico 2 – Faixa etária

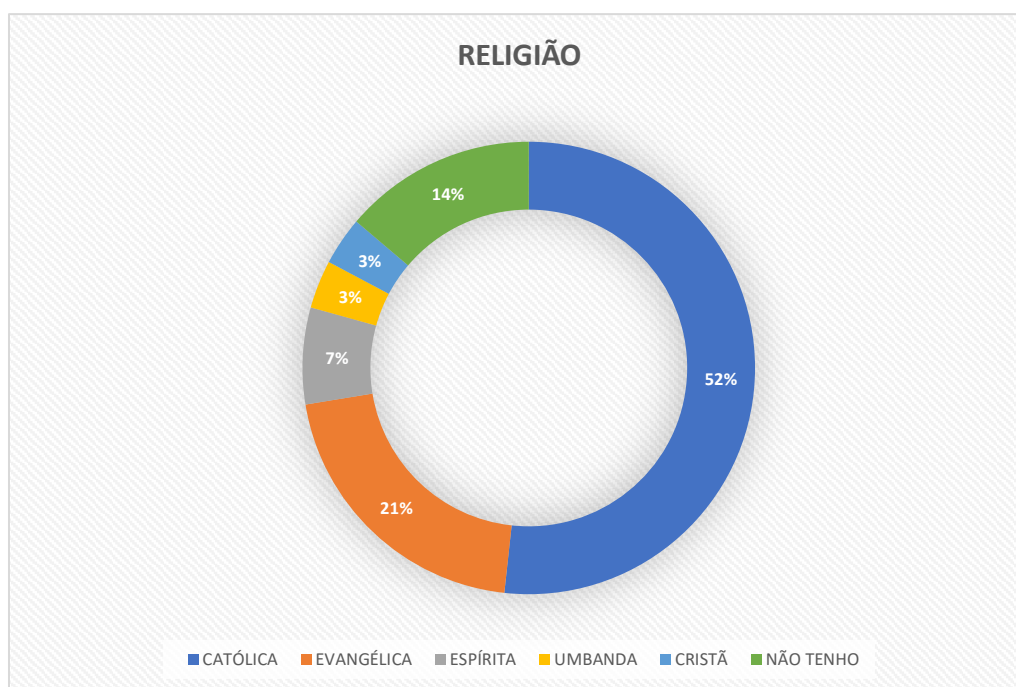


Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Aqui é possível visualizar que a maioria das pesquisadas, atuantes como professoras na Educação Infantil na região continental, representa 52% (cinquenta e dois por cento) do total, indicando 15 (quinze) professoras com a idade entre 40 (quarenta) e 49 (quarenta e nove) anos; na sequência têm-se 21% (vinte e um), o que indica 6 (seis) professoras com idade entre 30 (trinta) e 39 (trinta e nove) anos; depois surgem 17% (dezessete por cento), representando 5 (cinco) professoras com 50 (cinquenta) anos ou mais; 7% (sete por cento), indicando 2 (duas) professoras com idade entre 25 (vinte e cinco) e 29 (vinte e nove) anos e, por fim, 3% (três por cento), que correspondem a 1 (uma) professora com idade entre 18 e 24 anos. Portanto, ao analisar com muita atenção o gráfico, este pesquisador sente-se gratificado como profissional da área da Educação Infantil, que faço parte, pela riqueza geracional presente nesse grupo de professoras, que abrange idades de 18 (dezoito) para mais de 50 (cinquenta) anos. Isso significa que várias visões sobre a sexualidade podem estar nos cotidianos, entrelaçadas, podendo contribuir para ricas trocas de saberes e fazeres para se avançar nas possibilidades de se tratar a sexualidade como uma dimensão humana inseparável dos seres, com a qual se pode contribuir positivamente para um desenvolvimento emancipatório e pleno das crianças desde a Educação Infantil.

Além da faixa etária das docentes, também é possível destacar aqui, pelo Gráfico 3, a religião de cada docente.

Gráfico 3 – Religião

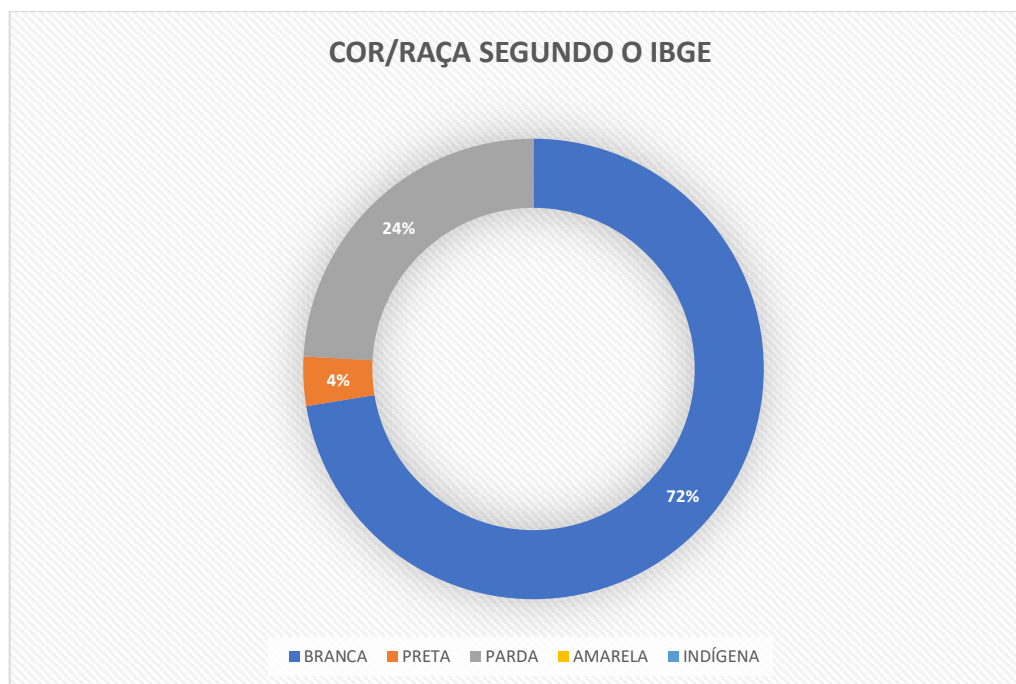


Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

É possível observar que 15 (quinze) professoras, correspondendo a 52% (cinquenta e dois por cento), se consideram católicas; 6 (seis) professoras, totalizando 21% (vinte e um por cento), se identificam como evangélicas; 2 (duas) professoras, equivalendo a 7% (sete por cento), se declaram espíritas; 1 (uma) professora, representando 3% (três por cento), se considera umbandista; 1 (uma) professora, também com 3%, se identifica como cristã; e finalmente 4 (quatro) professoras, somando 14%, não têm religião. É muito saudável numa escola pública laica, conforme estabelecido por lei, ter essa diversidade de credos e posições religiosas. Esse gráfico demonstra um cotidiano que pode agir com firmeza como contraposição aos ataques que ocorreram de alguns segmentos de algumas igrejas e religiões a diversos documentos educacionais. Essa cooperação traz para os NEIMs e às escolas em geral a possibilidade de que todas as pessoas na escola aprendam a trabalhar unidas sem distinção, mitos e crenças. Entendem-se os espaços escolares laicos como lugares por excelência para que frutifique o respeito à diversidade humana. Neste sentido, acredita-se que muitos profissionais docentes compartilham da visão de Ribeiro (2020, p. 87), quando diz que “[...] vivemos em um país laico e que não podemos discutir ciência - a educação é uma ciência - com o olhar da crença de cada pessoa”.

Agora, observa-se o Gráfico 4 — Cor/raça, que apresenta a cor e raça das professoras, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Gráfico 4 – Cor/raça segundo o IBGE



Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Segundo o IBGE, as pesquisas são destinadas à população brasileira com base em como cada ser humano se declara e se vê nas seguintes opções: branca, preta, parda, amarela e indígena. As pessoas são questionadas e respondem de acordo com suas visões. Como as professoras se reconhecem? Um total de 21 (vinte e uma) professoras se declaram brancas, correspondendo a 72% (setenta e dois por cento); 7 (sete) professoras se declaram pardas, totalizando 24% (vinte e quatro por cento) e 1 (uma) professora se declara preta, representando 4% (quatro por cento). Ninguém se declarou amarelo ou indígena, até porque há de se concordar com Regueira (2004, p. 79), quando ressalta que “a classificação de cor na sociedade brasileira, por força da miscigenação, torna-se difícil [...]”. A autora ainda complementa que

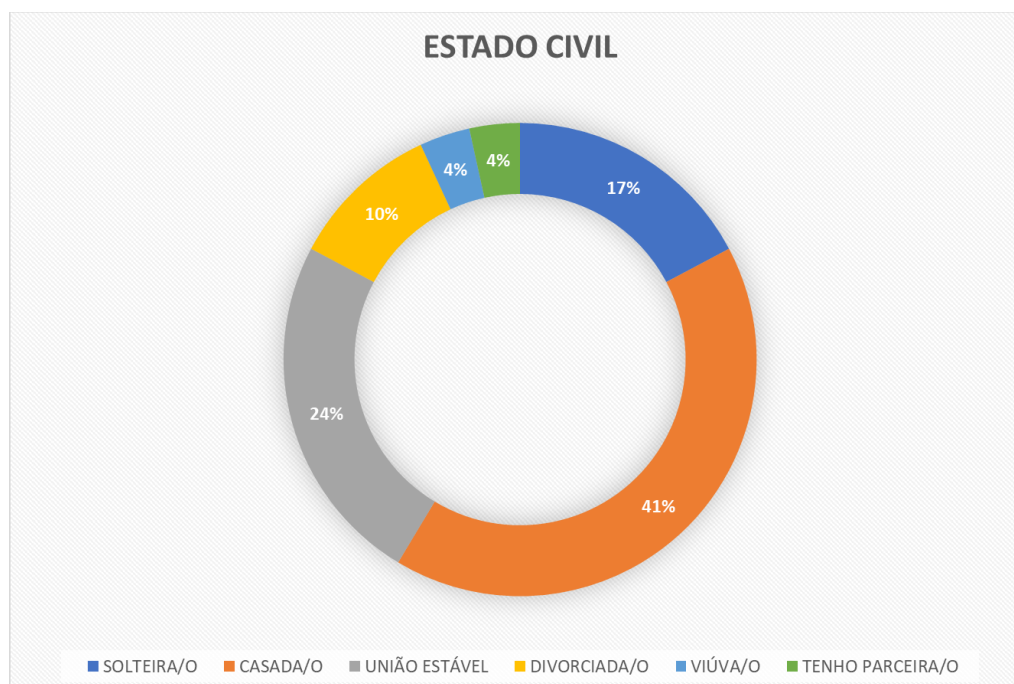
A exata classificação dependeria de exames morfológicos que o leigo não poderia proceder. Até mesmo com relação aos amarelos, é difícil caracterizar o indivíduo como amarelo apenas em função de certos traços morfológicos, os quais permanecem até a 3ª e 4ª gerações, mesmo quando há cruzamentos. Com relação ao branco, preto e pardo a dificuldade é ainda maior, pois o julgamento do pesquisador está relacionado com a ‘cultura’ regional. Possivelmente o indivíduo considerado como pardo no Rio Grande do Sul, seria considerado branco na Bahia (REGUEIRA, 2004, p. 79).

Sendo assim, é perceptível a dificuldade de classificar as questões de cor e raça no Brasil, porque ainda é um assunto complexo nas classificações frente a diversidades resultantes da miscigenação da população no país. Além disso, essas classificações podem mudar em cada região por serem questões culturalmente construídas na sociedade. Por isso, é importante

demonstrar sensibilidade em relação a essas questões das diversidades culturais e históricas no Brasil quando se conduzirem pesquisas.

A seguir, o Gráfico 5 apresenta o estado civil das professoras pesquisadas.

Gráfico 5 – Estado civil



Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Como é possível observar, a grande maioria das professoras indicou seu estado civil como casada, representando 41% (quarenta e um por cento) do total, o que corresponde a 12 (doze) professoras; em união estável, 24% (vinte e quatro por cento), equivalente a 7 (sete) professoras. Outras 17% (dezessete), ou seja, 5 (cinco) professoras, se declaram solteiras. Além disso, 10% (dez por cento), totalizando 3 (três) professoras, mencionaram ser divorciadas; 4% (quatro por cento), ou seja, 1 (uma) professora, se declarou viúva; e 4% (quatro por cento), sendo também 1 (uma) professora que mencionou ter com parceira/o.

Em seguida, constata-se, no Quadro 5, a composição familiar descrita pelas professoras.

Quadro 5 – Composição familiar descrita pelas docentes (continua)

COMPOSIÇÃO FAMILIAR DESCRITA PELAS DOCENTES					
Pai, mãe e filhos (família tradicional brasileira)	Marido e uma filha	Eu e esposo, os filhos, cada um tem seu cantinho	Marido e duas crianças, meus filhos	Pai, mãe e 1 (um) filho	Eu, meu companheiro e tenho 4 (quatro) filhos. Todos os filhos têm suas

(conclusão)

COMPOSIÇÃO FAMILIAR DESCRITA PELAS DOCENTES					
					casas e esposas (os)
Esposo e filho	Meu esposo, meu filho e eu	Meu esposo, meu filho, com 6 (seis) anos e enteado, com 15 (quinze) anos	Marido, esposa e dois filhos	Casal e 2 (dois) filhos	Homem, mulher, 1 (um) filho e 1 (uma) filha
Eu, meu marido e meu filho	Pai, mãe, irmão	Eu, meu esposo e dois filhos	Pai, mãe e filha	Casal e 2 (dois) filhos	Marido, esposa, 2 (dois) filhos
Eu e minha filha	Eu e minha filha	Eu e minha filha	Eu e 2 (dois) filhos	Filha e meus pais.	Mãe e 2 (dois) meninos
2 (duas) pessoas	4 (quatro) pessoas	3 (três) pessoas	Eu e meu esposo	Moro com meu marido e meu cachorro.	
LEGENDAS					
Composição familiar nuclear e família extensa (família tradicional brasileira).					
Família monoparental.					
Não especifica sua composição familiar.					
Família informal.					

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

O cenário da composição familiar dessas professoras parte do que aponta uma delas, mencionando pertencer à “família tradicional brasileira”<sup>24</sup>. No entanto, ao considerar as respostas de maneira geral, nota-se uma diversidade de composições familiares, conforme indicado na legenda. Observa-se também que foi citada a existência de família nuclear, que nada mais é que a estrutura familiar tradicional, composta por pai, mãe e filhos.

Em seguida, verifica-se a família informal<sup>25</sup>, composta apenas por um homem e uma mulher, como está dito em falas das docentes e, por último, mas não menos importante, há famílias monoparentais<sup>26</sup>, aquelas formadas por mulheres solteiras com suas filhas.

A seguir, analisa-se o Gráfico 6, que traz a orientação sexual das docentes.

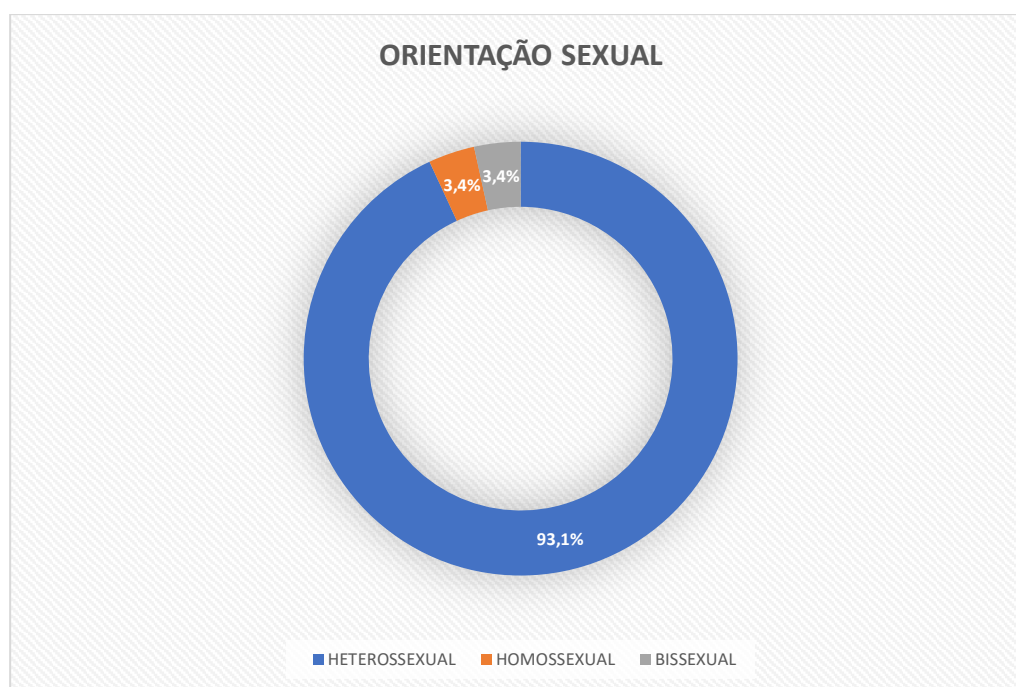
<sup>24</sup> A família tradicional brasileira é aquela considerada padrão, constituída pelo homem (marido), mulher (esposa) e casal de filhos. Sendo assim, constituindo a família nomeada como nuclear.

<sup>25</sup> A família informal é considerada aquela que diverge do modelo considerado padrão.

<sup>26</sup> A família formada por qualquer um dos seus responsáveis, como, por exemplo, mãe solo.



Gráfico 6 – Orientação sexual

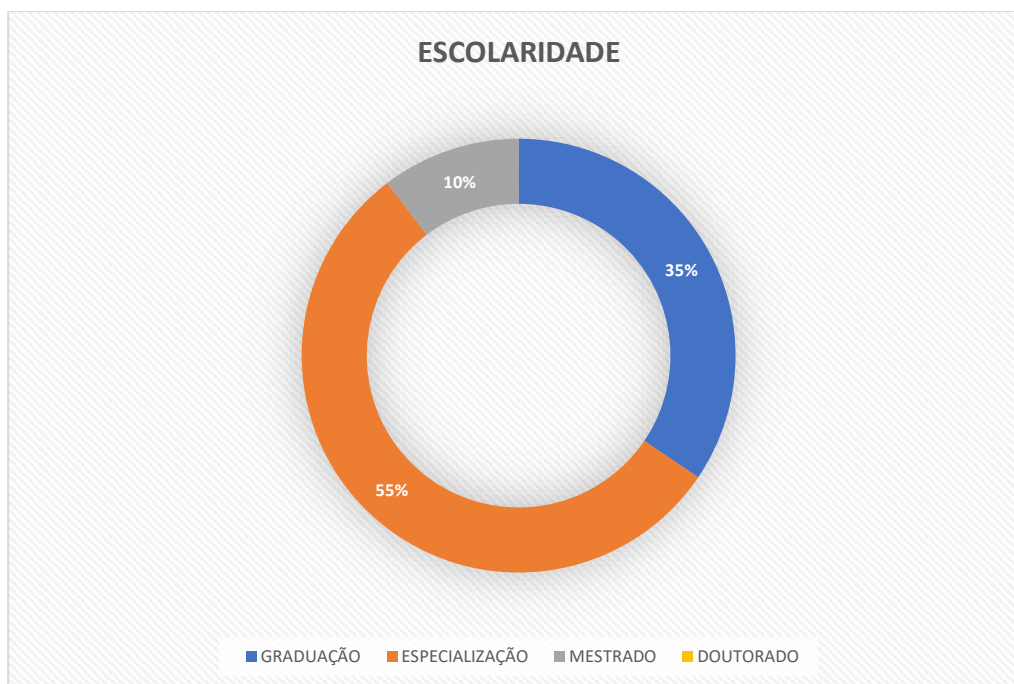


Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Como mostra o Gráfico 6, observa-se que 93,1% (noventa e três vírgula um por cento) do total das entrevistadas se declaram heterossexuais, equivalente a 27 (vinte e sete) professoras. O índice de 3,4% (três vírgula quatro por cento) também é representado por 1 (uma) pessoa para cada uma das seguintes categorias: bissexual e homossexual.

Ainda, nesse sentido de conhecer o perfil docente, chega-se a uma pergunta aberta, que foi a que solicitou a cada docente registrar todo seu caminho escolar (escolas onde estudou, ano, local/cidade) desde a Educação Infantil, passando pelo Ensino Fundamental até o ensino superior/pós-graduação. Como resultado dessa questão, observa-se no Gráfico 7 o nível de escolaridade das docentes.

Gráfico 7 – Escolaridade

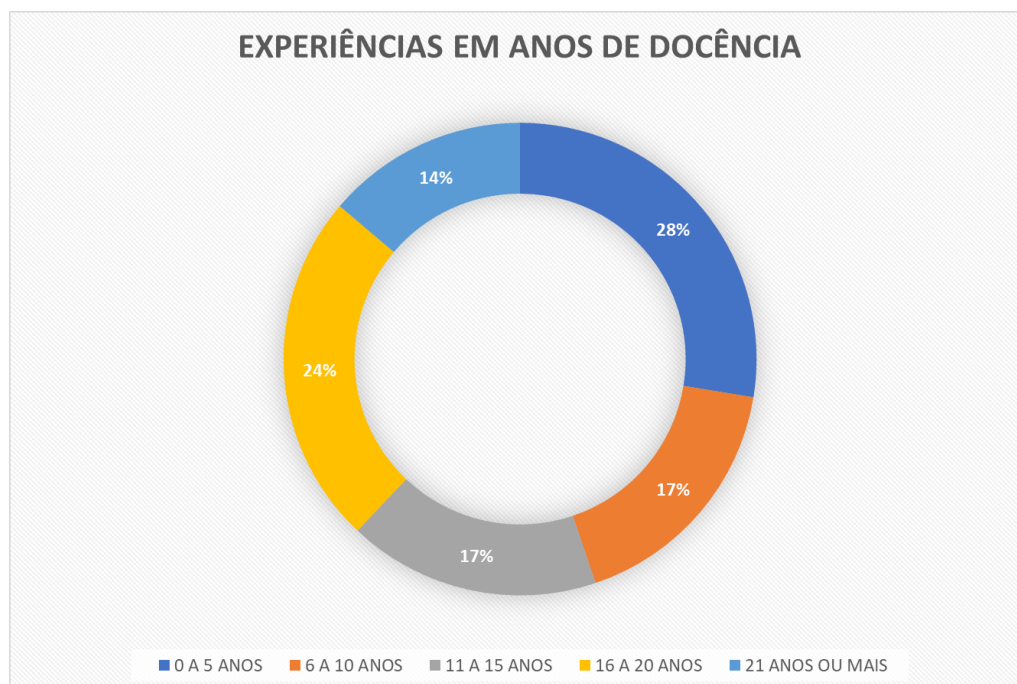


Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Ao analisar esse gráfico, fica claro que todas as 29 (vinte e nove) docentes possuem a graduação plena na área de Pedagogia. É importante ressaltar que, nessa questão, cada docente assinalava a sua escolaridade com maior titulação. No que se refere às suas formações profissionais, entre graduação até o *lato e stricto sensu*, 10 (dez) professoras têm somente a graduação em Pedagogia, totalizando 35% (trinta e cinco por cento); 16 (dezesesseis) professoras, além da graduação, possuem especialização, somando 55% (cinquenta e cinco por cento); e 3 (três) professoras, além da graduação, possuem mestrado, somando 10% (dez por cento). Nenhuma das docentes possui doutorado.

Em seguida, o Gráfico 8 apresenta a experiência das professoras em anos em docência.

Gráfico 8 – Experiência em anos de docência

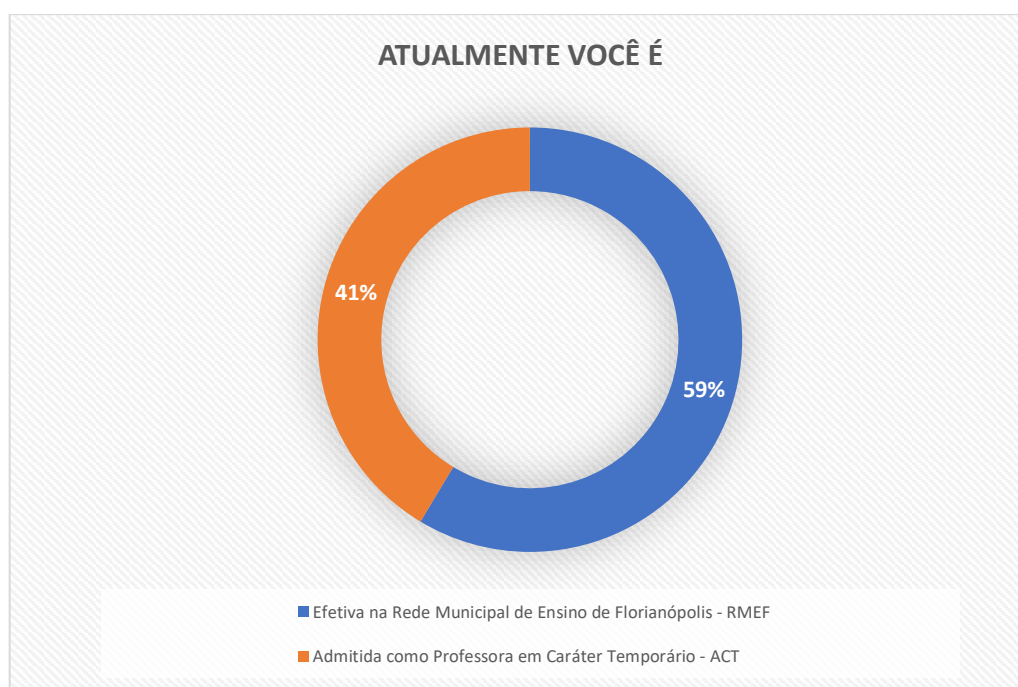


Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Nesse gráfico, pode-se observar que um total de 8 (oito) docentes atuam em sala aproximadamente de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, somando uma porcentagem de 28% (vinte e oito por cento). Depois, registra-se um total de 24% (vinte e quatro por cento), representando 7 (sete) professoras que atuam entre 16 (dezesseis) e 20 (vinte) anos. Na sequência, nota-se que 17% (dezessete por cento), isto é, 5 (cinco) professoras, atuam entre 6 (seis) e 10 (dez) anos; também com 17% (dezessete por cento), ou seja, 5 (cinco) professoras, que atuam entre 11 (onze) e 15 (quinze) anos. Por fim, 14% (catorze por cento) das docentes, representando 4 (quatro) professoras, atuam há mais de 21 (vinte e um) anos na educação.

A seguir, para conhecer melhor as docentes, analisa-se se elas são professoras efetivas ou Admitidas em Caráter Temporário, como mostra o Gráfico 9.

Gráfico 9 – Atualmente você é: efetiva/o ou ACT?

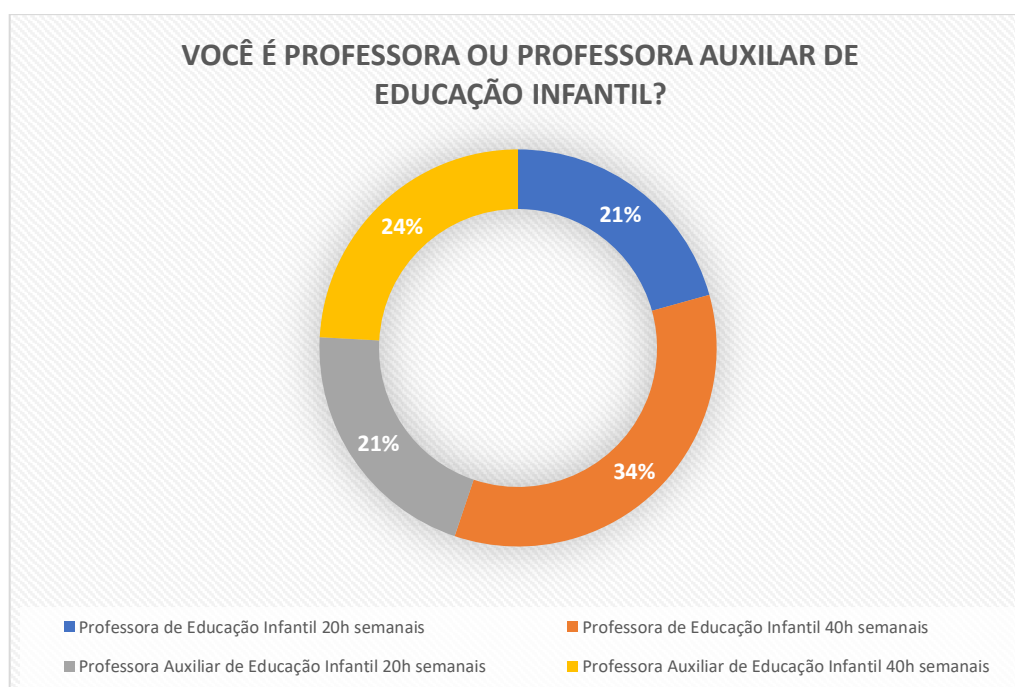


Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Observa-se que 59% (cinquenta e nove por cento), que totalizam 17 (dezessete) professoras, são docentes efetivas na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF) e 41%, que somam 12 (doze) professoras, são ACTs.

Em seguida, verifica-se a carga horária de cada docente e analisa-se se são professoras de Educação Infantil ou professoras auxiliares de Educação Infantil, como demonstrado no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Você é professora ou professora auxiliar de Educação Infantil?



Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

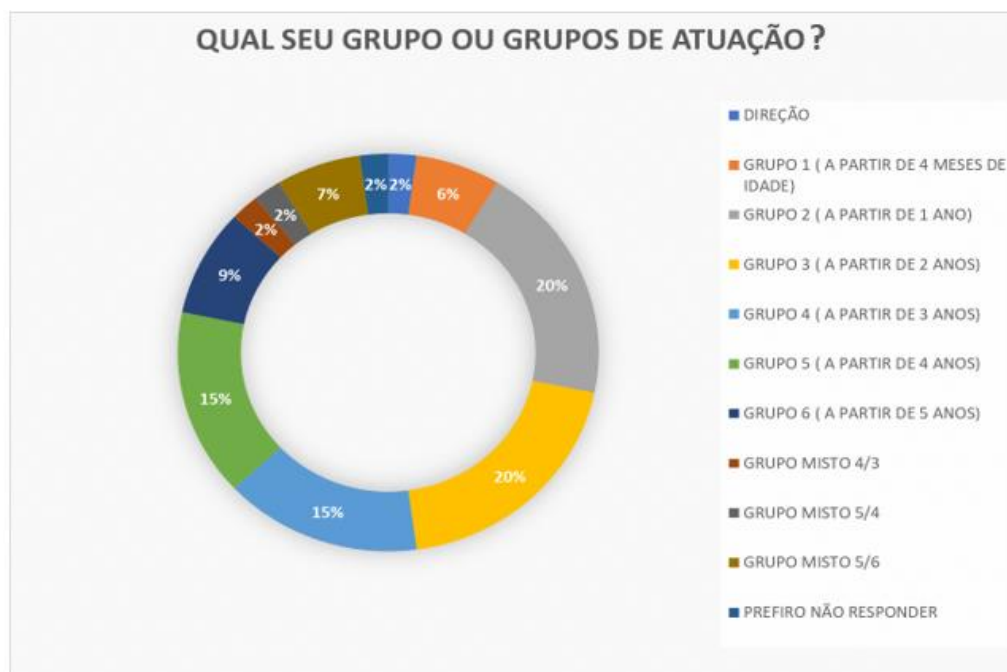
Na RMEF, docentes de Educação Infantil ou docentes auxiliares da Educação Infantil podem atuar tanto em período integral, totalizando 40 horas, como podem atuar 20 horas, totalizando meio período, podendo ser pela manhã ou à tarde. As professoras de Educação Infantil são as que se denominam regentes, que fazem o planejamento, registros, pareceres descritivos e observações. Já as denominadas professoras auxiliares de Educação Infantil, são as que cobrem as professoras regentes em seus períodos de H.A. Às auxiliares também são solicitados: registros, planejamentos e elaboração de pareceres descritivos.

Nesse gráfico, percebe-se um equilíbrio entre as professoras regentes e as professoras auxiliares, tanto na carga horária de 40 (quarenta) horas quanto na de 20 (vinte) horas. Assim, a análise do gráfico revela que 34% (trinta e quatro por cento) das professoras de Educação Infantil, totalizando 10 (dez), atuam 40 (quarenta) horas, seguidas de 24% (vinte e quatro por cento), o que corresponde a 7 (sete) professoras auxiliares de Educação Infantil, também com 40 horas. As demais docentes são 6 (seis) professoras regentes de Educação Infantil e 6 (seis) professoras auxiliares de Educação Infantil que atuam 20 (vinte) horas semanais, isto é, professoras regentes e professoras auxiliares, representando 21% (vinte e um por cento) do total com carga horária de 20 (vinte) horas.

Em seguida, pode-se observar, no Gráfico 11, os grupos de atuação junto das crianças das professoras participantes. Vale ressaltar que nessa pergunta as docentes poderiam assinalar

mais de uma opção de atuação paralela e até mesmo acrescentar outro campo, caso sua resposta não estivesse contemplada na legenda.

Gráfico 11 – Qual seu grupo ou grupos de atuação?



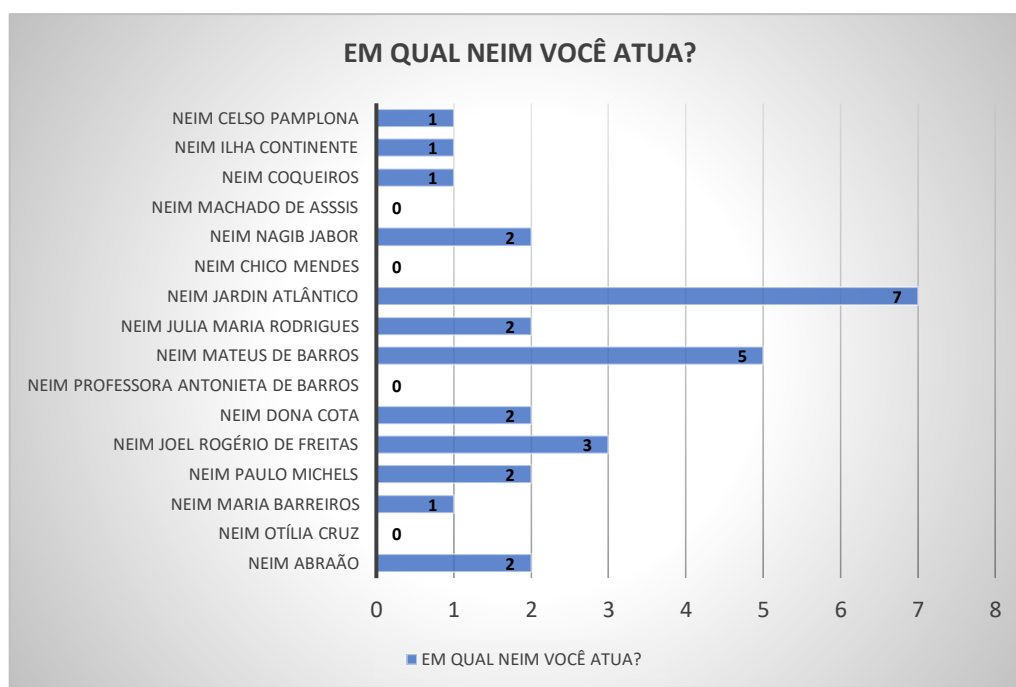
Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Foi possível para o pesquisador, por meio da análise das respostas de cada docente, identificar qual delas atua em mais de um grupo, em turnos diferentes etc. Mas a opção nesse gráfico foi apontar quantos grupos são abrangidos pelas práticas pedagógicas das 29 (vinte e nove) docentes. Um ponto para ressaltar é que as professoras auxiliares de Educação Infantil podem atuar em mais de um grupo quando elas cobrem H.A. das professoras da Educação Infantil.

Sendo assim, algumas atuam em dois grupos ou em todos, quando necessário, tornando-as volantes, sem um grupo fixo. Outro ponto é que uma das professoras preferiu não informar seu grupo de atuação, provavelmente para se sentir mais segura para responder ao questionário. Entende-se que ela está em sala referência. Outra professora respondeu estar na direção de um NEIM e não atua no momento em sala referência, mas demonstrou seu interesse em participar e compartilhou suas angústias para ampliar a discussão da temática.

Agora, seguindo ao Gráfico 12, sobre quais NEIMs participaram da pesquisa efetivamente, isto é, quem respondeu ao questionário.

Gráfico 12 – Em qual NEIM você atua?



Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Nesse gráfico, é importante lembrar e ter em vista que, mesmo que todos 16 (dezesseis) NEIMs tenham sido convidados a participar da pesquisa, somente 15 (quinze) NEIMs aceitaram a visita para a reunião de explicação sobre o trabalho a ser pesquisado, quando receberam os questionários e aceitaram participar, assinando o TCLE. Como mostra o gráfico, 12 (doze) NEIMs devolveram o material respondido e se tornaram a amostra final de 29 (vinte e nove) professoras respondentes e que representam o grupo no qual a pesquisa se baseia.

Em seguida, manteve-se diálogo de maneira respeitosa com as docentes que contribuíram com suas respostas para este trabalho, de forma que se possa refletir sobre seus olhares diante da Educação Sexual.

## 5.2 BLOCO BUSCANDO A COMPREENSÃO DOS CONCEITOS BÁSICOS

Neste início de diálogo, é importante compreender o que as professoras entendem sobre sexo, sexualidade e Educação Sexual. Assim, foram elaborados 3 (três) quadros para analisar as respostas dadas pelas docentes a cada termo. Respostas a partir das quais foi iniciado o cotejamento com indicadores de análise inspirados nas vertentes pedagógicas de Educação Sexual no Brasil propostas por Nunes (1996).

Na questão 8 do questionário foi apresentada a seguinte pergunta: “Para início de conversa, convido você a responder o que compreende por: sexo, sexualidade e Educação Sexual”. Nesta direção, foram elaborados os Quadros 6, 7 e 8.

Quadro 6 – O que as docentes compreendem por sexo?

O QUE AS DOCENTES COMPREENDEM POR SEXO?				
PROFESSORAS	RESPOSTAS			ANO
PRAIA RITA MARIA	O que diferencia o homem e a mulher da espécie.			2022
PRAIA DO FORTE	Ato de se relacionar mais intimamente.			2022
PRAIA DO GARCIA	Homem x mulher, depende: feminino ou masculino.			2022
PRAIA DA ARMAÇÃO	Quando duas pessoas, em suma, realizam um ato sexual, tendo relações íntimas, isso inclui relações diretas ou indiretas.			2022
PRAIA DA SINHÁ	Penso ser um conjunto de características que diferenciam, numa espécie, os machos e as fêmeas e que lhes permitem reproduzir-se.			2022
PRAIA DO SANTINHO	Assim que nasce, o sexo da criança é definido de acordo com o órgão genital dela. Portanto, sexo serve como um marcador para diferenciar as características biológicas dos seres humanos.			2022
PRAIA DO ITAQUI	Relação íntima entre duas pessoas.			2022
PRAIA DA TIPITINGA	Características que distinguem o ser humano em sua formação corporal macho e fêmea e que, em decorrência disso, possibilitam a reprodução de outro ser humano.			2022
PRAIA DE CANASVIEIRAS	É uma categoria que difere/distingue um conjunto de características biológicas entre masculino e feminino, macho e fêmea, aparelho reprodutor masculino e aparelho reprodutor feminino. É considerado, também, o ato sexual realizado entre as pessoas.			2022
LEGENDA				
Vertente pedagógica biológico-reprodutivista	Vertente pedagógica normativo-institucional	Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva	Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna	Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDSHD

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Após analisar as respostas registradas pelas docentes, é possível observar que, na categoria sexo, preponderou a vertente pedagógica biológico-reprodutivista sinalizada na cor azul. Segundo Nunes (1996, p. 140), “[...] a interpretação biologista é reducionista, [...] fazendo com que a sexualidade seja vista como uma mera força propulsora da procriação”.



Nesse sentido, na leitura das respostas acima, é possível perceber um dos indicadores destacados no Quadro 2, na vertente pedagógica biológico-reprodutivista: sexo/sexualidade seja vista como uma mera força propulsora de procriação ou relações sexuais. Isso surge explícito na resposta da Praia de Canasvieiras, por exemplo, quando diz que sexo “é uma categoria que difere/distingue um conjunto de características biológicas entre masculino e feminino, macho e fêmea, aparelho reprodutor masculino e aparelho reprodutor feminino. É considerado como sexo também o ato sexual realizado entre as pessoas” (PRAIA DE CANASVIEIRAS, 2022). Essa abordagem tem uma perspectiva de reforçar a concepção médico-higienista, que traz uma interpretação reprodutivista de um conjunto de funcionalidade biológica (NUNES, 1996).

Mas é compreensível o que a Praia de Canasvieiras traz nessa sua resposta, pois reflete uma abordagem que a maioria das pessoas apresenta em seus cotidianos de saberes e práticas, nos quais este pesquisador se inclui como docente da Educação Infantil. Isto porque as pessoas são resultados, na maioria das vezes, de uma Educação Sexual não emancipatória. Mas, por viver num mundo com possibilidades de transformação, não significa que Praia de Canasvieiras já não esteja indo por outros caminhos, na busca de emancipação para si e para seus alunos e alunas, assim como acontece com este pesquisador, quando se percebe muitas vezes agindo com “recaídas” em abordagens repressoras que já não são significativas para ele e procura superá-las.

Na sequência, o Quadro 7 retrata o que as participantes da pesquisa registraram sobre como compreendem a sexualidade.

Quadro 7 – O que as docentes compreendem por sexualidade? (continua)

<b>O QUE AS DOCENTES COMPREENDEM POR SEXUALIDADE?</b>		
<b>PROFESSORAS</b>	<b>RESPOSTAS</b>	<b>ANO</b>
PRAIA RITA MARIA	É o que caracteriza o sexo.	2022
PRAIA DA ARMAÇÃO	Sexualidade é baseada em descobertas da sua orientação/identidade sexual, atividade sexual e experiência sexual.	2022
PRAIA DA JOAQUINA	A atração física que sentimos ao tocar ou sentir uma pessoa com quem nos relacionamos.	2022
PRAIA DA TIPITINGA	São as especificidades de cada sexo na sua composição corporal.	2022
PRAIA MOLE	Sexualidade humana representa o conjunto de comportamentos que concernem à satisfação da necessidade e do desejo sexual.	2022

(conclusão)

O QUE AS DOCENTES COMPREENDEM POR SEXUALIDADE?				
PROFESSORAS	RESPOSTAS			ANO
PRAIA DA DANIELA	É a atração física que sentimos por outras pessoas e que nos leva a ter relações sexuais.			2022
PRAIA DO ARATACA	Relacionada à afetividade e amor, para além dos reconhecimentos do corpo e das opções de cada um.			2022
PRAIA DOS INGLESES	Sensação prazerosa de conhecer seu corpo. Criança quando descobre sua sexualidade, hormônios.			2022
PRAIA DO GRAVATÁ	Sensações, sentimentos e atração.			2022
PRAIA DO ITAQUI	Prazer, descoberta do seu corpo, desejos, satisfação, aceitação, capacidade de se sentir à vontade com suas escolhas sexuais.			2022
PRAIA DE JURERÊ	Todas as questões que envolvem o corpo, como me sinto, como me vejo, onde gosto ou não gosto de ser tocada, como meu corpo reage ao corpo dos outros.			2022
PRAIA DA GALHETA	Falar sobre os desejos, conhecer o corpo...			2022
PRAIA DO MOÇAMBIQUE	Sexualidade está ligada com sua orientação sexual, atração sexual, prazer, descobrimento do corpo...			2022
LEGENDA				
Vertente pedagógica biológico-reprodutivista	Vertente pedagógica normativo-institucional	Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva	Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna	Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDSHD

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Ao também explorar as respostas das docentes a respeito das suas compreensões sobre sexualidade, foi possível observar que os resquícios de vertente pedagógica biológico-reprodutivista sinalizadas na cor azul preponderaram. Ressalta-se aqui o que diz a Praia da Daniela, que descreve que a sexualidade “é a atração física que sentimos por outras pessoas e que nos leva a ter relações sexuais” (PRAIA DA DANIELA, 2022).

Sendo assim, Praia da Daniela refirma o que se pontuou em um dos indicadores da vertente pedagógica biológico-reprodutivista: ser a sexualidade a visão do corpo/sexo apenas como um aparelho reprodutor, com foco nos órgãos genitais entendidos apenas como reprodutores masculino e feminino e ato sexual. Essas respostas e muitas das demais nesse quadro evidenciam o que afirma Nunes (1996, p. 143), ao registrar que “temos que observar que a sexualidade é muito mais do que a mera descrição funcionalista dos aparelhos de funções procriativas, é mais do que o detalhismo asséptico da genitalidade [...]”.

No que tange a essa abordagem evidenciada pela resposta de Praia da Daniela e outras docentes, recorre-se ainda a Nunes (1996, p. 143), quando desvela que a “[...] a sexualidade até hoje abordada na grande maioria das escolas brasileiras fundamenta-se nesta concepção

médico-biologista”. É importante reafirmar que essas respostas das docentes pelo fato de elas virem de uma educação informal e até mesmo na formal, que tem fortes traços de uma vertente pedagógica repressora ainda muito presente na sociedade e nas escolas, por consequência de uma cultura hegemônica no modo de vida que hoje é preponderante, em que a sexualidade é normatizada num viés apenas biológico.

A seguir, tratar-se-á da vertente emancipatória que surge nesta questão com muita expressão, como sinais de esperança que são as respostas indicadas no quadro acima na cor rosa. Nesse sentido, as respostas dão pistas para o surgimento de possibilidades de propostas de construção intencional de projetos de Educação Sexual emancipatória, a qual, para Nunes (1996, p. 227), “é aquela que nos dá condições de compreender a dinamicidade, a complexidade, a riqueza da sexualidade humana”.

Nesse sentido, é importante lembrar um dos indicadores no Quadro 2, na vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDSHD, como exemplo: que se oportunize o reconhecimento do corpo e da sua dimensão sexual. Fica explícita essa adesão a essa abordagem quando Praia do Arataca destaca sua visão sobre a sexualidade: “Relacionado à afetividade e amor, para além dos reconhecimentos do corpo e das opções de cada um” (PRAIA DO ARATACA, 2022), já apontando uma abordagem que compreende a sexualidade como a “[...] busca constante de um despertar da consciência crítica, ajudando as pessoas a escolherem seus caminhos sem amarras, sem medos, e com conhecimento de sua importância nas diversas relações sociais” (MELO *et al.*, 2011, p. 50). Também se percebem sinais de esperança na mudança em Praia dos Ingleses, quando diz: “Sensação prazerosa de conhecer seu corpo.” (PRAIA DOS INGLESES, 2022).

Ressalta-se que as docentes, nesta vertente, já anunciam a compreensão de que “a dimensão sexualidade é inseparável do processo sócio-histórico da constituição da vida dos seres humanos” (YARED; MELO, 2018, p. 177), expressando em suas respostas que a sexualidade se interliga com o SER desde seu nascimento até a sua morte.

Dando sequência às análises feitas com o cotejamento das respostas sobre a compreensão da sexualidade com os indicadores das vertentes pedagógicas, ressalta-se que Freire (2021c) afirma não haver quem sabe mais ou menos, pois existem saberes diferentes. Isso mostra que as pessoas possuem conhecimentos que brotam de suas vivências diárias nos seus vários contextos de vidas. Muitas vezes, esses conhecimentos estão aparentemente em contradição em suas respostas, no caso desta pesquisa, transitando pelas cores “azul e rosa”, mas as professoras vivem e produzem novos conhecimentos a cada momento, sendo compreensível que demonstrem estarem em momentos de transição em sua compreensão de

novos saberes. Elas possuem as experiências desafiadoras dos seus cotidianos com as crianças e com os demais profissionais da educação de seus NEIMs, as quais são construídas a partir de suas vivências em seus contextos, que se refletem em seus fazeres. Por isso, não se pode analisar simplesmente seus saberes e sim observar a riqueza desvelada em suas contradições, ao perceber nelas o pulsar do movimento de mudança.

Nesta direção, o quadro a seguir demonstra o que as docentes compreendem por Educação Sexual.

Quadro 8 – O que as docentes compreendem por Educação Sexual? (continua)

O QUE AS DOCENTES COMPREENDEM POR EDUCAÇÃO SEXUAL?		
PROFESSORAS	RESPOSTAS	ANO
PRAIA DA JOAQUINA	Preparação, conversa, estudos para preparar alguém para a vida sexual.	2022
PRAIA DOS INGLESES	Orientação sobre os órgãos sexuais.	2022
PRAIA DE ITAQUI	É o ensino de questões que esclarecem sobre o sexo geral.	2022
PRAIA DE CANASVIEIRAS	É um meio de ensinar questões relacionadas ao sexo.	2022
PRAINHA	Educação que a gente recebe de nossos pais (comportamento) ou de um núcleo especializado para falar de assuntos relacionados a sexo, gravidez ou DST.	2022
PRAIA DA TAPERA	Ensinar prevenção e cuidados na adolescência.	2022
PRAIA MOLE	Educação sexual é o ensino sobre a anatomia, a psicologia e aspectos comportamentais relacionados à reprodução humana.	2022
PRAIA RITA MARIA	Compreensão do seu corpo, temas e conceitos que auxiliam a esclarecer a sexualidade.	2022
PRAIA DO MÜLLER	Conteúdo educacional voltado para o conhecimento do corpo, seu desenvolvimento, diferenças de gênero, sexo, reprodução humana, gravidez, contracepção, efeitos hormonais etc.	2022
PRAIA DO GARCIA	Conversar, explicar, conhecer, modo de ver e agir em certas situações do dia a dia em escolas, creches, locais públicos, entre outros.	2022
PRAIA DA ARMAÇÃO	Ensino de aspectos comportamentais, anatomia, responsabilidade sexual, proteção sexual e abuso.	2022
PRAIA DA SINHÁ	Acredito ser um método de ensinar e esclarecer questões relacionadas à sexualidade que muitas crianças precisam saber desde pequenas, como: sexo, gravidez, aborto, métodos contraceptivos e doenças sexualmente transmissíveis.	2022
PRAIA DO GRAVATÁ	Esclarecer as pessoas sobre a vida sexual.	2022
PRAIA CATAÇANGA MIRIM	É o ensino sobre o corpo, aspectos comportamentais, sexuais, preservação e informação.	2022
PRAIA DO SANTINHO	No meu ponto de vista é um assunto de suma importância que deve ser discutido nas escolas, para que as crianças e os adolescentes possam esclarecer dúvidas.	2022
PRAIA DA TIPITINGA	Orientações que buscam esclarecer e ensinar a respeito da sexualidade.	2022
PRAIA DO CAMPECHE	Ensinar e esclarecer questões sobre sexualidade.	2022
PRAIA DE CANAJURÊ	Educação sexual é o nome do processo que visa a ensinar e esclarecer questões relacionadas à sexualidade.	2022

(conclusão)

<b>O QUE AS DOCENTES COMPREENDEM POR EDUCAÇÃO SEXUAL?</b>				
<b>PROFESSORAS</b>		<b>RESPOSTAS</b>		<b>ANO</b>
PRAIA DE JURERÊ		Uma área que pretende orientar o educando quanto aos cuidados com seu corpo, quanto à autoestima e prevenção de abusos.		2022
PRAIA BRAVA		Falar sobre o corpo, reprodução, formas de prevenção, limites, etc.		2022
PRAIA DA GALHETA		Um tema que orienta crianças a conhecer o seu corpo e se proteger de algo que possa interferir negativamente no seu corpo, entender e diferenciar entre carinho e abuso.		2022
PRAIA DO SAMBAQUI		Uma educação que visa às questões biológicas, buscando contribuir para o conhecimento do corpo, das relações afetivas, quebrando preconceitos e principalmente promovendo conscientização dos educandos no que se refere a essas questões.		2022
PRAIA DO MOÇAMBIQUE		Educação sobre o próprio corpo, seus limites, respeito aos outros corpos...		2022
PRAIA DA DANIELA		São as orientações que são dadas aos adolescentes, jovens e até adultos com o objetivo de terem uma vida sexual segura e responsável.		2022
<b>LEGENDA</b>				
Vertente pedagógica biológico-reprodutivista	Vertente pedagógica normativo-institucional	Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva	Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna	Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDSHD

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Mantendo-se na busca da compreensão dos conceitos, constata-se que para o entendimento da Educação Sexual, ainda há um número significativo de respostas que transitam pela vertente pedagógica biológico-reprodutivista, aquela que “[...] reduz a dimensão humana ontológica a uma concepção funcionalista [...]” (NUNES, 1996, p. 139). Destaca-se aqui a resposta da Prainha, quando diz que, para ela, a Educação Sexual em sua compreensão é a “educação que a gente recebe de nossos pais (comportamento) ou de um núcleo especializado para falar de assuntos relacionados a sexo, gravidez ou DST” (PRAINHA, 2022). Assim, sua resposta ainda evidencia um indicador apontando Educação Sexual compreendida pela vertente pedagógica biológico-reprodutivista – a saber, aquela onde são reforçadas as informações sobre as ISTs, mas com um aspecto causador de medos e não numa linha de prevenção e do direito à saúde sexual.

Nessa direção, as respostas marcadas com a legenda azul estão alinhadas a uma variante de um discurso conservador, como aponta Nunes (1996), “[...] tornando-se de certa maneira um discurso oficial que tinha por finalidade amedrontar as massas adolescentes e a juventude de ter acesso a uma prática da sexualidade [...]” (NUNES, 1996, p. 142). Essa visão reducionista

da Educação Sexual é ainda compreensível, como já mencionado. Identifica-se com ela, visto que, enquanto pesquisador, é possível reconhecer a influência que exerce a formação escolar, que não foi emancipatória em relação à Educação Sexual. Isso não desqualifica os conhecimentos e informações adquiridos ao longo da vida escolar, os quais, sem dúvida, permitiram o desenvolvimento de uma visão crítica ao abordar esse tema atualmente.

Em seguida, é possível constatar no quadro em rosa, contraditoriamente, novamente pistas de marcas de esperança, apontando traços de compreensão aderentes a indicadores da vertente emancipatória no que as docentes desvelam sobre a categoria Educação Sexual. Pode-se verificar que há muitas respostas que correspondem a vários indicadores dessa vertente, como menciona a Praia de Sambaqui no seu entendimento de Educação Sexual ser “uma educação que visa às questões biológicas, mas buscando contribuir para o conhecimento do corpo, das relações afetivas, quebrando preconceitos e principalmente promovendo conscientização dos educandos no que se refere a essas questões” (PRAIA DO SAMBAQUI, 2022). Reflete nessa sua resposta o indicador de uma Educação Sexual crítica e reflexiva, que tem como base a autonomia, humanização, diálogo, criticidade, relação saudável e positiva com a sexualidade sua e do outro.

Essa abordagem é também a Educação Sexual emancipatória mencionada por Melo *et al.* (2011, p. 37) há 12 anos, em que essa perspectiva continua sendo

[...] visualizada como uma **intervenção qualitativa, intencional, no processo educacional** que sempre está **ocorrendo nas relações sociais**. Essa abordagem mostra-se como um veio temático político-pedagógico fundamental que busca desalojar certezas, desafiar debates e reflexões, posturas fundamentais na busca do desenvolvimento pessoal do ser **humano como um ser corporificado, sexuado, contribuindo na busca de cidadania para todos** (grifos nossos).

Com base no que as autoras afirmam, pode-se perceber que essa abordagem deriva de uma perspectiva intencional e qualitativa humanista, isto é, com uma finalidade de contribuir para a cidadania de todas/os, viabilizando a igualdade de direitos humanos a todas as pessoas, incluindo os direitos sexuais, porque deles inseparáveis. A Educação Sexual nessa linha pedagógica vai além da perspectiva biologista-reprodutivista, ela abrange as questões relacionadas à identidade de gênero, orientação sexual, as relações afetivas e sexuais, consentimento, prazer, respeito à diversidade etc. Além disso, fortalece o combate às discriminações registradas na Declaração de Direitos Sexuais como Direitos Humanos.

É importante reforçar que ainda é muito compreensível que cada uma das professoras tenha trazido pelo menos um conceito aderente à vertente biológico-reprodutivista sobre “sexo”, “sexualidade” e “Educação Sexual”, pois tudo que foi respondido pelas docentes vem

por meio de uma Educação Sexual repressora que possivelmente tiveram e que foram vivenciadas em famílias, escolas, ou seja, nesses “[...] processos de relações entre os seres humanos, portanto todo processo de educação sexual sempre está fundamentado em uma visão de mundo que inclui um conceito de sexualidade e de sexo, mesmo que não se tenha clareza disto” (MELO *et al.*, 2011, p. 28-29).

Assim, ao se analisar as respostas das docentes nos Quadros 6, 7 e 8 acima, é possível verificar que inicialmente elas parecem alinhar-se à vertente repressora biologista-reprodutivista, mas já desvelam, nas respostas destacadas como reflexos de indicadores da Educação Sexual emancipatória, sua compreensão sobre as possibilidades de estarem em transição paradigmática para uma abordagem emancipatória sobre o tema. Aderem com propriedade em rosa aos seguintes direitos da DDS/DH/WAS: 3. o direito à autonomia e integridade corporal; 5. o direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção; 9. o direito à informação; 10. o direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora.

A seguir, seguindo a mesma dinâmica de análise, desta vez a partir das análises sobre como foi a Educação Sexual que as professoras tiveram em suas infâncias na família de origem.

### 5.3 BLOCO EDUCAÇÃO SEXUAL NA FAMÍLIA DE ORIGEM

É necessário salientar que os “estudos em educação sexual, no contexto familiar e escolar, são de fundamental importância, pois visam refletir como ela é conduzida e trabalhada na família e na escola” (GONÇALVES; FALEIRO; MALAFAIA, 2013, p. 252). Neste sentido, observa-se como foi a Educação Sexual das professoras em suas famílias de origem em suas respostas.

Apontam-se, no Quadro 9, algumas falas mais significativas sobre como foi essa Educação Sexual trazida pelas suas famílias de origem, pai, mãe, avó, avô ou quem as criou e quais indicadores das vertentes preponderaram nas respostas.

Quadro 9 – Educação Sexual na sua família de origem

COMO VOCÊ COMPREENDE QUE FOI SUA EDUCAÇÃO SEXUAL NA SUA FAMÍLIA DE ORIGEM (PAI, MÃE, AVÓS ETC.)? DESCREVA-A				
PROFESSORAS		RESPOSTAS		ANO
PRAIA DO FORTE		Opressora.		2022
PRAIA DOS INGLESES		Ainda tudo com muito pudor. Sexualidade e educação sexual mito, finge que não sabe, não viu... não se falava.		2022
PRAIA DO CAMPECHE		Inexistente.		2022
PRAIA DE JURERÊ		Praticamente inexistiu qualquer tentativa de educação sexual. Não era a pauta dos assuntos conversados em casa, nem comigo, nem com meus irmãos (dois irmãos e uma irmã). Mas sempre tivemos liberdade para apresentar às pessoas com quem estávamos nos relacionando, mas nada de namorado em casa.		2022
PRAIA DA SAUDADE		Na época não existia esse tipo de comunicação na família.		2022
PRAIA DA DANIELA		Precária. Quase não se falava, acredito que por vergonha.		2022
PRAIA DA ARMAÇÃO		Não teve.		2022
PRAIA DAS FLEXEIRAS		Muito, mas muito pouco falado, eles tinham vergonha.		2022
PRAIA DO MOÇAMBIQUE		Sempre muito "podada", nunca tive uma educação sexual [...]		2022
PRAIA DO SINFRÔNIO		Praticamente não existiu. As únicas orientações eram que mulher deveria se casar virgem e manter o casamento a qualquer custo. E que existem coisas específicas para homens e para mulheres, entre elas profissões, atitudes...		2022
PRAIA RITA MARIA		Muito boa, sem repressão ou tabus.		2022
PRAIA DO GARCIA		Na minha infância, em família, pouco se falava sobre sexualidade, mas o pouco que se poderia ser perguntar, minha mãe dava a explicação do jeito dela.		2022
PRAIA DO ARATACA		Sempre tive abertura de diálogo com meus pais, porém com os demais familiares nunca conversamos sobre o assunto, pois não havia abertura.		2022
PRAIA DA JOAQUINA		Super aberta. Sou filha de mãe solo e desde sempre ela manteve conversa aberta com todos os 3 (três) filhos. Nunca escondeu nada, sempre esclareceu todas as nossas dúvidas e questionamentos.		2022
PRAIA DA TAPERA		Foi sempre aberta e tranquila.		2022
PRAIA MOLE		Considero muito positiva, principalmente com meus pais dando liberdade de questionarmos com eles nossas dúvidas e curiosidades.		2022
LEGENDA				
Vertente pedagógica biológico-reprodutivista	Vertente pedagógica normativo-institucional	Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva	Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna	Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDSHD

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Ao observar as respostas registradas pelas docentes, percebe-se que elas começam a reconhecer a existência de marcas da vertente pedagógica biológico-reprodutivista nos seus relatos (ainda que muito azuis), como, por exemplo, o da Praia da Saudade (2022), que aponta que “na época não existia esse tipo de comunicação na família”, pois as informações lhes eram negadas. Quando Praia da Saudades reflete e registra essa falha de comunicação, é inevitável não lembrar das palavras de Nunes (1996), que destacou como muitas informações sobre



sexualidade acabam sendo apresentadas como uma visão de mundo fragmentada, restringindo opiniões e comentários que poderiam emancipar o pensamento do sujeito.

Essa vertente biológico-reprodutivista se torna opressora, pois “são retirados dessa vertente todos os componentes sócio-histórico-culturais da construção da sexualidade humana” (MELO *et al.*, 2011, p. 42). Ao acompanhar as docentes em suas lembranças de suas relações nas famílias de origem, reflete-se, como professor, sobre a própria infância na família de origem: a temática da Educação Sexual era um tabu, pois, muitas vezes, os responsáveis viam os filhos, crianças, como “seres assexuados” e consideravam que falar sobre Educação Sexual poderia antecipar as práticas sexuais (GONÇALVES; FALEIRO; MALAFAIA, 2013). Portanto, as docentes, assim como todas as pessoas, estão em constante transformação em busca de conhecimentos que resgatem o pensamento crítico-reflexivo, uma vez que todos são sujeitos em contínua transformação.

Ainda, nas respostas descritas pelas docentes, foi possível, nesta questão, observar mais uma vertente pedagógica, a normativa-institucional, destacada em verde, na fala da Praia do Sinfrônio. Segundo Nunes (1996, p. 171), “a família enquanto instituição, hoje atravessa uma mudança em seus papéis institucionais tradicionais, pois, se por um lado é a família que constitui o núcleo socializador primário criando a padronização comportamental, fundamentando a reprodução dos papéis sexuais [...]”, por outro lado, na escola esse papel se amplia com as trocas vividas neste novo espaço educativo.

Nesse sentido, relembra-se um dos indicadores destacados no Quadro 2, relacionado à vertente pedagógica normativo-institucional: reforços nos papéis sociais tradicionais institucionalizados, seguindo um modelo padrão de “ser homem e ser mulher”. Isso surge claro na resposta da Praia do Sinfrônio, quando relatou que a educação em sua família de origem aconteceu, ou melhor, “praticamente não existiu. As únicas orientações eram que mulher deve se casar virgem e manter o casamento a qualquer custo. E que existem coisas específicas para homens e para mulheres, entre elas profissões, atitudes...” (PRAIA DO SINFRÔNIO, 2022). Assim, Melo *et al.* (2011, p. 42-43) destacam que essa vertente pedagógica normativo-institucional

defende a **promoção dos papéis sexuais tradicionais** do modelo ocidental cristão e a propagação do casamento patriarcal monogâmico. É intolerante com práticas sexuais alternativas e condutas sexuais não procriativas. As instituições normativas **preferenciais são a família tradicional**, a Igreja e a escola (grifos nossos).

É uma vertente que também educa, porém dentro de um padrão normativo. Ela se baseia em normas e construções sociais que esperam que cada pessoa siga um “certo” comportamento

convencional dentro da sociedade, institucionalizado, o qual se refere a uma incorporação de práticas preestabelecidas, sem que se questione quem as instituiu. Isso é fruto de uma Educação Sexual que traz à sociedade um modelo hegemônico repressor e conservador, onde prepondera a exigência de um comportamento padrão, determinado, dentro dos papéis sociais, sexuais e normas de gênero, do que é ser “homem e ser mulher”.

Enquanto docente de educação infantil, este pesquisador também se identifica com essa criação que a Praia do Sinfrônio citou. Portanto, entende-se que se tem sim reflexos e marcas desse modelo institucional no qual se foi educadas/os, pois essa abordagem já permeou muitos aspectos da vida das pessoas, especialmente em suas famílias de origem em seus cotidianos. Isso acontece porque os indivíduos são seres resultantes de uma Educação Sexual não emancipatória. No entanto, compreende-se que as pessoas estão em constante transformação e que essa mudança também está acontecendo com a Praia do Sinfrônio.

Mas, com o avançar das análises, fica evidente nos dados que muitas respostas pendem para movimentos em direção a uma Educação Sexual emancipatória na família de origem, com uma visão positiva dessa questão. Praia Mole compartilha: “Considero muito positiva, principalmente com meus pais dando liberdade de questionarmos com eles nossas dúvidas e curiosidades” (PRAIA MOLE, 2022). Esse relato fica evidente ao apontar essa vertente rosa, quando se destacam alguns indicadores de uma vertente de Educação Sexual emancipatória, como ter uma visão e linguagem positiva sobre a sexualidade.

Essa vertente emancipatória de Educação Sexual “[...] se realiza quando as pessoas se compreendem sujeitos de sua própria existência, capazes de construir diferentes formas de sentido, respeitando o princípio de convivência” (KORNATZKI, 2013, p. 93).

Trazendo uma visão de um diálogo mais positivo sobre Educação Sexual, as respostas que transitam no quadro rosa expressam que essa temática era abordada de forma esclarecedora e com um viés de informar de forma consciente, crítica e amorosa, com cada família, conversando do seu jeito, sem mitos, tabus e repressão. Uma Educação Sexual positiva por meio do diálogo onde, como retrata Freire (2021b), seja possível ocorrer uma comunicação e uma intercomunicação como uma relação horizontal. Um diálogo amoroso entre as pessoas, de forma simples, esperançosa, reflexiva e com o intuito da dialética da transformação.

Portanto, fica entendido que a família também é uma das responsáveis pela Educação Sexual dos seus filhos, sendo a primeira responsável por promover em seu cotidiano diálogos construtivos com suas crianças, para que compreendam ser possível uma Educação Sexual emancipatória, com “[...] uma sexualidade gratificante, socialmente livre e responsável, subjetivamente enriquecedora concebida como parte integrante e essencial da vida humana”

(GONÇALVES; FALEIRO; MALAFAIA, 2013, p. 252). Nessa categoria da Educação Sexual emancipatória, é possível ver que algumas docentes já prenunciam essa abordagem ao reconhecerem a DDSH/WAS como um direito, incluindo o direito a uma educação baseada em informação científica, apoiando uma Educação Sexual esclarecedora.

A seguir, serão vistos alguns fatos acontecidos sobre a temática, relatados pelas docentes e como foram encaminhados no contexto da sua família de origem.

Quadro 10 – Desta época, registre algum fato acontecido sobre a temática e sobre como foi encaminhado (continua)

<b>DESTA ÉPOCA, REGISTRE ALGUM FATO ACONTECIDO SOBRE A TEMÁTICA E COMO FOI ENCAMINHADO</b>		
<b>PROFESSORAS</b>	<b>RESPOSTAS</b>	<b>ANO</b>
PRAIA DO FORTE	A caminhada foi de medo e preocupação.	2022
PRAIA DOS INGLESES	Menstruação: nada conversado. Quando iniciei a vida sexual, eu procurei ginecologista. Só se falava que não podia namorar para não engravidar e não deixar ninguém tocar nas partes íntimas.	2022
PRAIA DO CAMPECHE	Um cara tentou passar a mão na minha vulva, eu tinha uns 9 (nove) anos e não contei para ninguém.	2022
PRAIA DE JURERÊ	Aos 11 (onze) anos minha amiga e eu roubamos um filme pornô do irmão dela para assistir. Mas nem começamos a ver e a mãe dela pegou a gente. Fiquei uma semana de castigo por isso, meu castigo era não ir para o judô. Lembro de ficar ouvindo minha mãe e a mãe da minha amiga conversando, e minha mãe falou: "É só curiosidade, também onde elas vão ver um corpo nu. Quando eu era pequena procurava nas revistas que tinham índios, para ver algum ponto!" Achei engraçado, aceitei o castigo com contestações, mas no fundo sabia que ela estava certa. Apesar de não me ensinar nada, não seria um filme pornográfico que me ensinaria alguma coisa.	2022
PRAIA DA DANIELA	Quando criança, assistindo TV, me recordo que teve uma cena de sexo. Então perguntei o que eles estavam fazendo? Meus pais disseram não saber, desconversaram e simplesmente desligaram a televisão.	2022
PRAIA DA ARMAÇÃO	Não me lembro.	2022
PRAIA DAS FLEXEIRAS	Quando fiquei mocinha, me disseram que agora tinha que me cuidar, que quando arrumasse um namorado, poderia engravidar. Mas só isso, sem muitas explicações.	2022
PRAIA DO SINFRÔNIO	Eu era considerada perigosa aos 13 (treze) anos, uma má influência e as outras meninas da família eram orientadas a não andar comigo, pois gostava de liberdade, de sair, de conhecer pessoas diferentes e não me importava com o que os outros iriam falar.	2022
PRAIA DA GALHETA	Sempre que acontecia algo relacionado ao assunto, era tratado como algo muito feio e que menina e menino não podiam brincar juntos, não havia diálogo e nada era falado.	2022
PRAIA RITA MARIA	Sempre tranquilo e respeitoso.	2022
PRAIA DA SINHÁ	Quando minha irmã ficou menstruada pela primeira vez, falei para minha mãe que ela tinha se machucado. Minha mãe explicou o que era e também falou sobre gravidez com nós duas.	2022

(conclusão)

DESTA ÉPOCA, REGISTRE ALGUM FATO ACONTECIDO SOBRE A TEMÁTICA E COMO FOI ENCAMINHADO					
PROFESSORAS		RESPOSTAS			ANO
PRAIA DA JOAQUINA		Minhas amigas, na pré-adolescência, amavam ir para minha casa, pois minha mãe conversava com elas também. Esses assuntos na casa delas era considerado tabu.			2022
LEGENDA					
Vertente pedagógica biológico-reprodutivista	Vertente pedagógica normativo-institucional	Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva	Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna	Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDSHD	

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Ainda diante das análises, ao observar as respostas de fatos acontecidos e como foram encaminhados, percebe-se que tiveram muitos indícios da vertente pedagógica biológico-reprodutivista. Neles estão inclusas situações repressoras e reducionistas da sexualidade, nos quais foram apontados diversos relatos, desde medos e anseios até os relatos e denúncias de violências sexuais. Essa Educação Sexual calcada na vertente biológico-reprodutivista não tem “[...] consideração sobre a dimensão do desejo e prazer, sentimentos e emoções, também aspectos importantes da dimensão sexual humana” (KORNATZKI, 2013, p. 84).

Neste contexto, recorda-se um dos indicadores destacados, no Quadro 2, na vertente biológico-reprodutivista, tais como: reforçar as informações sobre as ISTs, mas com um aspecto causador de medos e não numa linha de prevenção e direito à saúde sexual. Isso fica evidente na resposta da Praia das Flecheiras, no quadro acima, quando diz: “Quando fiquei mocinha, me disseram que agora tinha que me cuidar, que quando arrumasse um namorado, poderia engravidar. Mas só isso, sem muitas explicações” (PRAIA DAS FLECHEIRAS, 2022). Nessa abordagem, diante do relato da Praia das Flecheiras, ressalta-se Nunes (1996), quando trouxe a sua concepção médico-higienista, que além de trazer uma interpretação reprodutivista do conjunto da funcionalidade biológica, fundamenta “[...] uma compreensão higienista associada às primeiras expressões da sexualidade adolescente. Nesta visão, a educação sexual deveria fundar-se em noções de higiene e procriação, noções sobre novas formas de higiene corporal, e até da higiene sexual” (p.143).

No entanto, o que a Praia das Flecheiras traz é compreensível, visto que é a realidade do que muitas meninas passaram e ainda passam em sua adolescência, ou seja, muitas só travaram algum diálogo sobre Educação Sexual, mesmo aquele só voltado para o viés biológico-reprodutivista e higienista, apenas pelo fato de “virarem mocinhas” e/ou pelo cuidado para não

engravidar na adolescência. Isso ocorria/ocorre quando não era/é oportunizado acesso às informações científicas positivas, o que era comum na adolescência deste pesquisador. Em diversas aulas de Biologia e Ciência, as meninas da sala eram alertadas sobre o cuidado que deveriam ter “na hora das relações.”

Além disso, na análise foi observada também a vertente pedagógica normativo-institucional, em verde, onde se destaca, dos indicadores analisados no Quadro 2, aquele que denuncia ser um fato existirem reforços nos papéis sociais tradicionais institucionalizados, seguindo um modelo padrão de “ser homem e ser mulher”. Esse indicador vai ao encontro do que traz novamente a Praia do Sinfrônio, ao responder que “eu era considerada perigosa aos 13 (treze) anos, uma má influência, e as outras meninas da família eram orientadas a não andar comigo, pois gostava de liberdade, de sair, de conhecer pessoas diferentes e não me importava com o que os outros iriam falar” (PRAIA DO SINFRÔNIO, 2022).

Esse fato que aconteceu, como foi expresso no relato da Praia do Sinfrônio, é compreensível que surja muitas vezes no cotidiano das famílias, refletindo-se também no cotidiano escolar, pois, enquanto sujeitos em constante transformação, diversas vezes, formas são ditas e normatizadas sobre como cada um/uma deveria ser e agir, dentro desses padrões determinados como os únicos verdadeiros. Isso ainda perpassa marcas desta vertente normativo-institucional, a qual Nunes (1996) descreve como um conjunto de comportamentos, ações e até mesmo atitudes que a sociedade espera que o sujeito siga e se comporte. Ainda, essas ações, como relatou a professora, acontecem, pois, de acordo com Nunes (1996, p. 172),

a família, pelo conjunto e comportamento esperado das crianças, ao menino e à menina exige e reproduz adequadamente os papéis tradicionais, todavia, em que pese a rigidez destes papéis institucionais, a família não sustenta claramente uma organicidade ética, ou até não é capaz de manter os padrões mais conservadores ou morais da vivência sobre a sexualidade frente aos discursos da mídia e aos apelos da sexualidade consumista.

Fica evidenciado que, muitas vezes, ainda, as famílias de origem prezaram e prezam pela reprodução dos papéis tradicionais atribuídos a meninos e meninas, em que os meninos são considerados “mais levados” e com liberdade e as meninas seriam mais calmas e retraídas. Em suma, muitas famílias ainda esperam que as crianças se comportem de acordo com os papéis de gêneros tradicionais atribuídos como norma fixa e isso ainda tem reflexos no cotidiano da Educação Infantil, pois, como docente, percebem-se relatos de outras professoras, afirmando que famílias ainda comentam de forma negativa ao verem seus meninos brincando com boneca, por exemplo. Isso resulta da prevalência nessas famílias de uma vertente não emancipatória e ainda sexista de Educação Sexual.

Ainda na busca de esperança, é gratificante ver algumas respostas das docentes que já transitam pelo rosa, em um dos indicadores destacados no Quadro 2, na vertente pedagógica emancipatória, como, por exemplo: o direito ao conhecimento e autoconhecimento sexual. Esse indicador fica compreensível quando a Praia da Joaquina relata: “Minhas amigas na pré-adolescência, amavam ir para minha casa, pois minha mãe conversava com elas também. Esses assuntos na casa delas eram considerados tabu” (PRAIA DA JOAQUINA, 2022). Esse indicador visa a considerar o que Kornatzki (2013) aponta ser um processo de exploração saudável do corpo, trazendo uma conscientização crítica da própria existência que são fatores que facilitam os aspectos subjetivos da individualidade.

Nesse sentido, foram analisadas várias maneiras positivas sobre como foram encaminhadas as situações relatadas pelas professoras, todas então selecionadas para ter o fundo rosa, sendo possível ver que foram ao encontro de vários indicadores descritos na vertente emancipatória, pois todas foram acrescentando uma visão e uma linguagem positiva para o fato acontecido. Foi possível compreender como se deu a Educação Sexual na família de origem, os fatos acontecidos e como foram abordados, partindo de um olhar respeitoso perante uma sexualidade vista para além do biológico, e sim como uma dimensão humana. Validaram suas informações de forma esclarecedora, conforme destacado nos DDS DH/WAS nos itens: 9. o direito à informação; e 10. o direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora.

Assim, é possível concordar sobre a importância do diálogo emancipatório sobre Educação Sexual com crianças e adolescentes. A partir do momento que a família participa desse processo, ela poderá “[...] fornecer reflexões para que elas tenham discernimento do que é certo e errado, positivo e negativo e tenham conhecimento de medidas preventivas para promoção da saúde e do autocuidado” (GONÇALVES; FALEIRO; MALAFAIA, 2013, p. 257).

Portanto, ao analisar as respostas das docentes nos Quadros 9 e 10, é possível destacar que elas estão asseguradas pelos seguintes pontos da DDS DH/WAS: 1. o direito à igualdade e à não discriminação; 2. o direito à vida, liberdade e segurança pessoal; 3. o direito à autonomia e integridade corporal; 5. o direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção; 9. o direito à informação; 10. o direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora; 11. o direito de constituir, formalizar e dissolver casamento ou outros relacionamentos similares baseados em igualdade, com consentimento livre e absoluto.

A seguir, é preciso conhecer ainda mais sobre essas docentes participantes da pesquisa para compreender melhor como acontece a Educação Sexual na família que estruturaram.

#### 5.4 BLOCO EDUCAÇÃO SEXUAL NA FAMÍLIA QUE VOCÊ ESTRUTUROU

Neste bloco, aborda-se sobre como tem acontecido a Educação Sexual vivenciada pelas docentes junto aos componentes do seu âmbito familiar, tendo em vista a importância e o papel fundamental da Educação Sexual, seja ele no processo educativo no ambiente escolar ou familiar, pois o que neles acontece pode emancipar ou reprimir o pensamento do Ser em todas as suas dimensões.

O Quadro 11, a seguir, apresenta as respostas das docentes sobre como tem acontecido a Educação Sexual na família que estruturaram.

Quadro 11 – Educação Sexual na família que estruturou (continua)

<b>COMO VOCÊ COMPREENDE ESTAR ACONTECENDO A EDUCAÇÃO SEXUAL NA FAMÍLIA QUE VOCÊ ESTRUTUROU ATUALMENTE? DESCREVA-A</b>		
<b>PROFESSORAS</b>	<b>RESPOSTAS</b>	<b>ANO</b>
PRAIA RITA MARIA	Acontece de forma tranquila, com diálogo e respeito. Sem tabus.	2022
PRAIA DO FORTE	Não temos filhos. Mas meus sobrinhos têm muito mais liberdade em falar sobre.	2022
PRAIA DO MÜLLER	Procuo manter um diálogo aberto com minha família, respondendo aos questionamentos e abordando a sexualidade com naturalidade.	2022
PRAIA DO GARCIA	Sempre conversamos abertamente como um assunto normal, não temos tabu.	2022
PRAIA DA ARMAÇÃO	Atualmente as informações estão mais amplas e a partir daí compreendemos a importância de orientar essas crianças que convivem conosco. Orientamos em cuidar do seu corpo, prezar, identificar a ação imprópria de outras pessoas através do seu corpo, conhecer, explorar e dar liberdade de perguntar.	2022
PRAIA DO ARATACA	Temos abertura de conversarmos com primos e tios sobre assuntos da família e vistos na atualidade.	2022
PRAIA DA JOAQUINA	Super tranquila, sempre conversei com minha filha de forma esclarecedora, desde muito pequenina.	2022
PRAIA DA SINHÁ	É construída através de diálogos, maneira clara e com exemplos de que é certo ou errado.	2022
PRAIA DOS INGLESES	Procuo conversar com meus filhos, oriento como é a forma natural das coisas, que devemos ter higiene das partes íntimas, e que é gostoso sim se tocar, porém não precisa ser feito na frente dos outros... conversamos bastante de forma natural, sem mitos e tabus.	2022
PRAIA CATACANGA MIRIM	O assunto com os meus filhos sempre foi claro, aberto, sem vergonha nas falas e muitas orientações sobre o tema.	2022
PRAIA DO SANTINHO	Este assunto abordamos com naturalidade e sempre com muita conversa, sempre fui muito aberta a questionamentos, pois sei que isso fez falta na minha adolescência.	2022
PRAIA DE ITAQUI	Hoje estamos em uma relação mais saudável, onde podemos conversar e se expressar com a família sem medo, sem preconceito.	2022
PRAIA DA TIPITINGA	O diálogo sobre educação sexual é natural e, sempre que necessário, retomado para esclarecer dúvidas e dialogamos sobre possíveis questionamentos que eles tenham.	2022
PRAIA DO SINFRÔNIO	Tenho um filho e uma filha e temos uma relação muito aberta. Meus filhos foram ensinados desde muito cedo a questionar,	2022

(conclusão)

COMO VOCÊ COMPREENDE ESTAR ACONTECENDO A EDUCAÇÃO SEXUAL NA FAMÍLIA QUE VOCÊ ESTRUTUROU ATUALMENTE? DESCREVA-A				
PROFESSORAS	RESPOSTAS			ANO
	debater e formular suas convicções. E isso inclui a sensualidade. Acreditamos que gênero não define caráter e limites.			2022
PRAIA DAS FLECHEIRAS	Conversamos abertamente sobre tudo que envolve esta questão.			2022
PRAIA DE CANASVIEIRAS	Aberta, esclarecedora, com muito diálogo com meus dois filhos - 1 (uma) menina de 11 (onze) anos e 1 (um) menino de 7 (sete) anos).			2022
PRAIA DO CAMPECHE	Converso muito com minha filha, o diálogo sempre está aberto ela se sente à vontade de me procurar para perguntar qualquer coisa relacionada a sexo, sexualidade. Ela convive com o enteado do seu pai que é bissexual. Ela tem um melhor amigo transexual na escola, inclusive ele tem, né, o nome social.			2022
PRAINHA	Muito diálogo, liberdade, cuidado e respeito.			2022
PRAIA DE CANAJURÊ	Acontece de forma aberta, sempre com informação e diálogo.			2022
PRAIA DA TAPERA	Conversamos sobre o assunto de forma adequada, principalmente para a idade do meu filho.			2022
PRAIA MOLE	Procuo ter um relacionamento bem aberto com meu filho de 7 (sete) anos, dando confiança de que quando ele tiver alguma dúvida e questionamento nos procure.			2022
PRAIA DE JURERÊ	Tanto para minha mãe quanto para o meu pai, este é um assunto difícil. Somos todos adultos agora e eles ainda não têm liberdade para conversar sobre isto conosco. Não os julgo, procurei outras formas de aprender. Não é uma trajetória fácil, mas continuo a buscar recursos sobre o assunto.			2022
PRAIA DA GALHETA	De forma bem diferente, temos acesso a formas diferentes de falar sobre o assunto e uma educação mais aberta.			2022
PRAIA DO SAMBAQUI	Minha filha ainda é bebê, mas já temos conversas com ela no momento da troca de fraldas e banho. Ela já aponta algumas partes do corpo com curiosidade.			2022
PRAIA DA SAUDADE	Na família sempre deixei claro para meus filhos que ninguém podia tocar neles e se tivessem dúvida de qualquer coisa podia perguntar sem medo, e nunca deixava meus filhos ficarem na casa com ninguém.			2022
PRAIA DO MOÇAMBIQUE	Minha família atual é composta por meu marido e meu cachorro. Eu e meu marido temos uma ótima relação quanto a isto, sempre conversando e compreendendo o outro melhor.			2022
PRAIA DA DANIELA	Com meu enteado tenho conversado bastante. Afinal, já está com 15 anos. E está sendo bem tranquilo.			2022
LEGENDA				
Vertente pedagógica biológico-reprodutivista	Vertente pedagógica normativo-institucional	Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva	Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna	Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDSHD

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Foi muito alentador construir o Quadro 11 e verificar que a vertente pedagógica emancipatória de Educação Sexual prepondera nos relatos das docentes pesquisadas. Com essas manifestações, o conjunto de respostas destacadas aponta sim para o delineamento das possibilidades de construção coletiva de propostas calcadas na categoria Educação Sexual



emancipatória, aquela que expressa ser “[...] uma vertente que não desconhece como importante o profundo conhecimento do corpo e da sua dimensão sexual, sempre presente nas relações humanas, envolvidas por sentimentos, desejos, afetos” (KORNATZKI, 2013, p. 90-91).

Nesse sentido, ao ler as respostas das docentes, lembra-se um dos indicadores descritos no Quadro 2, na vertente pedagógica emancipatória de Educação Sexual: que seja crítica e reflexiva e que tenha como base a autonomia, a humanização, o diálogo e uma relação saudável e positiva com a sua sexualidade e do outro. Esse indicativo fica evidente em todas as respostas das docentes, mas há 2 (dois) registros aqui que destacam o diálogo primordial para uma relação saudável e positiva, a da Praia do Tipitinga ao relatar que “o diálogo sobre Educação Sexual é natural e sempre que necessário retomado para esclarecer dúvidas e dialogamos sobre possíveis questionamentos que eles tenham” (PRAIA DA TIPITINGA, 2022) e da Praia do Campeche, quando relata:

Converso muito com minha filha, o diálogo sempre está aberto ela se sente à vontade de me procurar para perguntar qualquer coisa relacionada a sexo, sexualidade. Ela convive com o enteado do seu pai que é bissexual. Ela tem um melhor amigo transexual na escola, inclusive ele tem, né, o nome social (PRAIA DO CAMPECHE, 2022).

Nessa relação de diálogo fica desvelado que para elas a “[...] a educação sexual é compreendida como uma dimensão da educação geral fundamental, mas quando realizada intencionalmente exige entender o ser humano na sua potencialidade para amar e desejar, em busca de relações humanas recíprocas, solidária e complementares” (KORNATZKI, 2013, p. 93). Sendo assim, essa vertente, marcada por meio das respostas das docentes, já aponta uma abertura para um diálogo emancipador diante da Educação Sexual, subsidiando a construção de um vínculo saudável e positivo na família, por meio de uma relação saudável entre eles, resultando em uma Educação Sexual na qual o sujeito possa se sentir à vontade para perguntar e responder.

Apresentam-se, a seguir, alguns fatos acontecidos e como foram encaminhados nas famílias atuais dessas docentes, versando sobre o tema Educação Sexual.

Quadro 12 – Fato acontecido atual sobre a temática neste seu espaço familiar (continua)

<b>REGISTRE ALGUM FATO ACONTECIDO ATUAL SOBRE A TEMÁTICA NESTE SEU ESPAÇO FAMILIAR E COMO FOI ENCAMINHADO</b>		
<b>PROFESSORAS</b>	<b>RESPOSTAS</b>	<b>ANO</b>
PRAIA RITA MARIA	Fui questionada pelos filhos sobre masturbação, conversamos e as dúvidas foram sanadas.	2022
PRAIA DO GARCIA	Quando meus filhos começaram a namorar, conversamos com os dois sobre o tema de forma	2022

(continuação)

<b>REGISTRE ALGUM FATO ACONTECIDO ATUAL SOBRE A TEMÁTICA NESTE SEU ESPAÇO FAMILIAR E COMO FOI ENCAMINHADO</b>		
<b>PROFESSORAS</b>	<b>RESPOSTAS</b>	<b>ANO</b>
	simples, que eles pudessem sempre que precisassem conversar estaríamos abertos para tirar dúvidas e aprender também.	2022
PRAIA DA ARMAÇÃO	Ficar pelado na frente de “estranhos” (pessoas não íntimas da família) - orientamos sobre a importância de se privar e o porquê. Afinal, são crianças de 5 (cinco) e 7 (sete) anos e estão em aprendizado, porém já se nota um entendimento e uma ação acompanhada dessa orientação dada a eles.	2022
PRAIA DA JOAQUINA	Fui chamada na escola da minha filha, na época em que ela estava no pré-escolar, pois ela chegou à escola falando o que era sexo e como os bebês eram "produzidos" para as outras amiguinhas. Segundo a diretora, ela ainda não estava na idade de aprender sobre esse assunto.	2022
PRAIA DA SINHÁ	Quando meu filho com 3 (três) anos me perguntou como era feito um bebê, expliquei de forma simples e de fácil entendimento.	2022
PRAIA DOS INGLESES	Meu filho aos 7 (sete) anos se esfregava nas coisas, almofadas etc. Expliquei que era gostoso, mas que não precisava fazer em todos os lugares o tempo todo. Podia fazer no quarto dele, no banheiro... e o cuidado para não se machucar, já que ele era pequeno	2022
PRAIA DE ITAQUI	Minha filha mais velha queria saber para que serve a camisinha, sentamo-nos e conversamos abertamente sobre o assunto, normalmente conversamos abertamente sobre assuntos sobre sexualidade em geral.	2022
PRAIA DA TIPITINGA	Não lembro de um fato atual, pois conversamos continuamente a respeito. Porém, minha filha revela sua preocupação com sua geração e a falta de cuidado das colegas com o próprio corpo e com o início precoce das relações sexuais entre adolescentes.	2022
PRAIA DO SINFRÔNIO	Minha filha aos 12 (doze) anos veio chorando conversar dizendo que achava que era lésbica. Acolhi e disse que se fosse o caso, não tem problemas. Cada um é o que é. Mas ainda era cedo para ela se definir e com o passar do tempo ela iria se descobrir. E eu sempre estaria do lado dela, lutando para que ela possa ser ela mesma e ser feliz.	2022
PRAIA DE CANASVIEIRAS	Minha filha de 11 (onze) anos ficou menstruada pela primeira vez no dia 16/11/2022 e como ela já sabia do que se tratava, reagiu naturalmente. Ela me chamou e falou: "mãe, fiquei menstruada". Foi totalmente diferente do que aconteceu comigo.	2022
PRAIA DO CAMPECHE	Minha filha de 12 (doze) anos estava andando na rua e foi abordada por um homem de cerca de 30 (trinta) anos, que fez várias perguntas: sua idade, onde mora, se tem namorado e se já transava. Fomos à polícia fazer um Boletim de Ocorrência (BO).	2022
PRAINHA	Minha filha começou a namorar, levei numa ginecologista, conversei e conversei sobre sexo, sentimento e relacionamento com ela.	2022
PRAIA DA TAPERÁ	Quando meu filho disse que havia saído da minha “pepeca”, aí expliquei que não estava errado, mas que era algo normal chamado parto normal.	2022

(conclusão)

REGISTRE ALGUM FATO ACONTECIDO ATUAL SOBRE A TEMÁTICA NESTE SEU ESPAÇO FAMILIAR E COMO FOI ENCAMINHADO				
PROFESSORAS		RESPOSTAS		ANO
PRAIA DE JURERÊ		Minha filha assumiu para mim sua bissexualidade. Ela não teve coragem de falar, então escreveu um texto. Fiquei chateada com o fato dela ter dificuldade para me contar, na verdade, na hora senti que falhei como mãe. O fato da orientação sexual não me causou espanto ou repulsa, fiquei preocupada mesmo com nossa falha de comunicação. Hoje ela namora uma menina que é bem-vinda na família toda. Tenho medo do mundo e do que elas poderão enfrentar.		2022
PRAIA DA GALHETA		Meu filho ficou com uma menina pela primeira vez, sentei-me com ele e falamos sobre o ato sexual entre homens e mulheres e sobre a prevenção de doenças.		2022
PRAIA DO SAMBAQUI		Minha filha começou a reconhecer algumas partes do corpo e aproveitamos esse momento para pedir licença, explicar quem pode tocar e por que pode tocar em suas partes íntimas.		2022
PRAIA DA SAUDADE		Acho que já respondi. Na família que construí não teve nada.		2022
PRAIA DA DANIELA		Ele me questionou por que a voz estava mudando. Expliquei que era em virtude da puberdade, da mudança das cordas vocais, dos hormônios e que ele iria perceber outras mudanças no seu corpo, e que é natural.		2022
LEGENDA				
Vertente pedagógica biológico-reprodutivista	Vertente pedagógica normativo-institucional	Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva	Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna	Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDSHD

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Ao fazer o cotejamento das respostas das docentes nesta questão em que elas trazem fatos acontecidos e como eles foram encaminhados, pôde-se perceber que elas têm conseguido avançar nos diálogos com as novas gerações numa perspectiva emancipatória. Isso porque, ao analisar o contexto de respostas como um todo, de como cada uma foi educada sexualmente, elas com coragem, confiança e transparência mostram que transitaram e ainda transitam muitas vezes na vertente biológico-reprodutivista reducionista. Mas também mostram que, ao chegar o momento de elas educarem intencionalmente sexualmente suas/seus filhas/os, dialogicamente se contrapõem e contradizem essas ideias anteriores, com o intuito de educar emancipatoriamente as novas gerações.

Sendo assim, após analisar as respostas das docentes nesta questão como sinais de esperança de mudança, como indicativos da gestação em andamento de uma vertente pedagógica emancipatória nos seios daquelas famílias, destaca-se um dos seus indicadores do Quadro 2, a saber: a compreensão ontológica da sexualidade, isto é, uma abordagem que busca

compreender a natureza básica e de suma importância da dimensão sexualidade, inseparável do existir humano. Nessa abordagem está posta a compreensão de não ser a sexualidade apenas uma mera força de procriação biológica, vai além, como um aspecto intrínseco e inerente à identidade humana, reconhecendo-se nela todos os seus aspectos e fatores biológicos, psicológicos, psicossociais, sociais e culturais.

Neste sentido, esse indicador vai ao encontro do que traz Praia do Sinfrônio ao relatar:

Minha filha aos 12 (doze) anos veio chorando conversar dizendo que achava que era lésbica. Acolhi e disse que se fosse o caso, não tem problemas. Cada um é o que é. Mas ainda era cedo para ela se definir e com o passar do tempo ela iria se descobrir. E eu sempre estaria do lado dela, lutando para que ela possa ser ela mesma e ser feliz (PRAIA DO SINFRÔNIO, 2022).

No relato, evidencia-se uma forma amorosa de acolhimento da Praia do Sinfrônio com sua filha de apenas 12 (doze) anos, que não a reprimiu e sim lhe proporcionou um diálogo humanizador, acolhedor, de uma forma que deixasse a filha tranquila.

Por fim, ao ainda observar as respostas em rosa das docentes nos Quadros 11 e 12 acima, é possível destacar que elas estão asseguradas pelos seguintes pontos trazidos na DDSDH/WAS, tais como: 1. o direito à igualdade e à não discriminação; 2. o direito à vida, liberdade e segurança pessoal; 5. o direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção; 6. o direito à privacidade; 7. o direito ao mais alto padrão de saúde atingível, inclusive de saúde sexual; com a possibilidade de experiências sexuais prazerosas, satisfatórias e seguras; 9. o direito à informação; 10. o direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora.

Foi perceber, ao final dessas reflexões sobre este bloco, que as docentes, em seus relatos que transitaram de um tempo em que o azul repressor parece estar presente em seu cotidiano ao rosa emancipatório de possibilidades de mudanças, todas demonstraram muitos avanços efetivos na sua forma de compreender e trabalhar o tema, avanços esses que são amparados pelo texto da DDSDH/WAS. A seguir, será visto como foi o processo de Educação Sexual na escola onde cada uma das docentes estudou.

## 5.5 BLOCO EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA ONDE ESTUDOU

Sabe-se da importância de se ter consciência de que também o espaço escolar é um local onde a Educação Sexual sempre está acontecendo entre as pessoas, nas suas relações sociais com o Outro no mundo, quer elas saibam ou não, queiram ou não... As pessoas sonham que possa acontecer conscientemente, intencionalmente, de forma crítica, reflexiva e emancipatória. Ainda mais que a “[...] escola é uma das instituições sociais que tem a função de possibilitar a

construção de conhecimentos condizentes com a vida. Entretanto, a família não deve delegar apenas a escola a esta função” (GONÇALVES; FALEIRO; MALAFAIA, 2013, p. 258).

Nesse sentido, ainda na busca de compreender melhor como aconteceu o processo de Educação Sexual na vida das professoras pesquisadas, apresenta-se a seguinte questão no Quadro 13, juntamente com as respostas das docentes.

Quadro 13 – Educação Sexual nas escolas onde estudou

COMO VOCÊ COMPREENDE QUE FOI A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS ONDE ESTUDOU? DESCREVA-A				
PROFESSORAS	RESPOSTAS			ANO
PRAIA DA ARMAÇÃO	Falha, porque na época não éramos orientados, nada além de como fazer sexo, o que também é importante, mas hoje entendo que não se trata disso, vendo que existem outras orientações sexuais. Também não havia orientações de como evitar um abuso ou coisa do tipo.			2022
PRAIA DA SINHÁ	Na época não se falava no assunto.			2022
PRAIA DOS INGLESES	Não se falava muito, apenas nas aulas de ciências, quando estudados os aparelhos reprodutores.			2022
PRAIA DE ITAQUI	Péssima, na minha época era um tabu falar sobre tudo que se relacionava à vida sexual.			2022
PRAIA DA TIPITINGA	Foi um diálogo básico voltado somente para o conteúdo trazido nos livros e ainda com tabus.			2022
PRAINHA	Me recordo de uma palestra sobre sexo e DST. Mas esse termo não era muito utilizado na minha época, pelo menos não dentro da escola			2022
PRAIA DO SINFRÔNIO	Voltada para as diferenças do corpo e cada gênero com suas atribuições definidas.			2022
PRAIA DO MÜLLER	Tive uma professora na 7ª série que solicitou o livro "Sexo para adolescentes" (Marta Suplicy) e que trouxe muitas informações que considero importantes para a minha formação.			2022
PRAIA DO ARATACA	Sempre tive professores que abordavam a temática e faziam esclarecimentos das dúvidas que surgiam.			2022
PRAIA DO MOÇAMBIQUE	O primeiro contato que tive com Educação Sexual foi no sétimo ano do Ensino Fundamental dois, quando uma supervisora fez uma roda de conversa na sala e deixou aberto para fazermos perguntas, independentemente de quais fossem. Foi bem interessante.			2022
LEGENDA				
Vertente pedagógica biológico-reprodutivista	Vertente pedagógica normativo-institucional	Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva	Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna	Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDSHD

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Após examinar as respostas registradas pelas professoras, torna-se perceptível que ainda surgem nelas marcas da vertente pedagógica biológico-reprodutivista, o que é compreensível pelo fato de se estar nesse movimento de transformação. No entanto, ressalta-se um dos

indicadores destacados como marca desta vertente no Quadro 2 que brota das respostas em azul: a escola não aborda uma proposta educacional ampla sobre o tema, somente requisitos biológicos e médicos. Esse indicador surge de maneira visível como uma lembrança que é também uma denúncia na resposta da Praia Tipitinga, quando ela diz que a Educação Sexual, na escola que estudou, “foi um diálogo básico voltado somente para o conteúdo trazido nos livros e ainda com tabus” (PRAIA DA TIPITINGA, 2022).

Essa abordagem relatada pela Praia da Tipitinga aponta que ela hoje percebe que na época foi educada na escola num viés de uma perspectiva biológico-reprodutivista, que, conforme Nunes (1996, p. 140). ficou marcada quando “os livros de Ciências, os cursos e as intervenções marcadamente biologistas proliferaram na década de 70 dentro das escolas [...]”, o que de fato ainda acontece na maioria das escolas esse tipo de ensino focado apenas no sistema reprodutor humano, os cuidados com as ISTs e ainda contam com “o discurso médico, matriz da interpretação biologista, reforça o mesmo discurso conservador e institucional presente até então na sociedade brasileira” (NUNES, 1996, p. 140).

Em seguida, eis que surge também uma marca no que traz a Praia do Sinfrônio que fica registrada em verde, marca da vertente pedagógica normativo-institucional, não muito comum nas respostas. Essa resposta aponta contemplar o indicador da normatização de padrões de beleza a ser seguido na sociedade para homens e mulheres. Apresenta-se como ela responde sobre a Educação Sexual que teve na escola onde estudou: “Era voltada para as diferenças do corpo e cada gênero com suas atribuições definidas” (PRAIA DO SINFRÔNIO, 2022). Essa abordagem reforça um modelo de corpo “ideal” na sociedade e um padrão normativo a ser seguido de como é ser homem e mulher na sociedade. Assim, “[...] essa vertente **divulga o ser homem como macho e superior frente à mulher, sempre apenas no papel de mãe e inferior**” (KORNATZKI, 2013, p. 87-88, grifos nossos).

Nesse sentido, é compreensível a resposta da Praia do Sinfrônio, por ser uma abordagem que ainda permanece forte atualmente e que chega às escolas quando os projetos educativos nelas preponderantes trazem essas cobranças nos cotidianos de uma maneira “dita correta, única e verdadeira” de como cada pessoa deve se comportar na sociedade.

Mas na continuação da análise, percebe-se que já se está, aos poucos, seguindo por outros caminhos pedagógicos nas escolas, os quais já buscam transformações positivas para uma Educação Sexual que liberta e emancipa os jeitos de ser e estar no mundo.

Esses caminhos em busca da transformação já vêm acontecendo e é possível identificá-los nos quadros em destaque rosa. Após observar o que registraram as docentes que foram expressões de indicadores da vertente pedagógica emancipatória, relembra-se aqui um dos mais

importantes: apresentam uma visão e uma linguagem positiva da sexualidade. Isso fica claro quando Praia do Müller diz: “Tive uma professora na 7ª série que solicitou o livro ‘Sexo para adolescentes’, da Marta Suplicy, que me trouxe muitas informações que considero importantes para a minha formação” (PRAIA DO MÜLLER, 2022).

O livro citado por Praia do Müller (2022), da autora Marta Suplicy, de 1998, aborda a temática da sexualidade humana num todo, como a orientação sexual, o respeito, entre outros aspectos que vão para além do biológico. Assim, essa abordagem apontada pela Praia do Müller mostra que a escola também já fez e faz parte desse processo de construção de um pensamento crítico, pois “[...] a escola é uma das instituições sociais que tem a função de possibilitar a construção de conhecimentos condizentes com a vida. Entretanto, a família não deve delegar apenas a escola a esta função” (GONÇALVES; FALEIRO; MALAFAIA, 2013, p. 258).

Em seguida, apresentam-se algumas situações que as docentes relatam terem vivenciado na escola e como esses fatos ocorridos foram encaminhados.

Quadro 14 – Registre algum fato acontecido sobre a temática naqueles espaços escolares e sobre como foi encaminhado (continua)

<b>REGISTRE ALGUM FATO ACONTECIDO SOBRE A TEMÁTICA NAQUELES ESPAÇOS ESCOLARES E SOBRE COMO FOI ENCAMINHADO</b>		
<b>PROFESSORAS</b>	<b>RESPOSTAS</b>	<b>ANO</b>
PRAIA DO MÜLLER	O livro provocou muito espanto para algumas famílias e houve questionamentos na escola que criticaram a proposta. Na minha família foi bem aceito.	2022
PRAIA DA ARMAÇÃO	Uso de camisinha era o mais comum nessas aulas, normalmente para os meninos.	2022
PRAIA DE ITAQUI	Uma única vez tivemos uma aula sobre como colocar a camisinha. Na época eu estava na oitava série, mas me lembro como foi constrangedora aquela aula, pois além de vir uma pessoa diferente do vínculo escolar, foi dada uma demonstração de colocar a camisinha apenas, sem uma maior explicação sobre o assunto.	2022
PRAIA DO SINFRÔNIO	Havia um menino sabiamente homossexual. Este era tratado com diferença pelos professores e não havia nenhum tipo de orientação para que ele não sofresse <i>bullying</i> . Fazer <i>bullying</i> com ele era permitido. Davam a entender que aquele não era um lugar para pessoas como ele. Conclusão: ele não terminou o quinto ano.	2022
PRAINHA	A palestra sobre educação sexual foi realizada fora da escola.	2022
PRAIA DA TIPITINGA	Diálogos sobre masturbação, quando o assunto ainda era motivo de piadas e brincadeiras entre os alunos.	2022
PRAIA MOLE	Na UFSC [Universidade Federal de Santa Catarina], lembro de uma professora nos contar que sua filha ainda na Educação Infantil foi a um passeio e ao questionar o que ela tinha mais gostado, ela disse que foi da parte do sexo. Curiosa ela questionou a menina sobre como era essa parte! A criança então respondeu: - É, mamãe eu gostei do crânio do sexo masculino e do	2022

(conclusão)

REGISTRE ALGUM FATO ACONTECIDO SOBRE A TEMÁTICA NAQUELES ESPAÇOS ESCOLARES E SOBRE COMO FOI ENCAMINHADO					
PROFESSORAS		RESPOSTAS			ANO
		crânio do sexo feminino. Vejo que a visão do adulto, com um olhar de julgamentos e com as informações que possuem, acaba criando tabus em torno da sexualidade.			2022
LEGENDA					
Vertente pedagógica biológico-reprodutivista	Vertente pedagógica normativo-institucional	Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva	Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna	Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDSHD	

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Observa-se, ao analisar o quadro, que mais uma vez preponderou a vertente pedagógica biológico-reprodutivista no trato das situações relatadas de um modo reducionista. Um dos indicadores descritos para esta vertente no Quadro 2 ficou muito evidenciado: reforçar as informações sobre as ISTs, mas com um aspecto causador de medos e não numa linha de prevenção e do direito à saúde sexual. Percebe-se que esse indicador fica explícito na fala da Praia de Itaqui, quando traz seu relato de um fato acontecido na Educação Sexual em sala de aula: “Uma única vez tivemos uma aula sobre como colocar a camisinha. Na época eu estava na oitava série, mas me lembro como foi constrangedora aquela aula, pois além de vir uma pessoa diferente do vínculo escolar, foi dada uma demonstração de colocar a camisinha apenas, sem uma maior explicação sobre o assunto” (PRAIA DE ITAQUI, 2022). Essa abordagem reforça a vertente em azul, aquela que “[...] que reduz a educação sexual às formas de prevenção e controle de doenças sexualmente transmissíveis” (KORNATZKI, 2013, p. 83).

O relato trazido pela Praia do Itaqui comprova que a vertente biológico-reprodutivista foi e ainda é muito presente no cotidiano escolar, numa abordagem que se reflete em várias pequenas atitudes nas práticas por diversos docentes, dentre os quais me incluo, inclusive muitas vezes preponderando nas áreas do componente curricular de Ciências e Biologia. Mas vale ressaltar que há “[...] vários motivos, tais como: timidez, insegurança para debater o tema, falta de preparo oriundo das lacunas de formação docente; da reprodução da repressão sexual a qual os educadores foram submetidos e até mesmo da ideia de que o tema deva ser tratado exclusivamente pela família” (GONÇALVES; FALEIRO; MALAFAIA, 2013, p. 259).

É possível destacar, nas observações dos Quadros 13 e 14, que muitas das respondentes ainda não tiveram acesso à Declaração dos Direitos Sexuais como direitos humanos, o que lhes facilitaria ter um apoio mais seguro para rever e mudar seus saberes e fazeres. Apresentam-se



a clareza e a força pedagógica de alguns itens do texto: 2. o direito à vida, liberdade e segurança pessoal; 3. o direito à autonomia e integridade corporal; 5. o direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção; 9. o direito à informação; 10. o direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora.

Verifica-se, a seguir, como as professoras compreendem o processo de Educação Sexual no seu NEIM de atuação.

## 5.6 BLOCO EDUCAÇÃO SEXUAL NO SEU NEIM

Nesta sessão, passa-se a refletir sobre as crianças que todos foram e a criança que, enquanto docentes, busca-se educar. Ainda, faz-se necessário lembrar o que pontuam Melo *et al.* (2011, p. 86), quando dizem que “todas as vertentes pedagógicas de educação sexual que estudamos perpassam cada um de nós. Assim, tais lembranças também estão presentes nas relações educacionais, seja na família ou na escola”.

Observa-se, a seguir, como essa Educação Sexual perpassa cada uma em seu espaço de trabalho, conforme demonstrado no Quadro 15.

Quadro 15 – Educação Sexual no seu NEIM (continua)

COMO VOCÊ COMPREENDE QUE É A EDUCAÇÃO SEXUAL NO SEU NEIM? DESCREVA-A		
PROFESSORAS	RESPOSTAS	ANO
PRAIA DA ARMAÇÃO	Não vejo acontecer.	2022
PRAIA DO SANTINHO	Não é trabalhado esse assunto.	2022
PRAIA DO CATACANGA MIRIM	Como trabalho com os bebês, não sei como está sendo tratado com os outros grupos.	2022
PRAIA DA GALHETA	Ainda um assunto difícil de se falar, precisamos de mais orientações e formações.	2022
PRAIA DA SAUDADE	Precisam de mais formação para tratar do assunto, principal porque o NEIM fica localizado numa comunidade cujos profissionais têm uma realidade diferente das famílias que ali são atendidas.	2022
PRAIA DO MOÇAMBIQUE	Acredito que ainda tenha bastante "preconceito" quando determinados assuntos ou momentos acontecem no NEIM, às vezes a criança que demonstrou algo é repreendida e não escutada para não ter que lidar com esse assunto.	2022
PRAIA DO FORTE	Tentamos ajudar as crianças em diálogo e propostas.	2022
PRAIA DO MÜLLER	Utilizamos banheiros coletivos, ajudamos as crianças na higiene pessoal e na troca, pedindo licença a ela para mexer em seu corpo. Agimos de forma natural, mostrando a necessidade de higiene cuidadosa e respeitosa. Mostramos as diferenças entre todos, desde cabelos, pele, corpo e sexo com histórias, conversas e brincadeiras. Orientamos que determinadas brincadeiras de bater, empurrar, beliscar, morder podem machucar e que precisamos nos respeitar. No processo de desfralde procuramos dar o tempo à criança sem forçar o processo, sem culpar a criança pelo escape, ajudando na higiene e conversando com palavras de incentivo para a continuidade, sem julgar. Não vejo nenhum profissional	2022

(conclusão)

COMO VOCÊ COMPREENDE QUE É A EDUCAÇÃO SEXUAL NO SEU NEIM? DESCREVA-A				
PROFESSORAS	RESPOSTAS			ANO
PRAIA DO MÜLLER	repreendendo nenhuma criança ou mesmo horrorizada pelas atitudes deles. É comum presenciarmos danças e letras de músicas referindo-se ao corpo, "raba", por exemplo. Entendemos que as crianças estão reproduzindo ou imitando o que vivem no meio social, apenas oportunizamos a elas outras músicas e danças, ampliando o repertório individual, dando a elas a chance de escolha. Procuramos não incentivar esse tipo de música ou dança no espaço escolar, porém não negamos algo que pertence a nossa cultura.			2022
PRAIA DO ARATACA	A curiosidade por parte das crianças em dividirem o mesmo banheiro ou as descobertas sobre o corpo.			2022
PRAIA DA SINHÁ	Através de músicas, casos que acontecem quando é conversado e explicado para os bebês e crianças bem pequenas.			2022
PRAIA DE ITAQUI	Tentamos ser o mais aberto possível com relação à sexualidade das crianças, mas acredito que precisamos de formações sobre o tema em geral.			2022
PRAIA DO SINFRÔNIO	O tema é tratado sempre que surgem questões. Todas as crianças são acolhidas e respeitadas em suas diferenças. O respeito ao corpo seu e dos colegas sempre são assuntos, questões de higiene e respeito ao espaço pessoal. Além de oportunizar experiências iguais a todas as crianças.			2022
PRAINHA	Relação de respeito.			2022
PRAIA DE JURERÊ	Superficial também. Não abordamos o assunto diretamente, mas orientamos sempre sobre o respeito ao corpo, sempre se dirigindo à criança de forma respeitosa nos momentos de cuidado (trocas de fralda, banho, ao limpar o rosto e as mãos, ao limpar o nariz...), algumas vezes conversar com as crianças maiores, de 4 (quatro), 5 (cinco) e 6 (seis) anos, sobre o fato de que crianças não namoram e por isso não podem beijar na boca.			2022
PRAIA BRAVA	Acredito que trabalhamos na conscientização de que somos diferentes, as crianças observam, principalmente no banheiro, que é coletivo. Falamos muito sobre respeito, higiene, cuidado com o corpo e limites.			2022
LEGENDA				
Vertente pedagógica biológico-reprodutivista	Vertente pedagógica normativo-institucional	Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva	Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna	Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDSHD

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Nas respostas em verde, houve algumas que apontaram para uma compreensão da não existência de uma Educação Sexual na escola: “Não vejo acontecer; não é trabalhado esse assunto; como trabalho com os bebês, não sei como está sendo tratado com os outros grupos.” Essas frases levam a lembrar o quanto também em cada pessoa, algumas vezes, ressurgem marcas de uma vertente pedagógica normativa institucional, que, nesse caso citado, deixa transparecer a força de um currículo oculto repressor sobre a temática. Essas marcas lembram também a lição, já aprendida por muitas pessoas, de que a dimensão sexualidade é inseparável do existir humano e que são educativas todas e quaisquer relações sociais existentes entre as

pessoas, relações sociais essas, portanto, sempre sexuadas. Ou seja, sempre existe Educação Sexual acontecendo na escola.

E é nessa direção que as respostas destacadas em rosa apontam, todas elas somando na busca do “esperançar” citado por Freire (1997). Encontraram-se respostas que dão indicativos de que já existem marcas de que acontece uma Educação Sexual na vertente emancipatória cuja sua abordagem passa por um transitar com a “[...] seriedade necessária, uma vez que, por meio delas, debatemos e lidamos com a questão da autonomia, da liberdade, da emancipação dos sujeitos, além de questionarmos mitos e tabus que nos cercam, propondo uma nova compreensão e um novo modo de pensar a sexualidade” (PACHECO, 2014, p. 33).

Destaca-se o desvelamento nas respostas de um dos indicadores referentes à vertente emancipatória: Educação Sexual, crítica e reflexiva que tenha como base a autonomia, humanização, diálogo, criticidade, relação saudável e positiva com a sexualidade sua e do outro. Esse indicativo vai ao encontro do que a Praia do Forte descreve como: “Tentamos ajudar as crianças em diálogo e propostas.” (PRAIA DO FORTE, 2022).

É possível observar no modo que as docentes têm trabalhado que elas têm buscado ir para além da educação individual dos sujeitos, pois também educam “[...] para formar cidadãos e cidadãs conscientes, autônomos(as) e participativos(as) das trans-formações sociais necessárias para a vivência positiva e saudável de todas as pessoas, de modo a contribuir para a extinção de comportamentos discriminatórios, violentos e repressores” (FIGUEIRÓ, 2019, p. 75).

Portanto, são marcas dessa busca esta Educação Sexual que está em todas as relações, desde o movimento de ir ao banheiro coletivo, cuidado e higiene do corpo, nas diferenças, nas trocas de fraldas, na musicalização, na abertura para os diálogos gentis sobre as curiosidades que as crianças trazem.

A seguir, no quadro abaixo, analisar-se-ão fatos acontecidos e como foram encaminhados nesses espaços de atuação docente.

Quadro 16 – Registre algum fato acontecido sobre a temática neste seu espaço profissional

(continua)

<b>REGISTRE ALGUM FATO ACONTECIDO SOBRE A TEMÁTICA NESTE SEU ESPAÇO PROFISSIONAL (UNIDADE EDUCATIVA) E COMO FOI ENCAMINHADO</b>		
<b>PROFESSORAS</b>	<b>RESPOSTAS</b>	<b>ANO</b>
PRAIA DA ARMAÇÃO	Não vejo acontecer.	2022
PRAIA DO ARATAÇA	Nada a declarar.	2022
PRAIA DOS INGLESES	Não me recordo.	2022
PRAIA DA TAPERA	Não presenciei nenhum.	2022
PRAIA DA RITA MARIA	Não sei.	2022

(continuação)

<b>REGISTRE ALGUM FATO ACONTECIDO SOBRE A TEMÁTICA NESTE SEU ESPAÇO PROFISSIONAL (UNIDADE EDUCATIVA) E COMO FOI ENCAMINHADO</b>		
<b>PROFESSORAS</b>	<b>RESPOSTAS</b>	<b>ANO</b>
PRAIA DE ITAQUI	Temos profissionais muito tradicionais ainda nas unidades, não sabendo lidar com o assunto. Acabam reprimindo em algumas situações.	2022
PRAIA DE JURERÊ	Sempre ocorrem piadas homofóbicas na sala do café, comentários sobre mulheres homossexuais, fico chateada e faço alguns questionamentos às colegas, deixando claro que estão sendo preconceituosas. Acredito que a educação sexual ensinada na creche é pouco profissional. Ainda temos professoras com medo de deixar os meninos colocarem acessórios (pulseiras, colares, maquiagem...) por considerarem que estes só correspondem ao universo feminino. Ou oferecem brinquedos diferentes a meninos e meninas, considerando sempre carrinhos para meninos e bonecas para meninas.	2022
PRAIA DE MOÇAMBIQUE	Crianças em sala queriam brincar de namorar, dando beijos e abraços, apalpando os amigos etc. Foram repreendidas e não foi realizado um trabalho de exploração do tema, seja do respeito ao seu corpo e do próximo, de entender em que momentos essas ações podem ser feitas etc.	2022
PRAIA DO MÜLLER	Já tive caso de crianças de 2 (dois) anos imitando cenas de provável relação sexual que se repetia diariamente com diversas crianças. Nas observações estava evidente que as demais crianças não sabiam do que se tratava. Chamamos a família e conversamos que essa imitação poderia vir de observações da criança em filmes, familiares, revistas etc. A criança ficava com diversos familiares e residiam numa casa com 2 (dois) cômodos. Mas ficamos somente com a conversa de alerta para a família e fomos desviando o foco da criança para outras brincadeiras ao longo do ano letivo.	2022
PRAIA DO GARCIA	Buscamos orientação, algumas palestras.	2022
PRAIA DA JOAQUINA	As crianças no grupo 6 (seis) têm muita curiosidade sobre o assunto. Temos uma menina que adora mexer no pênis de um único menino, e ele também gosta de ser tocado por ela. Vem sendo feita uma conversa com essas crianças, mostrando que o corpo é dele, e que ela não pode mexer no corpo do menino.	2022
PRAIA DO SINFRÔNIO	Em brincadeiras é comum ouvir das crianças “isso não é brinquedo de meninas” ou ao contrário. Nesses momentos sempre evidenciamos que podemos e não existem diferenças.	2022
PRAIA DAS FLECHEIRAS	Teve um caso em que a criança se vê como menina, e perante a tal o grupo teve uma palestra/conversa com psicóloga e órgãos para que pudéssemos entender e acolher essa criança, juntamente com sua família, e assim está sendo feito, de forma normal com conversas e as próprias crianças já entendem que a criança usa o seu nome social, e que ela está se conhecendo e poderá, no decorrer de sua trajetória, ir mudando ou não.	2022
PRAIA DE CANASVIEIRAS	Uma criança do G6 (nascida do sexo masculino) não se vê mais como menino e que gostaria de ser chamada de "Lívia" (nome fictício). Essa criança passou a se vestir com roupas e acessórios denominados para meninas e outras crianças começaram a questionar o porquê. Os/As profissionais de sala fizeram uma conversa com as crianças e em outros dois momentos também foi conversado com as famílias das crianças desse grupo, e para a conversa com todos/as os/as profissionais do NEIM a equipe diretiva trouxe uma psicóloga para dialogar sobre o assunto. As crianças, famílias e profissionais respeitam	2022

(conclusão)

REGISTRE ALGUM FATO ACONTECIDO SOBRE A TEMÁTICA NESTE SEU ESPAÇO PROFISSIONAL (UNIDADE EDUCATIVA) E COMO FOI ENCAMINHADO				
PROFESSORAS	RESPOSTAS			ANO
	a escolha e decisão da criança e passaram a chamá-la de “Lívia”.			2022
PRAIA DA GALHETA	No grupo 05, a descoberta do corpo está mais em evidência, a curiosidade é mais explícita. Mas também temos caso em que meninos tocam o corpo da menina sem que ela permita, tocam no “bumbum” ou apertam e dizem que é brincadeira. Trazemos o assunto para a roda em forma de história, sobre respeito com o outro, onde ninguém pode tocar, a não ser a mãe para higiene.			2022
PRAIA DA DANIELA	Recebi, no decorrer do ano, uma criança vítima de abuso sexual por parte de um familiar, o que gerou bastante preocupação. Foram realizadas algumas reuniões com a mãe no sentido de encaminhamentos e orientações, já que estava bem perdida. Já em relação à criança, muito respeito a sua não aceitação com relação a ser tocada e abraçada. Aos poucos foi percebendo que isso não machucava e acabou aceitando. Porém, permaneceu pouco tempo no NEIM.			2022
LEGENDA				
Vertente pedagógica biológico-reprodutivista	Vertente pedagógica normativo-institucional	Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva	Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna	Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDSHD

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Ao analisar as respostas das docentes no Quadro 16, verifica-se que ainda surgem algumas indicações da vertente pedagógica normativo-institucional, em verde, assim como ocorreu no Quadro 15. Aparentemente elas demonstram momentaneamente uma não consciência de que sempre existe um processo de Educação Sexual existente na escola, com suas declarações de “não terem nada a declarar ou não vejo acontecer” etc. Isso seria quase impossível de acontecer num espaço dialógico educativo permanentemente pulsante que é a educação escolar, inclusive no que se refere à Educação Sexual ali sempre existente. Momentaneamente parece ter sido uma expressão da força de um currículo oculto, calcado na vertente normativo-institucional.

Mas todas as repostas destacadas no Quadro 16 formam um sólido bloco rosa, começando por aquelas que estão em forma de denúncia de soluções não emancipatórias de muitos dos fatos relatados, denúncia que então já desvela que a respondente parte de um outro olhar, este sim emancipatório, sobre como poderia ter sido feito. Como exemplo, destaca-se aqui a resposta de Praia de Jurerê, ao colocar sua compreensão sobre um fato acontecido no seu ambiente de trabalho: “Sempre ocorrem piadas homofóbicas na sala do café, comentários sobre

mulheres homossexuais, fico chateada e faço alguns questionamentos às colegas, deixando claro que estão sendo preconceituosas”.

Acredito que a Educação Sexual ensinada na creche é ainda pouco profissional. Ainda temos professoras com medo de deixar os meninos colocarem acessórios (pulseiras, colares, maquiagem...) por considerarem que estes só correspondem ao universo feminino. Ou oferecem brinquedos diferentes a meninos e meninas, considerando sempre carrinhos para meninos e bonecas para meninas (PRAIA DE JURERÊ, 2022).

É uma reflexão que a professora faz junto às suas colegas ao registrar, fraternalmente, a existência de uma perspectiva sexista no espaço escolar, isto é, desvelando que com as falas delas estão considerando todos os comportamentos que não se enquadram na sociedade classificados como “normal”, em uma vertente reducionista são apontados um “desvio”.

Sendo assim, o que coloca Praia de Jurerê é compreensível, pois ainda acontecem diversas situações parecidas atualmente nas escolas, por estar mantido, quase como imutável, um modelo hegemônico reducionista do existir humano imperando nas práticas pedagógicas. Nesse modelo, a riqueza da diversidade é tratada como marca de desigualdade. Mas percebe-se que, assim como Praia de Jurerê já aponta com sua crítica uma contradição do ocorrido com relação a uma educação emancipatória, mostrando seu movimento em direção à mudança, as demais docentes daquela escola também vivem num mundo dialético em constante transformação, significando as possibilidades de que estejam buscando outros caminhos na esperança de mudar, assim como este pesquisador se sente também como docente sempre em formação, na busca incessante de contribuir para a construção de um mundo onde os direitos sexuais como direitos humanos sejam vividos em plenitude.

No entanto, também muitas outras respostas neste bloco puderam ser enquadradas como fortes marcas de uma vertente emancipatória, pois “[...] apontam contribuições significativas às possibilidades de trabalhar via estímulos ao exercício do pensamento crítico, na busca de uma educação sexual emancipatória” (MELO; PACHECO; FREITAS, 2020 p. 450). Nesse sentido, rememora-se um dos indicadores desta vertente citada: que se oportunize o reconhecimento do seu corpo e da sua dimensão sexual. Esse indicador vai ao encontro do que a Praia da Galheta relata: “No grupo 05 a descoberta do corpo está mais em evidência, a curiosidade é mais explícita. Mas também temos caso em que meninos tocam o corpo da menina sem que ela permita, tocam no ‘bumbum’ ou apertam e dizem que é brincadeira. Trazemos o assunto para a roda em forma de história, sobre respeito com o outro, onde ninguém pode tocar, a não ser a mãe para higiene” (PRAIA DA GALHETA, 2022).

Enfim, de modo geral, na análise que resultou no Quadro 16, diante de todas as situações citadas e de como foram os encaminhamentos e ou dados/ou sobre elas, percebe-se um aumento significativo nas marcas de esperança sobre já estar presente no cotidiano de cada NEIM uma visão do respeito necessário sobre como se envolver no trabalho de busca de construção de uma Educação Sexual emancipatória, aquela que traz a conscientização sobre a temática de uma maneira positiva e que diz não à discriminação e aos preconceitos desumanizadores. Toda essa mudança pode estar embasada nos DDSDH/WAS: 1. o direito à igualdade e à não discriminação; 9. o direito à informação; 10. o direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora, bem como os demais direitos expressos na DDSDH/WAS.

Passa-se agora a conhecer a compreensão sobre a Educação Sexual na sala referência descrita pelas docentes.

## 5.7 BLOCO EDUCAÇÃO SEXUAL NA SALA REFERÊNCIA

Para início deste diálogo, pode-se concordar com Furlani (2016, p. 87), quando diz que “se a educação formal pretende contribuir para o ‘desenvolvimento integral do indivíduo’ e para sua inserção numa vida de ‘cidadania plena’, a educação sexual é assunto que não pode ficar ausente dos currículos escolares” (grifos da autora).

Portanto, nesse momento, passa-se a refletir sobre as respostas das docentes sobre como compreendem que a Educação Sexual acontece em suas salas referência no seu cotidiano, visto que ainda, muitas vezes, a temática traz estranhezas e dificuldades em suas abordagens.

Quadro 17 – Educação Sexual na sua sala referência/cotidiano (continua)

COMO VOCÊ COMPREENDE QUE É A EDUCAÇÃO SEXUAL NA SUA SALA REFERÊNCIA/COTIDIANO? DESCREVA-A		
PROFESSORAS	RESPOSTAS	ANO
PRAIA RITA MARIA	Não abordamos ainda, pois não demonstraram interesse.	2022
PRAIA DO SANTINHO	Não é abordada.	2022
PRAIA DA TAPERA	Não tem ainda por serem bebês.	2022
PRAIA DO MOÇAMBIQUE	Não foi muito discutida este ano.	2022
PRAIA DO MÜLLER	Abordamos o tema quando trazemos ao cotidiano o cuidado com o corpo, a higiene, as diferenças, o uso da roupa adequada ao clima, o desfralde tranquilo e natural no tempo da criança, na troca respeitosa, no alerta para quem e onde o adulto pode mexer no corpo da criança.	2022
PRAIA DO GARCIA	Sempre conversamos algo referente ao que a criança pergunta, dando o nome correto.	2022
PRAIA DA ARMAÇÃO	Através das trocas de roupas, uso do banheiro, respeitar os colegas no que se diz a respeito ao corpo.	2022
PRAIA DO ARATACA	Diálogos sobre o respeito ao corpo e o cuidado com os outros.	2022

(conclusão)

COMO VOCÊ COMPREENDE QUE É A EDUCAÇÃO SEXUAL NA SUA SALA REFERÊNCIA/COTIDIANO? DESCREVA-A				
PROFESSORAS	RESPOSTAS	ANO		
PRAIA DA SINHÁ	São muito bebês então cantamos ensinando a eles as partes do seu corpo e sempre que precisamos tocar neles, pedimos licença e explicamos o que vamos fazer nele.	2022		
PRAIA DO GRAVATÁ	Inicia-se com o desfralde.	2022		
PRAIA CATACANGA MIRIM	É tratar o bebê com cuidado porque eles ainda não falam na sua maioria.	2022		
PRAIA DA TIPITINGA	Ações de cuidado com o corpo.	2022		
PRAIA DO SINFRÔNIO	Procuramos desnaturalizar estereótipos do que é feminino ou masculino, que já se manifestam brincadeiras. Estereótipos que limitam experiências ou vivências de acordo com gênero e podem prejudicar o desenvolvimento de habilidades. E fatores físicos, como o respeito a seu corpo e ao dos colegas.	2022		
PRAIA DE CANASVIEIRAS	É trabalhada de forma tranquila, respeitosa e quando as crianças questionam algo sobre o assunto, esclarecemos e tentamos falar de uma maneira que as crianças entendam e que sejam atendidas em suas dúvidas e curiosidades.	2022		
PRAINHA	Relação de respeito sempre e diálogo quando necessário.	2022		
PRAIA DO CAMPECHE	Tento respeitar o que as crianças trazem.	2022		
PRAIA BRAVA	Acredito que trabalhamos na conscientização que somos diferentes, as crianças observam, principalmente no banheiro, que é coletivo. Falamos muito sobre respeito, higiene, cuidado com o corpo e limites.	2022		
PRAIA DA GALHETA	Eles gostam de ficar no banheiro se observando, meninas, meninos e algumas vezes se tocam, trocando carícias ou fazem perguntas sobre o corpo dos colegas ou trazem algum fato que observam na brincadeira entre os colegas.	2022		
LEGENDA				
Vertente pedagógica biológico-reprodutivista	Vertente pedagógica normativo-institucional	Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva	Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna	Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDSHD

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Nesse quadro, foi possível ainda encontrar respostas em verde, remanescentes de uma vertente normativo-institucional, já desvelada em quadros anteriores, em que prevaleceu, no momento de algumas respostas, uma norma própria de um currículo oculto repressor, que favorece a não observância sobre sempre estar ocorrendo Educação Sexual nas escolas. Lembra-se que a Educação Sexual “[...] acontece na escola por meio de um currículo oculto embora esteja sempre sendo vivenciada no cotidiano escolar. Quase sempre tal currículo não é desvelado e muitas vezes, não é nem percebido” (MELO *et al.*, 2011, p. 60). Portanto, a todo momento, “[...] saibamos ou não, queiramos ou não [...]” (MELO *et al.*, 2011, p. 60), a Educação Sexual acontece por meio das trocas das relações entre os pares, o eu e o outro, as



relações que trocam vivências criança-criança, professor/a-criança, pois todos são seres sexuados.

Esta não observância desse processo pulsante de Educação Sexual existente sempre nas escolas será facilmente superada com cursos de formação continuada crítico-reflexivos calcados na DDSDH/WAS. Cabe enfatizar que esses cursos são um direito das/os profissionais da educação.

Em seguida, nas análises das respostas categorizadas como vertente emancipatória, é possível refletir positivamente mais uma vez sobre a assertividade de um indicador destacado como marca dessa vertente: ser marca de uma Educação Sexual crítica e reflexiva e que tenha como base a autonomia, a humanização, o diálogo, a relação saudável e positiva com a sexualidade sua e do outro. Isso é base do que pontua Praia Brava ao dizer: “Acredito que trabalhamos na conscientização que somos diferentes, as crianças observam, principalmente no banheiro, que é coletivo. Falamos muito sobre respeito, higiene, cuidado com o corpo e limites” (PRAIA BRAVA, 2022).

No que tange às falas das professoras, pode-se observar que a Educação Sexual acontece de forma serena e sensível em diversas formas e em vários momentos, sem tabus, sem preconceitos, com abertura para diálogos gentis para que as crianças compreendam tudo aquilo que elas trazem na forma de curiosidade. Não há repreensão no que pensam ou falam, há diálogos reflexivos “[...] em busca de fornecer-lhes informações adequadas sobre o corpo, cuidado, saúde, mas observando essa dimensão humana na sua plenitude, ou seja, como também dimensão construída social e historicamente” (KORNATZKI, 2013, p. 91).

A seguir, o quadro abaixo traz alguns relatos de fatos acontecidos sobre a temática no cotidiano da sala referência de cada uma e como ela lidou com a questão.

Quadro 18 – Fato acontecido sobre a temática no cotidiano de sua sala referência e como você lidou com a questão (continua)

<b>REGISTRE ALGUM FATO ACONTECIDO SOBRE A TEMÁTICA NO COTIDIANO DE SUA SALA REFERÊNCIA E COMO VOCÊ LIDOU COM A QUESTÃO</b>		
<b>PROFESSORAS</b>	<b>RESPOSTAS</b>	<b>ANO</b>
PRAIA DA SINHÁ	Na inserção da criança pedimos à família que troque a fralda da criança e nós ficamos próximo para que a criança perceba que a família permite que fiquemos com ela para realizar a higiene da criança. Assim a criança se sente segura.	2022
PRAIA DE ITAQUI	Em uma interação com as crianças estávamos com várias materialidades, como tinta facial, tinta de cabelo, esmaltes, fantasias, não separamos gêneros, então um menino colocou um vestido de princesa e quis pintar as unhas, assim fizemos, porém o pai da criança não gostou da nossa atitude. Ao conversar com o pai, ele disse que o filho dele não era menina	2022

(conclusão)

<b>REGISTRE ALGUM FATO ACONTECIDO SOBRE A TEMÁTICA NO COTIDIANO DE SUA SALA REFERÊNCIA E COMO VOCÊ LIDOU COM A QUESTÃO</b>				
PROFESSORAS		RESPOSTAS		ANO
		para usar aquelas coisas. Explicamos sobre a sexualidade dentro do que conhecemos, mas senti não estar preparada para lidar com o preconceito dos adultos, sendo que as crianças estavam brincando sem a maldade que estava na mente desse pai.		
PRAIA DO SINFRÔNIO		Em brincadeira de casinha na sala um menino queria participar, mas recebeu uma resposta negativa das meninas: Isso é brincadeira de meninas! E os outros meninos riram dele e falaram coisas como mulherzinha. Fiz uma intervenção, afirmando que os homens moram em casa, ajudam na arrumação, nos cuidados com os filhos, entre outras coisas e desta forma também os meninos podem brincar de casinha, exercendo diferentes papéis. Logo as crianças passaram a compartilhar essa brincadeira.		2022
PRAIA DE CANASVIEIRAS		Uma menina do meu grupo foi ao banheiro e lá estava "Lívia" (já mencionado como nome fictício) com as duas portas fechadas do banheiro e não deixava a menina entrar. A menina veio até a mim, professora dela, relatando-me que tinha uma menina no banheiro que não a estava deixando entrar e pediu minha ajuda para mediar. Fui até lá e quando vi "Lívia" atrás da porta, meio ressabiada, perguntei por que não estava deixando a colega entrar ao banheiro. "Lívia" falou que a colega ficava olhando para ela e que não queria que ela ficasse olhando. Então falei para "Lívia" usar o vaso sanitário o qual tinha uma porta e que assim ela poderia ficar mais à vontade e tranquila para fazer suas necessidades. E assim foi o que aconteceu e a outra menina usou o vaso sanitário ao lado, sem a porta.		2022
PRAIA MOLE		No banheiro é um espaço em que mais percebemos essas curiosidades. Procuramos acompanhar as crianças e orientar, caso tenham questionamentos.		2022
PRAIA DE JURERÊ		No meu grupo uma criança estava insistindo em beijar na boca das outras. Fizemos uma roda de conversa e o fato se acalmou um pouco. Eles brincam bastante representando as relações familiares e nesses momentos conversamos sobre os limites de cada um.		2022
PRAIA BRAVA		Quando estão se tocando, tirar o foco e quando perguntam, tentar esclarecer da melhor forma.		2022
PRAIA DA GALHETA		É muito comum eles ficarem se observando no momento do banheiro, olhando o pênis, ou um menino falar do tamanho do seu pênis em relação ao outro. Lido com naturalidade.		2022
PRAIA DE SAMBAQUI		Meninos e meninas indo ao banheiro e baixando a calça para mostrar suas partes íntimas, e um dando risada do outro. Trouxe algumas músicas e conversa sobre o cuidado com o seu corpo e o respeito com o corpo do outro. Mas não fomos a fundo nesse trabalho.		2022
LEGENDA				
Vertente pedagógica biológico-reprodutivista	Vertente pedagógica normativo-institucional	Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva	Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna	Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDSHD

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Diante da qualidade emancipatória do que foi exposto nas respostas, relembra-se que todas as destacadas apontam coadunarem com um dos indicadores da vertente emancipatória, ou seja, trazem uma visão e uma linguagem positiva da sexualidade. Os relatos descritos pelas docentes transitam calcados na informação científica sobre a sexualidade, por meio de uma linguagem positiva e não repressora, como conta Praia do Sambaqui, sobre ter feito uma mediação sensível com as crianças frente ao fato relatado de “meninos e meninas indo ao banheiro e baixando a calça para mostrar suas partes íntimas, dando risadas uns dos outros. Trouxe algumas músicas e conversa sobre o cuidado com o seu corpo e o respeito com o corpo do outro. Mas não fomos a fundo nesse trabalho” (PRAIA DO SAMBAQUI, 2022).

Todas as docentes tiveram posturas sensibilizadoras e humanísticas ao encaminhar cada situação. Não houve em seus relatos represálias, todas deram às crianças o direito à informação, a liberdade de perguntar, não discriminaram qualquer atitude. Portanto, houve uma Educação Sexual esclarecedora. Assim, mostraram essas docentes saberes expressos em fazeres que asseguram os DDSDH/WAS nos seguintes itens: 1. o direito à igualdade e à não discriminação; 2. o direito à vida, liberdade e segurança pessoal; 9. o direito à informação; 10. o direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora.

Em seguida, apresenta-se o quadro sobre a formação continuada das docentes e seus desdobramentos diante da Educação Sexual.

## 5.8 BLOCO FORMAÇÃO DOCENTE E A EDUCAÇÃO SEXUAL

Nesse momento da análise, passa-se a dialogar com as respostas das docentes sobre a formação continuada voltada para a temática aqui abordada. Concorde-se que a formação continuada, assim como pontua Imbernón (2010), é um ambiente, um momento rico de aprendizagens para as/os educadoras/es, possibilitando que possam refletir sobre suas ações, levando em consideração o contexto em que estão inseridos, diante das transformações nas políticas públicas vigentes e seus reflexos na sua etapa de vida - e nela em seu trabalho, bem como seus impactos na educação, assim como em suas abordagens pedagógicas.

Desse modo, como a pesquisa foi voltada para o público de docentes que atuam em NEIM em Florianópolis, mais especificamente na sua região continental, é interessante destacar que

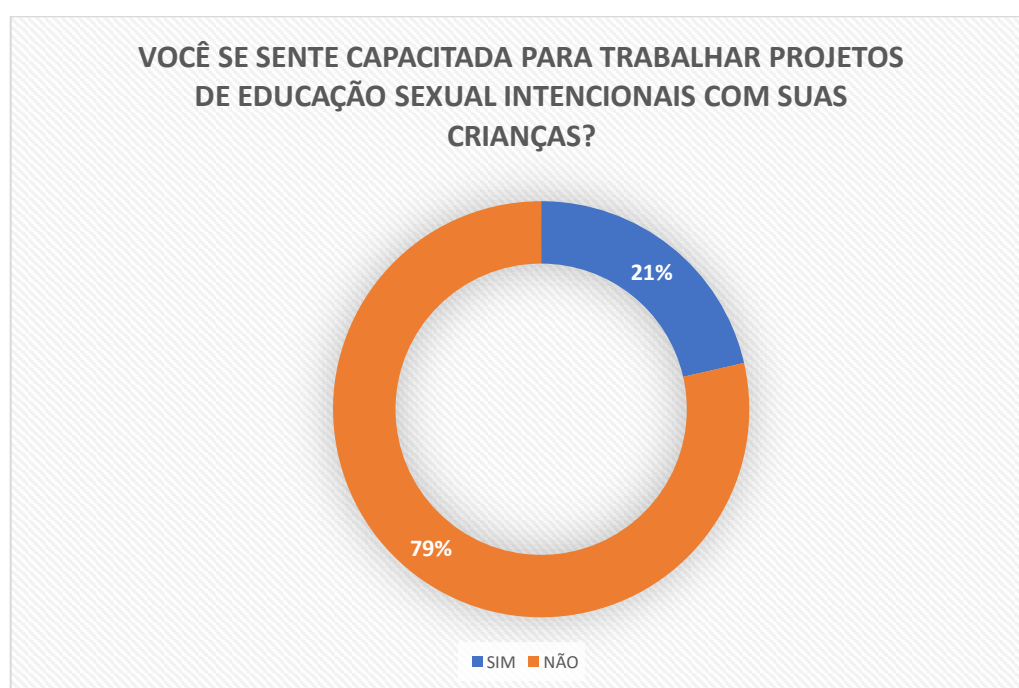
**a formação continuada dos/das profissionais da educação** que atuam na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF) **é parte integrante e essencial no processo de mudanças e inovação das práticas pedagógicas**, bem como, no

enfrentamento dos desafios no campo da educação na atualidade (ZANELA; BARCELOS, 2016, p. 15, grifos nossos).

É sabido que a Rede Municipal de Ensino de Florianópolis tem investido nas formações continuadas e formações descentralizadas<sup>27</sup> das/os docentes e garantido a “[...]organização geral, em termos de tempos e espaços formativos, recursos financeiros, consultorias externas, publicação de documentos, realização de eventos, dentre outros, para que o processo formativo seja desenvolvido (ZANELA; BARCELOS, 2016, p. 15). Nesse sentido, por mais que existam diversos investimentos em formações, materiais, temáticas, ressalta-se que ainda há ausências de formações em Florianópolis em “[...] temáticas diversificadas que a rigor, não costumam estar presentes em programas de formação que se voltam para professores da infância, quais sejam: primeiros socorros, sexualidade infantil” (JESUS MIORANZA, 2019, p. 125).

A seguir, é possível observar se as docentes da Educação Infantil se sentem capacitadas para trabalhar projetos de Educação Sexual intencionais com as crianças.

Gráfico 13 – Você se sente capacitada para trabalhar projetos de Educação Sexual intencionais com suas crianças?



Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Diante da imagem do Gráfico 13 acima, fica explícito que 79% (sete e nove por cento), equivalente a 23 (vinte e três) professoras, informam não, isto é, não se sentem capacitadas em

<sup>27</sup> Formação descentralizada é aquela que é planejada e organizada pela unidade educativa.

trabalhar com projetos intencionais sobre Educação Sexual. Já os demais 21% (vinte e um por cento), que totalizam 6 (seis) professoras, apontam se sentirem preparadas. É visível que as professoras colocam não estarem preparadas, por ter a visão que não tiveram uma formação sólida na área da Educação Sexual, agravada pelo fato de que fica evidente também que muitas delas não têm claro que a Educação Sexual acontece a todo momento, seja ela planejada ou não, como já destacado por Nunes (1996) e Melo *et al.* (2011) que todas/os nós somos educadoras/es sexuais uns dos outros, mesmo não tendo consciência plena disto e que os processos de Educação Sexual acontecem a todos os momentos em todos os espaços educativos.

A seguir, dando continuidade à compreensão das docentes se elas se sentem capacitadas para trabalhar projetos de Educação Sexual, destacam-se algumas respostas no Quadro 19.

Quadro 19 – Caso a resposta seja Sim, dê exemplos de algumas práticas pedagógicas que você já utilizou

<b>CASO A RESPOSTA SEJA SIM, DÊ EXEMPLOS DE ALGUMAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE VOCÊ JÁ UTILIZOU</b>				
PROFESSORAS		RESPOSTAS		ANO
PRAIA RITA MARIA		Respeito ao corpo, nomenclatura correta das partes íntimas.		2022
PRAIA DA SINHÁ		Músicas que falem das partes do corpo, usando imagens e vídeos de crianças.		2022
PRAIA DOS INGLESES		Cuidados com as genitais. Nossas genitais estão bem protegidas por isso usamos duas roupas nela, calcinha/cueca mais a calça. Não podemos deixar o amigo colocar a mão.		2022
PRAIA CATACANGA MIRIM		Como sou psicóloga e sempre trabalhei com a faixa etária de 5 (cinco)/6 (seis) anos, eu passava vídeo infantil sobre cuidar do seu corpo, não se deixar manipular.		2022
PRAIA DO SINFRÔNIO		Confeccionamos um boneco no tamanho das crianças, inicialmente usamos o termo ser humano. Falamos dos órgãos comuns sem definir o sexo. Somente após essa etapa perguntei se este ser humano era uma menina ou um menino. Obtive a resposta que queria, ou seja, que essas características são iguais para os dois gêneros e suas funcionalidades são iguais.		2022
LEGENDA				
Vertente pedagógica biológico-reprodutivista	Vertente pedagógica normativo-institucional	Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva	Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna	Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDSHD

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Após observar o que as docentes que responderam sim e deram exemplos significativos de suas práticas pedagógicas utilizadas em sua sala referência com as crianças, pode-se notar que preponderavam práticas pautadas na vertente pedagógica emancipatória, pois todas as

atitudes tomadas demonstraram ter sido realizadas por meio de um diálogo respeitoso. Essas práticas, realizadas numa abordagem serena e sensível, expressam que as docentes trabalham com conhecimentos emancipatórios sobre o corpo e sua dimensão sexual envolvendo sempre as relações humanas de afetos, sentimentos (KORNATZKI, 2013).

Ainda, como pontua Pacheco (2020, p. 58, grifo da autora), os docentes de crianças precisam “[...] refletir sobre o processo de tornarmo-nos ‘educadores sexuais intencionais’ na perspectiva de uma educação sexual emancipatória, uma vez que a tarefa da educação sexual intencional é uma atribuição fundamental a ser resgatada pelos educadores”.

Nessa direção, é importante enfatizar um dos indicadores emancipatórios: o de que oportunize o reconhecimento do seu corpo e da sua dimensão sexual. Esse indicador ilumina o que todas as docentes do quadro acima descreveram, como, por exemplo, o registro de Praia do Sinfrônio (2022), de que confecciona bonecos do tamanho das crianças para trabalhar o aspecto das nomenclaturas do corpo. Também cabe ressaltar a resposta de Praia da Sinhá, quando diz que as práticas podem ser “músicas que falem das partes do corpo, usando imagens e vídeos de crianças” (PRAIA DA SINHÁ, 2022). Vale destacar que será emancipatória se as letras das músicas contemplarem todas as partes do corpo. Pode-se então ver que há diversas práticas que asseguram de forma crítica e reflexiva, por meio do diálogo sensível e adequado a cada faixa etária, as possibilidades de estar em gestação uma Educação Sexual que dá o direito à informação; o direito a uma Educação Sexual esclarecedora, como são pontuadas na DDS DH/WAS.

Também foi possível registrar e observar diversas formas como as docentes lidam com suas práticas pedagógicas voltadas a uma Educação Sexual emancipatórias, sejam elas planejadas ou não, pois, conforme salientam Melo e Mendes (2023, p. 154), elas fazem

pensar a sexualidade das crianças como uma dimensão inseparável do existir humano, considerando o que é comum na infância e nas crianças, permite-nos perceber e ratificar a importância de também sabermos o que as crianças pensam sobre a sexualidade, seus corpos, suas curiosidades e questionamentos, bem como é importante também identificar junto das crianças sua imaginação, suas fantasias e descobertas sobre essa temática.

Portanto, é preciso reforçar a compreensão da dimensão sexualidade ser inseparável do existir humano, pois só assim será possível ter um olhar atento sobre o fato inquestionável de que todas/os são educadoras/es sexuais uns dos outros. Vive-se em um mundo possível de transformações, pois humanos constroem conhecimentos e humanos podem transformar aqueles que são desumanizadores.

Vive-se neste mundo, portanto se está em processo de transformação a todo momento; por mais que se tenha tido uma Educação Sexual repressora, com todos aqueles indicadores registrados no Quadro 2 como marcas de repressão, não se pode repassá-la às crianças sob pena de se estar colaborando com uma deseducação que desumaniza e aliena as pessoas, inclusive sobre seus direitos à plenitude de desenvolvimento em todas as dimensões que compõem cada Ser. Há que respeitá-los como sujeito de direitos que são, desde o seu nascimento, assim como registrado pelas docentes que dizem estar preparadas, e de fato o estão, pelos relatos de terem realizado ricos diálogos reflexivos com suas crianças no que tange a acontecimentos com interfaces com a temática da sexualidade. Com muita alegria pela beleza das respostas, observa-se que as docentes já apontam para uma Educação Sexual que é assegurada na DDS/DH/WAS, destacadamente nos seus itens 9. o direito à informação e 10. o direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora.

Mas também há que refletir profundamente sobre o alerta exposto pelas docentes que responderam NÃO, pois não se sentem capacitadas a trabalhar projetos intencionais de Educação Sexual, conforme o quadro a seguir:

Quadro 20 – Não, explique o porquê (continua)

<b>SE SUA RESPOSTA FOI NÃO, EXPLIQUE O PORQUÊ</b>		
<b>PROFESSORAS</b>	<b>RESPOSTAS</b>	<b>ANO</b>
PRAIA DO FORTE	São muitas perguntas e questionamentos. Não sei se daria conta de ser clara sem ser grosseira e ou direta demais. Também tem a questão das famílias, nem todas aceitam.	2022
PRAIA DO MÜLLER	Acho o tema sensível e toda turma que assumo traz indicativos de temas e necessidades para abordagem. Penso que se necessário estudaria e buscaria mais informações para desenvolver o trabalho de forma mais específica. Acredito que no dia a dia o tema já se faz presente e é parte do currículo da Educação Infantil o cuidar e educar.	2022
PRAIA DO GARCIA	Porque falta conhecer, estudar, se aprofundar mais em temas sobre o assunto.	2022
PRAIA DA ARMAÇÃO	Não vejo formação suficiente. Há muitos tabus ainda sobre o assunto, muitas pessoas têm preconceito. Não conseguem enxergar além do assunto e por isso não aplicam.	2022
PRAIA DO ARATACA	Falta de estratégias ou meios de direcionar propostas que envolvam as temáticas.	2022
PRAIA DA JOAQUINA	Precisamos ter um pouco mais de preparo e leitura sobre o assunto. Acabamos nos atualizando sobre outros assuntos que no momento demandam mais atenção.	2022
PRAIA DO GRAVATÁ	É preciso formação no tema.	2022
PRAIA DO SANTINHO	Porque vejo que este assunto é bastante e delicado e amplo e necessita de pesquisas.	2022

(conclusão)

<b>SE SUA RESPOSTA FOI NÃO, EXPLIQUE O PORQUÊ</b>		
<b>PROFESSORAS</b>	<b>RESPOSTAS</b>	<b>ANO</b>
PRAIA DE ITAQUI	Não me sinto preparada, o ideal seria ter cursos de preparação sobre o assunto.	2022
PRAIA DA TIPITINGA	Esta é uma temática que precisamos estudar mais para nosso conhecimento ampliar e discutir essas ações.	2022
PRAIA DAS FLECHEIRAS	Penso que, pela minha trajetória, meu conhecimento e formação são rasos demais, preciso de formação para poder com propriedade entrar na questão.	2022
PRAIA DE CANASVIEIRAS	Acredito ser um tema muito complexo para mim. Necessito de uma formação continuada muito bem embasada para poder contemplar em minha prática pedagógica.	2022
PRAIA DO CAMPECHE	Porque me sinto insegura de como encaminhar algumas questões.	2022
PRAINHA	É preciso buscar mais informações e trabalhar de acordo como o projeto político-pedagógico da instituição.	2022
PRAIA DE CANAJURÊ	Falta de conhecimento.	2022
PRAIA DA TAPERÁ	Não sei no momento	2022
PRAIA MOLE	Acredito que na Educação Infantil precisamos ter um cuidado maior nas abordagens, por isso nossa formação deve ser bem embasada.	2022
PRAIA DE JURERÊ	Preciso pesquisar mais sobre, principalmente sobre como explicaria esta temática às famílias.	2022
PRAIA BRAVA	Acho que temos que ter preparo, material e formação para lidar com esse assunto que deve ser abordado com cuidado.	2022
PRAIA DA GALHETA	Porque não me sinto preparada para argumentar com as famílias e também os termos certos com as crianças.	2022
PRAIA DA SAUDADE	Por ser um assunto delicado, porque conforme pode ser falado e a criança leva o assunto para casa a família não compreende que aquele assunto é de forma pedagógica. E às vezes o profissional não tem respaldo da supervisão e nem da direção.	2022
PRAIA DA DANIELA	Embora tenha ido atrás de aperfeiçoamentos na área, sempre irão surgir situações novas que exigirão de nós posturas adequadas.	2022

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

No quadro acima, optou-se por não aplicar cores de acordo com os indicadores, já que as respostas se apresentam como um entrelaçamento das vertentes nos registros feitos pelas docentes. Esse fato se mostra importante para aprofundar as análises do material.

Nota-se que ainda é preciso, cada vez mais, intensificar as formações intencionais numa perspectiva emancipatória para que as/os docentes possam refletir sobre suas práticas pedagógicas, nelas incluídas a temática Educação Sexual. Mesmo porque, como alertam Melo e Mendes (2023), a temática Educação Sexual não é uma temática recente na área da educação.

Ao ler as respostas acima, pode-se perceber nos escritos, que as docentes não se sentem preparadas para abordar a temática que envolva Educação Sexual nos espaços escolares, na Educação Infantil. Muitas docentes, como Praia da Armação, Praia da Joaquina, Praia do



Gravatá, Praia das Flecheiras, Praia de Canasvieiras, Praia Mole e Praia Brava (2022), apontam não se sentirem confortáveis em abordar essa temática por falta de formação continuada que lhes dê uma base mais sólida de um estudo voltados especificamente para as necessidades delas em suas práticas pedagógicas com as crianças. Oliveira e Prado (2020, p. 15) esclarecem que “[...] se as docentes pudessem se apropriar dos conhecimentos em educação sexual, seriam capazes de se unir coletivamente e lutar pela manutenção e aperfeiçoamento dos processos pedagógicos com a educação sexual na Educação Infantil”.

E nessa direção de contribuir como um apoio na elaboração de projetos intencionais de formação continuada que partam de um sólido diagnóstico da realidade dessas professoras, no que tange à forma como compreendem a questão na totalidade e do que precisam como conteúdo dos cursos específicos, passa-se, a seguir, a tratar do bloco sobre a compreensão das docentes sobre um exercício que lhes é proposto.

## 5.9 BLOCO EXERCÍCIO DE COMPREENSÃO/LEVANTAMENTO DE POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

Como é possível observar, o Gráfico 14 apresenta o texto de um exercício que era uma questão específica no questionário e, abaixo, mostra como legenda as alternativas que estavam disponíveis para serem assinaladas pelas professoras.

Gráfico 14 – Exercício de compreensão



Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Apresentam-se as reflexões sobre o gráfico acima com muita alegria pelo fato de que todas as respostas demonstram já ser a compreensão das docentes acerca de uma expressão positiva de que “[...] toda criança é um ser sexuado, que tem desejos, sente prazer e manifesta de alguma forma, ou de muitas formas esse sentimento” (CARVALHO; RAUPP; SANTOS, 2014, p. 93). Todas as respondentes marcaram que tratariam a situação com serenidade, convidando os meninos a retornarem ao grupo e inseriram nos seus planejamentos o tema do conhecimento do corpo humano e com metodologias adequadas à idade.

Na visão dessas docentes, deve-se tratar a situação com serenidade, pois acreditam que reprimir não seria a solução, visto que dessa maneira não haveria mudanças. Para uma mudança real é preciso de diálogo. Esse diálogo coaduna com o pensamento de Freire (1983, p. 28), quando diz que “ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade”, é ser fundamentado no respeito recíproco e sem manipulação. O ser dialógico pode otimizar um engajamento na busca da transformação da realidade. Nesse sentido, foi o que as docentes proporcionaram às suas crianças em lindos momentos de diálogo, trazendo depois a situação para um planejamento intencional voltado para o ocorrido.

Portanto, como pontuam Silva e Pereira (2023), as/os educadoras/es precisam estar prontos para desenvolverem trabalhos pedagógicos intencionais

[...] referentes à sexualidade e à diversidade na escola, para que possa[m] lidar com as questões que surgem no cotidiano escolar com segurança e assertividade, trabalhando não apenas com as crianças, mas também com as famílias, permitindo, desse modo, desconstruir barreiras a partir do respeito, abrindo espaço para a diversidade (SILVA; PEREIRA, 2023, p. 175)

A seguir, o Quadro 21 apresenta as justificativas que as professoras trazem a respeito da situação-problema.

Quadro 21 – Justificando a resposta/Exercício da compreensão (continua)

<b>JUSTIFICATIVAS DA RESPOSTA DA QUESTÃO DO GRÁFICO 14 - EXERCÍCIO DA COMPREENSÃO</b>		
<b>PROFESSORAS</b>	<b>RESPOSTAS</b>	<b>ANO</b>
PRAIA RITA MARIA	Trabalhar o assunto de forma lúdica.	2022
PRAIA DO FORTE	Procurar não constranger e nem criar bloqueios.	2022
PRAIA DO MÜLLER	As crianças estão descobrindo o seu corpo e perceberam mais uma parte dele. Não há necessidade de repreender ou chamar a família para criar uma situação desnecessária e sem fundamento. As crianças imitam, descobrem, exploram, pesquisam e sua curiosidade se dissolve com a chegada de novas descobertas. Penso que devemos tratar casos persistentes e específicos, geralmente associados à violência doméstica com ajuda de profissionais especializados.	2022
PRAIA DO GARCIA	Primeiro é tirar o foco, pois a criança não está fazendo por malícia, depois mostrar para o grupo, se for o caso, meninas	2022

(continuação)

<b>JUSTIFICATIVAS DA RESPOSTA DA QUESTÃO DO GRÁFICO 14 - EXERCÍCIO DA COMPREENSÃO</b>		
<b>PROFESSORAS</b>	<b>RESPOSTAS</b>	<b>ANO</b>
	têm vulva (vagina), meninos têm pênis, e ninguém precisa estar mostrando ou pegando no corpo do outro. Não mostrar que é feio, não pode fazer isso, ou fazer escândalo ou dar punição. Sempre conversar e explicar.	
PRAIA DA ARMAÇÃO	Não vejo a forma de punição como a correta e muito menos a preconceituosa. Só porque duas crianças estavam descobrindo seu corpo e gerando curiosidades, não devemos limitá-las a rótulos. Nosso dever é orientar e sanar dúvidas. A forma que entregamos isso para a família também gera paradigmas sobre um assunto tão lutado.	2022
PRAIA DO ARATACA	Acredito que, além do assunto abordado em sala, a conscientização das famílias sobre dos trabalhos que vêm sendo realizados em sala é importante para que se compreenda a importância desses assuntos.	2022
PRAIA DA JOAQUINA	Precisamos sempre ter calma quando acontece algo assim. As crianças não precisam ser sentir constrangidas e achar que aquele ato é algo perigoso, ou punitivo.	2022
PRAIA DA SINHÁ	Se foi na escola que ela observou a situação, ela deve planejar e com ajuda da família buscar, de maneira fácil de entender, explicar às crianças as partes do corpo e que o corpo é nosso e que ninguém pode tocar.	2022
PRAIA DOS INGLESES	Exatamente assim: digo que cada um tem o seu corpo e que não precisa mexer no do amigo. Mas sem brigar.	2022
PRAIA DO GRAVATÁ	Das opções é a mais sensata.	2022
PRAIA CATACANGA MIRIM	As crianças precisam conhecer o tema no momento certo.	2022
PRAIA DO SANTINHO	Porque é a mais conveniente.	2022
PRAIA DE ITAQUI	Normalmente a descoberta do seu próprio corpo chega na infância, sendo assim precisam ser trabalhadas essas questões da melhor forma possível, sem causar traumas ou danos na vida emocional da criança.	2022
PRAIA DA TIPITINGA	As crianças precisam aprender sobre o próprio corpo, conhecendo é possível cuidar e prevenir equívocos.	2022
PRAIA DO SINFRÔNIO	A curiosidade natural infantil sobre o seu corpo e o dos outros não deve ser motivo para represália e sim ponto de partida para inserir novos conhecimentos.	2022
PRAIA DAS FLECHEIRAS	É um tema que é preciso ser trabalhado no dia a dia, mas para isso a calma necessária, indo atrás de leituras/estudar e na sequência já colocar no planejamento, para além precisamos até começar a trabalhar mesmo antes de aparecer, porém volto a repetir, precisamos estudo e formação.	2022
PRAIA DE CANASVIEIRAS	Iria planejar um projeto com o tema para que as crianças pudessem conhecer melhor o seu próprio corpo, respeitá-lo e respeitar o corpo do seu colega. Traria materiais, histórias para conversar com todo o grupo e promover uma roda de conversa com esclarecimentos das dúvidas das crianças.	2022
PRAIA DO CAMPECHE	Porque penso que quem deve ser orientado são as crianças que estavam envolvidas na situação e não repreender, mas sim ampliar o conhecimento sobre seus corpos.	2022
PRAINHA	Punir não... educar e orientar sim.	2022
PRAIA DE CANAJURÊ	Tratar o assunto com clareza e com diálogo sempre será a melhor forma.	2022
PRAIA DA TAPERA	Explicar que estão se conhecendo, que meninos têm pênis e meninas têm vagina, que é um órgão do nosso corpo que não podemos mexer, principalmente no do coleguinha.	2022

(conclusão)

<b>JUSTIFICATIVAS DA RESPOSTA DA QUESTÃO DO GRÁFICO 14 - EXERCÍCIO DA COMPREENSÃO</b>		
<b>PROFESSORAS</b>	<b>RESPOSTAS</b>	<b>ANO</b>
PRAIA MOLE	A instituição de Educação Infantil é um espaço de desenvolvimento integral da criança que envolve o desenvolvimento do corpo, por isso temos que orientar as crianças de forma respeitosa e de acordo com a sua idade.	2022
PRAIA DE JURERÊ	Apenas chamaria para brincar de outra coisa. Se houvesse reincidência, incluiria propostas de ação pedagógica com essa temática.	2022
PRAIA BRAVA	Acredito que a gente tenha que mudar o foco nessas situações e nunca repreender.	2022
PRAIA DA GALHETA	É a melhor forma de tratar o assunto naquele momento, não os constrangendo naquele momento, não dando notoriedade e buscar formas de falar sobre o acontecido por meio da literatura e de forma lúdica, onde eles possam compreender com mais facilidade e sem serem expostos.	2022
PRAIA DO SAMBAQUI	Essa foi a forma como tentei abordar todos os momentos em que situações parecidas aconteceram. Principalmente por entender que o que fazem é uma curiosidade e que punindo não vai resolver nada, apenas ampliar a curiosidade. Por isso apresentar para eles o corpo humano e conversar sobre essa relação contribuirá com a educação sexual e dificilmente situações como estas se tornaram uma brincadeira para eles. Prevenindo inclusive um possível abuso.	2022
PRAIA DA SAUDADE	Por pensar que primeiro fazemos conversa com as crianças pedagogicamente e se houve outro caso, levamos para supervisão ou gestão e se não tiver resultado, comunicar a família para saber se está tendo algo na família para que possa levar a criança a fazer essas ações.	2022
PRAIA DO MOÇAMBIQUE	A única alternativa que se mostra válida é a última, respeitando as crianças, seu descobrimento do corpo e sensações, seu direito de ser, sem preconceitos ou juízos de valores.	2022
PRAIA DA DANIELA	Não iria causar constrangimento para a criança e seria um indicativo de que essa temática precisa ser incorporada aos próximos planejamentos.	2022

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

É possível observar que as docentes pensam de forma crítica, reflexiva e transformadora, pois elas veem a importância de conversar com a criança diante da situação, como explica a Praia de Canajurê (2022): “Tratar o assunto com clareza e com diálogo sempre será a melhor forma”. De certa forma, ela aponta que as/os docentes e toda a unidade educativa podem “[...] contribuir com esse movimento de emancipação, de tornar a diversidade sexual algo discutido, conversado com tranquilidade, para que o ser humano possa relacionar-se melhor com ele próprio e com os outros” (PEREIRA; BAHIA, 2011, p. 52). Com isso, relembra-se um dos indicadores da vertente emancipatória: uma Educação Sexual que desenvolva a autonomia e a humanização dos saberes e fazeres pedagógicos no cotidiano escolar.

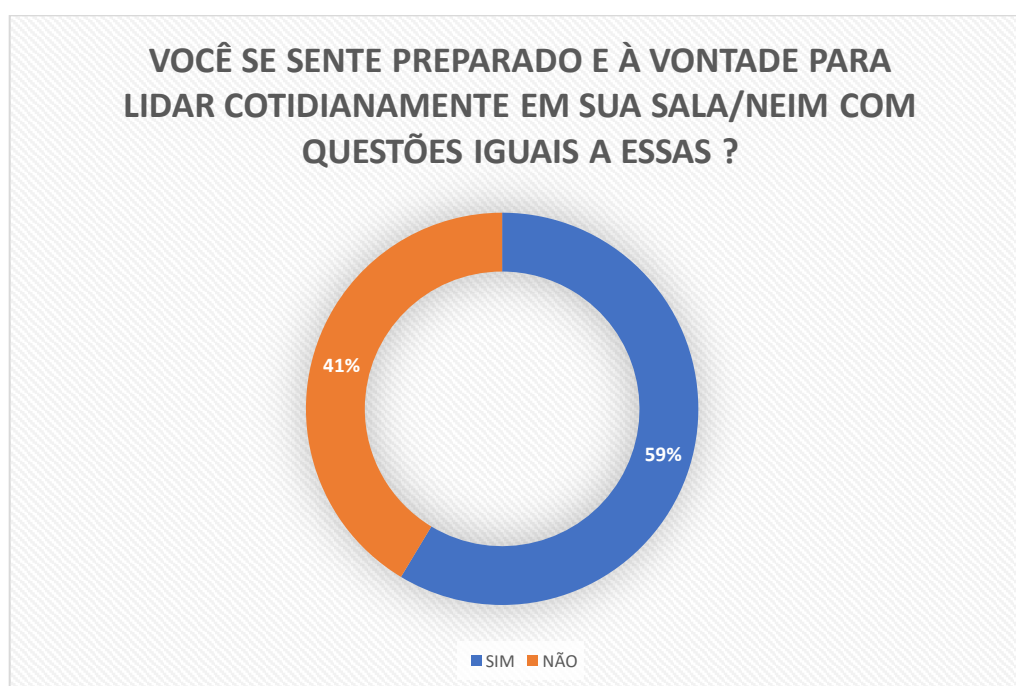
Neste sentido, é possível analisar que as docentes buscam refletir diante da situação apresentada no Gráfico 14 já num movimento de transformação para uma Educação Sexual que vá além daquelas vertentes repressoras, muitas vezes preponderantes, apontam as docentes que buscam hoje por metodologias que sejam fruto da ampliação de suas visões de mundo, procurando evitar que suas práticas recaiam numa dinâmica hegemônica de alienação. Assim, concorda-se com Yared, Melo e Vieira (2020, p. 5), quando ressaltam o fato de que

processos de educação sexual intencionais emancipatórios visam promover uma educação democrática, pautada nos Direitos Sexuais enquanto Direitos Humanos fundamentais e universais. Abrangem a consciência crítica da complexidade dessa construção, desse processo que é dinâmica, ou seja, está sempre em movimento, buscando a superação da contradição e alienação.

Portanto, esse processo intencional possível de Educação Sexual emancipatória há que ser dinâmico, isto é, em constante transformação, buscando contribuir para a superação dessa contradição e alienação muitas vezes ainda evidenciada no cotidiano das/dos docentes, com o objetivo maior de que docentes e crianças desenvolvam sua consciência crítica sobre a dimensão sexualidade, reafirmando-a como parte inseparável do existir humano.

Após essa reflexão da situação no exercício da reflexão, observa-se se as docentes se sentem preparadas e à vontade com situações relacionadas com a do Gráfico 14. As respostas são apresentadas no Gráfico 15.

Gráfico 15 – Você se sente preparada e à vontade para lidar cotidianamente em sua sala/NEIM com questões iguais a essas?



Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Na análise do Gráfico 15 acima, pode-se observar que 17 (dezesete) professoras responderam sim, que se sentem à vontade para lidar com situações como as demonstradas no Gráfico 14. Porém, 12 (doze) docentes responderam que não se sentem à vontade. Esse gráfico só vem referendar o que já foi apontado em outros quadros e gráficos anteriores: em alguns momentos algumas se sentem preparadas para agir, outras não, sempre indicando a necessidade de formação mais aprofundada sobre o tema. Ressalta-se que as docentes que não se sentem à vontade para lidar com essa questão podem ter essa compreensão por diversos motivos, como salientam Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013), timidez, insegurança, medo de repreender os sujeitos como podem ter sido repreendidas, falta de conhecimento e de formações na área.

Em seguida, pode-se observar quais abordagem essas docentes que responderam SIM costumam trabalhar.

Quadro 22 – Se a resposta for SIM, com qual abordagem você trabalha? (continua)

<b>SE A RESPOSTA FOR SIM, COM QUAL ABORDAGEM VOCÊ TRABALHA?</b>		
<b>PROFESSORAS</b>	<b>RESPOSTA</b>	<b>ANO</b>
PRAIA RITA MARIA	Diálogo.	2022
PRAIA DO MÜLLER	Sempre parto do princípio da descoberta e imitação da criança. Casos persistentes e específicos vou observando a acompanhando para identificar indícios de violência doméstica ou abuso sexual para levar aos órgãos competentes.	2022
PRAIA DA ARMAÇÃO	Diariamente as crianças estão atrás de novas descobertas e explorando tudo que lhe advém. Eu trabalho através da seriedade e vejo que as crianças precisam ser orientadas de acordo com o que buscam. Se buscam saber sobre seu corpo... por que não? Isso vai saber como agir daqui para a frente, a respeitar limites com as outras pessoas e a prevenir que os outros passem do limite com el@.	2022
PRAIA DA SINHÁ	Conversa, como são crianças, pequenas imagens.	2022
PRAIA DOS INGLESES	Conversar muito... com naturalidade.	2022
PRAIA DE ITAQUI	O diálogo é a melhor forma de abordar, primeiro temos que nos apropriar melhor sobre como agir, buscando sempre um melhor caminho para o entendimento das crianças.	2022
PRAIA DA TIPITINGA	Eu faria exatamente como assinei na pergunta direcionada. Traria diálogos e materiais para trabalhar o cuidado com o próprio corpo.	2022
PRAIA DO SINFRÔNIO	Partir do conhecimento da criança, direcionando para o autoconhecimento e autocuidado e o respeito a si e outros.	2022
PRAINHA	Diálogo apropriado para faixa etária, serenidade e respeito mútuo.	2022
PRAIA DA GALHETA	Por meio de diálogos, histórias sobre o corpo humano, sobre o respeito que devemos ter em relação ao nosso e dos amigos.	2022
PRAIA DO MOÇAMBIQUE	Com respeito, explorando o tema relacionado à situação que surgiu, sem repreender, adequadamente.	2022
PRAIA DA DANIELA	Quando acontece algum episódio do tipo, encaro com tranquilidade, converso com a criança. Explico que existem partes do nosso corpo que não podem ser tocadas em público, que não é para deixar outras pessoas mexerem	2022

(conclusão)

SE A RESPOSTA FOR SIM, COM QUAL ABORDAGEM VOCÊ TRABALHA?				
PROFESSORAS		RESPOSTA		ANO
		nelas. Com certeza, iria buscar explorar de forma lúdica (histórias, músicas, brincadeiras para conhecerem as partes do corpo, vídeos etc.		
LEGENDA				
Vertente pedagógica biológico-reprodutivista	Vertente pedagógica normativo-institucional	Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva	Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna	Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDSHD

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Nesse Quadro 22, percebem-se que 17 (dezesete) docentes responderam sim, mas 4 (quatro) respostas sobre como explicavam essa afirmação ficaram em branco e, portanto, totalizaram 12 (doze) respostas registradas justificando o sim.

É possível evidenciar que essas 12 (doze) docentes que responderam mostram que trabalham em uma perspectiva do diálogo em que prepondera a vertente emancipatória. Lembra-se aqui o indicador que marca suas respostas, aquele em que a prática pedagógica liberta e emancipa o sujeito das presas do autoritarismo e de uma visão hegemônica. Esse indicador surge evidente nas respostas das docentes, como, por exemplo, na fala da Praia de Itaquí (2022): “O diálogo é a melhor forma de abordar, primeiro temos que nos apropriar melhor sobre como agir, buscando sempre um melhor caminho para o entendimento das crianças.” Ainda, pode-se destacar a fala da Praia da Galheta (2022), que também diz que sua abordagem se dá “por meio de diálogos, histórias sobre o corpo humano, sobre o respeito que devemos ter em relação ao nosso e dos amigos”.

Esses diálogos são perpassados por um lindo exercício do pensamento crítico que é um fator de suma importância para processos intencionais de Educação Sexual emancipatória, tendo em vista a disposição para o diálogo (YARED; MELO; VIEIRA, 2015), pois “entendemos que desenvolver intencionalmente a educação sexual com promoção de capacidades e disposições de pensamento crítico expande-se como uma via de possível concretização do paradigma emancipatório” (YARED; MELO; VIEIRA, 2015, p. 237).

Portanto, pode-se visualizar nessas respostas acima que há sim muitos sinais de esperanças das possibilidades de construção nos NEIMs de projetos voltados a uma Educação Sexual emancipatória intencional, desde que sejam estimulados e apoiados por cursos de formação continuada nessa abordagem para os profissionais da educação que lá atuam.

Para fortalecer a necessidade dessas formações, observam-se as respostas das docentes que responderam NÃO à questão acerca do exercício do Gráfico 15: Você se sente preparada e à vontade para lidar cotidianamente em sua sala/NEIM com questões iguais a essas? Assim, elas marcaram os entraves que atrapalham suas práticas nesse sentido.

Quadro 23 – Se a resposta for não, descreva os entraves que atrapalham suas práticas nesse sentido

<b>DESCREVA OS ENTRAVES QUE ATRAPALHAM SUAS PRÁTICAS NESSE SENTIDO</b>		
<b>PROFESSORAS</b>	<b>RESPOSTAS</b>	<b>ANO</b>
PRAIA DO FORTE	Preocupação com as famílias.	2022
PRAIA DO ARATACA	Seria mais em relação às famílias (aceitação).	2022
PRAIA DO GRAVATÁ	Falta de informação. Medo de errar.	2022
PRAIA DO SANTINHO	Porque é um tema sensível que tem um tabu tão grande em cima, e nós não recebemos suporte e formação para trabalhar esse assunto.	2022
PRAIA DAS FLECHEIRAS	Preciso de mais leituras e formação.	2022
PRAIA DE CANASVIEIRAS	Como já respondido em uma das questões, acredito ser um tema muito complexo para mim. Necessito de uma formação continuada muito bem embasada para poder contemplar em minha prática pedagógica.	2022
PRAIA DO CAMPECHE	Insegurança de como lidar.	2022
PRAIA DE CANAJURÊ	A falta de formação continuada.	2022
PRAIA MOLE	Mesmo com toda liberdade e tranquilidade que tenho com o tema, por envolver as crianças e as famílias, cada uma com sua cultura e tabus, sinto esse entrave.	2022
PRAIA DE JURERÊ	Não tenho conhecimentos sobre.	2022
PRAIA BRAVA	Muitas vezes é complicado lidar com essas situações, dá receio de ter alguma atitude que influencie a criança negativamente.	2022
PRAIA DA SAUDADE	Ação das famílias e por não ter respaldo das partes superiores da unidade e das próprias assessoras da PMF [Prefeitura Municipal de Florianópolis].	2022

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

No Quadro 23, optou-se mais uma vez em não usar cores indicativas da vertente para destacar as informações com base nas respostas, porque elas estão todas entrelaçadas nas anotações feitas pelas professoras. Isso é algo relevante, pois ajuda a examinar o material com mais profundidade e fazer análises mais detalhadas.

Assim, pode-se ver o que as docentes pontuam ao explicar por que não se sentem à vontade para trabalhar a temática que envolva a Educação Sexual com as crianças. Destaca-se a fala da Praia do Forte (2022), que diz: “Preocupação com as famílias”. No mesmo sentido, Praia do Arataca (2022) afirma: “Seria mais em relação às famílias (aceitação).” Complementa-se com a Praia da Saudade (2022), que menciona ter receio da “ação das famílias e por não ter respaldo das partes superiores da unidade e das próprias assessoras da PMF”.



Figueiró (2007) já apontava esse receio das docentes devido a alguns pais ou famílias terem esse medo de que as/os docentes abordassem o tema Educação Sexual

[...] por temer que os professores passem, para seus filhos, os valores que eles, professores, defendem. Assim, por exemplo, pais conservadores, que defendem a virgindade até o casamento (para as filhas, na maioria das vezes), temem que professores possam pregar valores divergentes, incentivando, no caso, o sexo antes do casamento. O contrário também pode acontecer, ou seja, pais que pretendem que seus filhos sejam livres para decidir, com responsabilidade, sobre sua vida sexual, temem que professores conservadores venham lhes inculcar idéias de pecado. Teriam direito, os professores, de influenciar seus alunos com seus valores pessoais sobre o que consideram certo ou errado? Certamente que não; cabe a eles criar oportunidades várias, de reflexão, para que os alunos pensem e discutam com os colegas, a fim de que formem sua própria opinião sobre sexo pré-matrimonial, masturbação, homossexualidade e aborto, entre outros. Cabe também ao professor, fazer com que os alunos tenham acesso a informações claras, objetivas e científicas sobre a sexualidade (FIGUEIRÓ, 2007, p. 02).

Mas, é preciso sempre dialogar com as famílias, explicando-lhes a importância do diálogo e de trabalhos intencionais que envolvam a Educação Sexual, para que não se pense da forma como cita Figueiró (2007), que seja fruto de um padrão conservador e repressor. Para isso, faz-se necessário estimular e promover um diálogo crítico e amoroso também com as famílias, mostrando-lhes que a Educação Sexual na vertente emancipatória expressa um modo de educação que liberta, que dá autonomia, quebra os pensamentos repressores hegemônicos e de tabu que envolvem a sexualidade humana (BRASIL DIAS, 2009). Portanto, é preciso sim, além de trabalhar com as crianças, desenvolver ações que envolvam as famílias nesse processo de uma (re)educação sexual, mas para isso as docentes precisam também ter esse apoio sobre dinâmicas adequadas a essa aproximação com as famílias nos próprios cursos de formação continuada.

Ainda, outro ponto a ser discutido nesse quadro está nas falas da Praia das Flecheiras (2022), ao dizer que é “preciso de mais leituras e formação”; Praia de Canasvieiras (2022), ao apontar que “[...] necessito de uma formação continuada [...]”; e Praia de Canajurê (2022), ao questionar “a falta de formação continuada”.

Nesse sentido, concorda-se com Antunes e Melo (2023, p. 12), quando afirmam que “[...] há um desafio de refletirmos sobre as possibilidades de oportunizarmos momentos de sensibilização em todos os níveis da formação regular e da formação continuada de profissionais da educação, aí incluídos as/os docentes da Educação Infantil”, como também em “[...] pensar as possibilidades de viabilizarmos processos e projetos de uma educação libertadora, humanística, reflexiva e crítica, inseparáveis do objetivo maior de buscarmos contribuir com uma educação que proporcione uma ‘transformação-humanização’” (ANTUNES; MELO, 2023, p. 12, grifo dos autores).

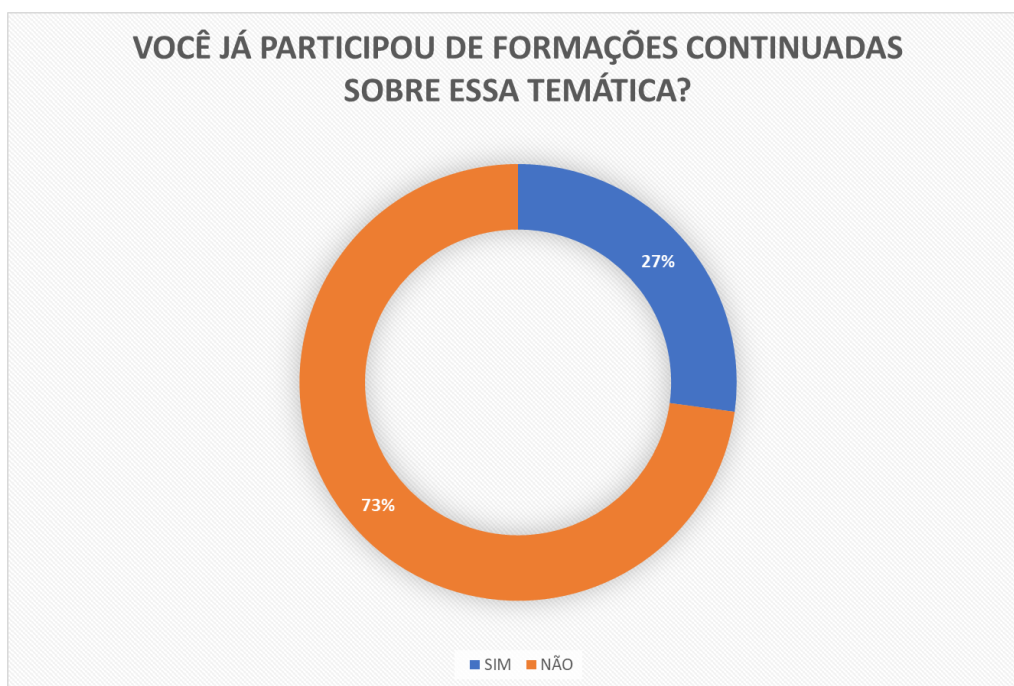
Por fim, analisar-se-á, no próximo bloco, a compreensão sobre as formações continuadas das quais as docentes já participaram e quais indicativos trazem para ampliar seus conhecimentos sobre Educação Sexual numa perspectiva emancipatória.

#### 5.10 BLOCO FORMAÇÃO CONTINUADA: a realizada e a desejada

No contexto atual, em que o conhecimento e as demandas profissionais estão em constante evolução, a formação continuada desempenha um papel fundamental na capacitação e no aperfeiçoamento contínuo das/os docentes. Nessa perspectiva, é necessário (re)pensar a formação continuada em Educação Sexual para as docentes de Educação Infantil, pois, como explicam Antunes e Melo (2023, p. 07), “[...] são urgentes formações que busquem suprir as dúvidas sobre o tema e oportunizem um espaço de diálogos”.

O Gráfico 16 apresenta as respostas das docentes sobre se já participaram de formações continuadas sobre a temática aqui abordada.

Gráfico 16 – Já participou de formação continuada sobre essa temática?



Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

É possível observar e registrar que 22 (vinte e duas) docentes, o que totaliza 73% (setenta e três por cento), ainda não participaram de formações com essa temática e apenas 7 (sete) docentes, o equivalente a 27% (vinte e sete por cento) apontam já terem participado de formações que envolvem o tema.

Desse modo, com essa porcentagem, percebe-se haver fortes indícios de falta de formação nessa temática, como ressalta Jesus Mioranza (2019) em sua dissertação.

Com o intuito de trazer indicativos teóricos e metodológicos de aprimoramentos para as formações continuadas com o eixo temático Educação Sexual, foi necessário compreender quais formações nesse tema as docentes já tiveram e quais suas avaliações para essas formações, lembrando que apenas 7 (sete) docentes responderam que tiveram formações, nem todas sendo aquelas oriundas da Secretaria de Educação do município.

No quadro 24, é possível observar as respostas das docentes que tiveram formações e sobre quem lhes trouxe esses diálogos sobre Educação Sexual.

Quadro 24 – Quais foram e quem ofereceu formação sobre Educação Sexual?

<b>REGISTRE QUAIS FORAM, QUEM AS OFERECEU, BEM COMO AS TEMÁTICAS TRATADAS</b>		
<b>PROFESSORAS</b>	<b>RESPOSTAS</b>	<b>ANO</b>
PRAIA DO MÜLLER	Saionara (professora na Rede), Conselho Tutelar e outros.	2022
PRAIA CATACANGA MIRIM	No curso de Psicologia.	2022
PRAIA DA TIPITINGA	Foi um encontro numa formação sobre o assunto.	2022
PRAIA DAS FLECHEIRAS	Não se aplica.	2022
PRAIA MOLE	Professora Dra. Jimena Furlani/ UDESC.	2022
PRAIA BRAVA	Acho que foi na UDESC, não me recordo tão bem, mas era bom o curso e sobre educação sexual com crianças na escola.	2022
PRAIA DA DANIELA	Só participei de uma palestra na Escola Anísio Teixeira - Costeira do Pirajubaé, com a professora Jimena. Teve uma parte histórica, algumas nomenclaturas e, por último, surgiram as dúvidas de como lidar em determinadas situações, onde a Jimena contribuiu com orientações.	2022

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Como demonstra o Quadro 24, as docentes descrevem que tiveram formações com educadoras Doutoradas e Especialistas na área da Educação Sexual. E nem todos foram oriundos da Secretaria Municipal de Educação.

A seguir, o Quadro 25 apresenta as avaliações de 6 (seis) docentes sobre os cursos de formação dos quais participaram.

Quadro 25 – Avaliação sobre o curso ofertado (continua)

<b>REGISTRE TAMBÉM QUAL SUA AVALIAÇÃO SOBRE OS CURSOS OFERECIDOS: PONTOS POSITIVOS E PONTOS NEGATIVOS E COMO PODERIAM SER MELHORES</b>		
<b>PROFESSORAS</b>	<b>RESPOSTAS</b>	<b>ANO</b>
PRAIA DO MÜLLER	Os cursos foram solicitados pela unidade educativa, realizados em reunião pedagógica. Poderiam ser ampliados para toda a rede e ofertados pela SME.	2022

(conclusão)

<b>REGISTRE TAMBÉM QUAL SUA AVALIAÇÃO SOBRE OS CURSOS OFERECIDOS: PONTOS POSITIVOS E PONTOS NEGATIVOS E COMO PODERIAM SER MELHORES</b>		
<b>PROFESSORAS</b>	<b>RESPOSTAS</b>	<b>ANO</b>
PRAIA DO SANTINHO	Como respondi na pergunta anterior, esse tema deveria constar nas nossas formações, mas, infelizmente, não temos os temas abordados nas formações. São sempre os mesmos: os documentos da rede de Florianópolis, afrodescendente e o lúdico, entre outros.	2022
PRAIA DE ITAQUI	Precisamos de temas mais atualizados, contemplando nossas necessidades do dia a dia.	2022
PRAIA DE CANASVIEIRAS	Deveriam ser ofertadas mais formações continuadas com essa temática.	2022
PRAIA MOLE	Os cursos de que participei foram <i>lives</i> de curta duração, que contribuíram bastante, mas que necessitam de continuidade.	2022
PRAIA BRAVA	Acho que essa temática é bem pertinente. Precisamos de mais formações que nos mostrem na prática como lidar com situações do dia a dia.	2022

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Constata-se, no primeiro momento, que um dos indicativos possíveis por se ter esse número expressivo que não participou das formações na área da Educação Sexual quando foram ofertadas, foi aquele registrado pela Praia das Flecheiras (2022): “Não tive oportunidade na rede ainda, quando oferecido não contemplava a hora-atividade.” Por mais que se tenham algumas formações, elas acabam sendo pensadas apenas no macro e não atingindo o micro, que são as/os docentes de cada região, pois deveriam ter um olhar mais humanizado e transformador para as formações continuadas pontuadas como descentralizadas, que acontecem dentro de cada unidade educativa em dias de reuniões pedagógicas. Como ressalta Praia do Müller (2022), “os cursos foram solicitados pela unidade educativa, realizados em reunião pedagógica. Poderiam ser ampliados para toda a rede e ofertados pela SME”.

Essa proposta poderá ser (re)pensada num modo que possa ganhar mais qualidade e intensidade nos aprofundamentos quando as reuniões pedagógicas pudessem ser em turnos integrais.

Assim, concorda-se com o que trazem Antunes e Melo (2023) em algumas reflexões necessárias sobre formação continuada e suas interfaces com a Educação Infantil, afirmando

[...] a hipótese de que é possível sim realizar etapas de formações docentes continuadas também para profissionais atuantes na Educação Infantil, formações essas estruturadas como espaços dialógicos na perspectiva paulofreiriana, com conteúdos que atendam à necessidade de subsidiar processos de sensibilização junto aos profissionais envolvidos sobre as possibilidades de construção de projetos intencionais de Educação Sexual emancipatória em seus cotidianos (p. 08).

Portanto, Antunes e Melo (2023) sugerem que essas formações sejam estruturadas como espaços dialógicos, ou seja, promovendo a troca de ideias, o diálogo aberto e o respeito mútuo.

Além disso, os conteúdos abordados nessas formações deveriam ser selecionados para atender às necessidades específicas dessas profissionais, fornecendo-lhes subsídios para abordar a Educação Sexual de maneira intencional e emancipatória. Assim, essas formações continuadas auxiliariam os profissionais da Educação Infantil a se conscientizarem sobre a importância da Educação Sexual intencional emancipatória nessa fase do desenvolvimento das crianças. Apoiar os profissionais de Educação Infantil em seus processos de aquisição de conhecimento, fornecendo-lhes os recursos necessários para desenvolverem projetos educacionais nessa área, contribuirá sobremaneira para promover a emancipação e o empoderamento das crianças em relação à sua sexualidade.

Agora, por fim, o Quadro 26 apresenta o que as docentes gostariam que lhes fossem ofertados nas formações em Educação Sexual para a Educação Infantil.

Quadro 26 – Cursos que as docentes gostariam que fossem ofertados na área da Educação Sexual (continua)

<b>QUAIS CONTEÚDOS SOBRE O TEMA EDUCAÇÃO SEXUAL E COMO GOSTARIA QUE FOSSEM ESTRUTURADOS OS CURSOS QUE VOCÊ GOSTARIA DE ESTUDAR EM MAIS UMA ETAPA DE FORMAÇÃO CONTINUADA?</b>		
<b>PROFESSORAS</b>	<b>RESPOSTAS</b>	<b>ANO</b>
PRAIA RITA MARIA	Desenvolvimento da sexualidade nas crianças.	2022
PRAIA DO FORTE	Como deveríamos abordar esse tema? Como devemos lidar com as famílias a respeito? Elas vão aceitar bem ao abordarmos esses temas?	2022
PRAIA DO MÜLLER	Não saberia responder.	2022
PRAIA DO GARCIA	Acho bem pertinente ser um curso bem educativo de forma a não escandalizar e de fáceis aprendizados, pois quando se fala em sexualidade, parece um bicho de sete cabeças. E que possamos passar a proposta de uma maneira onde a criança vá assimilar de forma lúdica, através da brincadeira, do faz de conta, pois é nessas horas que a criança produz seus contextos familiares e também aprendem.	2022
PRAIA DA ARMAÇÃO	Psicologia e aspectos comportamentais.	2022
PRAIA DO ARATACA	Como abordar em relação ao reconhecimento e mudanças do corpo para crianças pequenas.	2022
PRAIA DA JOAQUINA	Como trabalhar com as curiosidades das crianças da Educação Infantil de uma forma mais esclarecedora.	2022
PRAIA DA SINHÁ	O tema Educação Sexual não deve ser só para professores, mas sim para as famílias, pois infelizmente muitas crianças bem pequenas já reproduzem o que veem em casa.	2022
PRAIA DOS INGLESES	Acho bem interessante.	2022
PRAIA DO GRAVATÁ	Como iniciar a Educação Sexual na Educação Infantil; como lidar com as situações que acontecem no dia a dia.	2022
PRAIA CATACANGA MIRIM	A criança “guarda” muito através da visualização, então eu gostaria de vídeos lúdicos para as diferentes faixas etárias.	2022
PRAIA DO SANTINHO	Um tema que seja compreensivo e leve.	2022
PRAIA DE ITAQUI	Gostaria de todos os temas sobre a Educação Sexual, porque a cada dia estamos aprendendo com as próprias crianças, conquistando o melhor aprendizado.	2022
PRAIA DA TIPITINGA	Sexualidade na Educação Infantil, como isso se estende às famílias?	2022

(conclusão)

<b>QUAIS CONTEÚDOS SOBRE O TEMA EDUCAÇÃO SEXUAL E COMO GOSTARIA QUE FOSSEM ESTRUTURADOS OS CURSOS QUE VOCÊ GOSTARIA DE ESTUDAR EM MAIS UMA ETAPA DE FORMAÇÃO CONTINUADA?</b>		
<b>PROFESSORAS</b>	<b>RESPOSTAS</b>	<b>ANO</b>
PRAIA DO SINFRÔNIO	A erotização infantil; qual abordagem devemos seguir com crianças pequenas que têm comportamentos não binários.	2022
PRAIA DAS FLECHEIRAS	Penso que teria que ser em etapas e com continuidade.	2022
PRAIA DE CANASVIEIRAS	Educação Sexual na infância.	2022
PRAIA DO CAMPECHE	Educação Sexual na Educação Infantil.	2022
PRAINHA	Conteúdos programados dentro do projeto político-pedagógico da instituição.	2022
PRAIA DE CANAJURÊ	Identificação com o próprio corpo; identidades sociais; consentimento; infecções sexualmente transmissíveis.	2022
PRAIA DA TAPERA	Não sei dizer no momento, mas seria bom ter cursos sobre o assunto.	2022
PRAIA MOLE	Principalmente para a Educação Infantil e a Educação Sexual.	2022
PRAIA DE JURERÊ	Gostaria de aprender mais sobre formas de abordar o assunto com as crianças e com as famílias.	2022
PRAIA BRAVA	Como abordar e trabalhar na Educação Infantil, como agir numa situação que a criança esteja se descobrindo, entre outros.	2022
PRAIA DA GALHETA	Sobre as descobertas e curiosidades do conhecimento do corpo e suas transformações na Educação Infantil.	2022
PRAIA DO SAMBAQUI	Práticas pedagógicas relacionadas ao tema.	2022
PRAIA DA SAUDADE	Tudo que pudesse ser falado e como abordar o assunto, pois sabemos que nessa fase a criança está se conhecendo, mas para o adulto, ele que não tem conhecimento, tem outro olhar. Até mesmo para alguns profissionais é difícil.	2022
PRAIA DO MOÇAMBIQUE	Gostaria de aprender mais sobre Educação Sexual de modo geral, com exemplos de situações vividas, como foi lido, os desafios etc.	2022
PRAIA DA DANIELA	Erotização infantil; adultização precoce; de onde eu vim? Ou como nasci? E Abuso sexual.	2022

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023).

Nesse quadro, observa-se a riqueza de indicadores trazidos pelas docentes para que se possa pensar em uma formação continuada voltada para a Educação Sexual emancipatória. Esse levantamento é necessário, como já pontuado aqui por Imbernón (2010), que menciona a importância de analisar o contexto social para trazer subsídios teóricos para fomentar as práticas pedagógicas.

O que essas docentes trazem generosamente são

[...] as possibilidades de auxiliar em processos de educação emancipatória de formação de professoras/es junto a interfaces com projetos intencionais de Educação Sexual emancipatória em processos de busca constante da sua transformação, porque acreditamos que o SER ainda é inacabado dentro desse processo de vida e de produção de conhecimento (ANTUNES; MELO, 2023, p. 12).

Portanto, é necessário respeitar e cotejar essas interfaces que brotam das respostas com os projetos intencionais de formação continuada em Educação Sexual emancipatória com vistas a fortalecer a busca constante pela transformação do SER, pelo bem individual e coletivo das

sociedades. O ser humano é um ser em pleno desenvolvimento. Assim, é de suma importância a defesa das docentes que trazem indicativos de seus interesses para formações que lhes permitam emponderar suas visões de mundo, permitindo-lhes tomar decisões informadas e exercer sua autonomia pedagógica também sobre a dimensão sexualidade no contexto escolar de maneira saudável e responsável.

## **6 FINALIZANDO A CAMINHADA, ACREDITANDO NO FUTURO, DESVELANDO A CATEGORIA ESPERANÇA**

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria” (FREIRE, 2015, p. 139).

Chega-se ao final desta caminhada com alegria no coração, concordando com Paulo Freire na epígrafe acima, pois se percebe a importância desse rico processo de busca de conhecimento, vivenciado nesta pesquisa que ora finda em movimentos entrelaçados de construção e reconstrução, onde o ensinar e o aprender não aconteceram separados da busca, da alegria e do bonito. Isso faz com que, olhando a caminhada, feita nestes dois anos na busca pelo conhecimento marcado como o objetivo geral da investigação, tenha transcorrido em uma vivência exitosa e prazerosa para todos os envolvidos, tanto para quem ensina quanto para quem aprende. Neste caso em tela, foram o pesquisador, professor, assim como as 29 (vinte e nove) colegas professoras, generosas e fraternas, que aceitaram fazer esta caminhada, exemplo concreto de que todas as pessoas no mundo são aprendentes/ensinantes. Neste processo de busca como docente pesquisador, hoje é possível se ver como um sujeito que se “[...] reconstrói ao se debruçar sobre seu objeto de pesquisa e ao se deparar com as dificuldades encontradas ao longo da busca de seus objetivos” (PACHECO, 2014, p. 116).

Por serem parte dos movimentos que compõem o caminhar pela vida, relembram-se também as angústias diante dos necessários enfrentamentos dos retrocessos em geral, e mais especificamente aqueles que atingiram os espaços educativos no Brasil nos últimos 4 (quatro anos) (2018 a 2022) e que se refletiram em dúvidas inclusive sobre a escolha da temática. Mas, depois de muitas reflexões e apoiado no compromisso pedagógico com uma educação integral das crianças numa perspectiva emancipatória, seguido da compreensão de que direitos sexuais fazem parte inseparável do existir humano e que, portanto, processos de Educação Sexual são parte também inseparáveis dos espaços educativos, definiu-se o tema que se justificou no final da caminhada pela relevância dos resultados para o campo de Formação Continuada na Rede Municipal de Florianópolis. Sobretudo, por mapear, junto com as professoras, como compreendem e como gostariam que fosse dada relevância do tema Educação Sexual na Formação Continuada de docentes da Educação Infantil. Na metodologia adotada para registrar e analisar as respostas, ficou evidenciada a relevância desses estudos sobre a compreensão das professoras dos 12 (doze) NEIMs (conforme evidenciado no Gráfico 12) sobre a temática, seus interesses, medos e apontamentos sobre as possibilidades de ampliação de estudos em suas



formações continuadas que ampliem seus saberes e suas práticas pedagógicas numa perspectiva emancipatória também na Educação Sexual que já reconhecem como sempre existente em seu cotidiano.

Reafirma-se a importância deste trabalho ter sido realizado especificamente com docentes da Educação Infantil, nível de ensino onde as crianças brasileiras começam a sua caminhada de formação regular obrigatória. O intuito é contribuir desde esta etapa de vida com as possibilidades da construção/reconstrução de uma abordagem intencional de Educação Sexual emancipatória. A educação está compreendida como parte indissociável de um projeto político-pedagógico maior de educação emancipatória em seu todo, aquele que está normatizado nas leis que regem este nível de ensino e que garante às crianças uma educação plena em todos os seus direitos.

A partir dos resultados, ficou também evidenciado que, dentro dos direitos a uma formação continuada dos profissionais da educação, os da Educação Infantil, normatizada em vários documentos legais que regem esses cursos específicos, há espaços e necessidades urgentes para um processo permanente de sensibilização dessas/es educadoras/es, nos quais este pesquisador se inclui, sobre as possibilidades de se construir e vivenciar projetos intencionais de Educação Sexual emancipatória que auxiliem no cotidiano escolar, com base na compreensão de cada sujeito ser sempre sexuado, num permanente processo educativo, fruto de suas relações sociais com o Outro, no mundo. Relações sociais são sempre educativas, relações essas que ocorrem entre seres humanos sempre sexuados, quer se saiba ou não, se queira ou não (MELO *et al.*, 2011). Um projeto político-pedagógico que tenha como eixo a busca de garantir os direitos humanos para todos não pode excluir de suas bases teórico-metodológicas os direitos sexuais como parte inseparável desses direitos.

Refletindo sobre algumas questões centrais do início da investigação, tais como a resposta buscada para a **problemática** sobre a compreensão atual de docentes da Educação Infantil da região continental de Florianópolis sobre a abordagem de Educação Sexual subjacente às suas práticas pedagógicas, registrada no **objetivo geral** da dissertação, de desvelar a compreensão sobre a categoria Educação Sexual de docentes de núcleos de Educação Infantil da região continental em Florianópolis como subsídio para projetos de formação continuada numa perspectiva emancipatória, percebe-se ter alcançado o que se buscava. Esse alcance foi possível pela realização dos **objetivos específicos** aqui lembrados, sendo eles o primeiro, foi cumprida a realização do aprofundamento de eixos teórico-metodológicos de cada categoria, no caso a Educação Sexual, a Educação Sexual emancipatória, a Educação Infantil e a formação continuada de professoras/es, em que se finalizou o estudo de cada categoria com alguns

indicadores registrados para orientar a análise sobre quais vertentes pedagógicas de Educação Sexual preponderavam nas respostas das docentes. No segundo objetivo específico, foram abordados teoricamente e metodologicamente os movimentos metodológicos prescritos e os vividos relativos à pesquisa, ressaltada a pesquisa de campo, com a aplicação de questionários a 29 (vinte e nove) docentes da Educação Infantil atuantes em NEIMs da Prefeitura Municipal de Florianópolis, na região continental. No terceiro e último objetivo, realizou-se a análise de conteúdo de todo o material coletado para a elaboração do relatório final.

Neste final de jornada, constata-se que o alcance do objetivo geral foi possível com a execução rigorosa dos objetivos específicos, necessária para que se pudesse compreender melhor as categorias principais estudadas, sendo o eixo delas a Educação Sexual e suas vertentes pedagógicas brasileiras, cunhadas por Nunes (1996). Por meio dos escritos de Nunes (1996), indicadores potentes foram identificados e selecionados como pontos de partida para a análise, servindo de sólidos critérios para desvelar a compreensão das professoras sobre a categoria Educação Sexual no material coletado. Esse material foi além de simples respostas, pois revelou-se uma corajosa e generosa partilha de seus saberes e fazeres sobre a temática, partilha feita com coragem e transparência pelas professoras de Educação Infantil. O processo de análise resultou na realização trabalhosa, minuciosa, mas muito gratificante, da elaboração de todos os quadros, gráficos etc, pois neles foram ficando evidentes quais vertentes preponderavam na riqueza das respostas das colegas. Ficou evidente a permanência entre elas, expressa em suas manifestações sobre seus cotidianos, de fortes marcas de vertentes repressoras sobre Educação Sexual, aquelas que não compreendem o sujeito em sua totalidade, dentre elas, com maior expressividade, a vertente biológico-reprodutivista.

Esse fato permitiu refletir sobre o quanto é poderosa a visão desumanizadora sobre a dimensão da sexualidade que envolve todas as pessoas, marcada por um padrão de ser e estar no mundo com os outros no que tange especialmente a essa marca inseparável do existir humano. Essa marca aparece determinando o que “é natural e que deve ser considerado o normal”, numa imposição quase totalitária de uma visão desumana que ainda perpassa, mesmo que na maioria das vezes em currículos ocultos, intencionais ou não, as formações regulares e continuadas como profissionais da educação, currículos próprios do modo de produção vigente atualmente, forjados a partir do interesse do grupo de pessoas que possuem o poder hegemônico. Afirma-se ser uma imposição “quase totalitária”, pois se seres humanos a constroem e impõem, os seres humanos podem transformar o que está posto por eles.

Desse modo, relembra-se a riqueza do primeiro bloco com o perfil docente estruturado a partir das questões específicas nessa direção. É possível rever cada perfil traçado, o quanto o

universo das pesquisadas trouxe uma riqueza imensa de diversidade em todos os aspectos: docentes de todas as idades, religiões, raça, cor, orientações sexuais, compostas por diversos modelos familiares etc. Outro ponto onde surge uma mescla enriquecedora de troca de saberes e fazeres é a diversidade do grau de escolaridade (graduação, especialização, mestrado e doutorado) e dos anos de experiências em docência na Educação Infantil. Essas perguntas semiestruturadas foram importantes para se traçar mais a fundo o perfil das docentes pesquisadas, tendo em vista a existência de diversas visões de mundo e diversas vivências de vida como ponto de partida para apoiar a compreensão de como elas viveram e vivem compreendendo a Educação Sexual em suas vidas. E que presente foi recebido com a generosidade e transparência das respostas delas!

E a análise dos dados trouxe este precioso desvelar das docentes registrarem corajosamente, com fraterna transparência, suas respostas, sabendo da importância da pesquisa para que suas vozes sejam ouvidas, mesmo que aflorasse muitas vezes nos seus registros esta vertente desumana biológico-reprodutivista como ainda majoritária em muitos momentos de reflexão sobre seus saberes e fazeres, em vários dos espaços de suas vidas que lhes foram solicitados pelas questões. Mas com o avançar dos blocos da estrutura do instrumento de coleta que as desafiavam sobre o que fazer e o que esperavam/esperam das formações continuadas, por exemplo, desvelaram avanços teórico-críticos que evidenciam movimentos que resultaram em quadros com a prevalência unânime de indicadores de uma vertente emancipatória de Educação Sexual.

Pôde-se constatar que ainda preponderaram, além da vertente biológico-reprodutivista, muitos traços da vertente normativa, mas surge também nas respostas, diante desse lindo trilhar, a vertente emancipatória de Educação Sexual, com muita força, desvelada a partir dos indicadores elencados nesta pesquisa. Mas além de apontarem o desejo e as possibilidades da transformação do que está posto como marcas de repressão, já desvelam as respostas sinais de um desejo e um compromisso com um amanhã possível de ser diferente, começando desde já no cotidiano escolar, mesmo que por meio de aparentes pequenas mudanças que sugerem e propõem. Mesmo sem terem ainda plena consciência, todas as respostas têm aderência plena aos direitos sexuais expressos na Declaração de Direitos Sexuais como direitos humanos da WAS, de 2014.

Eis que se registram esses sinais de esperança, então, como o grande presente que esta caminhada trouxe para este professor de Educação Infantil, pois permitiu compreender que se caminha juntos/as na utopia de um mundo melhor para todas as pessoas. E se caminha certamente com a utopia, como a define Chauí (1991, p. 230):

A utopia nasce do sentimento e da ideia do possível. O possível é o que jamais foi feito e, no entanto, poderia ser feito, é possibilidade e não probabilidade. É o que não possui a menor garantia prévia de que acontecerá, é procura de caminho, de saber de antemão se há caminho e, se houver, se será possível encontrá-lo, e se encontrado, se poderá ser percorrido, e se percorrido, onde nos levará. Essa falta absoluta de garantia é a utopia. Sua marca é o possível, e não o impossível. Quem sabe, hoje, se os que desejam o possível e não querem que seja uma causa pela qual se deva morrer, mas pela qual vale a pena viver, possam reencontrar o caminho, reabrir a passagem do sonho.

Esta utopia se fortalece porque essa marca de esperança, oriunda das respostas das docentes no quadro rosa da vertente emancipatória de Educação Sexual, mostra sólidos indicadores de já estar presente no cotidiano das professoras, num forte movimento de construção intencional de uma abordagem pedagógica de uma Educação Sexual emancipatória, em várias de suas múltiplas interfaces e na compreensão da magnitude de toda sua dimensão humana, que traz “[...] vivências de uma sexualidade, entendida como uma prazerosa dimensão inseparável do existir humano” (MELO *et al.*, 2011, p. 48).

Dessa maneira, compartilha-se do entendimento de Pacheco (2014, p. 116-117), de que

[...] compreendemos então que para vivenciarmos essa dimensão da sexualidade humana em sua plenitude é preciso que os professores recebam formação adequada regular ou continuada para que assim se tornem cidadãos críticos e reflexivos, capazes de planejar e executar suas práticas pedagógicas com a intencionalidade devida também no que se refere à dimensão da sexualidade.

Assim, agradecendo a confiança que as docentes depositaram nesta pesquisa, inclusive porque o pesquisador também é um colega que exerce a mesma função. Neste reconhecimento coletivo da beleza de ser docente na Educação Infantil, elas compreendem que este pesquisador se junta a elas nas maiorias das dúvidas que, por muitas vezes, tiveram e ainda têm. Juntas/os é possível reconhecer que se vivenciam as possibilidades de dar vida, no dia a dia, à utopia de um mundo novo, um mundo no qual se possa refletir sobre a dimensão sexualidade, inseparável do existir humano, como o faz Paulo Freire:

A sexualidade, enquanto possibilidade e caminho de alongamento de nós mesmos, de produção de vida e de existência, de gozo e de boniteza, exige de nós esta volta crítico-amorosa, essa busca de saber de nosso corpo. Não podemos estar sendo, autenticamente, no mundo e com o mundo, se nos fechamos medrosos e hipócritas aos mistérios de nosso corpo ou se os tratamos, aos mistérios, cínica e irresponsavelmente (FREIRE, 1993, p. 12)

Nessa compreensão da importância de ser/estar num coletivo nesta caminhada de mudança, neste caminho de produção de vida e de existência, também é significativo lembrar mais uma vez a riqueza desse coletivo. No primeiro bloco, houve o encontro com o perfil docente, composto pelas respostas das 29 (vinte e nove) queridas colegas que devolveram dados preciosos de quem são e o que pensam sobre a temática, lembrando também que cada uma

tem como pseudônimo o nome de uma das cem praias de Florianópolis, dentre as praias na ilha e no continente, também como uma homenagem de gratidão desta terra àquelas que com amor, carinho e competência educam as crianças.

Esta caminhada da pesquisa permitiu perceber que as ricas contradições, encontradas nas análises observadas em todo movimento de análise dos dados, dão indicativos, dentro do método dialético, de que o processo está em constante movimento de ir e vir, isto é, o conhecimento não é estático, bem como não o é o mundo, nem nele o que compreendem as/os professoras/es de Educação Infantil sobre Educação Sexual! A contradição, essência da dialética, não pode ser vista como algo negativo nas ações das docentes, mas sim como um sinal de esperança nessa alegria da busca no achado (YARED, 2016).

Nesse sentido, foi possível ver nos achados, nesta busca que foi a pesquisa, os prenúncios de mudança no desvelamento que as docentes trouxeram em suas respostas, nas suas utopias e nos seus sonhos. Elas ainda muito contribuíram registrando com clareza quais seus interesses de estudar na temática Educação Sexual, para melhorar seus saberes e fazeres, aperfeiçoando suas práticas pedagógicas, com todas essas necessidades registradas no Quadro 26 - Cursos que as docentes gostariam que fossem ofertados na área da Educação Sexual.

É preciso reafirmar que não se pode considerar este trabalho encerrado aqui, porque o conhecimento parte do princípio de que “[...] essa pesquisa vem da vida e vai para a vida e, nesse ir e vir, ficam registradas possibilidades de continuidade desse estudo” (FREITAS, 2021, p. 146). Continuidade essa que será e é a vontade de colaboração plena com as possibilidades que isso aconteça, ao entregar este trabalho aos setores devidos da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, em parceria com a Gerência de Formação Continuada.

Portanto, compartilhar-se-ão os resultados da pesquisa em todos os espaços possíveis, para honrar e homenagear as suas participantes e estimular que se façam novas investigações, buscando dar cada vez mais vozes a essas importantes protagonistas da Educação Infantil no Brasil e no mundo. Mas também os resultados certamente servirão como um aporte de subsídios teórico-metodológicos a seus processos de formação continuada numa perspectiva emancipatória, pois neles está expressa a compreensão das docentes sobre a temática, suas angústias, suas inseguranças e sua esperança de apoio em seus pedidos de aprofundarem cientificamente temas urgentes sobre Educação Sexual na perspectiva emancipatória para aprimorarem seus conhecimentos.

Tem-se a compreensão esperançosa de que se estarão fortalecendo com esta entrega as possibilidades que as reivindicações das docentes sejam atendidas em plenitude para que possam, com a dignidade e o respeito profissional a que tem direito, continuar seu lindo trabalho

nas unidades educativas, qualificando cada vez mais, com competência e amor, suas práticas pedagógicas cada vez mais emancipatórias, colaborando assim para que todos os direitos das crianças registrados nos documentos que regem a educação brasileira possam ser atendidos em plenitude, inclusive os direitos sexuais como parte indissociável dos direitos humanos.

“Utopia? Talvez. Mas para ser *utopista* é preciso ter coragem. Para não sê-lo basta ter medo”. Marcelo Bernardi.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Irene Silva de; GONÇALVES, Josiane Peres. Estado do conhecimento acerca da atuação de professores homens na educação infantil: análise de dissertações e teses entre os anos de 2000 e 2019. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 24, n. 54, p. 348-366, jan./abr. 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/1984723824542023348>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- ALMEIDA, Vilma Ribeiro de; SIQUEIRA, Romilson Martins. Educação popular e infância: princípios, concepções e práticas educativas. **Educação**, [S. l.], v. 46, n. 1, p. e23/ 1–24, 2021. DOI: 10.5902/1984644439376. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/39376>. Acesso em: 4 jun. 2023.
- ANDRADE, Elizane de. **Jogo do strip quiz**: análise dos conteúdos pedagógicos de educação sexual em um quadro do programa televisivo amor & sexo. 2011. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Educação e Cultura, Florianópolis, 2011.
- ANTUNES, Leandro; MELO, Sonia Maria Martins de. Reflexões sobre a formação continuada de professoras/es e suas interfaces com a educação sexual no cotidiano da educação infantil. **Dialogia**, São Paulo, n. 43, p. 1-19, e23175, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/43.2023.23175>. Acesso em: 14 fev. 2023.
- ARAÚJO, Vinicius Gurgel; LARA, Caio Augusto Souza. A mordaza do conservadorismo: violação de direitos e educação sexual no Brasil. **Percurso**, [S.l.], v. 3, n. 30, p. 151–154, 16 dez. 2019. Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito — CONPEDI. <http://dx.doi.org/10.21902/revpercurso.2316-7521.v3i30.3638>. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/3638/371372012>. Acesso em: 06 fev. 2023.
- AZIBEIRO, Nadir Esperança. Movimentos sociais, paradigma da complexidade e intercultura: algumas considerações para discussão em sala-de-aula. **Cadernos do NEPP**, n.1 maio de 2001, Florianópolis: NEPP, 2001.
- BARBOSA, Luciana Uchôa; VIÇOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes; FOLMER, Vanderlei. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [S.l.], v. 11, n. 10, p. 1-10, 8 jul. 2019. <http://dx.doi.org/10.25248/reas.e772.2019>. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/772>. Acesso em: 5 jan. 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BORTOLOZZI, Ana Cláudia. **Sexualidade na infância**: Manual para educadores/as. São Paulo: Gradus, 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Infecções Sexualmente Transmissíveis**. [S.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/i/ist#:~:text=A%20terminologia%20Infec%C3%A7%C3%B5es%20Sexualmente%20Transmiss%C3%ADveis,mesmo%20sem%20sinais%20e%20sintomas>. Acesso em: 30 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 26 mar. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 246, de 2019**. Institui o “Programa Escola Sem Partido”. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1707037](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037). Acesso em: 3 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. **ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília, 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021\\_Digital.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf). Acesso em: 20 fev. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category\\_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 29 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Dúvidas mais frequentes sobre educação infantil**. 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8169-duvidas-mais-frequentes-relacao-educacao-infantil-pdf&category\\_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8169-duvidas-mais-frequentes-relacao-educacao-infantil-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 26 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1, Ed. Extra.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file>. Acesso em: 23 maio 2022.

BRASIL DIAS, Carla Sofia. **A formação de educadores na educação sexual emancipatória**: um estudo dos níveis de reflexões nas práticas pedagógicas. 2009. 79 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Centro de



Ciências Humanas e da Educação, Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

BUENO, Rita Cássia Pereira; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 49–56, 2018. DOI: 10.35919/rbsh.v29i1.41. Disponível em: [https://www.rbsh.org.br/revista\\_sbrash/article/view/41](https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/41). Acesso em: 28 out. 2022.

BUSS-SIMÃO, Márcia; ROCHA, Eloisa. Nota crítica sobre a composição de pedagogias para a educação infantil. **Em Aberto**, [S.l.], v. 30, n. 100, p. 83-93, 18 jun. 2017. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.30i100.3301>. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3215#:~:text=Uma%20an%C3%A1lise%20cr%C3%ADtica%20das%20bases,torno%20de%20suas%20experi%C3%A2ncias%20educativas..> Acesso em: 19 mar. 2023.

CAMPOS, Roger Henrique. **Infância e sexualidade**: desafios para a educação sexual infantil. Curitiba: Jaruá, 2019.

CARVALHO, Gabriela Maria Dutra de *et al.* **Educação sexual**: interfaces curriculares: caderno pedagógico. Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2012.

CARVALHO, Gabriela Maria Dutra; PEREIRA, Gabriela Raupp; SANTOS, Vera Márcia Marques. Sexualidade infantil: algumas considerações pedagógicas. *In*: CINTRA, Rosana Carla Gonçalves Gomes. **Desafios da prática docente na Educação Infantil**: pesquisas no cenário contemporâneo. Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2014. p. 87-103.

CARVALHO, Hanielly Cristinny Mendes. **Educação sexual na formação de professores**: caminhos para a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes. 2021. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ensino Para A Educação Básica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Urutaí, 2021.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; PIO, Paulo Martins. A categoria da práxis em Pedagogia do Oprimido: sentidos e implicações para a educação libertadora. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, [S.l.], v. 98, n. 249, p. 428-445, 18 jun. 2017. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.98i249.2729>. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3378>. Acesso em: 14 fev. 2023.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual, essa nossa (des)conhecida**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CHIMENTÃO, Lilian Kemmer. **O significado da formação continuada docente**. *In*: 4º CONFEP – Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar. Universidade de Londrina, 2009. **Anais eletrônicos** [...]. Londrina, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/conpef/conpef4/trabalhos/comunicacaooralartigo/artigocomoral2.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2022.

CRESWELL, John Ward. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DINIZ, Célia Regina; SILVA, Iolanda Barbosa. **Metodologia científica**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008.

EGYPTO, Antonio Carlos. **Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante**. São Paulo: Cortez, 2003.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FERREIRA, Maria Edite; MENDES, Celeste. Formação continuada: um instrumento de transformação na educação a partir da correlação teórico-prático no contexto escolar. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [S.l.], p. 32-49, 13 dez. 2021. <http://dx.doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/transformacao-na-educacao>. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/transformacao-na-educacao>. Acesso em: 14 fev. 2023.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível**. 2. ed. Londrina: Eduel, 2014.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **A formação de educadores sexuais: possibilidades e limites**. 2001. 316 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2001.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual: retomando uma proposta um desafio**. 3. ed. rev. ampl. Londrina, PR: Eduel, 2010.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Conquistas e desafios das educadoras e educadores atuantes em educação sexual: subsídios para a formação docente. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [S. l.], v. 30, n. 1, 2019. DOI: 10.35919/rbsh.v30i1.99. Disponível em: [https://www.rbsh.org.br/revista\\_sbrash/article/view/99](https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/99). Acesso em: 19 fev. 2023.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 7, n. 1, 2007. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1323>. Acesso em: 3 jul. 2023.

FINCO, Daniela. **Educação Infantil, espaço de confronto e convívio com as diferenças: análise das interações entre professoras e meninas e meninos que transgridem as fronteiras de gênero**. 2010. 198f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Mapas das unidades educativas**. 2022. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=mapas+das+unidades+educativas&menu=4&submenuid=139>. Acesso em: 8 nov. 2022.

FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal. **Lei nº 5.847, de 04 de junho de 2001**. Cria a denominação oficial das praias, no município de Florianópolis e dá outras providências. Disponível em: <https://cm.jusbrasil.com.br/legislacao/993744/lei-5847-01#:~:text=CRIA%20A%20DENOMINA%20C3%87%20C3%83O%20OFICIAL%20DAS,FLORIAN%20C3%93POLIS%20E%20D%20C3%81%20OUTRAS%20PROVID%20C3%8ANCIAS>. Acesso em: 22 abr. 2023.

FONSECA, Thomaz Spartacus Martins. O professor homem nos anos iniciais do ensino fundamental, formação e feminização: questões de gênero? *In: Fazendo Gênero: Diásporas, diversidades, deslocamentos*. Florianópolis, 2010. Disponível em: [http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278272786\\_ARQUIVO\\_TextoThomazFazendogenero2010.pdf](http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278272786_ARQUIVO_TextoThomazFazendogenero2010.pdf). Acesso em: 10 jan. 2023

FRANÇA, Fabiane Freire; CALSA, Geiva Carolina. Gênero e sexualidade na formação docente: desafios e possibilidades, *Revista Sociais e Humanas*, v. 24, n. 2, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/2828>. Acesso em: 1 ago. 2022.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 51. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra S.A., 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021a.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 49. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 77. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2021c.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. Prefácio. *In: RIBEIRO, Marcos. Educação Sexual: novas ideias, novas conquistas*. São Paulo: Editora Gente, 1993. p. 11-12.

FREITAS, Marcia de. **Educação sexual em debate nas ondas da rádio UDESC FM 100.1 Florianópolis: estudo de caso dos programas gravados de 2007 a 2015**. 2016. 404 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2016.

FREITAS, Marcia de. **Educação sexual nas ondas de rádios comunitárias: processos sensibilizadores para a emancipação dos sujeitos**. 2021. 157 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

FREITAS, Marcia de; MELO, Sonia Maria Martins de; ZILLI, Aline Silva; MIRANDA, Andréia Valéria de Souza. Curso de formação de professores (as) por meio do programa educação sexual em debate na Rádio UDESC FM 100.1 Florianópolis: algumas reflexões sobre os caminhos percorridos. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 12, n. esp. p. 1130–1141, 2017. DOI: 10.21723/riaee.v12.n2.8651. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8651>. Acesso em: 16 fev. 2023.

FRUTUOSO, Carolina Oliveira. **Sexualidade na Educação Infantil**. 2013. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Curso de Pedagogia, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/196200>. Acesso em: 27 mar. 2022.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

GAGLIOTTO, Giseli Monteiro; LEMBECK, Tatiane. Sexualidade e adolescência: a educação sexual numa perspectiva emancipatória. **Educere et Educare**, [S. l.], v. 6, n. 11, 2011. DOI: 10.17648/educare.v6i11.4802. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/4802>. Acesso em: 01 jul. 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52806/000728684.pdf?seq>. Acesso em: 10 nov. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GONÇALVES, Jaqueline Marim. **Contribuições de importantes teóricos do campo do discurso educacional para a construção da concepção de educação infantil no Brasil**. 2022. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Rondônia, Vilhena, 2022. Disponível em: <https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/3637>. Acesso em: 20 fev. 2023.

GONÇALVES, Randys Caldeira; FALEIRO, José Henrique; MALAFAIA, Guilherme. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. **Holos**, [S. l.], v. 5, p. 251-263, 28 out. 2013. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). <http://dx.doi.org/10.15628/holos.2013.784>. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/287516372\\_EDUCACAO\\_SEXUAL\\_NO\\_CONTEXTO\\_FAMILIAR\\_E\\_ESCOLAR\\_IMPASSES\\_E\\_DESAFIOS](https://www.researchgate.net/publication/287516372_EDUCACAO_SEXUAL_NO_CONTEXTO_FAMILIAR_E_ESCOLAR_IMPASSES_E_DESAFIOS). Acesso em: 06 mar. 2023.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

GUIMARÃES, Célia Maria. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 81-142, set./dez. 2017. Disponível em: 202 <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818382017081>. Acesso em: 25 mar. 2023.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Continuada de Professores**. Tradução Juliana dos Santos Padilha. Porto Alegre: Artmed, 2010.

IZA. Fé (Vídeoclipo Oficial). 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Tr7mwAGTdK4>. Acesso em: 18 jun. 2023.

JESUS MIORANZA, Camila Mendes de. **A oferta de formação continuada da Rede Municipal de Educação Infantil em Florianópolis: uma análise das conexões de sentido entre o discurso oficial e o programa de formação.** 2019. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2019.

JORGE, Maria Helena Prado de Mello; LAURENTI, Ruy; GOTLIEB, Sabina Léa Davidson; OLIVEIRA, Bruno Zoca de; PIMENTEL, Elaine Cristina. **Características das gestações de adolescentes internadas em maternidades do estado de São Paulo, 2011.** Epidemiologia e Serviços de Saúde, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 305-315, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742014000200012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/QyWqmxpmsjcg3b5XKTP4Dxy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 fev. 2022.

KORNATZKI, Luciana. **Educação sexual intencional em livros para a infância: um estudo de suas vertentes pedagógicas.** 2013. 268 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em Educação, Florianópolis, 2013.

LARA, Adriane Alves dos Santos Gonzales; KASSBURG, Anielle Evelyn Silva; FREIRE, Cleuza da Silva; BARROS, Dagmar Modesto Batista; MARTINS, Gleice Aparecida; DAMASCENA, Nilva Dias; SILVA, Rosângela Ercy da; BRITO, Rosângela Nonato de; CORRÊA, Tainah de Oliveira Gonçalves; BARBOSA, Verônica Delgado do Nascimento. A sexualidade na educação infantil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], p. 09-108, 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2950>. Acesso em: 13 mar. 2023.

MALAGI, Aline. **A formação do/a pedagogo/a para a educação sexual escolar.** 2020. 363 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

MATTOS, Mellany Viaro Gobbi de. **A série de videoaulas EDUSEXCOMUNICA à luz das DDSDH: análise de conteúdo dos materiais pedagógicos com interfaces midiáticas produzidos de 2013 a 2018.** 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

MATTOS, Mellany Viaro Gobbi de. **Quem educa o educador?: do vivido em cotidianos escolares a uma análise do prescrito em documentos legais como indicadores de direito dos educadores às vivências de processos de educação sexual emancipatória.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000042/0000429a.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2022.

MEDEIROS, Clayton Gomes; RODRIGUES, Hanslilian Correia Cruz. A educação infantil e o ranço do assistencialismo. **Cadernos da Escola de Direito**, v. 1, n. 20, 25 fev. 2015. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernosdireito/article/view/3034>. Acesso em: 20 fev. 2023.

MELO, Sonia Maria Martins de; MENDES, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira. Por que ainda temos vergonha de falar de sexualidade com as crianças? Algumas reflexões necessárias. **Política, Formação e Saberes Docentes**, [S.l.], p. 148-164, 28 abr. 2023. Pimenta Cultural. <http://dx.doi.org/10.31560/pimentacultural/2023.96740.8>.

MELO, Sonia Maria Martins de; PACHECO, Raquel da Veiga; FREITAS, Marcia de. Educação sexual emancipatória e o pensamento crítico: reflexões sobre saberes e fazeres do grupo edusex. **Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, [S.l.], v. 14, n. 26, p. 438-453, 11 dez. 2020. Anima Educação. <http://dx.doi.org/10.19177/prppge.v14e262020438-453>. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/download/9780/5466/25297>. Acesso em: 28 maio 2023.

MELO, Sonia Maria Martins de; POCOVI, Rosi Maria de Souza. **Educação e Sexualidade**. Florianópolis: UDESC, 2002. v. 1. (Caderno Pedagógico)

MELO, Sonia Maria Martins de *et al.* **Educação e sexualidade**. 2. ed. rev. Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2011.

MELO, Sonia Maria Martins de *et al.* Educação Sexual em debate: conversando com educadores pelas ondas da Rádio UDESC. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 01, p. 112-123, 2010.

MELO, Sonia Maria Martins de *et al.* Educação sexual e produção de conhecimento: reflexões sobre o trabalho integrado de dois grupos de pesquisa. **Humanidades & Inovação**, v. 7, p. 212-225, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5064>. Acesso em: 03 fev. 2023.

MENDES, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira. **Compondo a cena de dissenso na retirada dos termos “igualdade de gênero e orientação sexual” do PNE 2014/2024: uma crítica em torno do cenário em questão**. 2016. 237 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/174707>. Acesso em: 03 mar. 2023.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal Sexualidade e Gênero na atual BNCC: possibilidades e limites. **Pesquisa e Ensino**, [S. l.], v. 1, p. e202011, 2020. DOI: 10.37853/pqe.e202011. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/pqe/article/view/626>. Acesso em: 6 fev. 2023.

MOREIRA, Sônia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 269-279.

NASCIMENTO, Geysa Cristina Marcelino; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. A Revelação da homossexualidade na família: revisão integrativa da literatura científica. **Temas em Psicologia**, [S.l.], v. 26, n. 3, p. 1527-1541, 2018. Associação Brasileira de Psicologia. <http://dx.doi.org/10.9788/tp2018.3-14pt>. Acesso em: 25 nov. 2022.

NÓVOA, António. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa-Portugal: Educa, 2002.

NUNES, César Aparecido. **Filosofia, sexualidade e educação**: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre educação sexual escolar. 1996. 330 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. Campinas, SP: Papirus, 1987.

NUNES, César Aparecido; SILVA, Edna. **Manifestações da Sexualidade da Criança**. Campinas, SP: Século XXI, 1997.

NUNES, César Aparecido; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança**: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. Campinas: Autores Associados, 2006.

NUNES, Sílvia Ávila. **Escola sem partido sob a crítica de uma perspectiva democrática de educação**. 2018. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2018.

OLIVEIRA, Arlete Piccolo de. **Sexualidade e educação infantil**: uma visão histórica, teórica e cultural. 1. ed. São Paulo: Edição do Autor, 2016.

OLIVEIRA, Lisis Fernandes Brito de. Educação sexual e prática educativa cotidiana. *In*: CASTRO, Paula Almeida de; SILVA, Gessika Cecilia Carvalho da; SILVA, Alex Vieira da; SILVA, Givanildo da; CAVALCANTI, Ricardo Jorge de Sousa. **Escola em Tempos de Conexões**. Campina Grande: Realize, 2022. p. 850-871. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.46943/vii.conedu.2021.02.044>. Acesso em: 30 jan. 2023.

OLIVEIRA, Thaís Villa. **Todas somos educadoras sexuais**: a formação continuada na Educação Infantil pensa sobre isso? 2021. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.144>. Acesso em: 05 jun. 2022.

OLIVEIRA, Thaís Villa; PRADO, Vagner Matias do. Formação continuada em educação sexual para docentes de Educação Infantil. **Revista Cocar**, Pará, v. 14, n. 30, p. 1-17, set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3502>. Acesso em: 19 fev. 2023.

OLIVEIRA, Vanessa Boaventura Martins. Prefácio. *In*. CAMPOS, Roger Henrique. **Infância e sexualidade**: desafios para a educação sexual infantil. Curitiba: Jaruá, 2019. p. 11-12.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. Organização Mundial da Saúde – OMS. **Coronavírus**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 3 fev. 2023.

PACHECO, Raquel da Veiga. **Escola de Princesas**: um estudo da compreensão de professoras sobre a influência do filme da boneca Barbie na educação sexual de crianças. 2014. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

PACHECO, Raquel da Veiga. **Consolidação da educação sexual como tema de pesquisa no Brasil**: mapeamento das dissertações e teses defendidas nos programas de pós-graduação

em educação. 2020. 178 f. Tese (Doutorado em Educação) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e da Educação-Faed, Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

PACHECO, Raquel da Veiga; MELO, Sonia Maria Martins de. A influência de filmes da Barbie sobre a educação sexual das crianças: na busca da compreensão de professoras sobre o tema. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara**, v. 9, n. 3, p. 656–667, 2015. DOI: 10.21723/riaee.v9i3.6437. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6437>. Acesso em: 6 mar. 2023.

PEREIRA, Gabriela Raupp. Decursos Educativos e Conhecimentos para uma Educação Sexual Emancipatória Intencional. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 01, p. 53-67, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2016>. Acesso em: 01 jul. 2022.

PEREIRA, Graziela; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático. **Educar em Revista**, [S.l.], n. 39, p. 51-71, abr. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40602011000100005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/CQBDVRPkvjNj4rhR4rxR6hz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 jun. 2023.

PORTAL CATARINAS. “**Não posso orientar quem não acredita naquilo que estuda**”, afirma Marlene de Fáveri. 2017. Disponível em: <https://catarinatas.info/nao-posso-orientar-quem-nao-acredita-naquilo-que-estuda-afirma-marlene-de-faveri/>. Acesso em: 3 fev. 2023.

REGUEIRA, Aparecida Tereza Rodrigues. **As fontes estatísticas em relações raciais e a natureza da investigação do quesito cor nas pesquisas sobre a população no Brasil: contribuição para os estudos das desigualdades raciais na educação**. 2004. 239 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

RIBEIRO, Marcos. **Educação em sexualidade: conteúdos – metodologias – entraves**. Rio de Janeiro; Wak Editora, 2020.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos para uma cidadania ativa. *In*: RABELO, Amanda Oliveira; PEREIRA, Graziela Raupp; REIS, Maria Amélia de Souza. **Formação docente em gênero e sexualidade: entrelaçando teorias, políticas e práticas**. Petrópolis: De Petrus et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013. p. 7-15.

RIZZA, Juliana Lapa. **A sexualidade no cenário do ensino superior: um estudo sobre as disciplinas nos cursos de graduação das universidades federais brasileiras**. 2015. 145 f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2015.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. Diretrizes Educacionais - Pedagógicas para a Educação Infantil. *In*: **Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil**. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. Florianópolis: Prelo Gráfica & Editora Ltda, 2010. p. 12-20.



RODRIGUES, Letícia. **Por que a educação sexual é tão importante para crianças e adolescentes?** 2020. Disponível em:

<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/04/por-que-educacao-sexual-e-tao-importante-para-criancas-e-adolescentes.html>. Acesso em: 28 abr. 2022.

ROMANCINI, Richard. Do “Kit Gay” ao “Monitor da Doutrinação”: a reação conservadora no Brasil. **Revista Contracampo**, [S.l.], v. 37, n. 2, p. 88-108, 28 ago. 2018. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - UFF.

<http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v0i0.1102>. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17628>. Acesso em: 3 fev. 2023.

SANTOS, Marinês Ribeiro dos. Gênero e cultura material: a dimensão política dos artefatos cotidianos. *Revista Estudos Feministas*, **Florianópolis**, v. 26, n. 1, p. 1-8, 24 abr. 2018.

Quadrimestral. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/37361>.

Acesso em: 09 jan. 2023.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. *In*: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. **As crianças, contextos e identidades**. Braga, Portugal. Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança. Ed. Bezerra, 1997. p. 9-30.

SAYÃO, Rosely. Saber o sexo: os problemas da informação sexual e o papel da escola. *In*: AQUINO, Julio Groppa (org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997. p. 97-105.

SILVA, Claudionor Renato da. **Docência masculina na educação infantil: impressões de um iniciante**. Gênero e raça em discussão. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

SILVA, Christiane Pimentel e. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Serviço Social & Sociedade**, [S.l.], n. 134, p. 34-51, abr. 2019. FapUNIFESP

(SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.164>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/dQkqhYS3WDkMNX3N44JCKf/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SILVA, Edna Aparecida da. **Filosofia, Educação e Educação Sexual: matrizes filosóficas e determinações pedagógicas do pensamento de Freud, Reich e Foucault para a abordagem educacional da sexualidade humana**. 2001. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SILVA, José Moisés Nunes da; NUNES, Vandernúbia Gomes Cadete. Formação continuada docente: uma análise a partir da lei de diretrizes e bases da educação nacional (Ldb/1996) e das diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada de professores da educação básica (resolução cne-cp 2/2015). **Research, Society And Development**, [S.l.], v. 9, n. 8, p. 1-22, 7 jul. 2020. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5150>. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5150/4890>. Acesso em: 14 fev. 2023.

SILVA, Julie Anne Willrich Mahfud da; PEREIRA, Graziela Raupp. Educação e sexualidade na infância: um olhar para a formação docente na contemporaneidade. **Política, Formação e Saberes Docentes**, [S. l.], p. 165-187, 28 abr. 2023. Pimenta Cultural.

<http://dx.doi.org/10.31560/pimentacultural/2023.96740.9>.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. 9ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SIQUEIRA, Romilson Martins. **Do silêncio ao protagonismo**: por uma leitura crítica das concepções de infância e criança. 2011. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

SOUZA, Ivan Vicente de. **“Tem um homem na minha creche”**: a questão de gênero na produção científica e a construção da identidade profissional na docência na educação infantil. 2016. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização EaD Gênero e Diversidade na Escola) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **A Pesquisa e a Produção de Conhecimentos**. 2010. Disponível em:  
<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/195/3/01d10a03.pdf>. Acesso em: 27 de abr. 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VARELA, Cristina Monteggia. **Jogos online e educação sexual**: o que as crianças aprendem quando jogam. 2014. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2014.

VASCONCELOS, Naumi. **Os dogmatismos sexuais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

VITTAR, Pablio. **Indestrutível** (Vídeoclipe Oficial). 2018. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=O8B72HzTuww>. Acesso em: 09 jan. 2023.

WARKEN, Aline Diniz. **Estudo exploratório sobre meio ambiente, sexualidade e suas interfaces à luz do pensamento paulofreireano**. 2018. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

WARKEN, Aline Diniz; MELO, Sonia Maria Martins de. Reflexões sobre contribuições do pensamento Paulo Freireano para uma educação sexual emancipatória pautada nos direitos sexuais como direitos humanos. **Revista Cocar**, Pará, v. 13, n. 25, p. 34-52, jan. 2019. Quadrimestral. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2149>. Acesso em: 18 fev. 2023.

WAS. World Association for Sexual Health. **Declaração dos Direitos Sexuais**. 2014. Disponível em: <http://www.worldsexology.org/wp-content/uploads/2013/08/DSR-Portugese.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

WEREBE, Maria José Garcia. **Sexualidade, política e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

YARED, Yalin Brizola. **Do prescrito ao vivido**: a compreensão de docentes sobre o processo de educação sexual em uma experiência de currículo integrado de um curso de medicina.

2016. 443 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

YARED, Yalin Brizola; MELO, Sonia Maria Martins de. Opção sexual ou orientação sexual? A compreensão de professores de um curso de Medicina sobre sexualidade. **Revista Portuguesa de Educação**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 175–195, 2018. DOI: 10.21814/rpe.15350. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/15350>. Acesso em: 27 jun. 2023.

YARED, Yalin Brizola; MELO, Sonia Maria Martins de; VIEIRA, Rui Marques. Relevância do Pensamento Crítico para a Educação Sexual Intencional Emancipatória. *In*: DOMINGUEZ, Caroline (org.). **Pensamento Crítico na Educação**: desafios atuais. 1. ed. Vila Real: UTAD, 2015. v. 1. p. 233-239.

YARED, Yalin Brizola; MELO, Sonia Maria Martins de; VIEIRA, Rui Marques. A Importância do Pensamento Crítico em Inovações Curriculares: interface com a educação sexual emancipatória. **Educação** (Ufsm), [S. l.], v. 45, n. 1, p. 1-29, 13 maio 2020. Universidade Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/1984644433096>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/33096>. Acesso em: 14 fev. 2023.

ZANELA, Claudia Cristina; BARCELOS, Ana Regina Ferreira de. **Desafios Metodológicos para a Formação Continuada dos/das Profissionais de Educação**. Florianópolis: Prefeitura de Florianópolis. Secretaria de Educação, 2016.

ZITKOSKI, Jaime José. Diálogo/dialogicidade. *In*: STRECK, Danilo Romeu; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 151-152.

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



GABINETE DO REITOR

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa mestrado intitulada **COMPREENSÃO DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM FLORIANÓPOLIS SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL: SUBSÍDIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE PROCESSOS DE EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA**, que fará a aplicação de um questionário, tendo como objetivo geral: desvelar a compreensão sobre a categoria educação sexual de docentes de núcleos de EDI Continental em Florianópolis como subsídio a projetos de formação continuada numa perspectiva emancipatória. Como objetivos específicos, registro: aprofundar estudos de fundamentos teórico-metodológicos das categorias-base do projeto, a saber: formação continuada de professoras/es; educação sexual; educação sexual emancipatória e educação infantil; realizar pesquisa de campo junto a docentes de EDI-Continente da Prefeitura/ Secretaria Municipal de Florianópolis; realizar análise de conteúdo do material coletado para elaborar relatório final. É questão norteadora: qual a compreensão atual de docentes da Educação Infantil (EDI) da região continental de Florianópolis sobre a abordagem de educação sexual subjacente às suas práticas pedagógicas? Serão previamente marcados data e horário para ida a campo com a entrega dos questionários as(os) docentes da unidade educativa. Essas medidas serão realizadas nos dezesseis (16) Núcleos de Educação Infantil Municipal-NEIM de Florianópolis da região Continental sendo elas: NEIM Abraão; NEIM Celso Pamplona; NEIM Chico Mendes; NEIM Dona Cota; NEIM Ilha Continente; NEIM Jardim Atlântico; NEIM Joel Rogério de Freitas; NEIM Coqueiros; NEIM Júlia Maria Rodrigues; NEIM Paulo Michels; NEIM Machado de Assis; NEIM Mateus de Barros; NEIM Maria Barreiros; NEIM Nagib Jabor; NEIM Professora Antonieta de Barros; NEIM Otília Cruz. Nas entregas, será realizado um encontro com os docentes em cada núcleo para expor o porquê da pesquisa e da importância da sua colaboração no preenchimento do questionário. Também será comunicado não ser obrigatório responder ao questionário, caso não tenha interesse em contribuir com a pesquisa.

O(a) Senhor(a) e seu/sua acompanhante não terão despesas e nem serão remunerados pela participação na pesquisa. Todas as despesas decorrentes de sua participação serão ressarcidas. Em caso de danos decorrentes da pesquisa será garantida a indenização.

Os riscos desses procedimentos, por ser um questionário, poderão ser mínimos: 1. desconforto; 2. timidez; 3. cansaço ao responder às perguntas, por envolver mediações não invasivas por meio de respostas a um questionário, sendo solicitado que o(a) Senhor(a) responda a algumas questões de identificação e perfil, bem como algumas questões abertas que retratem sua compreensão sobre educação sexual e sua importância como subsídio a projetos de formação continuada numa perspectiva emancipatória. Sendo assim, ressalta-se a não obrigatoriedade de responder a todas as questões e que, caso a/o participante não se sinta à vontade ou ache necessário, poderá se retirar a qualquer momento, caso um desses fatores venha surgir. Caso uma dessas providências e ou cautelas necessitem ser empregadas, será atendido o pedido da/o participante, respeitando sua opinião e vontade de não querer responder ao questionário.

A sua identidade será preservada, pois cada indivíduo será identificado por um codinome, de sua escolha, tendo em vista a necessidade de análise qualitativa das respostas às perguntas do questionário, o que irá ajudar a construir a dissertação. A pessoa que desenvolverá os procedimentos de coleta e análise dos dados será este pesquisador Pedagogo e mestrando em Educação.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão as contribuições resultantes que as(os) respondentes do questionário registrarem, desvelando sua compreensão sobre a temática, contribuindo assim para fazer Ciência calcada em processos de educação sexual emancipatória subjacente a sua prática pedagógica, a partir daquilo que for descrito que é vivenciado por eles e elas na educação infantil. Os benefícios teóricos e empíricos desta pesquisa podem aprofundar os conhecimentos acerca da sensibilização para uma Educação Sexual Intencional Emancipatória em processos de formação de professoras(es), bem como em inovações pedagógicas no cotidiano escolar

Solicitamos a sua autorização também para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não identificação do seu nome.

Reafirmamos que o(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento sem constrangimentos.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o participante da pesquisa.

NOME DO PESQUISADOR MESTRANDO RESPONSÁVEL PARA CONTATO:

Leandro Antunes

NÚMERO DO TELEFONE: E-MAIL: profantunes.educacao@gmail.com

ENDEREÇO: Rua: Palhoça- SC

ASSINATURA DO PESQUISADOR:

NOME DA PESQUISADORA ORIENTADORA RESPONSÁVEL PARA CONTATO:

Sonia Maria Martins de Melo

NÚMERO DO TELEFONE

ENDEREÇO: Florianópolis- Santa Catarina

ASSINATURA DO PESQUISADOR:

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – CEPESH/UEDESC

Av. Madre Benvenuta, 2007 – Itacorubi – Florianópolis – SC -88035-901

Fone/Fax: (48) 3664-8084 / (48) 3664-7881 - E-mail: [cep.udesc@gmail.com](mailto:cep.udesc@gmail.com)

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

SRTV 701, Via W 5 Norte – lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte - Brasília-DF  
- 70719-040

Fone: (61) 3315-5878/ 5879 – E-mail: [conep@saude.gov.br](mailto:conep@saude.gov.br)

**TERMO DE CONSENTIMENTO**

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome

por

extenso

---

Assinatura \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_ Data:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO**

Florianópolis, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

*Olá, me chamo Leandro Antunes, sou professor de Educação Infantil na RME de Florianópolis em cargo ACT. Estou realizando esta pesquisa de mestrado cujo objetivo é desvelar a compreensão de docentes de núcleos de Educação Infantil (EDI) da região Continental em Florianópolis sobre Educação Sexual, como subsídio a projetos de formação continuada. **Para isso, conto com sua ajuda para responder ao questionário anexo, iniciando por escolher um pseudônimo que lhe garantirá o anonimato. Também solicito sua assinatura no Termo de autorização de uso dos dados, também anexo.***

*Agradeço desde já sua participação, pois, a partir de suas valiosas contribuições, poderemos, juntos e juntas, colaborarmos com propostas de formação continuada que nos ajudarão a nos aperfeiçoarmos na direção de uma educação que contribua cada vez mais para que nossas crianças tenham uma caminhada escolar mais respeitosa e feliz, sendo atendidas em toda sua plenitude como pessoas de direitos que são.*

*Caso considere este questionário longo, sinta-se à vontade para respondê-lo por etapas, ou seja, em mais de um dia, se achar que será mais tranquilo assim. Caso o espaço não seja suficiente para responder a alguma questão, você poderá respondê-la em outra folha e anexá-la junto ao questionário, apontando o número da pergunta e em seguida a resposta.*

*Grato por ser quem você é e por sua importante presença como educador-educadora cuidando e educando o futuro deste país.*

*Abraços fraternos com gratidão.*

*Prof. Mestrando Leandro Antunes.*

**Deixo aqui meus contatos caso necessário: E-mail: [pesquisador.profantunes@gmail.com](mailto:pesquisador.profantunes@gmail.com)**

**Data da entrega do material: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ para direção.**

**Perfil: quem sou eu?**  
**Favor escolher e registrar aqui seu pseudônimo que garantirá seu anonimato**

---

**1- Sexo:**

- masculino  feminino  intersexo  
 outro, qual \_\_\_\_\_

**2- Faixa etária:**

- 18 a 24 anos  
 25 a 29 anos  
 30 a 39 anos  
 40 a 49 anos  
 50 anos ou mais

**3- Religião:**

- Católica  
 Evangélica  
 Espírita  
 Umbanda  
 Não tenho  
 Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**4- Cor/raça segundo o IBGE**

- Branca  
 Preta  
 Parda  
 Amarela  
 Indígena  
 Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**5- Estado civil**

- Solteira/o  Casada/o  União estável  Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**6- Orientação sexual**

- Heterossexual  Homossexual  Bissexual  Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**7- Como é composta sua família atual?****8- Para início de conversa, convido você a responder o que compreende por:**  
**Sexo-****Sexualidade-****Educação Sexual-**



**9- A seguir, registre todo seu caminho escolar (escolas onde estudou, ano, local/cidade) desde a educação infantil, passando pelo ensino fundamental até o ensino superior/pós-graduação.**

**10- Agora registre todos as suas trajetórias nos empregos que você teve até chegar ao NEIM, destacando a função, o local e/ou instituição, o período/ano e a cidade onde trabalhou.**

**11- Experiência em anos de docência:**

- 0 a 5 anos  
 6 a 10 anos  
 11 a 15 anos  
 16 a 20 anos  
 21 anos ou mais

**12- Em qual NEIM atua no momento:**

- NEIM Abraão;  NEIM Celso Pamplona;  NEIM Chico Mendes;  
 NEIM Dona Cota;  NEIM Ilha Continente;  NEIM Jardim Atlântico;  
 NEIM Joel Rogério de Freitas;  NEIM Coqueiros;  NEIM Júlia Maria Rodrigues;  NEIM Paulo Michels;  NEIM Machado de Assis;  NEIM Mateus de Barros;  NEIM Maria Barreiros;  NEIM Nagib Jabor;  NEIM Professora Antonieta de Barros;  NEIM Otília Cruz

**13. Você é**

- ( ) Professor/a Regente ( ) 20 horas semanais ou ( ) 40 horas semanais  
 ( ) Professor/a auxiliar ( ) 20 horas semanais ou ( ) 40 horas semanais

**14- Atualmente você é:**

- Efetivo/a na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis - RME  
 Admitido/a como Professor/a em Caráter Temporário – ACT

**15- Qual seu grupo ou grupos de atuação?**

- G 1  
 G 2  
 G 3  
 G 4  
 G 5  
 G 6  
 G misto. Qual? \_\_\_\_\_

**16- Como você compreende que foi sua Educação Sexual na sua família de origem (pai, mãe, avós etc.)? Descreva-a.**

**16.1- Desta época, registre algum fato acontecido sobre a temática e como foi encaminhado.**

**17- Como você compreende estar acontecendo a Educação Sexual na família que você estruturou atualmente? Descreva-a.**

**17.1- Registre algum fato acontecido atual sobre a temática neste seu espaço familiar e como foi encaminhado.**

**18- Como você compreende que foi a Educação Sexual nas escolas onde estudou? Descreva-a.**

**18.1- Registre algum fato acontecido sobre a temática naqueles espaços escolares e como foi encaminhado.**

**19- Como você compreende que é a Educação Sexual no seu NEIM? Descreva-a.**

**19.1- Registre algum fato acontecido sobre a temática neste seu espaço profissional (unidade educativa) e como foi encaminhado.**

**20- Como você compreende que é a Educação Sexual na sua sala referência/cotidiano? Descreva-a.**

**20.1- Registre algum fato acontecido sobre a temática no cotidiano de sua sala referência e como você lidou com a questão.**

**21- Você se sente capacitada para trabalhar projetos de Educação Sexual intencionais com suas crianças?**

Sim

Dê exemplos de algumas práticas pedagógicas que você já utilizou.

Não

Explique o porquê.

**22- Vamos refletir sobre esta situação: numa sala de aula da Educação Infantil, com crianças de idade entre 3 e 4 anos, uma professora encontra dois meninos no banheiro da escola, um deles mexendo no pênis do coleguinha. Buscando contribuir para a construção de um processo de Educação Sexual intencional na escola num paradigma emancipatório, essa professora deverá**

conversar com os pais do menino que estava mexendo no pênis do coleguinha, sugerindo punições em casa, contribuindo assim para que ele não venha a ser futuramente um homossexual;

conversar com os pais dos dois meninos sobre o fato ocorrido, prevenindo assim, nos dois meninos, uma possibilidade futura de homossexualidade;

conversar apenas com os dois alunos, repreendendo-os firmemente e orientando-os para que não tenham mais esse tipo de comportamento inadequado entre meninos por ser atitude própria de quem será chamado de “bichinha”;

tratar a situação com serenidade, convidando os meninos a retornarem ao grupo e inserir no seu planejamento o tema do conhecimento do corpo humano com metodologias adequadas à idade.

**Justifique a sua resposta:**

**23- Você se sente preparada e à vontade para lidar cotidianamente em sua sala/NEIM com questões iguais a essa?**

Sim.

Com qual abordagem você trabalha?

Não.

Descreva os entraves que atrapalham suas práticas nesse sentido.

**24- Você já participou de formações continuadas sobre essa temática?**

Sim.

Registre quais foram, quem as ofereceu, bem como as temáticas tratadas.

Não.

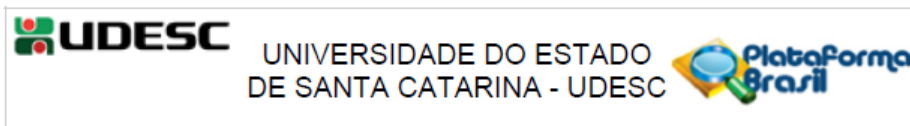
**24.1. Registre também qual sua avaliação sobre os cursos oferecidos: pontos positivos e pontos negativos e como poderiam ser melhores.**

**25- Quais conteúdos sobre o tema Educação Sexual e como gostaria que fossem estruturados os cursos que você gostaria de estudar em mais uma etapa de formação continuada?**

**Chegamos ao final do questionário, fico muito contente que você tenha participado e respondido às questões. Agradeço seu carinho e seu tempo em me ajudar a ampliar os horizontes referentes ao tema pesquisado. Finalizo aqui deixando essa frase do nosso querido Paulo Freire (1989): “Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre”.**

**Obrigado!**

## ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** COMPREENSÃO DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM FLORIANÓPOLIS SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL: SUBSÍDIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE PROCESSOS DE EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA

**Pesquisador:** LEANDRO ANTUNES

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 63106422.8.0000.0118

**Instituição Proponente:** FUNDACAO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SC UDESC

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.722.160

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se da segunda versão da Pesquisa: COMPREENSÃO DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM

FLORIANÓPOLIS SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL: SUBSÍDIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE PROCESSOS DE EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA, sob a responsabilidade do pesquisador Leandro Antunes com orientação da Professora Dra. Sonia Maria Martins de Melo, do Mestrado do PPGE/FAED.

**Resumo:** "O seguinte projeto tem como tema Educação Sexual na formação continuada de professoras/es, submetido para a linha de pesquisa Políticas Educacionais, Ensino e Formação (PEEF) no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) UDESC, com a finalidade de desvelar a compreensão sobre a categoria educação sexual de docentes de núcleos de educação infantil na região Continental em Florianópolis como subsídio a projetos de formação continuada numa perspectiva emancipatória. Para que possamos alcançar o objetivo geral, parte-se de uma questão de pesquisa que visa desvelar a compreensão atual de docentes da Educação Infantil (EDI) da região continental de Florianópolis sobre a abordagem de educação sexual subjacente às suas práticas pedagógicas. Para isso, parte-se de apoio inicial em alguns teóricos selecionados por estarem relacionados às categorias expressas nas palavras-chave para que possam dar

## ANEXO B – DECLARAÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS

### DECLARAÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS<sup>28</sup>

Reconhecendo que direitos sexuais são essenciais para o alcance do maior nível de saúde sexual possível, a Associação Mundial para a Saúde Sexual:

DECLARA que direitos sexuais são baseados nos direitos humanos universais que já são reconhecidos em documentos de direitos humanos domésticos e internacionais, em Constituições Nacionais e leis, em padrões e princípios de direitos humanos, e em conhecimento científico relacionados à sexualidade humana e saúde sexual.

REAFIRMA que a sexualidade é um aspecto central do ser humano em toda a vida e abrange sexo, identidade e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A Sexualidade é experienciada e expressada em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas essas dimensões, nem todas elas são sempre expressadas ou sentidas. Sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais.

RECONHECE que a sexualidade é uma fonte de prazer e bem estar e contribui para a satisfação e realização como um todo.

REAFIRMA que a saúde sexual é um estado de bem estar físico, emocional, mental e social relacionado à sexualidade; não é meramente a ausência de doença, disfunção ou enfermidade. Saúde sexual requer uma abordagem positiva e respeitosa para com a sexualidade e relacionamentos sexuais, bem como a possibilidade de ter experiências sexuais prazerosas e seguras, livres de coerção, discriminação ou violência.

REAFIRMA que a saúde sexual não pode ser definida, compreendida ou operacionalizada sem uma profunda compreensão da sexualidade.

REAFIRMA que para que a saúde sexual seja atingida e mantida, os direitos sexuais de todos devem ser respeitados, protegidos e efetivados.

RECONHECE que direitos sexuais são baseados na Liberdade, dignidade e igualdade inerente a todos os seres humanos e incluem o compromisso de proteção contra danos.

AFIRMA que a igualdade e não discriminação são fundamentais à proteção e promoção de todos os direitos humanos e incluem a proibição de quaisquer distinções, exclusões ou restrições com base em raça, etnia, cor, sexo, linguagem, religião, opinião política ou outra qualquer, origem social ou regional, características, status de nascimento ou outro qualquer,

---

<sup>28</sup> Texto original disponível no link a seguir: <https://spsc.pt/wp-content/uploads/2017/01/DIREITOS-SEXUAIS-WAS.pdf>

inclusive deficiências, idade, nacionalidade, estado civil ou familiar, orientação sexual e identidade de gênero, estado de saúde, local de residência e situação econômica ou social.

RECONHECE que a orientação sexual, identidade de gênero, expressões de gênero e características físicas de cada indivíduo requerem a proteção dos direitos humanos.

RECONHECE que todos os tipos de violência, perseguição, discriminação, exclusão e estigma, são violações dos direitos humanos e afetam o bem estar do indivíduo, famílias e comunidades.

AFIRMA que as obrigações de respeitar, proteger, e consumir direitos humanos se aplicam a todos os direitos sexuais e liberdades.

AFIRMA que os direitos sexuais protegem os direitos de todas as pessoas na plena realização e expressão de sua sexualidade, usufruindo de sua saúde sexual, desde que respeitados os direitos do próximo.

Direitos sexuais são direitos humanos referentes a sexualidade

1. O Direito a igualdade e a não discriminação. Todos têm o direito de usufruir dos direitos sexuais definidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer tipo, seja raça, etnia, cor, sexo, linguagem, religião, opinião política ou outra qualquer, origem social ou regional, local de residência, características, nascimento, deficiência, idade, nacionalidade, estado civil ou familiar, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, estado de saúde, situação econômica, social ou outra qualquer.

2. O Direito a vida, Liberdade, e segurança pessoal. Todos têm o direito à vida, liberdade e segurança, que não podem ser ameaçadas, limitadas ou removidas arbitrariamente por motivos relacionados à sexualidade. Estes incluem: orientação sexual, comportamentos e práticas sexuais consensuais, identidade e expressões de gênero, bem como acessar ou ofertar serviços relacionados à saúde sexual e reprodutiva.

3. O direito a autonomia e integridade corporal. Todos têm o direito de controlar e decidir livremente sobre questões relativas à sua sexualidade e seus corpos. Isto inclui a escolha de comportamentos sexuais, práticas, parceiros e relacionamentos, desde que respeitados os direitos do próximo. A tomada de decisões livre e informada, requer consentimento livre e informado antes de quaisquer testes, intervenções, terapias, cirurgias ou pesquisas de natureza sexual.

4. O direito de estar isento de tortura, tratamento ou punição cruel, desumana ou degradante. Todos devem estar isentos de tortura, tratamento ou punição cruel, desumana ou degradante em razão de sua sexualidade, incluindo: praticas tradicionais nocivas; esterilização, contracepção ou aborto forçado; e outras formas de tortura, tratamentos cruéis, desumanos ou

degradantes praticados por razões relacionadas ao sexo, gênero, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, ou característica física de alguém.

5. O direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção. Todos deverão estar isentos de violência e coerção relacionadas à sexualidade, incluindo: Estupro, abuso ou, perseguição sexual, “bullying”, exploração sexual e escravidão, tráfico com propósito de exploração sexual, teste de virgindade ou violência cometida devido à prática sexual real ou presumida, orientação sexual, identidade e expressão de gênero ou qualquer característica física.

6. O direito à privacidade. Todos têm o direito à privacidade relacionada à sexualidade, vida sexual e escolhas inerentes ao seu próprio corpo, relações e práticas sexuais consensuais, sem interferência ou intrusão arbitrária. Isto inclui o direito de controlar a divulgação de informação relacionada à sua sexualidade pessoal a outrem.

7. O direito ao mais alto padrão de saúde atingível, inclusive de saúde sexual; com a possibilidade de experiências sexuais prazerosas, satisfatórias e seguras. Todos têm o direito ao mais alto padrão de saúde e bem estar possíveis, relacionados à sexualidade, incluindo a possibilidade de experiências sexuais prazerosas, satisfatórias e seguras. Isto requer a disponibilidade, acessibilidade e aceitação de serviços de saúde qualificados, bem como o acesso a condições que influenciem e determinem a saúde, incluindo a saúde sexual.

8. O direito de usufruir dos benefícios do progresso científico e suas aplicações. Todos têm o direito de usufruir dos benefícios do progresso científico e suas aplicações em relação à sexualidade e saúde sexual.

9. O direito à informação. Todos devem ter acesso à informação cientificamente precisa e esclarecedora sobre sexualidade, saúde sexual, e direitos sexuais através de diversas fontes. Tal informação não deve ser arbitrariamente censurada, retida ou intencionalmente deturpada.

10. O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora. Todos têm o direito à educação e a uma educação sexual esclarecedora. Educação sexual esclarecedora deve ser adequada à idade, cientificamente acurada, culturalmente idônea, baseada nos direitos humanos, na equidade de gêneros e ter uma abordagem positiva quanto à sexualidade e o prazer.

11. O direito de constituir, formalizar e dissolver casamento ou outros relacionamentos similares baseados em igualdade, com consentimento livre e absoluto. Todos têm o direito de escolher casar-se ou não, bem como adentrar livre e consensualmente em casamento, parceria ou outros relacionamentos similares. Todas as pessoas são titulares de direitos iguais na formação, durante e na dissolução de tais relacionamentos sem discriminações de qualquer

espécie. Este direito inclui igualdade absoluta de direitos frente a seguros sociais, previdenciários e outros benefícios, independente da forma do relacionamento.

12. O direito a decidir sobre ter filhos, o número de filhos e o espaço de tempo entre eles, além de ter informações e meios para tal. Todos têm o direito de decidir ter ou não ter filhos, a quantidade destes e o lapso de tempo entre cada criança. O exercício desse direito requer acesso a condições que influenciam e afetam a saúde e o bem-estar, incluindo serviços de saúde sexual e reprodutiva relacionados à gravidez, contracepção, fertilidade, interrupção da gravidez e adoção.

13. O direito à Liberdade de pensamento, opinião e expressão. Todos têm o direito à Liberdade de pensamento, opinião e expressão relativos à sexualidade, bem como o direito à expressão plena de sua própria sexualidade, por exemplo, na aparência, comunicação e comportamento, desde que devidamente respeitados os direitos dos outros.

14. O direito à Liberdade de associação e reunião pacífica. Todos têm o direito de organizar-se, associar-se, reunir-se, manifestar-se pacificamente e advogar, inclusive sobre sexualidade, saúde sexual, e direitos sexuais.

15. O direito de participação em vida pública e política. Todos têm o direito a um ambiente que possibilite a participação ativa, livre e significativa em contribuição a aspectos civis, econômicos, sociais, culturais e políticos da vida humana a nível local, regional, nacional ou internacional. Em especial, todos têm o direito de participar no desenvolvimento e implantação de políticas que determinem seu bem-estar, incluindo sua sexualidade e saúde sexual.

16. O direito de acesso à justiça, reparação e indenização. Todos têm o direito ao acesso à justiça, reparação e indenização por violações de seus direitos sexuais. Isto requer medidas efetivas, adequadas e acessíveis, assim como devidamente educativas, legislativas, judiciais, entre outras. Reparação incluiu retratação, indenização, reabilitação, satisfação e a garantia de não repetição.

\*\*\* Esta é a tradução oficial da Declaração dos Direitos Sexuais. Para fins legais e técnicas, deve-se consultar a versão em Inglês como o texto oficial: : <http://www.worldsexology.org/resources/declaration-of-sexual-rights/> A “World Association for Sexual Health” (WAS – Associação Mundial pela Saúde Sexual) é um grupo mundial multidisciplinar de sociedades científicas, ONGs e profissionais do campo da sexualidade humana que promove a saúde sexual por toda a vida e em todo o mundo através do desenvolvimento, promoção, e apoio à sexologia e a direitos sexuais para todos. “WAS” realiza



tais objetivos, através de ações de defesa e integração, facilitando a troca de informações, ideias, experiências e avanços científicos baseados na pesquisa da sexualidade, educação e sexologia clínica, com uma abordagem multidisciplinar. A declaração de direitos sexuais da WAS foi originalmente proclamada no 13º. Congresso de Sexologia em Valencia, Espanha em 1997 e então em 1999, uma revisão foi aprovada em Hong Kong pela Assembleia Geral da WAS e reafirmada na “Declaração WAS: Saúde Sexual para o Milênio (2008)”. A presente declaração revisada foi aprovada pelo Conselho Consultor da WAS em Março de 2014.